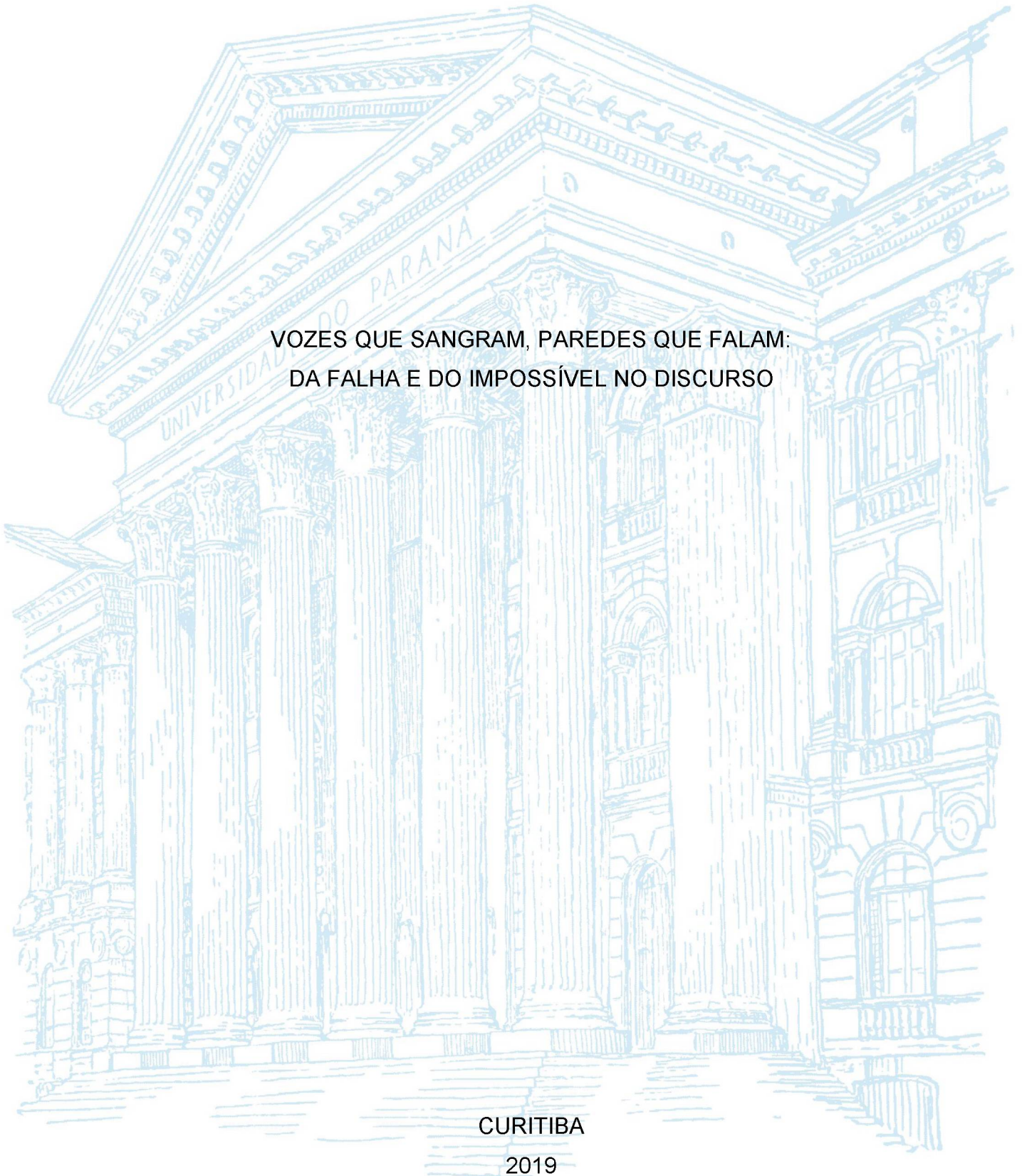


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MATHEUS FRANÇA RAGIEVICZ

VOZES QUE SANGRAM, PAREDES QUE FALAM:  
DA FALHA E DO IMPOSSÍVEL NO DISCURSO



CURITIBA

2019

MATHEUS FRANÇA RAGIEVICZ

VOZES QUE SANGRAM, PAREDES QUE FALAM: DA FALHA E DO IMPOSSÍVEL  
NO DISCURSO

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Letras, Área de Concentração em Estudos Linguísticos, Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientadora: Profa. Dra. Gesualda de Lourdes dos Santos Rasia

CURITIBA

2019

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE BIBLIOTECAS/UFPR –  
BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS COM OS DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9/1607

Ragievicz, Matheus França

Vozes que sangram, paredes que falam : da falha e do impossível  
no discurso. / Matheus França Ragievicz. – Curitiba, 2019.

Dissertação (Mestrado em Letras) – Setor de Ciências Humanas da  
Universidade Federal do Paraná.

Orientadora : Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Gesualda de Lourdes dos Santos Rasia

1. Análise do Discurso. 2. Linguística. 3. Centro de Socioeducação  
Curitiba (PR). 4. Exclusão social (Menores). 5. Assistência a menores.  
I. Título.

CDD – 410



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SETOR CIÊNCIAS HUMANAS  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO LETRAS -  
40001016016P7

## TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em LETRAS da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **MATHEUS FRANÇA RAGIEVICZ** intitulada: **Vozes que sangram, paredes que falam: da falha e do impossível no discurso**, após terem inquirido o aluno e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua aprovação no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 18 de Fevereiro de 2019.

GESUALDA DE LOURDES DOS SANTOS RASIA  
Presidente da Banca Examinadora (UFPR)

RAQUEL RIBEIRO MOREIRA  
Avaliador Externo (UFPR)

LIGIA NEGRI  
Avaliador Interno (UFPR)



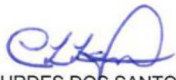
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SETOR CIÊNCIAS HUMANAS  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO LETRAS -  
40001016016P7

ATA Nº896


## ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE MESTRADO PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM LETRAS

No dia dezoito de fevereiro de dois mil e dezenove às 14:00 horas, na sala 1013, R. General Carneiro, nº 460, foram instalados os trabalhos de arguição do mestrando **MATHEUS FRANÇA RAGIEVICZ** para a Defesa Pública de sua Dissertação intitulada **Vozes que sangram, paredes que falam: da falha e do impossível no discurso**. A Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em LETRAS da Universidade Federal do Paraná, foi constituída pelos seguintes Membros: GESUALDA DE LOURDES DOS SANTOS RASIA (UFPR), RAQUEL RIBEIRO MOREIRA (UTFPR), LIGIA NEGRI (UFPR). Dando início à sessão, a presidência passou a palavra ao discente, para que o mesmo expusesse seu trabalho aos presentes. Em seguida, a presidência passou a palavra a cada um dos Examinadores, para suas respectivas arguições. O aluno respondeu a cada um dos arguidores. A presidência retomou a palavra para suas considerações finais. A Banca Examinadora, então, reuniu-se e, após a discussão de suas avaliações, decidiu-se pela aprovação do aluno. O mestrando foi convidado a ingressar novamente na sala, bem como os demais assistentes, após o que a presidência fez a leitura do Parecer da Banca Examinadora. A aprovação no rito de defesa deverá ser homologada pelo Colegiado do programa, mediante o atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca dentro dos prazos regimentais do programa. A outorga do título de mestre está condicionada ao atendimento de todos os requisitos e prazos determinados no regimento do Programa de Pós-Graduação. Nada mais havendo a tratar a presidência deu por encerrada a sessão, da qual eu, GESUALDA DE LOURDES DOS SANTOS RASIA, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos membros da Comissão Examinadora.

Curitiba, 18 de Fevereiro de 2019.

  
GESUALDA DE LOURDES DOS SANTOS RASIA  
Presidente da Banca Examinadora (UFPR)

  
RAQUEL RIBEIRO MOREIRA  
Avaliador Externo (UTFPR)

  
LIGIA NEGRI  
Avaliador Interno (UFPR)

**UM COMEÇO SEM FIM:  
(CON)CEDENDO A PALAVRA**

**CACHINHOS DOURADOS:** Agora eu quiria qui cada um pensassi na pessoa qui vai lê o meu trabalho, o que vocês gostariam de dizê pra elas?

**BOYKA:** Que ajudô bastanti

**STIFLER:** Prás pessoa qui vai lê?

**BOYKA:** Como assim?

**STIFLER:** O que nós tem qui fala pra elas?

**CACHINHOS DOURADOS:** O que vocês gostariam que elas [as pessoas] soubessem sobre vocês...

**STIFLER:** Tem que entender nós, né

**BONE:** Ajuda profissional, o que tentou fazer, identificar alguma coisa ali, como nós vai fazê () nossos assalto, os nosso negócio do curta, sei que não é uma coisa da hora, mas é o que vem a nossa mente

**STIFLER:** É, foi da hora o que nós tava pensando, nosso negócio, mistura tipo nossa vida e uma forma que () não devia tê acontecido, podia ter evitado, a pessoa podia ver que ()

**ADRENALINA:** Ah, que os outros vai entendê né/

**BOYKA:** Entendê que o cara assalta, vai preso

**ADRENALINA:** As oportunidades que nós não têm

**BOYKA:** Os estudo também

**STIFLER:** Eles falam, não, os de menor é loco, não sei o quê () uma forma de pensa diferente né

**BOYKA:** Quem olha assim, pensa, mano, entra pro crime é... (interposição de vozes) pensa que vida de cadeia é boa

A quem dedicamos o que não se diz por  
falta, ausência ou impossibilidade?

## AGRADECIMENTOS

Não poderia deixar de começar agradecendo à pessoa que, me tomando pela mão, afastou meus medos e minhas inseguranças de trafegar por lugares distantes e desconhecidos: Jussara. Sem seu apoio, na decisão de participar da seleção do programa, nenhuma das palavras arguidas aqui teria se escrito. Minha imensa gratidão!

À *Gesu*, por acreditar no projeto e em mim, ainda que todos os (des)enlaces fossem desfavoráveis. Pela confiança e pela liberdade de me deixar à vontade para *arriscar*. Saio dessa jornada (sem fim!) tocado pela sua genialidade, pelas suas palavras e, seguramente, por isso, mais experiente. Meu muito obrigado cheio de admiração e de respeito!

À *Lu*, pela iniciação nos (des)caminhos da teoria do discurso! Meu eterno carinho pelas portas abertas. Sua presença, ainda na graduação, foi fundamental nas escolhas e nas decisões tomadas.

À profa. Raquel, cuja *presença* fala na escolha da pesquisa, nas leituras, no recorte. Fazendo de Realeza um ponto de idas e vindas, encontramos mais do que afinidades teóricas. Agradeço pela leitura do texto da qualificação e a disposição de ser parte da banca.

À *Mari*, pela imensurável delicadeza no olhar e no dizer. *Mi siempre maestra que tanto me ha enseñado sobre la vida y el discurso. Gracias por las largas conversaciones al medio de la mañana o al caer de la noche. ¡Todo mi cariño!*

À profa. Verli, quem conheci no V SENALLP em Rio Grande. Sem suas intervenções, *não haveria pesquisa*. Obrigado pelas sugestões, pelo incentivo e pela presença!

Aos professores do PPGL, da UFPR. Em especial, à profa. Lígia, com quem aprendi o gosto por *fazer linguística*, num universo cheio de incitantes quebra-cabeças. Agradeço pelas sugestões no texto de qualificação e o *fôlego* em participar da banca.

À Guida, pela resposta disposta e imediata de participar da composição da banca.

À Andressa, amiga de longa data. Pela preocupação e por ser sempre você!



À Raquel, pela alegria e pelo sorriso sempre estampado no rosto. Pela disposição em escutar minhas angústias e me ajudar em qualquer contratempo. Por entender minha ausência. Minha eterna amizade!

À Amanda, pelas conversas, pela amizade e pelas sugestões avessas, mas cheias de sentido. Por me fazer sentir bem.

Às amigas Ana Paula, Vanusa.

À *Dináh*, pela presença quase diária na minha estadia em Curitiba. Pelas experiências, as conversas e os risos. Por me apresentar um outro *lado*.

Ao *Dúh*, pelas primeiras leituras do texto e por inundar meus dias com poesia e carinho! Pela *voracidade* com que sonha e divide o que sente, minha singela e *implícada* admiração.

Ao Milton, pela amizade, pelos risos e pela vivência. Curitiba foi outra ao seu lado. *Thanks, my bestfriend!*

Ao Alison, pela teimosia em discordar. Obrigado pelo carinho incondicional, as conversas e pela presença mesmo *à distância*.

Ao *Will*, pela incitação aguda à criatividade. Pelas conversas e pelas incertezas.

À Rafaela e à Mirielly. Pelas palavras de conforto, pelo incentivo, pela leitura, pela angústia compartilhada, pelos erros revisados e pelos acertos comemorados. Pelo fundamental apoio durando todo processo de pesquisa e de escrita. Pelas sugestões sempre pertinentes e por *me aturarem* ao longo do percurso, entre reclamações e reinvenções. Encontrei entre vocês, *amizades!*

À Lycia, pela disposição e pela energia em sempre questionar. Obrigado por toda ajuda no pragmático!

Ao Grupo de Estudos sobre Discurso e aos colegas Ana, Rosy, Ton, Marcielle.

À Mônia, pelos sorrisos e pela alegria.

À Dani, pela companhia.

Aos colegas que conheci na minha estadia na UFPR, Aline, Jhú, Roberta, Pâmela, Alana, Sweder.

À Thais, ao Yuri, à Andreia pelo sempre caloroso e acolhedor atendimento na secretaria. Pelas conversas.

À Coordenação, pelo suporte.

À Naiane, pelas portas abertas na graduação.

Ao *Adrenalina*, pela sensibilidade.

Ao *Bone*, pela franqueza.

Ao *Boyka*, pela coragem.

Ao *Paul Walker*, pela ousadia.

Ao *Stifler*, pela engenhosidade.

À CAPES, pela bolsa concedida, sem a qual não haveria *pesquisa*.

À Universidade, pública, gratuita e de qualidade para TODOS!

*Sábado de aleluia*

*Escuta, Judas.  
Antes que você parta pro teu baile.  
A morte nos absorve inteiramente.  
Tudo é aconchego árido.  
Cheiro eterno de Proderm.  
Mesa posta, e as garras da vontade.  
A gana de procurar um por um  
e pronunciar o escândalo.  
Falar sem ser ouvida.  
Desfraldar pendengas: te desejo.  
Indiferença fanática ao ainda não.*

Ana Cristina César

## RESUMO

Na presente dissertação buscamos compreender sentidos produzidos no entreposto da falha do processo de interpelação ideológica e do impossível de (não) dizer que tomam como suporte diferentes materialidades significantes: a voz e a parede. Para tanto, os fatos de linguagem analisados partem da transcrição de encontros temáticos sobre cinema realizados no ano de 2018, do qual participaram adolescentes em situação de *encarceramento juvenil*. Os integrantes da pesquisa cumpriam medida socioeducativa de privação total de liberdade num Centro de Socioeducação – CENSE na região de metropolitana de Curitiba. No texto, resultado de constantes revisões, priorizamos a reflexão sobre práticas discursivas que atestam “formas de assujeitamento dos adolescentes” e o modo como a instituição socioeducativa faz funcionar “uma condição imaginária na tomada de palavra em seu interior”. Além disso, a noção de contradição é mobilizada a fim de apreender o funcionamento repressivo do CENSE, tomado como uma das instituições que compõem o Aparelho Repressivo de Estado – ARE. Portanto, inscritos na Análise de Discurso (AD) de linha francesa, demonstramos como a falha e o impossível se relacionam com diferentes *fatos de linguagem*, possibilitando aos sujeitos encarcerados práticas de resistência por vias que confrontam o *dispositivo normativo* da socioeducação para constituir formas, ainda que proibidas, nas quais é possível grafar dizeres ligados à subjetividade.

Palavras-chave: Linguística. Discurso. Privação de Liberdade. CENSE.

## ABSTRACT

In the present dissertation, we try to understand the meanings that are produced in the link between the break of the process of ideological interpellation and the impossible of (not) saying. The processes take support in different signifying materiality: the voice and the wall. In order to do so, the language facts analyzed are composed by transcriptions of thematic meetings about movies that were held during 2018, in which attended teenagers that were *incarcerated*. The research participants were in a situation of socio-educative total deprivation of freedom in a Socio-educational Center (CENSE), in the metropolitan area of Curitiba. In the text, a result of constant revisions, we prioritize the reflection upon the discursive practices that attest the “forms of incarcerated teenager’s subjectification” and the way that the socio-educational institution makes “an imaginary condition in the taking of the word in its interior” work. Besides, the notion of contradiction is mobilized in order to apprehend the repressive function of the CENSE, as one of the institutions that compose the State Repressive Apparatus. Therefore, inscribed in the French Discourse Analysis, we demonstrate how the break and the impossible are related to different *language facts*, allowing the subjects who are incarcerated practices of resistance through ways that confront the socio-educational *normative apparatus* to build forms, even if prohibited, in which it is possible to write sayings connected to subjectivity.

Keywords: Linguistics. Discourse. Freedom deprivation. CENSE.

## SUMÁRIO

<b>COMEÇOS E(M) DERIVAS .....</b>	<b>16</b>
INTERVALOS, RASTROS E SOMBRAS: SENTIDOS POSSÍVEIS (?) .....	16
MARGENS DO IMPOSSÍVEL: A ESCUTA DA DERIVA .....	17
CINZAS, FUMAÇA E CATACLISMO: ESBOÇOS.....	20
<b>1 CELAS, TELAS, SONS E REVISTAS: COSTURAS SOBREPOSTAS (D)À JORNADA METODOLÓGICA .....</b>	<b>24</b>
1.1 CIÊNCIA E MÉTODO EM (DIS)CURSO: CONFRONTOS!.....	25
1.2 CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO: NA (IN)DETERMINAÇÃO DOS SENTIDOS ...	31
1.2.1 Da letra da lei ao imaginário social: como o CENSE (se) significa?.....	33
1.2.1.1 A morfologia do discurso do Direito: adolescente, <i>um sujeito de direito?</i> .....	33
1.2.1.2 O discurso da mídia e o imaginário social: <i>o menor na cena do crime</i> .....	41
1.2.1.3 O discurso político: <i>diminuir</i> ou <i>manter</i> a idade penal? .....	47
1.2.2 As condições do (impossível de) dizer no CENSE: efeitos <i>de</i> Aparelho Repressivo de Estado .....	52
1.3 DELIMITANDO O PERCURSO: GESTOS, ESTRANHAMENTOS E DESTROÇOS.....	71
1.3.1 Cinema (e)m leitura: os (des)limites do planejamento .....	72
1.3.2 Cachinhos Dourados e o conto dos <i>cinco ursos</i> : fronteiras entre o real e o imaginário.....	76
1.3.3 Portas (en)cerradas, restos da significação: a voz e a parede.....	85
<b>2 TRILHOS, PEDRAS E SOBRESSALTOS: O TOQUE DO DISCURSO.....</b>	<b>90</b>
2.1 RECUSANDO CONCEITOS, RASURANDO NOÇÕES.....	90
2.1.1 Linguística, Materialismo Histórico e Psicanálise: preâmbulos na teoria do discurso.....	91
2.1.2 “Nossa, olha o jeito que os cara tão vestido”: o Sujeito e a Identificação.....	101
2.1.3 “As técnica vai vê isso daí?” ou “lh, já vai vê nós ali...!/: a Ideologia e o Imaginário.....	119
<b>3 BATIDAS, ESMURROS E GRITOS: O IRREALIZÁVEL DA SOCIOEDUCAÇÃO É A TRANSFORMAÇÃO .....</b>	<b>139</b>
3.1 “TOMANDO PARTIDO PELO FOGO DE UM TRABALHO CRÍTICO” .....	139
3.2 “TUDO EX AQUI, NÃO TEM NADA DE... ATUAL” – A REPRODUÇÃO E A TRANSFORMAÇÃO .....	140

3.2.1 “Alguém morreu?” – Do absurdo à falha e ao impossível no discurso .....	152
3.3 “NEEEEEEEGO, NEEEEEEGO” - A VOZ QUE SANGRA.....	163
3.3.1 Batidas, socos e esmurros – as fronteiras dos sentidos .....	170
<b>4 PAREDES QUE FALAM: EMERGÊNCIAS DO SIGNIFICAR (-SE).....</b>	<b>174</b>
4.1 A PAREDE COMO SUPORTE DA SIGNIFICAÇÃO: BREVES INCURSÕES...	174
4.1.1 “Os cara dão uma <b>desmaiada</b> , o pessoal vai e faz”: a emergência por significar(-se).....	180
4.1.2 Da rua à cela: a (re)territorialização da cidade nas margens da falha e do impossível .....	189
4.1.3 “Já vô anotá no caderno de ocorrência quem é que fez isso”: a contenção dos sentidos – uma possibilidade de resistência(?) .....	202
<b>OS PONTOS FINAIS: “É PRECISO OUSAR PENSAR POR SI MESMO” .....</b>	<b>209</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>213</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>218</b>

## COMEÇOS E(M) DERIVAS

*Sin palabras no hay personas  
Sin reputación no hay respeto  
Conozco esta zona  
Esta mona no se anda por las ramas  
Hablo claro, consecuencias llegan  
Si me necesitas, llama*

*Por la Noche – La Mala Rodríguez*

## INTERVALOS, RASTROS E SOMBRAS: SENTIDOS POSSÍVEIS (?)

Losangos em telas, portas sem maçanetas, quero-queros cantando ao fundo... Do Xaxim à favela, balas de fuzis batem à porta. Incrições nas paredes que (re)cobrem o cachimbo, a pedra, o nome, a rua, o vivo morto. Textualização dos sujeitos. Adolescência interrompida. O menino que *intima* todo mundo, o outro interdito, *na clínica*; a pulsão sexual à flor da pele. Braços atônitos para fora das grades, um campo minado explode sem toque. Bem-vindos ao Centro de Socioeducação. Incitação ao olhar. Uma separação silenciosa se lança: o poder irrompe na ordem do corpo. Marcas na pele, catarse da alma. Corporeidade dos sentidos. É impossível escapar ao simbólico. Grifos, pichações, silêncios. Nada foge ao Outro, que mergulhando na sociedade e na história se rarefaz em pigmentos identitários, laterais, golpes lentos que (des)atam ao menor cuidado.

Muros altos, ninhos de formigueiro, palmeiras; nada deixa de crescer no jardim de entrada. Trepadeiras invisíveis. O sol toca a pele, forte, intenso. Pegadas insensíveis são avistadas no chão de cimento bruto, seguidas do colorido quase infantil que permeia as casas, as salas, a quadra, os atalhos... Da XV de Novembro, indo ao Boqueirão, CIC, Sítio Cercado, Capanema cruzando os limites municipais, chegando ao Guatupê, ao Affonso Pena, ao Jardim Ipê. Ponto de partida e de chegada. A linha verde, as passarelas, o tráfego sem fim. Luzes que nunca se apagam, cidade que sempre movimentada a imobilidade.

Conversas paralelas: eles sabem quem entra. A justiça caolha, muda, despretensiosa, mas de ouvido aguçado, martelo a postos, sentença na mão e julgamento definido estabelece as margens da *pena*. Visita externa, relatório, área de contenção. A esperança traficando em encruzilhadas próximas a terrenos



baldios, inférteis, arenosos. Revistas, conferências, uma *bisbilhotada* na água: olhar nos olhos é afrontar a vigilância. Projeções imaginárias. A ciência *costuma* traçar limites *intransponíveis*. Os olhos de vidro substituem a visão, onipresentes, constantes, capazes de retocar os pilares arruinados pelo tempo, corroídos pela violência e tomados pelo ensejo de liberdade numa sociedade extremamente desigual.

## MARGENS DO IMPOSSÍVEL: A ESCUTA DA DERIVA

*Recomeçando em língua adâmica:  
um fulcro à dispersão*

Há muitos discursos que tomam os segregados, os desvalidos, os excluídos como objeto valioso de clausura ou de devoção. Na religião, na mídia, na universidade, nas conversas cotidianas os sujeitos deparam-se com sentidos já-feitos, prontos para reproduzirem as evidências sobre quem é quem a partir do imaginário social: rico, pobre, centro, periferia, inocente, culpado, vítima, bandido. Disciplinados em regiões da memória do dizer, os sentidos tomam corpo nos discursos condizentes com o espectro de quem fala: sacerdote, jornalista, jurista, político, cidadão comum. Apesar de regulados, os sentidos se cruzam indistintamente nas palavras dos locutores, produzindo efeitos que dissipam a ideologia na gestualidade da significação. À vista disso, não é amistosamente que, trazendo à cena científica determinado grupo de sujeitos, nos deparamos com processos discursivos que acentuam diferenças irreconciliáveis e efervescentes entre os que estão autorizados a dizer e o referente sobre o qual falam, a saber, os adolescentes em conflito com a lei privados de liberdade ou simplesmente *sujeitos encarcerados*<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> No domínio da Lei, aplacada pelo *aparelho jurídico*, indivíduos menores de dezoito anos que tenham cometido ato infracional (conflitado com a lei), passam a ser designados como “adolescentes em conflito com a lei”. O complemento “privado de liberdade” atina outra subdivisão do grupo de *infratores*, os que recebem *medida socioeducativa* de restrição de liberdade, sendo *internados* na instituição estatal específica para serem *socioeducados*. Na designação também se restitui o discurso do politicamente correto, estratégia ideológica empregada para produzir um “novo” modo de designar, apagando (interditando) sentidos linguístico-históricos que estavam em circulação. Por isso, optamos, ao longo do texto e, sobretudo, partindo das análises, empregar a designação “sujeito encarcerado”, já que o que caracteriza o “adolescente em conflito com a lei privado de

Parte elementar no trajeto do mestrado e resultado do texto que segue, a pesquisa “Leitura e interpretação: olhares sobre adolescentes em conflito com a lei<sup>2</sup>” buscou responder ao que, inscritos no campo da Análise de Discurso (AD) de linha francesa, poderíamos elaborar em termos teórico-analíticos em relação aos sujeitos encarcerados: a interpretação como gesto. Ponderadamente deixamos de lado lugares já-feitos e tentamos conceder aos sujeitos encarcerados *derivadas* para dizer. Para tal, instaurou-se a seguinte configuração na investigação:

- **Abordagem da pesquisa, perfil e instituição dos participantes:**  
 Pouco frequente, a *pesquisa de campo* em AD encontra especificidades para as quais a teoria não foi concebida e, portanto, demanda *tatos afinados* do analista encarregado da *coleta de dados*. Portanto, há uma correspondência que só é posta à prova no anseio do contato (com o) *outro*. Aceitando o desconforto, definimos como participantes da pesquisa adolescentes que estivessem em regime de privação total de liberdade. No Estado do Paraná, os encontramos em *fase de socioeducação* em Centros de Socioeducação – CENSEs. Um CENSE, no âmbito legal, pode ser de semiliberdade ou de privação total de liberdade e gerencia a aplicação de *medidas socioeducativas* mais severas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. A medida socioeducativa aplicada - sentenciada por um juiz - depende da infração e da gravidade do ato ilícito cometido. Assim, executamos a pesquisa em um CENSE da região metropolitana de Curitiba que atendia adolescentes completamente privados de liberdade. Escolhida a instituição, negociamos junto à direção do centro os participantes. Com frequência, participaram dos (seis) encontros realizados entre março e abril de 2018, cinco adolescentes entre dezessete e dezoito anos.
- **Planificação da pesquisa:** Inicialmente, estabelecemos leituras literárias distribuídas em até oito encontros semanais para serem objetos de mediação e fio condutor de uma pergunta de pesquisa que

---

liberdade” é a *suspensão* do contato com o social, o enclausuramento em “alojamentos” partilhados pela solidão, pela *ausência* do desejo e do *poder* dizer.

<sup>2</sup> Projeto aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa - CEP, com parecer Nº 2.439.539/2018. O título passou por alterações ao longo do percurso de pesquisa.

*teimava* em não se esboçar. No entanto, numa fase decisiva do planejamento concreto das atividades, percebemos a fragilidade da proposta e sua iminente debilidade. Logo, diante de sugestões fundamentais, demos lugar ao trabalho com material fílmico (textos escritos e imagéticos). Reformulando a proposta, incluímos a produção de um curta-metragem como *devolutiva social* ao trabalho realizado. Desse jeito, distribuímos em oito encontros a apreciação de um documentário, um curta-metragem, dois longas-metragens, uma animação e, concomitante, exercícios de interpretação e de criação do curta-metragem (história, locações, cenas, enquadramentos, ensaios). *Robusto*, o projeto era perpassado pelo *cinema* enquanto fio condutor no plano imagético e na instância escrita. O curta-metragem, por outro lado, ficaria a cargo dos adolescentes, cabendo ao pesquisador contribuir de modo “técnico” no processo da criação e de filmagem da história. Atribuímos aos encontros temáticos o nome de “Cinema e(m) Leitura”, pois tinham como objetivo inicial oferecer ao analista condições de compreender *materialmente* as redes que os sentidos percorriam e constituíam o *gesto de interpretação* dos adolescentes. Os encontros seriam registrados em áudio e, posteriormente, transcritos para a materialidade linguística. Das transcrições surgiriam as *sequências discursivas*. Um diário de bordo também acompanhou o processo de visita do pesquisador à instituição.

O projeto, arguido para não deixar flutuações teóricas, prontamente ruminou. Os encontros distanciaram a possibilidade de recorte *apenas* pela materialidade da interpretação e nos obrigaram, sem hesitações, a observar modos de significação que se chocavam sem cessar em *risquinhos*, *barulhos* e *restos* da ordem do simbólico. Os gestos de interpretação, produzidos pelos participantes, nos alocaram diretamente com o entorno: vozes e paredes. Em nossos diálogos, *algo* parecia inscrever-se na voz e na parede, no entanto, até a constituição de um dispositivo de escuta ao resíduo simbólico não soubemos precisar o que estava em funcionamento no recorte inicialmente impreciso, disperso.

Constituindo a possibilidade de escuta no dispositivo, logramos atravessar evidências que revestiam o que *se dizia pelas brechas* até chegar ao formulável

teoricamente, em termos de mecanismos discursivos. Tais evidências recobriam os *gritos* que eclodiam, as *batidas* que ruminavam num desabamento imediato da estrutura, os *esmurros* que, contidos pelas portas de aço, deixavam à deriva modos *inesperados* de significar – trata-se de *manifestações* presenciadas pelo pesquisador que abordaremos nos próximos capítulos. Paredes desabando, portas voando, uma revolta contra a ~~punição~~ socioeducação<sup>3</sup>?

Partindo dos sinais que emergiam nos encontros, nos deparamos com indícios de que *algo falava e permitia falar* para além do *audível* da pesquisa: o ritual de *interpelação ideológica* falhava e a convexidade de um *impossível* de (não) dizer(-se) (MILNER, 2012) fazia-se presente no atravessamento da materialidade linguística com a materialidade histórica. Os gestos de interpretação dos participantes *pulsavam* abrindo *fissuras* que delatavam múltiplas identificações: com o crime, com a socioeducação, com o mercado (capital econômico). Cada qual ao seu modo (*identificação*) constituída em processos próprios, nem sempre coincidentes, mas indissociáveis da subjetividade dos *adolescentes encarcerados*. Poderíamos ignorar o que *gritava* no trajeto da significação para atender ao imaginário de uma pesquisa sem lacunas? Aceitando o desconfortável caminho da *reformulação*, tomamos como mote os *funcionamentos discursivos* abertos pela falha e pelo impossível que entrelaçam mutuamente voz e parede, *materialidades significantes* em causa. Por esta via, mobilizamos, entre recortes de trechos das transcrições dos encontros, passagens do diário de bordo e  *fatos* observados, o limite do arguível em teoria: “Como, no CENSE, as condições do impossível de (não) dizer e do furo na interpelação ideológica se esgarçam no processo de produção de sentidos?”. Eis a pergunta de pesquisa e os espaços que ela não *determina*.

## CINZAS, FUMAÇA E CATACLISMO: ESBOÇOS

Entrecortando o texto, há uma escrita que não se disciplina. Permanece arbitrária, desmedida e incauta. Emerge entre dêiticos e adjunções, incapaz de sujeição às convenções da ciência. A deixamos falar - ainda que nos custe o que já é impagável - no intervalo de vazios e de excessos incapazes de domesticá-la.

---

<sup>3</sup> No taxado tomamos partido em relação à linguagem “politicamente correta”, recoberta no processo de designação dos elementos que englobam a privação de liberdade de adolescentes.

Portanto, organizamos esta dissertação em quatro capítulos, que se marcam por momentos diferentes de escrita e de interpretação dos *dados*. Poderíamos considerar que há uma *primeira parte* (capítulos 1 e 2) quando *restituímos* as condições de produção e realizamos um *exercício* analítico que enlaça as noções essenciais do arcabouço teórico da AD. Numa *segunda parte* (capítulos 3 e 4) há o momento *decisivo* das análises, no qual *vemos vozes que sangram e ouvimos paredes que falam*. As sequências discursivas que, em sua grande medida, tonificam o movimento de produção imaginário da história do curta-metragem não se tornam *objeto* da *divisão* analítica. Enraizadas às condições de produção, *possibilitam* lugares de dizer que desvelam a subjetividade dos sujeitos encarcerados no batimento entre sua trajetória pessoal e a atual condição em que se encontram, “isolados do social”. Por isso, as divisões orquestradas ao longo dos capítulos nem sempre deixam falar a fineza da coesão textual, abrindo *fendas* que expõem a própria impossibilidade do fazer científico do pesquisador frente à pergunta de pesquisa e o *corpus* sob seu crivo. No entanto, haveria outra forma de seguir num caminho que declina e cliva sentidos em contenção?

No *capítulo 1*, reconstituímos brevemente *lugares discursivos* que sustentam dizeres sobre os adolescentes em conflito com a lei privados de liberdade. Partimos de diferentes instâncias (Lei, mídia, política) que revestem o imaginário social, sublinhando os modos que estas projetam imaginariamente (significam) os adolescentes *preses* socioeducandos e a instituição socioeducativa. Desnudando o acolchoado fluxo de processos discursivos que constituem o CENSE, procuramos sustentar questionamentos que coloquem em releve os jogos imaginários que circundam a instituição socioeducativa forjando sujeitos e modulando dizeres. A noção althusseriana de Aparelho Repressivo de Estado – ARE é, então, mobilizada para desnudar a *contradição* sob a qual o CENSE busca sedimentar suas práticas e sua imagem. Também buscamos sustentar como um *impossível de dizer* toma corpo na prática socioeducativa. Num primeiro esquadro, esta movimentação corresponde às condições de produção amplas, isto é, aquelas que condizem aos traços históricos e sociais num plano abrangente do *encarceramento juvenil*. Na segunda tomada do capítulo, nos ocupamos das condições de produção locais, que são aquelas que aditam o entorno da *coleta de dados*. Assim, delineamos pelo retrovisor dados dos adolescentes (idade, escolarização), critérios de *recrutamento* dos participantes, escolha dos materiais de pesquisa, aporte teórico-metodológico,

descrição dos encontros, dentre outros. Ao final do capítulo são explicitadas as *condições* que conduziram ao recorte da voz e da parede como *objeto* analítico.

No *capítulo 2*, firmamos o solo que situa nossa reflexão. Expomos pontualmente algumas implicações que perfazem a trajetória da AD e nos proporcionam trabalhar *enredados* com diferentes tipos de *reais*. Em seguida, começamos a *aventura em discurso*, abordando noções como *sujeito*, *identificação*, *ideologia* e *imaginário* a partir do *corpus* à disposição do analista. Reservamos à *gestualidade* da interpretação, nos primeiros movimentos de análise, um exercício de *mobilização* de noções e, não, por princípio, uma costura analítica profundamente implicada em nosso objeto de análise: a voz e a parede. As sequências discursivas *expostas* à leitura *abrem* caminho para, mais adiante, somarem-se à tessitura de *sentidos-discursos* povoados em gritos (da voz) e escritas (na parede).

No *capítulo 3*, *amarramos* pontos soltas ao longo da *primeira parte* e, num movimento consequente, abrimos espaço para a voz *falar por si mesma*. Ao passo que fazemos incidir o acarretamento da *reprodução das condições de produção* no quadro da *transformação* dos sujeitos, deixamos fluir as inquietações que atravessam a pesquisa: a falha e o impossível. Remendados à revelia do texto, juntam-se à pergunta de pesquisa para servirem de ponte às *gestualidades* que tomam a voz e a parede como *meio de materialização*. O grito, materialidade que nos *escapa* e nos *toma* de assalto, *ouvido* constantemente em um dos encontros, ganha corpo na voz dos sujeitos que *extravasam* as cordas vocais para *fazerem-se* escutados – grito que ecoa o *nome* “Nêgo”. Orquestrado junto a batidas, esmurros e pancadas, o grito e os elementos que nele se colam são postos no centro das discussões do capítulo para despontar numa tentativa de *sutura* teórica e analítica.

No último capítulo, *capítulo 4*, são demandados gestos de interpretações ainda mais específicos em relação às materialidades em causa. Para falar das paredes e do que nelas se inscrevem, somos levados aos trabalhos sobre *cidade*, já que a expressão do nome(-bairro) – *pichado* nas paredes - salta aos olhos do pesquisador e é trazida à cena pelos adolescentes no exercício imaginativo de registro das *paisagens* no interior da instituição socioeducativa. O nome(-bairro) faz fronteira com o *nome* clamado no grito, indicando *formas* de resistência à *margem* da falha e sob a vigilância do impossível. A *materialidade pulsante* da cidade é atada ao nome(-bairro) de maneira *inesperada* (ao pesquisador), reformulando no tecido simbólico que constitui a cidade relações que põem em *xequê* a hegemonia do

saber urbano, apesar de *impossíveis* de resultarem num *acontecimento discursivo*.  
Há um retorno incontornável ao mesmo...

## 1 CELAS, TELAS, SONS E REVISTAS: COSTURAS SOBREPOSTAS (D)À JORNADA METODOLÓGICA

*Tengo 33,  
el trabajo de un hombre no lo puede hacer un niño  
Salimos a bolsa haciendo daño, cúbrete  
Pon toa' tu mierda en una caja y lárgate  
Que risa!  
No entiendo que dice, que habla  
A mí no me importa tu idioma así que raja*

33 – La Mala Rodríguez

Um texto que se lança a costurar no mesmo *batimento* teoria e análise, certamente choca-se com inúmeros desafios ao longo de sua escrita. O primeiro com que nos deparamos é a organização, em especial, a parte canonicamente atribuída à metodologia na escrita dita científica. Longe de ceder a motivações estilísticas, alocar a metodologia logo de início atende às particularidades do objeto da pesquisa. Se no corpo social paira um *desconhecimento* absoluto em relação às formas de responsabilidade assumidas pelos adolescentes que cometem atos infracionais, na academia não poderia ser diferente. Os sujeitos produtores do saber, inscrevendo-se no discurso da ciência, não deixam de pertencer ao corpo social e nem estão alheios à reprodução de estigmas, de *pré-construídos* e de estereótipos que marcam o “adolescente infrator” no imaginário social. Ao longo da pesquisa foram raras as ocasiões em que algum interlocutor soube compreender o que dizíamos quando empregávamos a palavra “CENSE”, por exemplo. Alguns – e não poucos – associaram a sigla à expressão em francês “sens”, realocando (momentaneamente) a pesquisa numa posição epistemológica e não teórico-interpretativa. Em outras ocasiões, com grande frequência, a sigla e seu nome extenso só faziam sentido quando evocávamos a “antiga FEBEM”. Neste caso, a sigla “CENSE” não se historicizava, não adentrava o território do interdiscurso (memória do dizer), deixando falar em seu lugar a memória *já-lá* da FEBEM, esta sim capaz de fornecer elementos discursivos para interpretação.

Perguntas intimidadoras sobre a coragem, o atrevimento, a necessidade do trabalho com o *sujeito encarcerado* cingiu o universo do que circula socialmente para falar de crime e de adolescência em conflito com a lei. Em outras ocasiões, a incidência do discurso da religião fazia as honras: igual a um *salvador*, o



pesquisador parecia fazer algo pela sociedade, se sacrificava para transformação dos sujeitos que deviam pagar penitência aos olhos de Deus. A investigação dos mecanismos linguísticos-históricos, que produzem evidências e recobrem processos discursivos, pouco parecia ligar-se à temática arguida. Diante de uma conjuntura em que nosso próprio *objeto* parece não corresponder ao *horizonte de expectativas* dos sujeitos da ciência, como poderíamos ser canônicos se sequer logramos fazer que nosso objetivo de pesquisa se faça escutado por ouvintes *cegados pelas evidências ideológicas?*

A tessitura da organização dos capítulos e das reflexões mobilizadas em seu interior, que coloca a ordem canônica em plano secundário, acaba desdobrando seções e subseções que trançam entre si uma coesão que não cede facilmente à tomada textual, nem à progressão temática. Há, na própria escrita, uma exigência por reparo. Os efeitos são visíveis na interface que desenha o capítulo entre o campo teórico-metodológico e as condições de produção, esta última imprescindível à compreensão das próprias análises formuladas ao longo do todo textual. As condições de produção, portanto, sustentam todo o corpo textual, atravessando a materialidade dos dados e possibilitando a interpretação do analista. No capítulo elas são divididas pela sua implicação histórica e pela cisão particular da pesquisa; no primeiro plano, o *amplo*, sinalizamos o modo de ordenamento jurídico dos adolescentes privados de liberdade e da instituição que os *ressocializa*, assim como buscamos nos domínios da mídia e da política lugares que alimentam o imaginário social sobre o “CENSE” e os *sujeitos encarcerados*. A discussão é atravessada pela noção de ARE - oriunda da filosofia althusseriana - e considera a presença de um impossível de dizer infligido à ordem das palavras no interior da instituição socioeducativa. Num segundo plano, há as condições *locais* ou *estritas*, que concernem ao entorno da pesquisa e aos dados *empíricos* dos sujeitos participantes. Nesse momento são explicitados a arquitetura do planejamento e os resultados de sua aplicação, além dos elementos que permitiram, no percurso dos encontros temáticos, o recorte pela *voz* e pela *parede*. Portanto, iniciando a jornada metodológica, damos espaço ao lugar do discurso na ciência, ou melhor, seus múltiplos conflitos com a ordem do fazer científico.

### 1.1 Ciência e Método em (dis)curso: confrontos!

Da gramática comparada à linguística, passando da sintaxe à semântica, aportando na análise de discurso, ciência(s) e método(s) conformam-se numa palavra: confronto. A linguagem, como mérito de causa, está no centro desses avessos incontornáveis que fundam diferenças nas teorias do campo da linguagem, incluindo a AD, a cujo exame, por força de inscrição, passamos na seção.

A linguagem está imbuída no debate da permissividade do científico e dos (a)tributos dos métodos. Desde que Benveniste no quadro da linguística da enunciação mostrou que a fala (FIORIN & DISCINI, 2012) possui princípios passíveis de estabelecer pontos de regularidade, houve, institucionalmente, a legitimação, dentro do quadro da linguística, do estudo da linguagem e dos elementos constituídos em suas *adjacências*. Nessa passagem simbólica, Benveniste coloca na agenda da linguística o *discurso* (fala) que, no corte saussuriano, permaneceu em plano secundário. Aberta, a ciência linguística possibilitou a impulsão de estudos que emergiam para além da pesquisa essencialmente da estrutura linguística, tomando como domínio a linguagem e, por consequência, o discurso.

O processo de abertura iniciado em Benveniste possibilitou a interferência, em certas teorias linguísticas, de outros campos como o materialismo histórico e a psicanálise. Movimento permeado por conflitos e confrontos, a possibilidade do discurso ressoou de modos divergentes frente aos mecanismos de *produção de coisas a saber* da linguística. Entre os ecos franceses está a crítica formulada por Milner (2012) e retomada por Gadet e Pêcheux (2004) à ciência linguística, que tomou contornos a partir na noção de *real da língua*. O real da língua<sup>4</sup> (Gadet & Pêcheux, 2004; Milner, 2012), objeto próprio do linguista, encontra-se enredado às ideias de ciência (kantismo, popperianismo) (MILNER, 2012) e em métodos sólidos (descrição assintomática, intuição empírica) (MILNER, 2012)<sup>5</sup>, que são postos em ditames na formalização e na sinalização da função no quadro de estudo da linguística. Afastando-nos dos espectros de *ciência régia* (Pêcheux, 1990) - ciência da regulação (absorve ou condena teorias) - poderíamos afirmar que a linguística atribuirá a si um controverso papel de *estranho semelhante*, num campo desenhado em seu próprio interior: o discurso.

---

<sup>4</sup> A noção é desenvolvida no próximo capítulo.

<sup>5</sup> Sugerimos ao leitor a consulta ao capítulo “Linguística una e indivisível” na edição de *Amor da língua* (2012).

Pêcheux, fundador da escola francesa de análise de discurso, produziu leituras apropriadas sobre os postulados saussurianos. O cuidado teórico na reflexão sobre o discurso, em sua interface com a língua, a história e a ideologia destrincharão algumas posições desconfortáveis em relação à Linguística: do corte de língua/fala, passamos ao de língua/discurso (Cf. Orlandi, 2012), por exemplo. Pontos significativos, incontornáveis. Se temos de falar em ciência e método em AD, acreditamos que um lugar na ordem do saber, apesar de não provar nada, deve ser evocado para justificar *deslocamentos, rupturas, diferenças*: o materialismo.

Arriscamo-nos: enquanto a linguística tem sua matriz no positivismo, a AD toma corpo no que denominamos de *ciência materialista*, comungando seus antecedentes no continente-História<sup>6</sup>. Seria suficientemente imprudente qualificar a teoria pecheuxtiana, porém, como teoria apartada do escopo linguístico; o que está em causa entre o (neo)positivismo da linguística<sup>7</sup> e o materialismo da AD, é a (forma)lização. Para a primeira, há um trabalho descritivo que acontece a partir de formas abstratas, isto é, *articulação* de representações linguísticas em estruturas ideais, racionadas, virtuais; para a segunda, as formas só podem ser materiais, ou seja, os sentidos e os sujeitos só podem ser significados por formas materiais linguísticas e históricas. Ainda que haja esta distância, Orlandi (2001) dirá que na linguística a materialidade identifica-se com o estritamente linguístico, com a norma gramatical e seus antepassados. Impõe-se um paradoxo: a linguística se depara com a materialidade linguística sem *desvelá-la* além da estrutura, enquanto a AD a explicita, apreende seus pontos de intrincamento com a história, regidos pela ideologia – não há então, a rigor, formalização.

Por tal via, a AD é uma ciência na qual o linguístico está em relevância, portanto, *afeta* as ciências da linguagem e inscreve-se no quadro mais amplo da linguística, produzindo conflitos. Para Orlandi (2001, p. 32, grifos nossos) é correto afirmar que a AD:

---

<sup>6</sup> Entendemos aqui, trazendo Althusser (1980, p. 157) que: “Marx fundou uma ciência nova: a ciência da história. [...] As ciências que nós conhecemos estão instaladas em alguns grandes 'continentes'. Antes de Marx estavam abertos ao conhecimento científico dois continentes: o continente-Matemática e o continente-Física. O primeiro pelos gregos (Thales) e o segundo por Galileu. Marx descortinou um terceiro continente: o continente-História.”

<sup>7</sup> Compreendemos por positivismo em Linguística, a interpretação dos fatos de linguagem que, apesar de contraposta ao idealismo, pauta-se em descrições aparentemente objetivas, desconsiderando a subjetividade como elemento constitutivo da língua.

[...]trata[-se] de uma ciência que, procedendo a uma passagem da noção de **função** para a de **funcionamento**, e pela instituição de procedimentos analíticos que permitem uma ruptura na relação entre a prática e a teoria, estabelece seu objeto próprio – o discurso – sua unidade de análise (**o texto**), com seus pressupostos teóricos que delimitam um campo disciplinar e em relação ao qual seus resultados fazem sentido.

A mudança de terreno do conceito de forma, da linguística, para a AD, enquanto forma material, consiste em outro deslocamento que compõe as posições que tomamos - posições incapazes de renderem-se ao neo(positivismo) que constantemente ronda a prática científica. Assim sendo, da função ao funcionamento, pensamos o discurso enquanto processo; processo que coloca em funcionamento *efeitos de sentido entre locutores* (PÊCHEUX, 2009), cujas técnicas, vielas e efervescências não são acumuláveis, à diferença do (neo)positivismo que reaplica o já consolidado em seu interior indistintamente a qualquer materialidade. Por isso, “[...] a Análise de Discurso é uma disciplina de interpretação (e não uma ciência natural)” (ORLANDI, 2001, p. 34), quer dizer, as espessuras dos processos semânticos são postos em investigação a partir de gestos de interpretação que possibilitam, através de dispositivos, analisar a textualização do político em confronto com o simbólico.

Dispositivo teórico e dispositivo analítico – costurados no gesto do analista - compõem o que se espera do *método* em AD. Dispositivo<sup>8</sup>, por sua vez, em nossa perspectiva, compreende os mecanismos que possibilitam a identificação da **materialidade dos fatos** (ORLANDI, 1996, p. 79) – (voltaremos a esse ponto adiante). Posto de outro modo, o dispositivo possibilita que o movimento da significação seja compreendido face a diferentes materialidades; nesse caso, a materialidade da linguagem é vista como não transparente (*idem*), portanto, a construção de um dispositivo que investigue sua espessura linguística e histórica – a discursividade –, possibilita a formulação de uma via para aceder a ela (*idem*). Assim, pensamos o dispositivo face à teoria e à análise, que em determinados pontos mostram-se completamente indistinguíveis.

Orlandi (2012, p. 27) estabelece que: “embora o dispositivo teórico encampe o dispositivo analítico, o inclua, quando nos referimos ao dispositivo analítico, estamos pensando no dispositivo teórico já ‘individualizado’ pelo analista em uma

---

<sup>8</sup> O *sentido* de *dispositivo* composto na prática de análise é diferente ao *dispositivo normativo* que entalha o funcionamento disciplinar do CENSE, como explicitado na próxima seção.

análise específica”, isto é, quando fatos e teoria já estão costurados. Desta forma, o dispositivo teórico sustenta os pressupostos fundamentais e essenciais da AD, os quais são expressos em formas de conhecimentos científicos, por conceitos e métodos, que medeiam o batimento<sup>9</sup> entre descrição e interpretação (*idem*). Os princípios elementares da teoria, como os esquecimentos, a não transparência da linguagem, a incompletude, a dispersão, o sistema capaz de falhas, etc., portanto, devem permanecer presentes em qualquer trabalho que reivindique para si a denominação de AD.

No que concerne à ligação *íntima* entre descrição e interpretação, Pêcheux (1990, p. 50, grifos do autor) estabelece que a primeira: “[...] não é uma apreensão fenomenológica ou hermenêutica na qual *descrever* se torna indiscernível de *interpretar* : essa concepção da descrição supõe ao contrário o reconhecimento de um real específico sobre o qual ela se instala: o real da língua [...]”. Podemos depreender que o movimento da descrição *supõe* que o analista compreenda que não há descrição sem interpretação e, que isso, contudo, não leve, pela via da teoria do discurso, a uma apreensão total do sentido ou ao contorno de significações sempre ambivalentes. Descrever é, em nossos termos, expor-se ao equívoco, à possibilidade do deslocamento, à incompletude que marcam a língua em seu real.

A interpretação, por sua vez, ganha contornos metodológicos particulares na perspectiva teórica em que nos inscrevemos. Seguindo Orlandi (1996, p. 84), podemos colocar a interpretação diante das seguintes modalidades:

[...] a) o gesto de interpretação do analista, que se dá no apoio de um *dispositivo teórico* e, b) o gesto de interpretação do sujeito comum, que se dá em um *dispositivo ideológico* com seu efeito de evidência. Esse efeito é o que nega a interpretação no momento mesmo em que ela se dá.

A diferença dá conta de marcar a dimensão da interpretação repartida: de um lado, há a interpretação científica do analista e, de outro, a interpretação ordinária dos sujeitos cotidianos. Na interpretação *ordinária* os sujeitos são capturados por dois esquecimentos, um da ordem inconsciente e outro da ordem enunciativa. No primeiro, o sujeito tem a ilusão de ser a origem do sentido, e no segundo de controlar a opacidade da língua. No próximo capítulo daremos consequência aos

---

<sup>9</sup> Referimo-nos à indissociável costura que se faz na interpretação entre a posição-sujeito e a descrição. Em AD, não há descrições *ingênuas*, nem interpretações *soberanas*. Compreendemos que toda descrição já individualiza a relação do posição-sujeito frente aos fatos em causa, por isso há um batimento entre descrição e interpretação.

esquecimentos numa relação analítica. Quanto ao gesto de interpretação praticado pelo analista, este se formula em relação à teoria, aos procedimentos de análise e à inscrição do pesquisador na ordem da ciência. Esses movimentos devem, a rigor, constituir um dispositivo capaz de *suportar* as demandas de reflexão do objeto de análise (ORLANDI, 2012) e as exigências pela cientificidade.

Por outro lado, o gesto de interpretação do sujeito comum também é *injunção a significar diante de qualquer objeto simbólico*, e constitui/formula-se a partir de um dispositivo ideológico, porque a significação é uma prática ideológica interpretativa (ORLANDI, 2001); a interpretação, dessa forma, apaga-se, nega-se, para atestar a transparência dos sentidos. Portanto, o batimento entre descrição e interpretação é que permite ao analista trabalhar nos liames do (im)possível da significação, lidando com o confronto das diferentes bordas que sustentam as inscrições dos sujeitos à memória do dizer, compreendendo o discurso enquanto objeto simbólico.

Da passagem do dispositivo teórico ao dispositivo analítico, algumas diferenças em relação aos muros tradicionais da ciência são notáveis. Segundo Orlandi (2001, p. 49), no dispositivo analítico o que está em jogo é “[...] tornar visível para o leitor o movimento da compreensão do analista e, em decorrência, a sua própria posição na interpretação”. Ao tomar o texto como lugar de compreensão do discurso, o analista situará os gestos de interpretação produzidos por sujeitos que se inscrevem numa determinada posição, expondo, nesse passo, seus efeitos de sentidos (*idem*, 1996) em relação às condições de produção. O analista atesta sua leitura, sua escuta, sua exposição, a sustentação da sua *interpretação* dos fatos que são recortados para análise, sem tornar o gesto analítico *efeito de verdade* (*idem*, 1996). Sendo assim, no dispositivo analítico *fatos* e teoria são costurados mutuamente. Voltando-se aos *fatos* está o grande ganho da AD: não há procedência da teoria para subordinar o objeto, nem antecedência dos fatos para limitar a teoria, há tessituras conjuntas.

A explicação delimitada aqui serve apenas para conformar os leitores com menos circulação no campo do discurso. Nossa posição é a de que não há ascendência de um dispositivo sobre outro, há imbricações indistinguíveis, por isso, dispositivo teórico-analítico. Atravessamento de múltiplos esforços teóricos que somam *dívidas* impagáveis no movimento de compreender a textualização do político, cujo terreno de esfacelamento não é da ciência (neo)positivista, mas da linguagem colocada sob luzes incandescentes em interrogatórios vacilantes.

Voltando ao ponto de abertura, consideramos a linguagem enquanto composição, com suas tecnologias e ambivalências está irremediavelmente amarrada ao simbólico e, por consequência, à incompletude. Há algo que não se fecha, permanece sempre aberto. Essa abertura é que importa à AD, cujo ideal de ciência é o *materialismo* e a ciência ideal é a *semântica dos processos discursivos* – partindo de empréstimos de Milner (2012).

Em referência ao nosso objetivo, o dispositivo teórico-analítico tomou contornos especiais. Sendo mais justos: a composição da pergunta de pesquisa e os recortes aconteceram em circunstâncias contingentes, nas quais improvisamos perguntas, problematizamos falas, nos deixamos levar pelo que escutávamos, por *restos* que *gritavam*. Num só golpe houve fatos, teoria e horizontes analíticos. Indissociáveis. A particularidade da pesquisa versa sobre o fato de que esse nó que vislumbramos produzindo sentidos aconteceu concomitantemente às oficinas que conduzíamos. De certa forma, emergências pelo fazer científico, pelo *fogo de um trabalho crítico*. Não poderia ser diferente. Abrimos caminho às condições de produção, a fim de tornar as indagações legíveis e compreensíveis à margem da incompletude que ronda qualquer processo discursivo.

## 1.2 Condições de Produção: na (in)determinação dos sentidos

Robin (1977, p. 26) defende que: “[...] o discurso só é discurso quando se refere a suas condições de produção”. Entretanto, o que são as *condições de produção (CP) que fazem do discurso, “discurso”?* A noção é explicitada por Courtine (2014) como um terreno movediço embargado por traços empíricos e elementos pertencentes à teoria do discurso, compondo não raramente um descompasso entre o que é psicosociológico e o que é linguístico. Nas palavras do autor,

A definição de CP do discurso age, portanto, no que se refere às sequências discursivas<sup>10</sup> que comporão o *corpus* discursivo à maneira de um funil, ou melhor, de um *filtro* que opera por extrações sucessivas: extração de um campo discursivo determinado de um ‘universal discursivo’, extração ou isolamento de sequências discursivas determinadas, uma vez

---

<sup>10</sup> As sequências discursivas (SDs) são recortes operados pelos analistas de discurso na superfície significante que permeia as formulações linguísticas. Por meio delas podemos chegar ao discurso enquanto efeito de sentido materializando-se na língua.

delimitando o campo discursivo de referência (COURTINE, 2014, p.54-55, grifos do autor).

O corte operado no *corpus*, a fim de *extrair* as SDs, se faz composto no trabalho simbólico que coloca a superfície linguística como posto de tomada e de inscrição de *universos discursivos*. Portanto, mesmo cercada de traços que delatam a materialidade física do ato enunciativo, as CP não constituem blocos homogêneos que determinam regiões da história e da enunciação para servir de prova e base histórico-semântica para fornecer aos enunciados certos sentidos. Antes, as CP pautam-se na heterogeneidade, abstraindo da história a *contradição* como princípio que reveste os processos discursivos. O “campo discursivo de referência”, deste modo, permite identificar – numa formação social – as intrincadas a relação entre os enunciados, as formações discursivas e o interdiscurso. Por isso, as CP possibilitam a explicitação do funcionamento de determinados mecanismos discursivos na produção de diferentes efeitos de sentido: *não há dado incontestável que assegure a homogeneidade do dizer*.

Orlandi (2012), por sua vez, considera que as CP atendem a condições em *sentido amplo* e em *sentido estrito*. As CP em *sentido amplo* correspondem às implicações sociais e históricas que contornam, pela memória, os fatos de linguagem postos em causa pelo analista. Em nosso trabalho, trata-se do *encarceramento juvenil* envolto em práticas históricas de detenção de adolescentes e as instituições que assumem o papel de prover a socioeducação. As CP em *sentido estrito*, no mesmo escopo, dizem respeito à materialidade física, isto é, ao contexto imediato (sujeito, espaço, temporalidade histórica presente). Neste caso, são os participantes e as especificidades da pesquisa que importam. Ressaltamos que a ideologia perpassa as CP, sejam *amplas* ou *estritas*, como efeito elementar que conduz os sentidos a certas direções. Deste modo, as CP compreendem a posição de inscrição do sujeito no discurso (posição sujeito), o contexto e as *formações imaginárias* (PÊCHEUX, 2009).

Isto posto, passamos a observar como o chão do CENSE se converte numa arena no qual *práticas* e *discursos* entram em choque, se recobrem, antagonizam, na sustentação de *posições discursivas* e de saberes que adelgaçam o imaginário social, fazendo as CP se tencionarem na (in)determinação do dizer. A composição do nosso *corpus* não está apartada desse processo que tentamos desnudar nas próximas páginas.



### 1.2.1 Da letra da lei ao imaginário social: como o CENSE (se) significa?

No sentido próprio do termo, o que é o *CENSE*? A pergunta não parece um bom começo. Supõe nos *efeitos* das possíveis respostas a *harmonia totalizante* de uma explicação única. Portanto, não há como nós, em um gesto de interpretação, determinarmos o que a instituição é, ou melhor, como ela (se) significa sem recorrermos a domínios que a tomam como objeto de *saber*. Deixamos, portanto, o discurso sobre o *CENSE* e os *sujeitos encarcerados* desenharem-se em diferentes domínios de saber: a Lei, a mídia e a política. No (não) cruzamento entre as três instâncias, as *instituições socioeducativas* e os *sujeitos encarcerados* são abastecidos com evidências (re)formuladas através de *projeções no imaginário social*, campo que conserva resíduos simbólicos da história e das sociedades, possibilitando aos referentes apontados, na (in)determinação, serem tomados a partir de diferentes *imagens e posições-sujeito*. No entanto, não tomaremos os domínios da Lei, da mídia e da política com vistas a demonstrar a trajetória política e histórica da situação de *encarceramento juvenil*, antes selecionamos recortes que permitem reconstituir fragmentos do tecido da memória que rondam imaginários sobre o *CENSE* e os *sujeitos encarcerados*. A exposição englobará instrumentos legais (leis), notícias e reportagens sobre adolescentes que cometeram atos ilícitos e as instituições socioeducativas, além do discurso de políticos que tomam o *encarceramento juvenil* e o *ECA* como tema. Neste último domínio também se sobressai a mudança ou a manutenção de legislação para diminuição da maioria penal fixada - até o momento da escrita, definida em 18 (dezoito) anos. Nosso intento ao trazer diferentes recortes é *aportar* a memória do dizer restituindo as CP e não produzir um movimento analítico como o fazemos diante do *corpus*. Trata-se de um exercício que busca mostrar a heterogeneidade que constitui os discursos que tomam como referente, dentro da nossa formação social, o universo do *encarceramento juvenil*.

#### 1.2.1.1 A morfologia do discurso do Direito: adolescente, *um sujeito de direito*?

A passagem da *submissão* à palavra Deus na sociedade feudalista à *livre sujeição* ao Texto (lei do Estado) marca o assentamento de nossa atual formação

social: a sociedade de direito (HAROCHE, 1992). Nela, o sujeito passa a ser determinado pelo discurso do Direito, identificando-se como *sujeito de direito*. De acordo com Laggazi (1988, p.39):

[...] [esta] é uma noção histórica, que só se concebe à noção de Estado. Ambas – a de sujeito-de-direito e a de Estado – surgiram concomitantes à fundamentação do poder jurídico que, por sua vez, foi (é) decorrência de modificações econômicas que, a partir do século X, ocasionaram a passagem gradual do feudalismo para o que se concretizaria, mais tarde, como capitalismo.

O discurso do Direito, portanto, ganha força à medida que o Estado promove o processo de *assujeitamento* (processo de individualização do sujeito) às leis, às instituições e às relações sociais que marcam a formação social. A forma-sujeito de direito passa então a corresponder ao sujeito *livre, responsável e autônomo* para *dizer e fazer*. Laggazi (*idem*, p. 20) ainda explica que: “[...] cada vez mais fortemente o sujeito-de-direito foi se configurando, e hoje a responsabilidade é uma noção constitutiva do caráter humano, da pessoa, do cidadão, sem o que não nos reconheceríamos socialmente”. A *responsabilidade*, apontada como elemento determinante do sujeito de direito, baliza o discurso do Direito e faz das leis o solo em que o Texto *regule, institua e assegure* a validade de qualquer proposição encetada como socialmente necessária. O discurso do Direito faz, portanto, a interpretação ser interdita (HAROCHE, 1992), já que o efeito de verdade deve permanecer como *uno, lógico*, conduzindo à disciplinarização e à subordinação do sujeito ao Estado, *sujeito responsável*.

Nessas condições, leis são (re)formuladas e repostas nas relações jurídicas que *revestem* a sociedade, como o caso do ECA, expoente das leis e políticas ligadas à infância e à adolescência no Brasil. A partir da sua promulgação em 1990, resultado do processo de redemocratização da República e de movimentos que contestavam a *cultura menorista*<sup>11</sup>, o estatuto estabeleceu fortes mudanças no modo como as práticas de *encarceramento juvenil* eram disciplinadas e encetadas pela legislação anterior, isto é, o *Código de Menores* (Lei Nº6.697/1979 que regia a

---

<sup>11</sup> Segundo Colombo (2006, p. 19): “Cultura menorista se refere ao conceito criminológico e social derivado do termo ‘menor’. Este termo, cunhado desde o início da República, estaria em oposição às crianças e adolescentes filhos de famílias abastadas. Conceito atribuído ao pobre, abandonado ou infrator, sendo tratado como ameaça social. Este conceito de cultura menorista passou a judiciar o adolescente pobre, caracterizando-o como potencial bandido e culpando-o pelo desvirtuamento social, portanto passível de forte controle policial, judicial, carcerário e assistencial”.

“assistência”, “a proteção” e a vigilância de menores de idade) e a lei que instituía a FUNABEM – Fundação do Bem Estar do Menor (Lei Nº4.513/1964)<sup>12</sup>. A FEBEM, Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor, foi a instituição (no Estado de São Paulo) que, inserida nas políticas públicas pautadas na Lei Nº4.513/1964, mais colou-se à memória do dizer, ecoando na história nacional e possibilitando, por exemplo, a compreensão dos interlocutores da pesquisa quando confrontados com a designação *CENSE*. No Estado do Paraná, por sua vez, até a mudança de designação das unidades socioeducativas para *CENSE* (em 2006), a *FEBEM* equivalia ao *Educandário*<sup>13</sup>. Antes do Código de Menores vigoraram outros aparatos jurídicos que suscitaram o uso de expressões como *reformatório*, *unidade social*, que não são objeto de recorte aqui, apesar de comporem os sentidos do *encarceramento juvenil* constituído em redes de memória linguístico-históricas<sup>14</sup> que possibilitam a historicização do *CENSE*.

Optamos por *enfatizar* o ECA que, até o momento em que se deu a escrita, é o instrumento jurídico que disciplina o regime legal dos adolescentes em conflito com a lei, junto ao decreto estadual Nº 7.663/2006, que institui os *CENSEs*. Especificando a discussão, remeteremos ao ECA as passagens que versam sobre as *medidas socioeducativas* e o *regime de internação* em estabelecimento de socioeducação, além dos direitos dos adolescentes *durante* a internação<sup>15</sup>.

---

<sup>12</sup> Chamamos a atenção para o ano de promulgação da lei que institui a FEBEM, isto é, 1964, mais conhecido como o ano do golpe militar que ocasionou anos de retrocesso à sociedade brasileira, seja em termos de produção cultural, de fortalecimento da democracia ou de produção econômica. No final dos anos 1980, a ditadura militar com suas célebres figuras (Castelo Branco, Costa e Silva, Médici, Geisel e Figueiredo) é acometida pelo resultado da má gestão fiscal e econômica, que produzirá no final dos anos 1980 o agudo problema da inflação. Saindo pela porta da frente, os militares eclodem a “democraciatização” no seu mais tenro amanhecer. Quando à relação entre a ditadura militar e a instituição da FEBEM, cabe ressaltar a reorganização dos aparelhos ideológicos e do próprio aparelho repressivo no ano do golpe. Sob a intervenção militar, o Aparelho Repressivo ganha outro papel e, os *menores*, *outro tratamento*.

<sup>13</sup> Na seção 1.2.2 demonstraremos como o *Educandário* e o *CENSE* delimitam fronteiras no modo em que a instituição socioeducativa *se projeta* aos adolescentes privados de liberdade.

<sup>14</sup> Acreditamos que uma historiografia que, tomando o quadro paranaense como objeto, explicita uma *trajetória* mais completa do uso de designações relacionados à infração juvenil, seja o trabalho de Colombo (2006). Sugerimos a apreciação do leitor. Agradeço, particularmente, à Mara, pela indicação.

<sup>15</sup> Os *enxertos* extraídos das leis e de instrumentos normativos são citados extensamente ao longo das seções. Apesar de destoante, a escolha por manter certa integridade dos artigos e incisos está relacionada à materialidade dos processos discursivos que constituem a socioeducação. Além disso, são aparatos (como todas as leis!) que não costumam *circular* no ambiente acadêmico (salvo em discussões pontuais ou em cursos especializados) contribuindo para o distanciamento existente entre a prática socioeducativa e os discursos sobre o *encarceramento juvenil*.

O estatuto define que: “**Art. 2º** Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade” (BRASIL, 1990, s/p). Capturados pelo discurso do Direito, crianças e adolescentes, apesar de encontrarem-se em situação de menoridade penal, têm seu lugar como *sujeito de direito* assegurado em formas jurídicas descritas e explicitadas pelo ECA. Na letra da lei, a adolescência constitui uma temporalidade determinada a fim de agarrar “aqueles que” se enquadrem em suas definições. Desta forma, os que extrapolem os princípios penais ficam sujeitos às suas sanções, já que o sujeito de direito é *responsável* pelo que *faz e diz*. No caso dos adolescentes de doze a dezoito anos que cometam ato infracional, ficam subordinados (responsabilizados) às *medidas socioeducativas*. No ECA, as *medidas socioeducativas* são empregadas quando há realização de atos ilícitos dividem-se da seguinte maneira, por ordem de gravidade, no Art. 112º (BRASIL, 1990, s/p):

- I - advertência;
- II - obrigação de reparar o dano;
- III - prestação de serviços à comunidade;
- IV - liberdade assistida;
- V - inserção em regime de semi-liberdade;
- VI - internação em estabelecimento educacional [...]

Cada medida socioeducativa é aplicada a determinado perfil de adolescente, conforme o crime cometido e a capacidade do adolescente em executá-la. Nessa direção, a aplicação da medida de *internação* em estabelecimento educacional (grau de maior gravidade) é executada no Estado do Paraná em um CENSE, como já sinalizamos. Conforme o Art. 122º da mesma lei, a medida de *internação*, que restringe a liberdade, deve ser aplicada apenas em três circunstâncias, quando:

- I – tratar-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência a pessoa;
  - II – por reiteração no cometimento de outras infrações graves;
  - III – por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta.
- § 1º O prazo de internação na hipótese do inciso III deste artigo não poderá ser superior a 3 (três) meses, devendo ser decretada judicialmente após o devido processo legal.
- § 2º. Em nenhuma hipótese será aplicada a internação, havendo outra medida adequada (BRASIL, 1990, s/p).

A *internação* ou *encarceramento* é aplicado em última medida, quando todas as *vias* anteriores já não conseguem garantir um desenvolvimento integral do adolescente. Passa a ser necessário, então, um trabalho que afastando o

adolescente da sociedade, faça-o retornar “transformado” para o convívio (*pacífico?*) com toda a estrutura social. A medida socioeducativa é *sentenciada*, deste modo, quando o ato infracional envolva graves teores de violência e de ameaça física; constatada reincidência do ilícito; e, sempre que descumprida medida socioeducativa anterior. No regime penal são essas três ocorrências que deferem pela internação dos adolescentes. Sujeito à medida socioeducativa de privação de liberdade, o adolescente encontrará na internação, os seguintes princípios, fomentados pelo ECA:

**Art. 121.** A internação constitui medida privativa da liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

§ 1º Será permitida a realização de atividades externas, a critério da equipe técnica da entidade, salvo expressa determinação judicial em contrário.

§ 2º A medida não comporta prazo determinado, devendo sua manutenção ser reavaliada, mediante decisão fundamentada, no máximo a cada seis meses.

§ 3º Em nenhuma hipótese o período máximo de internação excederá a três anos.

§ 4º Atingido o limite estabelecido no parágrafo anterior, o adolescente deverá ser liberado, colocado em regime de semi-liberdade ou de liberdade assistida.

§ 5º A liberação será compulsória aos vinte e um anos de idade.

§ 6º Em qualquer hipótese a desinternação será precedida de autorização judicial, ouvido o Ministério Público (*ibidem*).

O objetivo da *internação* para promover o desenvolvimento integral do adolescente, portanto, deve seguir princípios que respeitem o momento da adolescência como período determinante na formação intelectual, psicológica, física e cognitiva do adolescente. A *internação* possibilitará atividades em que o adolescente possa, a critério da equipe técnica da unidade educacional, realizar externamente, isto é, conviver excepcionalmente junto à sociedade. Nos incisos do artigo também são esclarecidos alguns prazos em relação à permanência do adolescente no estabelecimento educativo. O prazo máximo para a medida socioeducativa de privação total de liberdade será de três anos, sendo que a cada seis meses os avanços no processo de socioeducação são avaliados pela personalidade jurídica a cargo do processo. Dois elementos nos chamam a atenção: a transgressão do maior tempo estipulado para a medida e a idade máxima em que o adolescente pode permanecer na instituição. Cumprido os três anos máximos previstos pela sentença, o adolescente é posto em liberdade. Já a idade máxima na qual o adolescente poderá permanecer *internado* é até o limite de vinte e um anos, o

que faz com que o limite estabelecido de idade de dezoito anos, estabelecido pelo ECA para a maioridade penal, seja alargado considerando o objetivo da socioeducação. As regras estabelecidas passam a regular a prática jurídica e a prática *socioeducativa* nas instituições em que é levada a cabo. Ainda na esteira da estruturação legal da internação somos levados às disposições do Art. 123:

**Art. 123.** A internação deverá ser cumprida em entidade exclusiva para adolescentes, em local distinto daquele destinado ao abrigo, obedecida rigorosa separação por critérios de idade, compleição física e gravidade da infração.

**Parágrafo único.** Durante o período de internação, inclusive provisória, serão obrigatórias atividades pedagógicas (*ibidem*).

A entidade educativa responsável pela *internação* deverá possuir condições de abrigar *apenas* adolescentes. O próprio aparato legal parece conceder autorização para divisão dos internados por “grupos de periculosidade”, conservando em seu interior o entendimento de que o controle dos corpos e a restauração social do adolescente na internação está condicionado à divisão por idade, físico e gravidade do crime cometido. Nos perguntamos: a não divisão acarretaria em consequências para o processo socioeducativo ou para o controle disciplinar? No parágrafo único duas informações devem ser consideradas: as atividades pedagógicas deverão ser obrigatórias, ofertadas em todas as formas de internação. A internação provisória difere da internação de forma definitiva. Na primeira, o adolescente depois de apreendido permanece durante um período de no máximo quarenta e cinco dias aguardando a definição da sua condição em um CENSE de internação provisória. Já no segundo caso, o adolescente que receba a sentença de medida de privação total de liberdade é encaminhado para o CENSE de internação definitiva que o abrigará pelo máximo de três anos (dependendo do tempo estipulado para internação). Portanto, na privação de liberdade, há CENSEs que abrigam adolescentes em internação provisória e os que os *salvaguardam* por um longo tempo. Ressaltamos que o CENSE escolhido para pesquisa atende internações de forma definitiva. Partindo do exposto, notamos que o modo do documento redigir as medidas socioeducativas não deixa de atender à forma das leis penais, que estipulam os delitos e o tempo de detenção para os crimes cometidos, as condições de aprisionamento e de remissão da sentença. A questão, posta descritivamente aqui, poderá resultar em trabalhos posteriores, ao colocar em destaque os modos de produção do ECA enquanto instrumento jurídico.

Num dos últimos e mais extensos excertos do ECA trazidos para compor a contextualização do *encarceramento juvenil* no âmbito jurídico, destacamos os direitos dos adolescentes assegurados durante o momento de privação de liberdade:

**Art. 124.** São direitos do adolescente privado de liberdade, entre outros, os seguintes:

- I - entrevistar-se pessoalmente com o representante do Ministério Público;
  - II - peticionar diretamente a qualquer autoridade;
  - III - avistar-se reservadamente com seu defensor;
  - IV - ser informado de sua situação processual, sempre que solicitada;
  - V - ser tratado com respeito e dignidade;
  - VI - permanecer internado na mesma localidade ou naquela mais próxima ao domicílio de seus pais ou responsável;
  - VII - receber visitas, ao menos, semanalmente;
  - VIII - corresponder-se com seus familiares e amigos;
  - IX - ter acesso aos objetos necessários à higiene e asseio pessoal;
  - X - habitar alojamento em condições adequadas de higiene e salubridade;
  - XI - receber escolarização e profissionalização;
  - XII - realizar atividades culturais, esportivas e de lazer;
  - XIII - ter acesso aos meios de comunicação social;
  - XIV - receber assistência religiosa, segundo a sua crença, e desde que assim o deseje;
  - XV - manter a posse de seus objetos pessoais e dispor de local seguro para guardá-los, recebendo comprovante daqueles porventura depositados em poder da entidade;
  - XVI - receber, quando de sua desinternação, os documentos pessoais indispensáveis à vida em sociedade.
- § 1º Em nenhum caso haverá incomunicabilidade.
- § 2º A autoridade judiciária poderá suspender temporariamente a visita, inclusive de pais ou responsável, se existirem motivos sérios e fundados de sua prejudicialidade aos interesses do adolescente (*ibidem*).

A passagem esclarece vários pontos da dinâmica da internação no que diz respeito ao rito legal e às garantias jurídicas do adolescente *internado*. Também são estabelecidos princípios que a instituição deve manter no tratamento com os *internos*, como o respeito e a dignidade. Porém, o que *seria* respeito e dignidade para aqueles que assumem a função de cuidadores? Como os princípios compõem a prática da socioeducação?

As visitas de pessoas externas como pais ou responsáveis é garantida pelo menos semanalmente, mas diante de fatores que exponham a internação em risco as visitas podem ser suspensas. Outra via para conviver socialmente com seus familiares ou pessoas próximas são as correspondências por carta ou outro meio de comunicação. A escolarização, profissionalização e atividades culturais, esportivas e de lazer também devem integrar o processo de internação, assim como a qualificação escolar e profissional. O ponto levantado da qualificação profissional merece um estudo particular, uma vez que a qualificação profissional, por meio de

cursos técnicos, capacita o adolescente para o mercado de trabalho, pressupondo sua ressocialização nas práticas de sociabilidade do capital, o que deixa aberta a questão: seria o ensino técnico voltado para o mercado (econômico) a solução para o problema da criminalidade e de outras mazelas sociais?

Na última passagem da lei enfatiza-se o *papel* do Estado no processo de internação, que conforme o “**Art. 125**. É dever do Estado zelar pela integridade física e mental dos internos, cabendo-lhe adotar as medidas adequadas de contenção e segurança” (*ibidem*). As medidas de contenção e de segurança, portanto, são garantidas na lei para assegurar ações que impeçam a responsabilização do Estado em casos de mortes e de motins e como meio de facilitar o controle sobre os corpos?

Do ECA passamos ao CENSE. No decreto estadual Nº 7663/2006 há a mudança de denominações como *Educandário* para *Centro de Socioeducação*, numa unificação das designações a fim de equalizar a política socioeducativa no Estado do Paraná, em atenção ao ECA. O decreto estabelece administrativamente as delegações das unidades socioeducativas, concedendo ao *IASP* a reprodução de valores e princípios éticos, filosóficos e pedagógicos quanto à condução e ações da internação. O *IASP*, Instituto de Ação Social do Paraná, à época do decreto respondia pela lotação administrativa das equipes técnicas e administrativas que gerenciavam a socioeducação. Hoje, passamos mais de 10 anos, muitas foram as mudanças; o gerenciamento da socioeducação passou do *IASP* para extinta Secretaria de Estado da Criança e da Juventude – *SECJ*, mais tarde para Secretaria da Família e Desenvolvimento Social do Estado do Paraná, para então ser lotado (até o momento atual da escrita) no Departamento de Socioeducação - *DEASE*, na hoje Secretaria da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos. As passagens da *socioeducação* de instituto a secretarias, até ser reduzida em departamento atendeu às políticas neoliberais que marcaram os últimos governos paranaenses e que pode indicar que, mesmo havendo uma legislação que *obrigue* a mudança de práticas (de *FEBEMs* e de *Educandários*) para *CENSEs*, não há efetivamente, no plano das políticas públicas, consenso de que a socioeducação tenha valor para além do encarceramento, por isso sua descontinuidade e migração de secretaria em secretaria ao longo dos anos. Um dos últimos *instrumentos legais* que referimos é a Lei Nº 12.594/2012 que trata do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativa – *SINASE*, que preenche as lacunas administrativas e de *execução* deixadas pelas



legislações anteriores. Assim, estabelece-se uma política pública da socioeducação que vigore em todo território nacional.

O CENSE constitui-se na lei como repositório funcional no qual são atribuídas funções e atribuições, sendo seu caráter pedagógico delegado à outra instância. Não há muito além da garantia à *internação* como mote para um desenvolvimento integral do adolescente. O CENSE se presta administrativamente a esse papel, sendo as práticas (re)formativas e as implicações que se abstraem delas, à cargo das equipes técnicas das unidades socioeducativas e à gerência estadual. Aos adolescentes não lhes resta mais do que serem aqueles que ao conflitarem com a lei, há o *encarceramento*. Por outro lado, da letra da lei à mídia, como o CENSE e os adolescentes internados são imaginados?

#### 1.2.1.2 O discurso da mídia e o imaginário social: o *menor* na cena do *crime*

Sob as evidências imaginárias, isto é, em sentidos assentados na memória do dizer que instituem discursividades entre mesmos ou diferentes referentes, a mídia passa a reproduzir discursos predominantes do imaginário social. Deste modo, conforme Mariani (1998, p.44): “A mídia funciona [...] como um elemento fundamental na representação e re-produção dos ‘consensos de significação’ resultantes de hegemonias políticas ou, ao contrário, participa da sua dissolução”. A instância da mídia, portanto, passa a funcionar (re)formulando sentidos que são constituídos no imaginário social, seja para reproduzi-los fortalecendo as práticas discursivas predominantes em certa região da memória do dizer ou para dissipá-los desmontando consensos de significação para assentar outras práticas discursivas em seu lugar. Sejam dizeres hegemônicos ou não, a mídia faz a interpretação circular entre os *sujeitos comuns*. Nessa direção, Orlandi (1996, p.96) afirma:

[...] o modo de circulação das interpretações também tem sua forma específica. A mídia é um grande evento discursivo do modo de circulação da linguagem. Enquanto tal, ela é um acontecimento de linguagem que impõe sua forma de gerenciamento dos gestos de interpretação, sempre na distinção do que se deve apreender como sentido unívoco (literal) e o que admite plurivocidade interpretativa. Com a mídia há uma reorganização do trabalho intelectual e uma nova divisão do trabalho da leitura.

As interpretações que circulam na mídia, constituídas junto ao imaginário social, são regidas pelo modo como os acontecimentos são apresentados; há acontecimentos em que a literalidade deve imperar como efeito predominante e

outros em que são admitidos dissensos. No entanto, a circulação da interpretação na mídia atende a condições ideológicas daqueles que estão a cargo dos meios que compõem este Aparelho Ideológico de Estado – AIE. As condições ideológicas, deste modo, refletem na formulação do que é posto ao público, seja em textos, em imagens ou em gestos. Como não temos por objetivo adentrar na especificidade do discurso da mídia, referiremos nos desdobramentos do material selecionado para exposição efeitos de sentido que entrelaçam imaginariamente o adolescente infrator e a instituição socioeducativa em consensos de significação de hegemonias políticas. Para tanto, separamos notícias sobre os temas destacados.

Os veículos dos textos selecionados foram escolhidos pelo seu impacto na circulação de informações. Por sua vez, as notícias selecionadas apresentam amostras dos dizeres e dos sentidos que circulam hegemonicamente na mídia sobre *adolescentes infratores* e o *CENSE*. Isto posto, organizamos a apresentação em dois blocos. No primeiro, trataremos dos modos como os adolescentes são significados, para então dar lugar à *entidade educativa*.

Na primeira notícia, publicada no final de novembro do ano de 2018 no Portal G1, do Rio de Janeiro, há o relato da ação de um adolescente que cometia crimes virtuais. A reportagem em vídeo é antecedida pelo título e pelo *lead* a seguir:



**G1** RIO DE JANEIRO

**Menor hacker apreendido na Baixada Fluminense criou programa para dar golpes aos 13 anos**

Ele usava CPFs de outras pessoas em compras. Rapaz confessou que, desde que criou o programa, vinha cometendo os delitos.

Por Bom Dia Rio  
20/11/2018 06h11 - Atualizado há um mês



Fonte: Portal G1 – Rio de Janeiro<sup>16</sup>

Na chamada que antecede o vídeo da reportagem somos confrontados com o título: “Menor hacker apreendido na Baixada Fluminense criou programa para dar golpes aos 13 anos”, sendo as informações lacunares complementadas pelo *lead*: “Ele usava CPFs de outras pessoas em compras. Rapaz confessou que, desde que criou o programa, vinha cometendo os delitos.” O vídeo que segue importa imagens

<sup>16</sup> Disponível em: <<https://glo.bo/2LPO69q>>. Acesso em 31 dez. 2018.

disponibilizadas pela Polícia do Rio de Janeiro e evidencia os modos de designação do adolescente que cometeu o crime. A designação, como defende Guimarães (2004, p. 5), é “[...] uma relação linguística (simbólica) remetida ao real, exposta ao real, ou seja, enquanto uma relação tomada na história”. A designação emplaca a significação de um nome que, na sua composição linguística, é atravessado pelo real e pela história. Por isso, “A relação de designação é uma relação instável entre a linguagem e o objeto, pois o cruzamento de discursos não é estável, é, ao contrário, exposto à diferença” (*ibidem*, p.9). A partir desse conceito é possível remeter *nome* e *coisa nomeada* num intrincado significante que se faz no simbólico a partir de acontecimentos enunciativos que deixam marcas nas palavras.

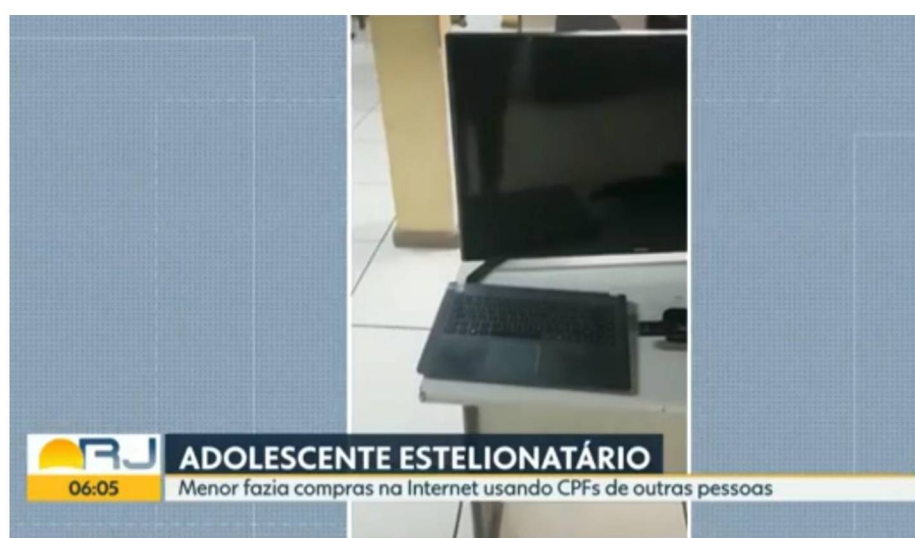
Logo de início, determinando o personagem do enredo jornalístico, está “menor hacker”. A designação, no mínimo, constitui uma ambiguidade lexical que é reparada (ou não) pela incidência do uso da palavra menor no imaginário social. A ambiguidade é sustentada pela força da estrutura da língua portuguesa que, canonicamente, requer que o substantivo seja posicionado antes do termo qualificativo (adjetivo) ou da expressão adverbial. Vista em suas diferentes possibilidades de interpretação poderíamos ter o adjetivo *menor* qualificando a estatura física do *hacker* (numa inversão sintática), assim como *hacker* qualificando o adolescente, *menor* (atendendo à ordem canônica da língua). Portanto, o modo de construção linguística “menor hacker” tenta fechar os espaços da interpretação, ainda que correndo ao risco da ambiguidade, para qualificar o adolescente como duas vezes criminoso: como menor (*marginal*) e como *hacker* (*criminoso virtual*). Menor incide, portanto, na memória do dizer sob as condições de produção da notícia, como termo linguístico que designa um lugar de marginalidade e delinquência para o adolescente. Para Colombo (2006, p. 56, grifos do autor):

Ao longo da Primeira República, teorizou-se [...] a necessidade de separar o adolescente infrator do abandonado e do adulto, criando instituições separadas para eles, sem descuidar da forte prevenção policial na rua. Surgia a *questão do menor* onde o termo *criança* era empregado para os filhos das famílias bem postas e o termo 'menor' para o desfavorecido, abandonado ou delinquente.

A incidência da palavra menor, portanto, insere-se dentro do *imaginário social* no consenso de significações que reservam à designação sentidos constituídos no interdiscurso. A partir da constatação de Colombo, no campo da documentação

histórica, o acontecimento enunciativo da palavra *menor* marca-se em oposição à designação *criança*<sup>17</sup>, caracterizando o menor como delinquente, marginalizado.

O vídeo da notícia não acarreta novos elementos ao que é retratado no título e no *lead*, como se as informações fornecidas aos leitores já fossem suficientes. O que diferencia o vídeo do que é apresentado nos tópicos textuais são as imagens fornecidas pela polícia. O vídeo de 33 segundos de duração foi originalmente exibido em uma emissora local do Rio de Janeiro, veiculando as provas encontradas pelos policiais e a confissão do adolescente, reportada pela apresentadora. Destacamos do vídeo a incidência da designação *menor* e o *apagamento* da sua identificação como hacker:



Fonte: Portal G1 – Rio de Janeiro

A legenda em destaque e em letras maiúsculas “ADOLESCENTE ESTELIONATÁRIOS” produz sentidos na formulação da notícia, junto à sequência enunciativa em letras menores “Menor fazia compras na Internet usando CPFs de outras pessoas”. Diferente do título da notícia, na veiculação da reportagem em rede televisiva há a designação ADOLESCENTE ESTELIONATÁRIO cumprindo o papel de determinar qual sujeito criminoso está em protagonismo na notícia. *Adolescente* é complementado por *estelionatário*, que se refere ao sujeito que recebe vantagem ilícita, prejudicando terceiros e acarretando-lhe prejuízos. No enunciado seguinte

---

<sup>17</sup> Essa distinção é materializada no discurso do ex-deputado federal, Jair Bolsonaro, trazido ao movimento de explicitação das condições de produção na próxima subseção, sob outra forma linguística, “moleque”.

(abaixo do destaque), o menor volta a ser textualizado. *Hacker*, outro elemento linguístico que designa o sujeito do crime, não incide na formulação dos elementos linguísticos presentes na transmissão na TV. A notícia, nas formas de designar o adolescente, faz trabalhar o jogo parafrástico: *menor* por *adolescente*, *adolescente* por *hacker*, *hacker* por *adolescente*, *adolescente* por *estelionatário*, *estelionatário* por *menor*, *menor* por *menor*. A textualização do adolescente infrator parece circunscrever-se nos domínios da memória que incidem sobre as diferentes designações (*hacker*, *adolescente*, *estelionatário*) o regime discurso do menor, forma linguístico-histórica de projetar imaginariamente os adolescentes antes de/ao conflituarem com a lei como perigosos, pobres, ameaças sociais de modo pejorativo. Ainda que por paráfrase, as designações alocam-se ideologicamente no mesmo terreno.

Em outro caminho, em sequência, tentamos demonstrar como o CENSE (se) significa na mídia. Com o título, *Cense Maringá: espaço socioeducativo recupera jovens infratores*, um programa televisivo de abrangência da região de Maringá – PR no final de novembro de 2018 levou ao público televisivo uma reportagem de quase nove minutos aportando objetivo, funcionamento e trabalho do CENSE Maringá. O nome da reportagem chama-nos atenção pelo uso do verbo *recuperar* para indicar a ação que o CENSE realiza sobre os *jovens infratores*. Os sentidos do verbo *recuperar* estabelecem que algo tenha sido perdido para ser recuperado. Portanto, o que os *jovens infratores* perdem e cabe ao CENSE recuperar? O que há na infração que faz os adolescentes perderem e que só uma instituição socioeducativa pode reaver?

Abaixo do vídeo, fixado no portal de notícias consultado, é oferecida a seguinte descrição da reportagem:



Em uma reportagem especial da RICTV|RecordTV, mostramos a realidade dos jovens infratores que foram presos em crimes em Maringá. Esses menores são encaminhados ao Centro de Socioeducação (CENSE) e são recuperados no local. Porém, apesar de haver atividades socioeducativas, os internos são privados de liberdade, bem como um prisioneiro adulto.

Fonte: Portal RIC Mais - PR<sup>18</sup>

Os adolescentes, como destaca o texto, são recuperados no local, afastados do convívio social, fazendo incidir a prática de encarceramento prisional na significação das atividades socioeducativas. Apesar do sentido de prisão asseverar a medida socioeducativa, não é suficiente para desqualificá-la, já que o CENSE “recupera” os jovens infratores. Ao longo da reportagem, o movimento de significação de privação de liberdade como encarceramento volta a ser tensionado.

De começo o apresentador designa os adolescentes como menores infratores que ficam internados no CENSE. Antes da reportagem ir ao ar, o apresentador volta-se ao público com o apelo de imaginarem o “preço” monetário de manutenção de cada indivíduo na instituição. A reportagem acompanha uma voz feminina (da repórter) que se narra na contraposição de imagens capturas da parte exterior e da parte interior do CENSE de Maringá. Ao longo da passagem da filmagem são entrevistados membros da equipe do CENSE, exibidas atividades realizadas na unidade e a ancoragem do amparo legal oferecida por um promotor de justiça. As atividades oferecidas pela unidade socioeducativa e veiculadas pela reportagem podem fazer o público acreditar, segunda a própria voz narrativa, numa “vida muito boa” dos internos, mas que não o é pela falta de liberdade. Quando um dos membros da equipe técnica é entrevistado e sustenta que o adolescente fica preso, o sentido de internação da lei *perde* o efeito? A entrevistada reitera uma projeção imaginária da instituição socioeducativa como local que pune igual cadeia, dimensão presente nas revistas efetuadas nos adolescentes e nos familiares quando visitantes à instituição, no exemplo usado pela entrevistada.

Perto do fim do vídeo é frisado o valor “gasto” pelo governo em cada vaga mensalmente, quantificando o valor de mercado do adolescente, assim como o grau de reincidência que segundo dados fornecidos pelo governo (sem especificar a secretaria ou departamento) gira em torno de 4,67%. O número expressado começa a justificar o montante gasto com os adolescentes internados, projetando a eficiência do CENSE em recuperar os adolescentes. A voz da narração também informa que a secretaria (sem especificar qual) não possui dados de quantos adolescentes depois de livres partem para o sistema prisional. Encerrando a reportagem, a membro da

---

<sup>18</sup> Disponível em: <<https://bit.ly/2CRdmcM>>. Acesso em: 31 dez. 2018.

equipe do CENSE volta novamente a tomar a palavra que é feito por ela em três momentos: no começo, para afirmar a dimensão punitiva da internação; no meio, para justificar a manutenção dos adolescentes no regime de socioeducação; e, ao final, quando tenta, apontando uma crise de valores morais do trabalho e da honestidade, demonstrar o valor do seu trabalho que tem “poucos resultados visíveis” no processo de socioeducação. Ainda que a privação de liberdade “castre o gozo” do adolescente naquilo que os cidadãos comuns “conseguem a duras penas” (atendimento básico de saúde, atividades de lazer, esportivas, educativas e alimentação saudável), o CENSE tende a afirmar seu lugar a partir da quantificação dos dados. Mantendo a reincidência quase nula, a socioeducação é sustentada como efetiva, possível. Em muitos momentos seja na voz narrativa ou na enunciação dos entrevistados da reportagem, há titubeios ao afirmar que o CENSE é eficaz. No entanto, ao final da reportagem é nessa relação imaginária que a instituição (se) significa, recuperando jovens infratores apesar de aprisioná-los. Um mal necessário...

A partir dos traços apresentados nas duas notícias não totalizamos o imaginário social no que concerne ao CENSE e aos adolescentes em conflito com a lei. Antes, os traços apresentados tendem a ser reiterados por determinados sujeitos e nem de longe representam uma totalidade. São indícios, fragmentos de discurso que abrem caminho no imaginário social.

### 1.2.1.3 O discurso político: *diminuir* ou *manter* a idade penal?

No domínio político, a *manutenção* ou a *diminuição* da maioria penal vez ou outra é tomada como plano de fundo da política socioeducativa. Vimos, ao longo dos últimos anos, por exemplo, intensos movimentos partindo de determinados espectros políticos, conformarem-se em discursos enfurecidos para diminuição da idade penal. Esse movimento é reflexo de vontade *efusiva* da população que *clama* por segurança e não encontra nas ações concretas promovidas pelo Estado soluções para o constante sentimento de insegurança que se encontra submetida. A diminuição da maioria penal aliada a discursos que estigmatizam determinado grupo de sujeitos, se presta senão como medida paliativa, como resposta ilusoriamente *imediate* a um problema posto como punitivo e não social e histórico.

A política, como diz Rancière (1996, p.51), consiste em "[...] processos através dos quais se operam a agregação e o consentimento das coletividades, a organização dos poderes, a distribuição dos lugares e funções e os sistemas de legitimação desta distribuição". As relações traçadas pelo filósofo francês se materializam na prática política, terreno bordado por discursos dispersos que circulam na sociedade. Assim, a tomada de palavra por políticos dá forma e (des)legitimidade a consensos imaginários, tornando o campo político a instância em que é possível colocar a diminuição da maioria penal no centro de um debate que nem sempre se faz com as honras e as glórias do sofismo moderno. Debate que recai justamente na socioeducação, já que a diminuição da maioria penal acarretaria uma reinserção da sua função social enquanto instituição de *recuperação*. Como mostraremos em dados mais à frente, quase 80%<sup>19</sup> dos adolescentes que cumprem *medida socioeducativa de semiliberdade e internação* têm 16 anos ou mais.

Sobre o tema, elegemos trechos de entrevistas dadas por políticos brasileiros de espectros políticos diferentes: Jair Messias Bolsonaro (PSL), atual presidente da República, e Manuela D'Ávila (PC do B), política opositora ao atual governo. A escolha pelos dois, reserva os dissensos significativos que constitui os campos políticos de suas respectivas inscrições, servindo de indicativo do que está ao alcance da situação e da oposição na questão da *menoridade penal*. A primeira entrevista, concedida por Jair Bolsonaro, foi feita em um dos seus atos de campanha que lhe garantiram a presidência da república. Recortamos alguns trechos dela<sup>20</sup>:

[...]

— **O ECA tem que ser rasgado e jogado na latrina. É um estímulo à vagabundagem e à malandragem infantil** — disse ele.

O assunto surgiu quando o candidato foi perguntado, em entrevista coletiva, sobre a denúncia de racismo que foi liberada para ser julgada no Supremo Tribunal Federal. Ao responder, Bolsonaro evitou tratar do tema e passou a criticar a deputada federal Maria do Rosário (PT), que o processa por ofensas. E disse que a deputada não votou para aprovar o projeto que permite que menores de idade que praticassem crimes junto com adultos fossem julgados como se tivessem mais que 18 anos de idade.

---

<sup>19</sup> Cálculo feito a partir dos dados fornecidos pelo DEASE, somando o número total de adolescentes com/acima de 16 anos atendido pelo sistema socioeducativo paranaense em contraponto ao total de atendimentos de *semiliberdade* e de *internação* realizados pelo Estado em 2015.

<sup>20</sup> Disponível em: <<https://glo.bo/2BJ7cwr>>. Acesso em: 01 jan. 2019.



A declaração do candidato aconteceu no mesmo dia em que ele pegou uma criança no colo e perguntou a ela se sabia atirar

— Você sabe atirar? Atira! — afirmou ele, enquanto tentava fazer com que o garoto apontasse o dedo imitando uma arma em direção ao público.

O garoto, aparentando uns quatro anos de idade, usava um uniforme da Polícia Militar. O diálogo entre o candidato e a criança foi divulgado no site do jornal "O Estado de S. Paulo".

Criticado por Bolsonaro, o ECA considera crime “vender, fornecer, ainda que gratuitamente, ou entregar, de qualquer forma, a criança ou adolescente arma, munição ou explosivo”. A pena prevista é de três a seis anos. Sobre a cena, o candidato afirmou:

— Encorajo, sim (o uso arma de fogo para crianças). Não podemos mais ter uma geração de covardes, de ovelhas, morrendo nas mãos de bandidos sem reagir. **A realidade é muito diferente da teoria que está aí.**

[...]

— **Meus filhos todos atiraram desde os cinco anos.** Real, não é ficção — disse o candidato.

[...]

— Defendo que um pai ensine o que é uma arma de fogo para seu filho, para que serve. Nas comunidades, **tem moleque usando fuzil maior do que ele.** Não podemos gerar uma geração de covardes, de submissos, partir para esse tipo de política de se entregar, de não reagir.

Ele também voltou a **defender a redução da maioridade penal** e mencionou que votou um projeto de emenda constitucional para que adolescentes respondesse como adultos, caso cometesse um crime de estupro.

O candidato afirmou que, caso **um menor cometa um crime contra alguém de sua família, o criminoso "não terá outra chance".**

— **Cachorro** de seis meses de idade não morde a gente. Como **um outro animal**, com 17 anos, pode dar um tiro na gente, estupra, mata, faz e acontece e tem gente achando que eles não estão devidamente formados? acha. Se matar um parente meu pode ter certeza que esse cara não terá outra chance (grifos nossos).

Decidimos manter a maior parte da entrevista porque na sua escrita há elementos contextuais que preservam as motivações pelas quais o político ornamenta sua posição frente ao ECA, à redução da maioridade penal e aos menores. Em relação ao ECA, para deslegitimar a lei, Bolsonaro afirma que o objeto jurídico equivale a *excrementos humanos*, que são *defecados* na latrina para chegarem ao *esgoto*, lugar por excelência de sujeira. *Sujo*, o ECA “promoveria” a *vagabundagem* e a *malandragem infantil*. Muito expressivo, o vocabulário retoma regiões da memória discursiva nas quais o *código de menores* perfaz o caminho da formulação: de vagabunda a malandra, a criança passa ser significada

imaginariamente como aquela que pela falta de trabalho, de ocupação, tira proveito do ECA para praticar atos ilícitos, permanecer impune. Há uma distinção operada por um *pré-construído* que não deixa de significar o enunciado: quais crianças estariam propensas à vagabundagem e à malandragem infantil?

O *pré-construído*, segundo Pêcheux (2014, p.89, grifos do autor), está ligado ao que é “[...] *pensado antes, em outro lugar ou independente [...]*”, isto é, numa relação de encaixe sintático, a memória do dizer (interdiscurso) passa a constituir sentidos nas palavras, fazendo com que as formulações na materialidade linguística sejam faladas por algo que ressoa pela história. O *efeito de pré-construído* é materializado mais adiante na entrevista, na designação *moleque* que usa *fuzil maior do que ele*. Nela, o *pré-construído* ganha contornos mais claros: quem é protegido e incentivado à malandragem e à vagabundagem são os moleques, bandidos da periferia. Os filhos de Bolsonaro, desde a infância ensinados a usar armas, não se enquadram na mesma definição, porque a diferença reside na condição econômica refletida no lugar em que moram: os *moleques* na *comunidade* e as *crianças* na *zona nobre*. O *pré-construído* encontra-se marcado nessa relação, fazendo fronteira com o *menor* parafraseado em *moleque*, reacendendo por outra forma linguística o que Colombo (2006, p.75, grifos do autor) sugere: "O termo *menor* foi incorporado pela sociedade e consagrado pelas ciências sociais e jurídicas com a significação de menino pobre, desarranjado da família, desviado e potencialmente bandido".

*Sujo e promotor* do crime, o ECA deixaria impune o *menor*, portanto a redução da maioridade penal proporcionaria mais justiça à sociedade e às vítimas dos crimes praticados por adolescentes menores de idade. Não suficiente, o uso de armas auxiliaria a mudar uma *realidade* diferente da *prática*, na qual as vítimas são *ovelhas* incapazes de reagir contra o *opressor*, o criminoso. Armadas, as pessoas (junto à diminuição da maioridade penal?) poderiam estar mais seguras frente aos *moleques* da periferia *com fuzis maiores que eles*. Mudada a legislação a teoria (nova lei?) se assemelharia mais à realidade, na qual os *animais bandidos* não teriam outra *oportunidade*. Por fim, destacamos o modo de *designação* dos *menores infratores* no último parágrafo do excerto: de *cachorro* a *outro animal*, o *moleque* é significado como sujeito destituído do humano, sujeito sem imputação legal e sem sentido (animal não-humano). Ele é o que o crime o faz: *bandido* que, ao que indica a sequência do parágrafo, só deve ter um destino: a morte. A *criança* e o

*adolescente* passam a ser categorias constituídas para determinados sujeitos e não para outros.

Por outro lado, na entrevista de Manuela D'Ávila, a ex-candidata à vice-presidência da república não usa expressões contundentes quanto as de Bolsonaro, mas nem por isso deixa de expor que haja um descumprimento e um distanciamento do que se espera do ECA. Em entrevista à Revista Istoé<sup>21</sup> publicada no YouTube em julho de 2018, Manuela, à época pré-candidata à presidência da república, respondia a perguntas dos jornalistas sobre os temas de aborto, drogas e maioria penal. Sobre o último, posiciona-se do seguinte modo:

Sobre a maioria penal, os brasileiros são muito enganados. Têm as *fake news* modernas, mas têm mentiras repetidas [...] que as pessoas acreditam. No Brasil, uma pessoa pode ser presa com doze anos de idade. Se alguém não sabe que a FEBEM ou que a FASE (Fundação de Atendimento Socioeducativo do Rio Grande do Sul) - FEBEM eu falo para os mais velhos entenderem - é uma prisão, não conhecem nada. Eu sugiro que visitem para entender que é um tipo de punição, é um tipo de prisão e que os brasileiros a partir dos doze anos já podem ser submetidos a elas. Eu defendo a manutenção da idade atual, porque já acho que com 12 anos pra cumprir medidas de restrição de liberdade, porque prisão é restrição de liberdade, já é uma idade bastante baixa, é o início da adolescência.

O modo de projeção imaginário da instituição socioeducativa como prisão faz retomar sentidos já referidos quando sinalizados no discurso da mídia o modo do CENSE (se) significar. No entanto, no discurso da ex-deputada há o retrato da realidade brasileira, em termos de *encarceramento juvenil*, que em sua *práxis* é punitiva, disciplinar e pouco coerente com os pressupostos legais e os objetivos estipulados pelo ECA. As medidas socioeducativas, *medidas restritivas de liberdade*, são evocadas para complementar o sentido de prisão a partir dos 12 anos de idade, *práxis da socioeducação*. A FEBEM aparece novamente como instituição capaz de capturar em seu signo os sentidos do aprisionamento juvenil que parecem não serem transferidos com facilidade para FASEs e CENSEs. É pressupondo a prisão e a punição como elementos predominantes no cumprimento da medida socioeducativa que o discurso de Manuela tenta significar a menoridade penal, desde o *começo da adolescência*, 12 anos, com *sujeitos ao encarceramento*.

Ao compararmos o discurso de Bolsonaro e o de Manuela, encontramos fortes dissonância. O primeiro sustenta um imaginário de que aos adolescentes que

---

<sup>21</sup> Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=-9imMNLVt\\_0](https://www.youtube.com/watch?v=-9imMNLVt_0)>. Acesso em: 01 jan. 2019.

conflitem com a lei, a morte é a única solução. Promovendo um genocídio na população jovem e periférica, o problema da infração juvenil estaria resolvido. A não referência às instituições socioeducativas demonstra o desconhecimento do candidato em relação ao sistema socioeducativo brasileiro ou uma visão de ineficácia completa de todo o regime prisional. O desejo *por* matar, escancarado em seu discurso, rompe toda ordem institucional, autorizando implicitamente o trabalho de extermínio por vias ilegais. O ECA, *efusivamente* desqualificado por Bolsonaro, não engendra num consenso coletivo de adolescência e de prática socioeducativa, restando ao adolescente *a prisão* ou *a impunidade* e ao CENSE o *encarceramento* ou *a inexistência*, ou ainda pior, *a morte*. Já D'Avila assume uma posição crítica em relação à maioria penal, considerando o que as instituições socioeducativas em suas práticas propiciam o *encarceramento* e não a socioeducação. A ex-deputada não propõe descabros para solucionar a criminalidade juvenil, deixando claro que em termos de punição, o atual sistema socioeducativo já faz seu trabalho de forma exemplar.

Ao longo do percurso *improvisado* e pouco comum à prática do analista de discurso que, em geral, costura as condições de produção com textos do campo da ciência política, da história, da filosofia, pouco nos restou senão tentar restituir dizeres sobre o CENSE e o adolescentes *internados* a partir de diferentes lugares que parecem manter entre si, um distanciamento, especialmente a determinação do discurso do Direito na mídia e na política. Esse movimento reporta elementos da ordem discursiva na constituição de *consensos imaginários*, aliando ao gesto de interpretação que se desenhará nas análises a consistência material de elementos que apesar de pontualmente conformados, são a base linguístico-histórica que nos fornecem as possibilidades de interpretação.

### 1.2.2 As condições do (impossível de) dizer no CENSE: efeitos de Aparelho Repressivo de Estado

Na seção anterior tivemos a oportunidade de demonstrar materialmente no plano das condições de produção de sentido amplo como na lei, na mídia e na política assentam-se sentidos que constituem imaginariamente as instituições socioeducativas e seus sujeitos. Porém, permanecemos em planos que produzem um discurso sobre a instituição socioeducativa aliado às formas do menor infrator

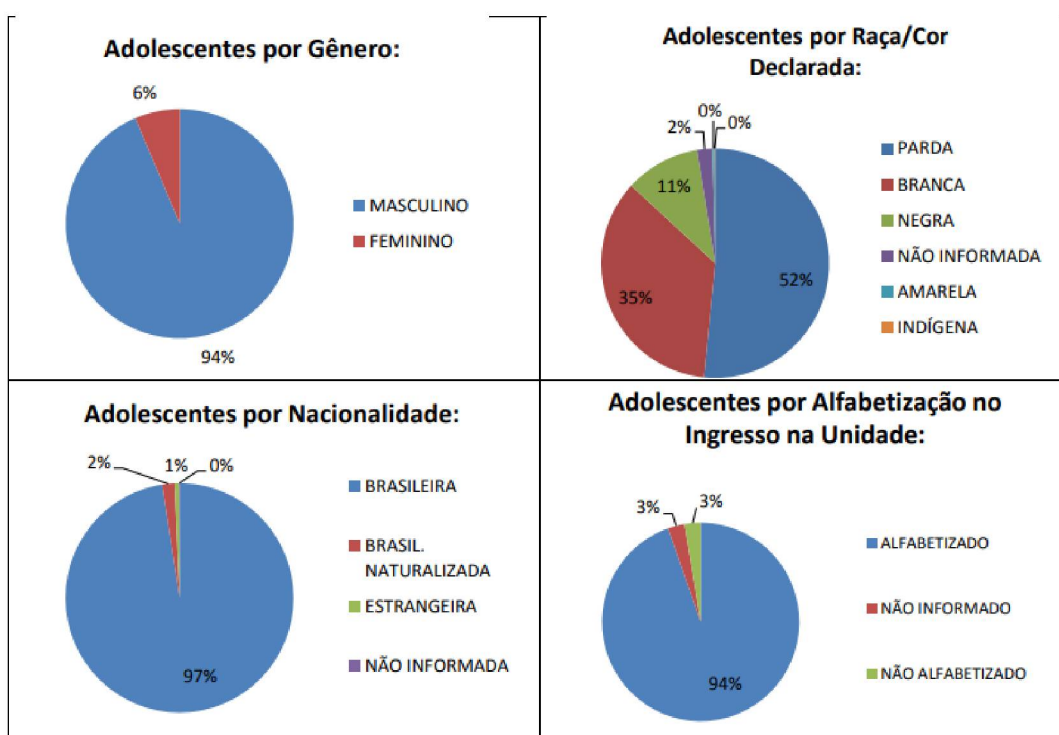
representado no imaginário social. Excluímos, desta forma, a constituição imaginária do adolescente internado *para* instituição socioeducativa, isto é, como a instituição se incumbe dos adolescentes internados. Buscando demonstrar o lugar do adolescente na estrutura social e na socioeducação, a partir de dispositivos normativos que regem a rotina do CENSE e dos dados empíricos sobre os sujeitos encarcerados, apontaremos efeitos que remanescem na própria possibilidade de tomada de palavra no CENSE: um impossível de (não) dizer – interdição - que também se materializou no trabalho da pesquisa.

Afastando-nos do caminho comumente seguido nas ciências da linguagem, trazemos à baila dados estatísticos que dizem algo em sua superfície. O delineamento de números e de porcentagens nos permitem, no quadro regional paranaense, supor o *sujeito encarcerado* a partir de um diagnóstico social suscitado em dados materiais. Diferente das análises que seguirão nos próximos capítulos, realizamos um exercício *descritivo* composto por fragmentos que significam o adolescente que chega aos cuidados da socioeducação.

Instância administrativa responsável pela transparência dos dados e do gerenciamento do sistema socioeducativo no Paraná, o DEASE também é responsável pela divulgação do retrato dos adolescentes que cumprem medida socioeducativa nas unidades sob seu controle. Em consulta ao site oficial do departamento - <[www.dease.pr.gov.br](http://www.dease.pr.gov.br)> - encontramos uma aba, na coluna principal, com o seguinte título: Dados do Sistema de Atendimento Socioeducativo. Nela são divulgados dados referentes às medidas socioeducativas de semiliberdade e de internação, de meados do ano de 2015. São as informações divulgadas por meio do arquivo disponibilizado on-line que comporão nossa composição. As estatísticas apresentadas são feitas a partir do universo de 987 adolescentes atendidos à época da divulgação. Esclarecemos, no entanto, com Robin (1977, p.21), que: “Na realidade, pode-se fazer o aparelho estatístico dizer qualquer coisa, segundo os quadros teóricos nos quais ele entre, segundo o sistema de hipóteses que a ele subjaz, segundo o efeito procurado”. Deste modo, os dados apresentados prestam-se a rasuras que podem conduzir a interpretações de interesse do Estado, reafirmando nos dados lógicos e matemáticos uma interpretação predominante da ideologia dominante. Trazendo o aparelho estatístico para o quadro teórico em que nos inscrevemos, procuramos subjazer uma forma social que, reconfigurada no

discurso do Direito, não deixa de corresponder ao sujeito historicamente capturado no código de menores e em outras leis para menores desde a República.

A maioria dos dados apresentados não faz distinção entre os adolescentes *internados* e aqueles em *semiliberdade*, apenas em alguns momentos aparecem informações sobre o tempo e a quantidade dos 987 dos adolescentes atendidos que estão *internados*.

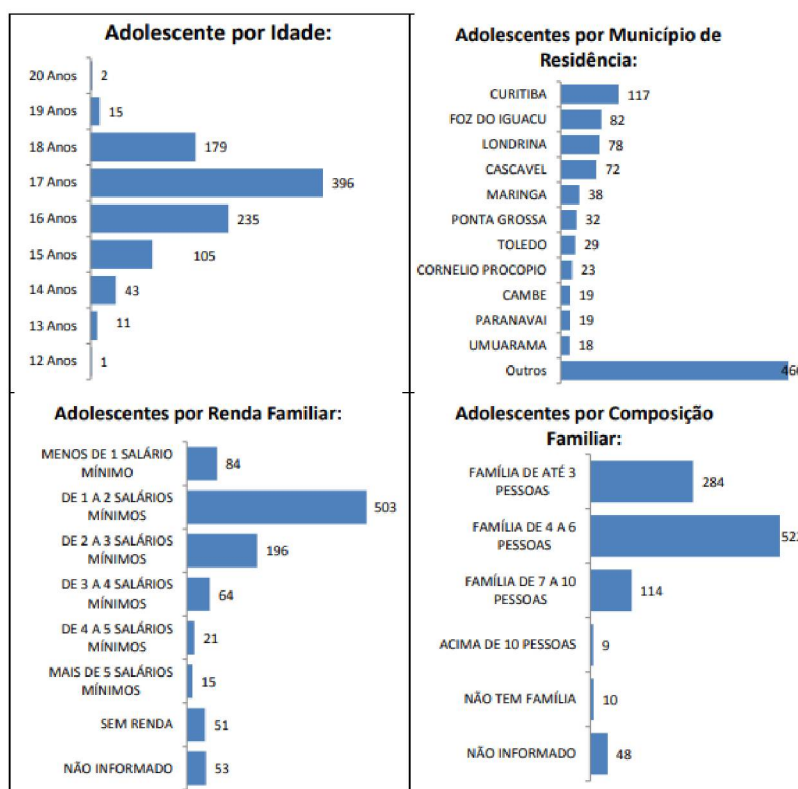


Fonte: Departamento de Atendimento Socioeducativo - DEASE<sup>22</sup>

No primeiro gráfico apresentado temos um panorama de *gênero*, *raça*, *alfabetização* e *nacionalidade*. Debruçamo-nos nos três primeiros aspectos. Em relação ao gênero, a maioria absoluta das ocorrências de medida socioeducativa é com adolescentes do gênero masculino. Nada de novo é trazido à cena, já que historicamente, conforme Colombo (2006), são jovens do gênero masculino quem cumprem *medidas socioeducativas*. Não deixa também de incidirem os dados que fazem parte do sistema prisional brasileiro. Conforme dados oficiais do governo

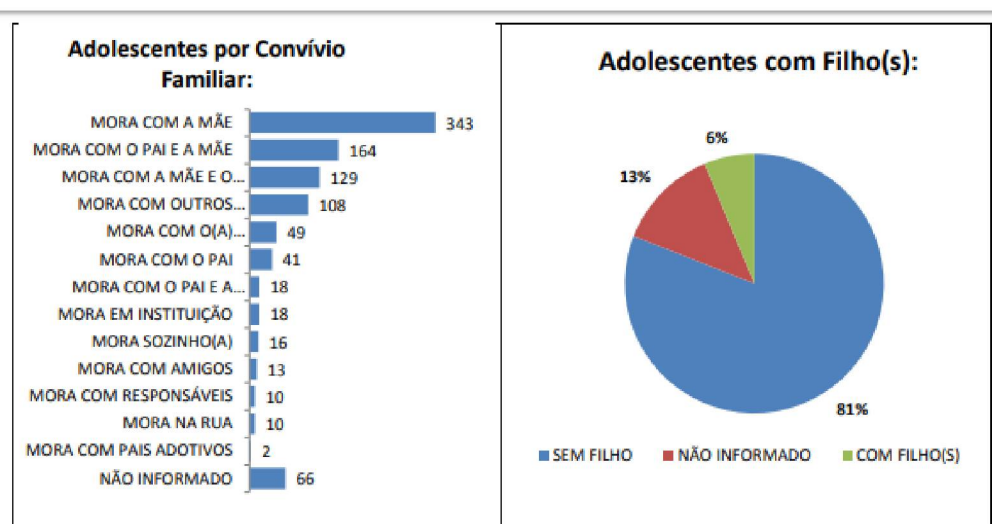
<sup>22</sup> Disponível em: <<https://bit.ly/2LM2gZf>>. Acesso em: 02 jan. 2019.

federal de 2015, o sistema carcerário brasileiro em 2012 era composto por aproximadamente 485 mil prisioneiros homens e 30 mil encarceradas mulheres (BRASIL, 2015, p.31). Em contraste aos dados levantados pelo DEASE, a proporcionalidade dos presos por gênero no sistema penal brasileiro espelha também o sistema socioeducativo. A raça também nos chama atenção. A maioria dos adolescentes que cumprem medida se declara *pardo* ou *caucasiano*, o que reflete uma identificação com essas etnias. Como é o próprio sujeito quem declara pertencimento a tal cor, isso reflete uma *autorreferência*, isto é, um modo de identificar-se com certa formação discursiva. No item escolarização, quase a totalidade é alfabetizada, o que confirma que cursaram, antes da internação, pelos menos as séries iniciais do ensino fundamental I. No entanto, ainda que sejam alfabetizados isso não garante que os adolescentes possuam capacidades de leitura, escrita e interpretação ou que estejam inseridos em práticas de letramento. A alfabetização garante que o sujeito saiba decodificar códigos linguísticos, mas não necessariamente interpretá-los. Entre *gênero*, *cor* e *escolarização*, temos um espectro comum do adolescente que é encaminhado à socioeducação: *menino*, *pardo* e *alfabetizado*. No entanto, o que complementa esse retrato?



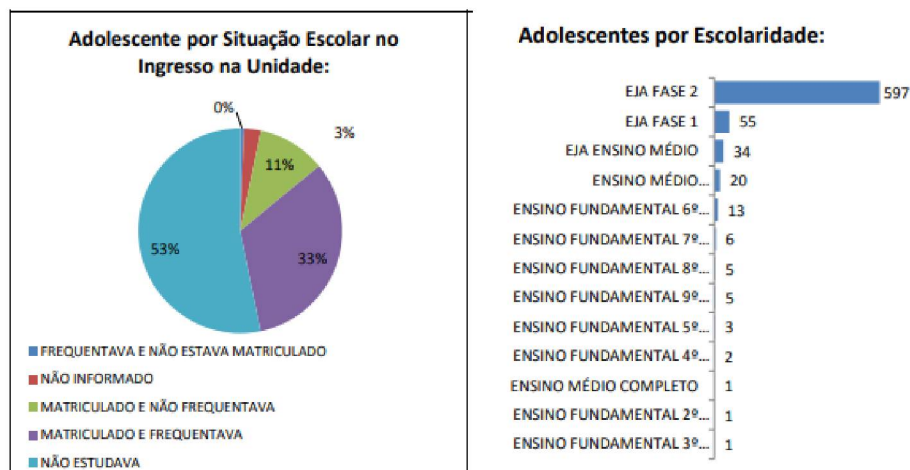
**Fonte:** Departamento de Atendimento Socioeducativo – DEASE

Os dados que seguiram apresentam o panorama de *idade, habitação, renda e composição familiar*. O adolescente da socioeducação pertence, em sua grande maioria, à faixa etária de jovens entre 16 e 18 anos. Os dados de moradia são inconclusivos, já que a grande maioria dos adolescentes reside em cidades não listadas. A grande maioria dos adolescentes vive junto à sua família, com uma renda de 1 a 2 salários mínimos. A composição familiar mais comum é de 4 a 6 pessoas. Se pensarmos no universo de quatro pessoas (incluído o adolescente) e o atual salário mínimo (ajustado em 02 de janeiro de 2019 para o valor R\$ 998,00<sup>23</sup>) sendo a fonte de renda única, dividido por quatro pessoas teremos uma renda *per capita* de R\$ 249,00. Isso corresponde a indicativos econômicos que alocam a família em situação de pobreza. Ainda que testemos outras situações hipotéticas, num melhor quadro, pelas possibilidades apresentadas pelos dados, teríamos um arranjo familiar no limite da faixa de *vulnerabilidade* para outra. Num quadro mais agudo, teríamos um número expressivo de famílias que vivem na *extrema pobreza*. Mais informações se somam ao retrato do adolescente da socioeducação: *menino, pardo, alfabetizado, acima de 16 anos e pobre*.



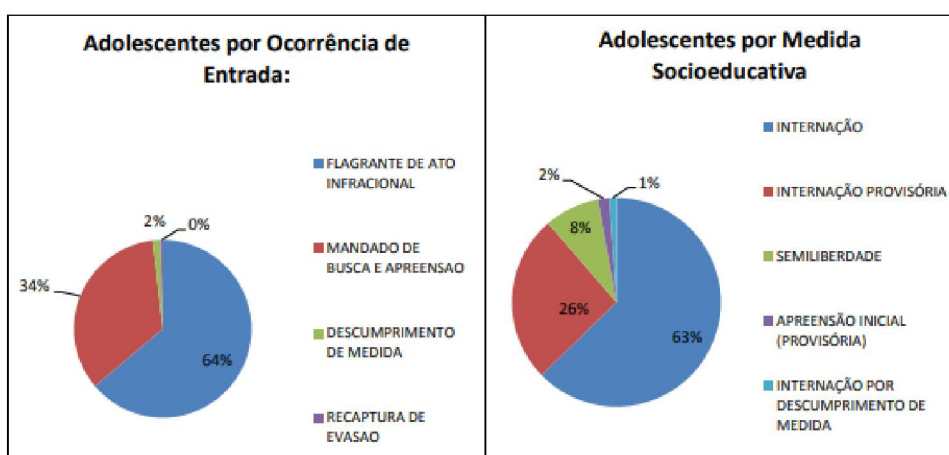
<sup>23</sup> Disponível em: <<https://glo.bo/2VqLHGT>>. Acesso em: 02 jan. 2019.

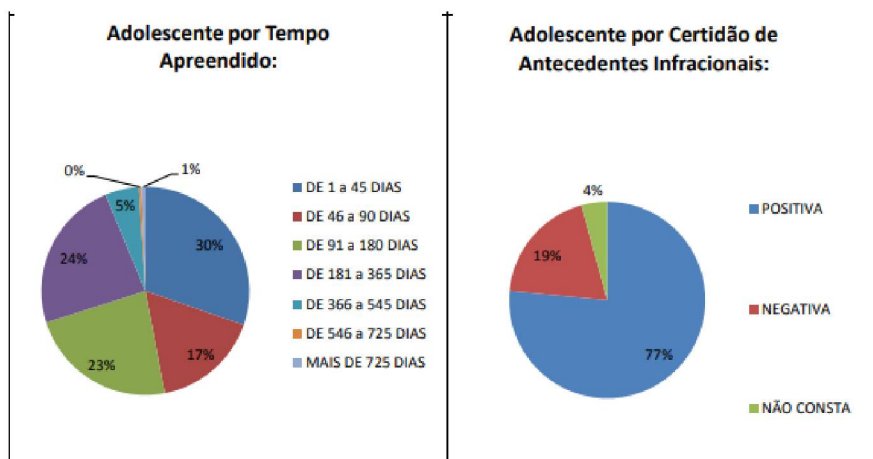




**Fonte:** Departamento de Atendimento Socioeducativo – DEASE

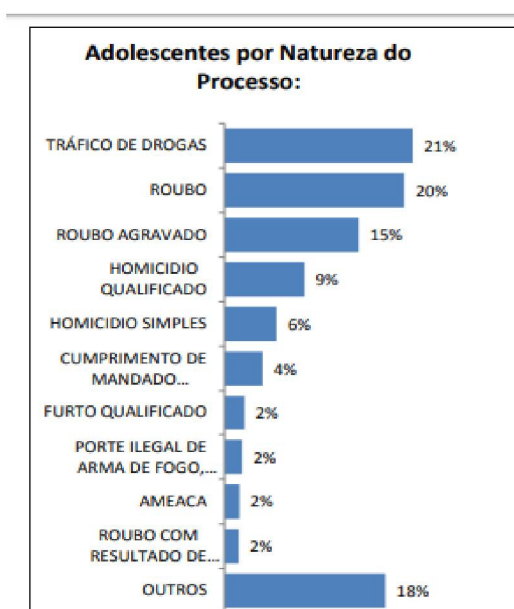
As estatísticas que seguem indicam que a grande maioria dos adolescentes tem sua configuração familiar composta *apenas* por um dos pais, a mãe. Além disso, ao adentrar na unidade socioeducativa, a grande maioria dos adolescentes não estudava e é alocada na fase dois do EJA – Educação para jovens e adultos, que corresponde ao ensino fundamental II, do 6º ao 9º ano do ensino regular. Aqui se somam outras características ao retrato *mais representativo* dos adolescentes internados: *menino, pardo, alfabetizado, acima de 16 anos, pobre, mora apenas com um dos pais (a mãe) e não concluiu os anos finais do ensino fundamental.*





Fonte: Departamento de Atendimento Socioeducativo – DEASE

Os motivos que conduziram à entrada no sistema socioeducativo são, em sua grande maioria, por *flagrante no ato infracional*, conduzindo à internação definitiva dos adolescentes. Isto é, dos 987 adolescentes que fazem parte do universo estatístico, cerca de 700 permanecem privados de liberdade. O tempo de apreensão (cumprindo medida socioeducativa?) é variado, mas quase metade permanece de 91 a 365 dias, o que corresponde ao tempo de três meses a um ano. A grande maioria dos adolescentes também tem antecedentes infracionais. Então, adicionamos ao retrato outros fatos: *menino, pardo, alfabetizado, acima de 16 anos, pobre, mora apenas com um dos pais (a mãe), não concluiu os anos finais do ensino fundamental, está internado definitivamente, tem antecedes criminais e permanece pelo menos de três meses a um ano cumprindo medida socioeducativa.*



**Fonte:** Departamento de Atendimento Socioeducativo – DEASE

Por fim, a última estatística apresentada é a natureza do processo que conduziu o adolescente à medida socioeducativa. A grande maioria ou cometeu o delito de tráfico de drogas ou roubo. Também chama a atenção os *outros* que não especificam as infrações, mas somam uma grande contingente frente aos dados majoritários apresentados. Assim, temos um retrato que sufoca pela sua extensão e por dados que parecem relacionar-se com o imaginário social, quando este designa todo o universo de adolescentes em conflito com a lei como *menor: menino, pardo, alfabetizado, acima de 16 anos, pobre, mora apenas com um dos pais (a mãe), não concluiu os anos finais do ensino fundamental, está internado definitivamente, tem antecedentes criminais, permanece pelo menos de três a um ano cumprindo medida socioeducativa e é detido por tráfico ou roubo.*

Dos dados estatísticos pouco mantemos em nossa análise. Os expomos para demonstrar a forma social empírica de um sujeito sem nome, que encontra no discurso da mídia e da política apenas um estereótipo, designações carregadas de sentidos que não conseguem capturá-lo, despersonalizando-o. O sujeito da socioeducação, portanto, não mudou com o ECA, nem com a renomeação da FEBEM para CENSE, continua atendendo às características socioeconômicas e discursivas que sempre marcaram o encarceramento juvenil na história brasileira.

O processo socioeducativo também inclui o atendimento de *normas* que a instituição socioeducativa não dispensa para manter a segurança dos adolescentes e dos *servidores*. Portanto, também trazemos para composição das condições de produção o *Código de Normas e Procedimentos das Unidades de Atendimento Socioeducativo do Estado do Paraná*<sup>24</sup>, no qual são explicitadas as atribuições, a regulação e as práticas disciplinares da unidade socioeducativa. Além disso são expostos os *direitos* e os *deveres* dos adolescentes, assim como sua submissão ao *dispositivo normativo* do CENSE. Recortamos, deste modo, algumas passagens que explicitam o funcionamento normativo e modo imaginário como a instituição compreende o adolescente *internado*.

Nos artigos do instrumento normativo, citados na sequência, estão implicadas projeções imaginárias que a instituição socioeducativa sustenta no sujeito que chega

---

<sup>24</sup> Disponível em: <<https://bit.ly/2GRKKEc>>. Acesso em: 02 jan. 2019.

para cumprir medida socioeducativa. Ainda que disciplinados para assegurar a coesão da segurança, os pressupostos normativos não deixam de significar o adolescente internado como *aquela que* partindo do universo infracional, não atende a consensos implicados nas normas de convívio social e, portanto, estas precisam ser explicitadas e asseguradas para garantir que o adolescente internado passe a se reconhecer como *sujeito social*. O *dispositivo normativo* busca não deixar margens para comportamentos e atos que não sejam *aqueles que* coadunem ao *bom andamento da unidade*, ainda que para isso se utilize da *indeterminação* para lograr seu objetivo. O *dispositivo normativo*, portanto, é atravessado pela forma como, no Estado, o *sujeito de direito* se institui em instrumentos legais e disciplinares. Haroche (1992, p. 190), nessa direção, defende que:

[...] o Estado se define pela imposição da literalidade, do explícito de suas leis, esforçando-se constantemente em banir o implícito e a parte de indeterminação, cultivando entretanto às vezes a ambiguidade [...] A censura, a interdição de exprimir, assim como a exigência de dizer tudo, constituem, cada uma a seu modo, as duas formas limites do assujeitamento do sujeito ao Estado: fundamentalmente essas duas formas se reportam à questão da relação entre os efeitos combinados da religião e do sistema jurídico-político no sujeito [...].

Para determinar, o assujeitamento ao Estado recombina-se entre a exigência de tornar os primados jurídicos como textos transparentes, dizendo-se tudo e não deixando espaço para a interpretação, pautados numa língua fosca e opaca e, de outro, a *interdição* como imposição que impede pontos de materialização da subjetividade. Os dois modos *delimitam* o sujeito de direito e sua relação com o social. Portanto, esclarece Orlandi (2005, p.6), pautando o individualismo: “Há dois polos que se desenham: o da objetividade (caracterizada pelo rigor) disjunto do polo da subjetividade (caracterizado pela indeterminação e o inefável)”. Portanto, apesar do discurso adjacente aos instrumentos legais e normativos constituírem-se numa relação de transparência, de literalidade e de rigor com o sujeito de direito, tomando a objetividade como ponto inquestionável da *determinação*, há pontos que pela ambiguidade, no caso de Haroche, permitem a *indeterminação* (incidência da subjetividade). Assim, a indeterminação passa consistir em formas linguísticas ligadas à interpretação, que não conseguem ser completamente absorvidas pela determinação (objetividade) e possibilitam ao sujeito apurar seu desejo na letra da lei.

Deste modo, na (in)determinação o dispositivo normativo não só garante que a socioeducação seja possível, mas ao mesmo passo assegura um novo sujeito, o sujeito da socioeducação que responde e se submete plenamente às normas e faz do cumprimento desta, o sucesso da socioeducação, como vemos em:

**Art. 17.** Cumpre ao adolescente, além das obrigações legais inerentes ao seu estado, **submeter-se** às normas de execução da medida socioeducativa.

**Art. 18.** Constituem deveres do adolescente:

I - conhecer, praticar e obedecer as normas e rotinas da unidade;

II – tratar **todas** as pessoas com **respeito e cordialidade**;

III - não utilizar palavras de baixo calão, expressões desrespeitosas, gestos obscenos, agressões físicas ou verbais contra qualquer pessoa, nem expor outrem a situação vexatória;

IV - **evitar conflitos** com autoridades, servidores, parceiros, visitantes ou outros adolescentes dentro e fora da unidade;

V - não participar de movimentos individuais ou coletivos de fuga ou de **subversão da ordem ou disciplina institucional**;

VI – **realizar a limpeza dos dormitórios e demais espaços socioeducativos da unidade**;

VII - **zelar por sua higiene e asseio pessoal**;

VIII - **participar efetivamente** das aulas formais, dos cursos de qualificação profissional, atividades esportivas, culturais, de lazer e outras ações estabelecidas no Plano Político Pedagógico da unidade;

IX - zelar pelos pertences pessoais e coletivos;

X - **respeitar as visitas, estabelecendo bom relacionamento**;

XI - participar dos procedimentos do Conselho Disciplinar quando envolvido direta ou indiretamente nas apurações de faltas disciplinares, preservando a verdade dos fatos;

XII - acatar as decisões do Conselho Disciplinar, cumprindo as orientações e/ou sanções aplicadas;

XIII - participar das atividades previstas no Plano Individual de Atendimento - PIA e colaborar nas atividades complementares planejadas pela unidade (PARANÁ, 2016, s/p, grifos nossos).

Destacamos em negrito algumas passagens do *instrumento normativo* que dedicamos a descrever. No art. 17 já há referência explícita à submissão que retoma antigas práticas disciplinares. Conforme Foucault (2012, p.134), a disciplina: “[...] dissocia o poder do corpo; faz dele por um lado uma ‘aptidão’, uma ‘capacidade’ que ela procura aumentar; e inverte por outro lado a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dela uma relação de sujeição estrita”. Sujeitando estritamente os corpos, as práticas disciplinares tendem a absorver tentativas frustradas de questionamento, de ruptura ou de dissolução. Ao passo que sistemas disciplinares permitem “submeter” os sujeitos, o *dispositivo normativo* passa a materializar o poder do Aparelho Repressivo de Estado - ARE.

Ao explicitar que o adolescente deve tratar todas as pessoas com respeito e cordialidade se inscreve no modo de tratamento uma exigência que, implicitamente,

os adolescentes parecem não possuir ou que deve ser total na instituição. Para além disso, a palavra cordialidade, diferente de respeito, exige em sua prática de passividade como expressão pacífica e jamais arbitrária do adolescente frente a qualquer pessoa. Não se trata, em última medida, do respeito e da cordialidade, mas da *docilidade* dos sujeitos frente ao servidor. Já no item IV, do art.18, evitando conflitos, haveria a exclusão da própria contestação a opiniões às quais o adolescente não concorde?

Nesse momento a indeterminação toma lugar à *cena*. Condicionando o significado de evitar conflitos às práticas socioeducativas, há um mesmo modo de determinação do *dispositivo normativo*: se o adolescente, por exemplo, contesta a interpretação de autoridades, de servidores, de parceiros, de visitantes ou de outros adolescentes, isto pode implicá-lo em uma não submissão às normas e, portanto, estará causando conflitos; por outro lado, mas sob o mesmo escrutínio, a unidade socioeducativa pode sustentar haver a possibilidade, por exemplo, de aceitar as opiniões dos adolescentes, sem, no entanto, considerá-las quando haja discordância de interpretação com a instituição (evitando conflitos). Sem a determinação do que é pressuposto como conflito, não é possível asseverar muito além daquilo que, como ponto de indeterminação, dá margens para a subjetividade. Esse modo de funcionamento é reafirmado na subversão, no item V, que pode ser qualquer coisa. A palavra subversão é um significante que marca a prática de repressão, violência e perseguição aos opositores políticos do regime militar. Sob a justificativa da subversão o sujeito responsável por julgar se certa manifestação é subversiva ou não, condiciona a interpretação a partir de sua posição (INDURSKY, 2013). Portanto, assim como na ditadura militar quanto no *dispositivo disciplinar*, a determinação da subversão não é disciplinada no instrumento normativo para permitir as margens que são o próprio terreno de assentamento da socioeducação.

Em relação ao item VI, “realizar a limpeza dos dormitórios e demais espaços socioeducativos da unidade” não podemos deixar de retomar o que estipula o ECA no art. 124, em seus incisos IX e X, que versa sobre os direitos dos adolescentes: “IX - ter acesso aos objetos necessários à higiene e asseio pessoal” e “X - habitar alojamento em condições adequadas de higiene e salubridade”. O que poderia derivar de uma paráfrase, acaba assumindo um contorno de determinação. Enquanto no ECA há a exigência de o adolescente habitar alojamentos em condições de *higiene e salubridade*, no *dispositivo normativo* essas condições são

alcançadas com o próprio trabalho do adolescente na limpeza dos espaços que frequenta. O ECA, não *determinando* o modo como as unidades socioeducativas devem proceder, dá margens para esse tipo de prática.

Outro dizer dotado de indeterminação que permite que a submissão seja atendida, sem oferecer *problemas* à unidade socioeducativa, é a *participação efetiva* no item VIII. O adolescente internado deve se engajar nas atividades oferecidas, não para se *socioeducar*, mas para submeter-se às normas da instituição, como explicitam o Art. 17. Outros sentidos da *socioeducação* passam a vigorar, produzindo uma *projeção* que não é aquela da instituição que transforma os adolescentes, mas a de que aprisiona. O sentido de aprisionamento é referido em algumas sequências discursivas pelos adolescentes (SD9 e SD13), que identificam a medida socioeducativa como período de *encarceramento* e não de *socioeducação*. Num último período destacado, indagamos: no que consiste um *bom comportamento*, textualizado no item IX? A resposta, na prática socioeducativa, está em Foucault (*idem*, p.132): “É dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado”. Certamente o bom comportamento passa pela docilidade do corpo e do sujeito que, submisso e utilizável, faz a socioeducação acontecer.

Nas aproximações ao *dispositivo normativo* percebemos que o adolescente das estatísticas *ganha* outra forma: comportado, solícito, disciplinado, higienizado e participativo. *Um novo sujeito*. É a partir dessas *habilidades* “adquiridas” pelos sujeitos que a *socioeducação* significa imaginariamente o *sujeito encarcerado*. Ressaltamos que as práticas disciplinares *nunca* conseguiram promover uma inscrição simbólica, isto é, possibilitar que o sujeito signifique na repressão sua condição. Prova da ineficácia da socioeducação é quando na SD9 e SD13 a forma como a unidade socioeducativa pratica a socioeducação não deixa margens para outra coisa senão a *cadeia*, afinal, o CENSE é *cadeia mesmo*, conforme dizem os adolescentes que participaram da pesquisa.

Os deveres estão implicados nas faltas disciplinares, porque uma vez transgredidos há a sanção. Conforme Foucault, a *sanção normalizadora* consiste no trabalho de disciplinar o que excede à norma e é próprio dos sistemas penais. Nos próximos excertos trazemos à luz a normatização dos atos que conduzem à falta disciplinar e, portanto, resultam numa *medida disciplinar*, isto é, o adolescente é isolado em função da falta cometida ou ainda recebe outra sanção.

**Art. 58.** Falta disciplinar é a conduta que coloca em risco a segurança, a disciplina e ordem na Unidade de Atendimento Socioeducativo, assim reconhecida e tipificada nesse instrumento normativo.

**Parágrafo único.** As faltas disciplinares são de natureza leve, média ou grave.

**Art. 59.** São faltas disciplinares de natureza leve:

- a) transitar em locais restritos, conforme previsto no Regimento Interno da unidade, sem autorização;
- b) comunicar-se sem autorização entre alas ou casas;
- c) entregar a outro adolescente quaisquer objetos sem autorização;
- d) manusear equipamento e materiais sem autorização ou conhecimento do servidor encarregado;
- e) recusar-se a entrar ou sair do quarto, do alojamento, dos locais de atendimento técnico e outros ambientes ou atividade quando solicitado pelo servidor;
- f) ter a posse de papel, documento, objeto ou valor não cedido e não autorizado pelas normas da unidade;
- g) permanecer de roupa íntima ou nu sem autorização do servidor responsável;
- h) utilizar-se de bem ou material de forma diversa da sua finalidade;
- i) desrespeitar qualquer pessoa;
- j) simular doença;
- k) dificultar a vigilância em qualquer dependência da unidade;
- l) não observar os princípios de higiene e asseio no alojamento e demais dependências da unidade;
- m) atrasar, sem justa causa, o retorno à unidade, no caso de atividade externa ou saída temporária;
- n) dificultar o desenvolvimento dos trabalhos e das rotinas da unidade.
- o) não acatar as orientações do servidor;
- p) recusar-se a participar das atividades obrigatórias de rotina da unidade;
- q) utilizar-se indevidamente de bens ou objetos de uso pessoal ou coletivo, fornecidos pela unidade, deteriorando-os.

**Art. 60.** São faltas disciplinares de natureza média:

- a) ameaçar qualquer pessoa;
- b) fabricar, possuir e/ou portar objeto que possa ferir a integridade física de alguém ou ameaçar a segurança unidade;
- c) divulgar informação que possa colocar em risco a integridade física ou a vida de outrem;
- d) impedir o desenvolvimento dos trabalhos e das rotinas da unidade
- e) praticar ato de comércio de qualquer natureza;
- f) destruir propositalmente objeto de uso pessoal ou coletivo, fornecido pela unidade;
- g) comportar-se de maneira indisciplinada em sala de aula, oficinas e salas de atendimento;
- h) jogar lixo nos corredores, fora das janelas e solário;
- i) utilizar substância entorpecente.

**Art. 61.** São faltas disciplinares de natureza grave:

- a) incitar ou participar de motim, rebelião ou subversão da ordem;
- b) agredir fisicamente qualquer pessoa durante o cumprimento da medida socioeducativa;
- c) arremessar objetos ou substâncias diversas, tais como urina, fezes e outros, em qualquer pessoa;
- d) portar, usar, possuir ou fornecer aparelho telefônico celular ou outros meios de comunicação não autorizados;



- e) empreender tentativa de fuga da unidade ou evasão em atividade externa;
- f) coagir qualquer pessoa para obter benefícios para si ou para outrem;
- g) fazer refém;
- h) fornecer substâncias entorpecentes;
- i) estabelecer relação sexual com outro adolescente de forma não consentida (PARANÁ, 2016, s/p, grifo dos autores).

Os tópicos que se subordinam aos artigos do *dispositivo normativo* assemelham-se ao que Foucault (*idem*, p.147) explicita da disciplina: “[...] a disciplina define cada uma das relações que o corpo deve manter com o objeto que manipula”. O corpo é instrumentalizado ao campo que lhe submete, isto é, o regime de encarceramento codifica o corpo e disciplina seus gestos e suas atitudes a fim de exercer o bom andamento da instituição ou do processo de socioeducação.

É sobre a disciplina que se versa nas *faltas disciplinares*, *faltas* que se infringidas tendem a colapsar a ordem e a rotina da unidade socioeducativa. Selecionamos alguns itens das *faltas leves* para, brevemente, descrevê-las. As outras faltas, mesmo significativas, também orbitam no que buscamos demonstrar: o CENSE como força repressiva. Nas *faltas leves* se destaca a comunicação, o deslocamento e todos os atos não autorizados pelo servidor. O servidor surge como aquele com poder hierárquico, assemelhando-se à figura do *carcerário*, descrita por Foucault (*idem*, p.284) como “[...] aquele que assegura a comunicação qualitativa e quantitativa dos castigos [...]”. Dos itens *leves*, destacamos o G, J, M e O. No item G, o simples ato de vestir-se é autorizado pelo servidor encarregado. Se entendermos que ao trocarmos de roupa ficamos em roupa íntima ou nus, sempre haverá vigilância para manter a ordem e, portanto, não haver a infração. O que resta ao corpo diante de um olhar que *pertence* ao outro? O item O também conserva o poder *absoluto* do servidor sobre o adolescente. Questionar as orientações do servidor (item o) também implicaria no que é nomeado como *subversão*? Novamente não pode haver margens para que a segurança e o bom funcionamento da unidade sejam comprometidos. Uma pergunta, em forma de dúvida, por exemplo, poderia ser considerada como não atendimento às orientações do servidor? A segurança, motivo das sanções e punições, assume contornos fragilizados quando a ordem e o poder do servidor são minimamente colocados em xeque. Por quê?

No item J, como é feita a averiguação da simulação da doença? Um médico examina se o adolescente diz a verdade ou o servidor, com sua vasta experiência na prática socioeducativa torna-se capaz de dizer se os sintomas são fabricados pelos

adolescentes? O item M caminha num sentido similar: o que é considerada causa justa? Novamente a *indeterminação* da lei dá margens à interpretação do servidor. A valoração da classificação também possui significado. Cada item apresenta um grau de gravidade que, independente da categoria, assevera o regime normativo. Por isso há uma descrição exaustiva do que cabe aos adolescentes e do que lhe é vedado.

O item P, por sua vez, parece-nos elucidativo. Recusar participar das atividades obrigatórias (atividades didáticas e profissionalizantes, dentre outras) redundaria na não efetividade da socioeducação. O consenso da mudança, portanto, é realizado pela adesão involuntária do adolescente, em nome da segurança da unidade e da execução da medida socioeducativa. A prática não é alheia à violência que consoma o ARE e acaba resultando no quadro apresentado num impossível de dizer que interdita o que venha a ser dito pelos adolescentes sob o risco de subversão da ordem, corrupção do bom andamento da unidade e da manutenção da segurança. Dizer é poder e, num ARE, assentir é dizer tudo.

O ARE, no quadro da filosofia materialista althusseriana, corresponde à distinção operada no interior da teoria dos Aparelhos de Estado - AE, na qual Althusser (1983) sustenta que o Estado é composto por *dois* aparelhos distintos: os AIE – Aparelhos Ideológicos de Estado e o ARE – Aparelho Repressivo de Estado. Nessa reformulação, o ARE passa a corresponder às instituições estatais que *agem* sumariamente pela violência e secundariamente pela ideologia, como veremos à frente. Seria necessária uma produção de exames qualificados sobre os discursos que sustentam a instituição socioeducativa, suas práticas e seus métodos *pouco* ortodoxos para que pudéssemos apreender seu funcionamento repressivo em detalhes. No entanto, as designações *Educandário* e *CENSE* parecem, junto ao *dispositivo normativo*, espelhar a contradição que Courtine (2014) afirma existir no *recorte* das CP.

Conforme Colombo (2006) após a aprovação do ECA em 1990, as instituições paranaenses que estavam a cargo do *encarceramento juvenil* tiveram de cumprir as exigências legais ordenadas pela *nova* lei. É o caso, segundo o autor, da *Escola para Menores Professor Queiroz Filho* que passou a se chamar *Educandário São Francisco*. Hoje, a instituição é (des)conhecida pela designação de CENSE São Francisco localizada ainda em Piraquara, na região metropolitana de Curitiba. As designações trazem em sua espessura semântica não apenas um nome por outro, mas modos em que o adolescente internado foi tratado em práticas jurídicas e

carcerárias. O ECA, desta forma, inaugura exigências legais a fim de estabelecer um tratamento protetivo ao desenvolvimento psicológico e social de adolescentes e de crianças. As práticas das instituições anteriores deveriam se adequar às novas exigências. É justamente nesse ponto que encontramos a *contradição* trabalhando e produzindo efeitos.

Na Análise de Discurso, a *contradição* está ligada ao *primado* da luta de classes, no qual a *ideologia dominante* e as *ideologias dominadas*<sup>25</sup> mantêm uma relação de conflito. Os sentidos, deste modo, são colocados em disputa nesse conflito, se assentando à medida que a ideologia dominante territorializa o social com discursos homogêneos. A *contradição*, desse modo, está relacionada ao distanciamento entre as práticas sociais e os discursos que as sustentam, implicando-se aí as determinações históricas – assim, a *contradição* é produção interdiscursiva, entre diferentes formações discursivas. Por isso no conflito a *contradição* compõe os sentidos, oferecendo margens à significação que se faz no contato entre ideologia dominante e ideologias dominadas resultados de práticas históricas que nunca cessam de conflitar identidades e discursos.

Interrogando a materialidade linguística, Moreira (2011, p.69) diz que: “[...] a *contradição* se mostra no movimento entre itens lexicais aparentemente sinônimos, mas que apontam para sentidos contrários”. A partir desse pressuposto podemos apontar a *contradição* que acolchoa as designações *Educandário* e *CENSE*. A mudança de designações demanda uma mudança de práticas de encarceramento para socioeducação. Poderia o *Educandário* apagar, imediatamente, as práticas carcerárias que sempre predominaram nas instituições para “menores”? Poderia o *CENSE* como herdeiro do *Educandário*, concretizar mudanças de práticas por decreto? É fato que não há mudanças de práticas nem reinscrita simbólica da instituição no corpo do significante. O *dispositivo normativo* não deixa sombra de que o que venha a ser denominado como *socioeducação*, não deixa de consistir em *práticas disciplinares*. Deste modo, a *contradição* faz caminho entre o imaginário de uma instituição que *recupera* adolescentes e *outra* que simplesmente pune. Apesar do discurso do Direito fortalecer novas práticas socioeducativas, não se apagam práticas históricas por mais que se mudem as designações: *menor* por *adolescente*

---

<sup>25</sup> A noção de ideologia é explicitada no próximo capítulo. A relação entre *ideologia dominante* e *ideologias dominantes*, por sua vez, no terceiro capítulo.

*em conflito com a lei, encarceramento por medida socioeducativa, carcereiro por educador social e prisão por CENSE. O próprio dispositivo normativo não deixa margens para outras práticas que as de encarceramento. Nessas condições que o adolescente internado deve dizer e manifestar traços da sua subjetividade.*

A noção de ARE parece-nos fundamental para determinar o modo como a privação de liberdade produz efeitos no que *pode* e *deve* ser dito pelos adolescentes. Althusser (1983, p.68) sustenta que enquanto existe apenas um ARE, os AIE serão marcados por uma diversidade de realidades: AIE religioso, escolar, familiar, jurídico, político, sindical, de informação, cultural. Cabe esclarecer que Althusser é extremamente cauteloso ao fazer essa lista; o filósofo defende que se trata de observações empíricas, portanto, devem ser examinados crivelmente<sup>26</sup>.

Portanto, o que distinguirá os AIE do ARE será o funcionamento da violência (repressão física) e da ideologia. Althusser (*idem*, p.70), no entanto, não exclui nem um traço nem outro quando faz referência aos diferentes aparelhos; isso acontece porque “[...] os Aparelhos Ideológicos do Estado funcionam principalmente através da ideologia, e secundariamente, através da repressão seja ela bastante atenuada, dissimulada, ou mesmo simbólica. (Não existe aparelho puramente ideológico)”. Desta forma, Althusser desfaz o que conduziria a uma ortodoxia teórica. A violência, em nossa leitura, não é apenas o elemento secundário da distinção, mas o que caracteriza e distingue a prática dos AIE e do ARE. A ideologia terá estatuto essencial nos AIE, pois como a própria designação sugere, o funcionamento destes aparelhos acontece, fundamentalmente, através da ideologia. A violência, insistimos, não é apenas mais um traço, uma menção, uma direção. A violência, tal como somos tocados pelo escrito de Althusser, não é investida (física ou simbolicamente) sem ideologia, nem as ideologias se sustentam sem violência (Cf. Žižek, 2014). Tal atravessamento consumará o fosso, que hoje mostra-se mais do que nunca desestabilizado, entre o público e o privado. Na ordem do Estado, Althusser (*idem*) afirmava que os AIE são em sua maioria pertencentes ao domínio privado, isto é, as redes de televisão – em sua grande maioria -, certas redes de ensino, as Igrejas, a instituição familiar, etc., comporão uma teia heterogênea de aparelhos privados, que

---

<sup>26</sup> Essa “abertura” para pensar as diferenças sobre as quais os diferentes AIE se constituem, pode revestir o trabalho do analista de discurso, uma vez que para este as relações de significação são assentadas por processos discursivos integrados ao funcionamento ideológico, portanto, podem ser pensados no âmbito da AD.

fazem limitar o poder do Estado, por razões evidentes: a ideologia dominante é o que os mantém adversamente unificados.

Já o ARE pertencerá ao domínio público, único em seu gênero. Enfático, Althusser (*idem*) insistirá que só há um ARE, por isso, há uma unidade que o comprime e o sistematiza para *prever e breçar por antecipação* possíveis falhas na ordem cotidiana.

O aparelho (repressivo) do Estado funciona predominantemente através da repressão (inclusive a física) e secundariamente através da ideologia. (Não existe aparelho unicamente repressivo). Exemplos: o Exército e a Polícia funcionam também através de ideologia, tanto para garantir sua própria coesão e reprodução, como para divulgar os 'valores' por eles propostos (*ibidem*, p. 70).

A repressão pela violência física partida, sobretudo, da Polícia ou em casos extremos do Exército, distinguirão, na tônica da reflexão proposta por Althusser, a linha de passe dos materialistas clássicos. O Estado não é mais repressivo do que certas instituições (Prisões, Tribunais, etc.) que subsidiam sua manutenção, sustentação e existência. Nesse ponto, há uma brecha aberta nas formulações de Althusser: para além da indispensável *coesão, reprodução e propagação dos valores* do ARE, a ideologia assume uma dimensão pouco *visível* nesse aparelho. É ela que autoriza a violência, a legitima, a torna indispensável, faz dela a própria condição da existência social humana, a coloca a serviço do Estado, na sustentação de seus regimes, suas instituições, seus jogos de poder. No discurso da segurança (Cf. Bauman, 2000) essas condições são mais bem observáveis. A violência simbólica, não a esqueçamos, é tão cruel quanto a física. Manifesta-se na palavra, no gesto de negação e de desconhecimento do outro, freando a alteridade, dissimulando-a, reafirmando-a cinicamente (Cf. Ansart, 2005). Pela sutileza com a qual é sustentada, pode perfeitamente servir e ordenar diversos cardápios, seja aos AIE ou ao ARE.

Retomando as questões que nos trouxeram aqui, assumiremos uma posição de quem está no posto de observador, mas não isento de parcialidade. A contradição que mascara os saberes e as práticas no CENSE poderia até nos conduzir a observá-las como verdadeiras, diretas e objetivas, se não fosse o fato de haver na constituição do sujeito esquecimentos que produzem esses efeitos (objetividade, transparência, opacidade). No lugar em que nos colocamos, como analistas de discurso, encontramos nos funcionamentos discursivos apreendidos na

dispersão de nosso *corpus*, a prática do CENSE como espaço de detenção. Nada nos convence – nem aos próprios socioeducandos – de que há realmente socioeducação.

Há uma imensa contradição no discurso da segurança sobre o emprego da violência, seja repressiva e/ou simbólica. Diferente do papel desempenhado nos AIE, a violência simbólica, por meio de processos linguísticos e históricos extremamente complexos, assume ordinariamente na instituição o **próprio lugar** da violência física, repressiva – como podemos notar no *dispositivo normativo*. Portanto, o CENSE funciona também através da violência, assumindo formas extremamente refinadas, sofisticadas e veladas desta. A violência, reafirmamos, não está apartada do corpo social; o laço que liga os sujeitos com o social é estreitado pela violência, em especial, no caso dos adolescentes privados de liberdade. Deste modo, como no interior de um ARE controlado por um *dispositivo normativo* o sujeito pode dizer? Isso nos conduz à hipótese de que há um *impossível de dizer* (interdição), sob a forma de política da palavra que atua como *censura* e estabelece *formas puramente imaginárias* do sujeito *encarcerado* reportar-se à instituição.

A interdição, como nos lembra Orlandi (1995a), situa-se na *política do silêncio*, que por sua vez “[...] se define pelo fato de que ao dizer algo apagamos necessariamente outros sentidos possíveis, mas indesejáveis, em uma situação discursiva dada” (*ibidem*, p.75). A interdição, como política do silêncio, é sustentada e às vezes vazada na superfície da materialidade linguística, nos diálogos dos adolescentes. A fenda aberta sinaliza, no linguístico, o momento em que o processo de interpelação ideológica materializa a *falha*, povoando as formulações (orais) com sentidos *indesejáveis*. Desta forma, ao invés de determinadas formulações linguísticas serem descartadas, elas *acidentalmente* acabam sendo retomadas, *trapaceando* a proibição, se dizendo “x” para significar “y,” ao invés de dizer “[...] ‘x’ para não (deixar) dizer ‘y’ [...]” (*ibidem*). Os momentos em que a *trapaça* acontece, são *flagrantes*, numa espécie de relâmpago se propagam e se esvaem, para não deixarem que a *estratégia política dos sentidos*, a saber, a *censura*<sup>27</sup> (forma da interdição) acione a repressão, a violência.

---

<sup>27</sup> Ainda cabe acrescentar que: “A censura não é um fato circunscrito à consciência daquele que fala, mas um fato discursivo que se produz nos limites das diferentes formações discursivas que estão em relação” (ORLANDI, 1995a, p. 78). A censura é o *continuum* da interdição, intervindo nas formas

Com efeito, a interdição não é conteúdo empírico, é condição para (não) dizer; como não *há ritual sem falhas*, inclusive a proibição se estilhaça na materialidade linguística, *produzindo efeitos*. Não há como *não* significar. A linguagem é a própria condição para existir. Como nos diz Orlandi (*idem*, p.72): “Há injunção dos sujeitos da linguagem em estar nos sentidos, sejam estes ‘feitos’ de palavras ou de silêncios. Para o sujeito de linguagem, o sentido já está sempre-lá”. É nos liames entre o dizer e o silêncio que o impossível é *provocado* por dupla coação, isto é, pela proibição da formulação e da circulação de certas formas linguísticas e por algo que é constitutivo da linguagem, que sempre deixa margens na significação, a incompletude. O recorte do *corpus* atesta essas condições: para dizer é preciso expor-se à incompletude e, por consequência, à falta. Portanto, faz-se necessário reconstruir os feixes que permitem certa unidade heterogênea quanto ao (não) dizer(-se) no interior do CENSE (ARE) partindo do processo de coleta de fatos que passamos a apresentar na seção que segue.

### 1.3 DELIMITANDO O PERCURSO: GESTOS, ESTRANHAMENTOS E DESTROÇOS

Parafraseando Robin (1977), para quem a História, na religião das ciências, não era nada menos que a *prima pobre*, tomando de empréstimo as tapeçarias dos linguistas para compor suas preocupações *de adolescente apaixonada*, podemos observar semelhantes afirmações nas sombras *subterrâneas* dos corredores dos departamentos de Linguística. *Prima pobre* da ciência linguística, a AD, cuja herança do pai foi meia dúzia de costuras imperfeitas, acabou fazendo do vestígio, do incompleto seu posto mais privilegiado de observação; disciplina que aprendeu a não se calar e a não se render diante do reduto do (neo)positivismo, impondo seu modo, *sui generis*, de fazer ciência.

Os fatos, em nossa perspectiva, não substituem os dados, trata-se de um deslocamento que nos autoriza a trabalhar *o processo de produção da linguagem* (ORLANDI, 1996) e não seus resultados empíricos. É em relação à historicidade que o fato se faz forma material; nesse movimento considera-se a língua, o sujeito e o sentido em relação ao processo histórico-social. Assim, “[...] para a análise de

---

linguageiras impossíveis de serem enunciadas sob regimes opressores, mas que de algum modo *vazam*.

discurso, não existem dados enquanto tal, uma vez que eles resultam já de uma construção, de um gesto teórico” (ORLANDI, 1996, p. 38).

Os *atos de linguagem* que compõem o recorte deste trabalho partiram dos encontros temáticos sobre cinema realizados no CENSE, no ano de 2018. Neste momento adentramos as condições de produção de *sentido* estrito, isto é, as condições que compreendem *memórias* locais do processo de coleta de fatos. A partir delas expomos os movimentos que alimentaram a pesquisa em três momentos que, não necessariamente, estão desconectados: o planejamento, a execução e o recorte do *objeto* da pesquisa. A formulação da pergunta de pesquisa numa ciência como a AD, que considera os fatos e não os dados, se consolida à medida em que o analista depura do *corpus* o feixe que conduzirá a tomada do objeto de investigação. Assim sendo, a pergunta de pesquisa não está engessada nos resultados que precederão as análises, mas na relação irremediável entre fatos de linguagem e teoria. A pesquisa da qual nos encarregamos atravessa a jornada que conduz o analista a uma mudança de percurso, deixando latente as dessemelhanças entre planejamento, coleta e formulação do gesto de interpretação. A diferença entre um e outro é o que os mantêm adversamente ligados. São passos, trajetos, caminhos que o pesquisador percorre em busca de contornar o objeto, a pergunta e o que *toca* sua interpretação. Esses elementos são tratados na continuidade, a fim de descortinar o processo de pesquisa em sua *estreiteza*.

### 1.3.1 Cinema (e)m leitura: os (des)limites do planejamento

Uma pesquisa de campo engloba nos seus referentes *local*, *sujeitos* e *objetos de coleta*. As delimitações desses aspectos se relacionam com as *hipóteses* a serem testadas e os *resultados previstos*, de modo que haja uma relação entre o objetivo da pesquisa e o seu desfecho, deixando poucas margens para experimentos malsucedidos - pelo menos no discurso comumente partilhado pela ciência. Quando pensamos a relação de *participantes*, de *coleta* e de *instituição participante* frente ao nosso objeto de pesquisa, o fazemos com vistas a calcar o efeito de coesão numa linha de investigação que considera as *variáveis* como essências do processo de produção do discurso. Ao longo do processo de investigação, as mudanças e os rearranjos foram a tônica que impôs ritmos, escolhas e revisões. Quando o objeto não é pronto, as reformulações são o



caminho, senão o único, para chegar a um lugar em que o dizer possa *fazer sentido* ao analista. Na esteira de assentar o objeto da pesquisa percorremos diferentes momentos: da pesquisa em leitura, da pesquisa em interpretação até chegar ao *resultado* do processo, a pesquisa sobre o impossível e a falha no processo de interpelação ideológica.

Apesar das tentativas de circundar o objeto, o horizonte da pesquisa sempre contou com duas escolhas definitivas: os sujeitos participantes e a instituição participante. Na cidade de Curitiba, assim como na sua região metropolitana, encontramos vários CENSEs, no entanto, nem todos cumpriam o requisito de abrigar adolescentes que cumpriam medida socioeducativa de privação total de liberdade. À vista disso, escolheu-se um CENSE que, geograficamente, permitia ao pesquisador maior acessibilidade no deslocamento, tomando como posto de partida a sede do curso de pós-graduação vinculado à pesquisa. Esse critério perpassou o plano de fundo de todo trabalho de pesquisa, independente do seu momento.

Na pesquisa em leitura, primeiro movimento de aproximação com um *objeto* ainda puramente imaginário, já que não tínhamos à disposição o *corpus* nem os participantes da pesquisa, lançávamo-nos a compreender a *história de leitura* dos adolescentes e o *efeito leitor* constituído na relação com textos literários. A proposta incipiente congregava riscos e falhas que tencionavam ao fracasso do trabalho pela falta de coesão temática, de um *fio condutor* que contornasse as escolhas de leitura e nos mantivesse no quadro investigativo da análise do discurso.

O que nos impunha não era favorável. Além das limitações da pesquisa, haviam outros fatores que colocavam em xeque a aproximação do pesquisador com os adolescentes. As atividades nas unidades socioeducativas, por exemplo, eram agendadas previamente, fazendo com que o contato com os participantes da pesquisa acontecesse apenas durante a execução efetiva das atividades. Assim, mesmo possuindo uma instituição como horizonte, pouco poderíamos supor dos adolescentes além daquilo que o *dispositivo normativo* dispõe e do que o imaginário social povoa em representações. Numa pesquisa em discurso é preciso constituir um dispositivo de coleta de fatos que seja capaz de possibilitar a abertura de *escuta à significação*. De que modo deveríamos, então, projetar imaginariamente os adolescentes para que pudéssemos escutá-los? Que critérios deveríamos empregar para escolha dos materiais de leitura? Como a mediação deveria acontecer pautada nas condições de produção de *encarceramento juvenil*?

Foram as contribuições da profa. Verli Petri<sup>28</sup> que deram *rumo* à pesquisa ao suscitar o *cinema* como elemento capaz de fazer *laço* entre o pesquisador e os adolescentes. Mediação realizada por imagens, sons e palavras, o cinema e seus gêneros poderiam não apenas consistir no *fio condutor* da pesquisa, mas construir a ponte para uma finalidade do trabalho de pesquisa aos adolescentes, isto é, o trabalho com cinema poderia levar à produção de um gênero cinematográfico, como o curta-metragem ou documentário. Deste modo, demos lugar à pesquisa em *interpretação*<sup>29</sup>. Por meio dela, buscaríamos compreender a constituição dos gestos de interpretação dos adolescentes frente a gêneros do cinema (incluindo textos escritos sobre a temática), considerando as condições de produção como constitutivas do processo. Diante disso, elaboramos uma proposta de encontros com a temática *Cinema e(m) Leitura*, na qual assistiríamos a diferentes gêneros cinematográficos (longas-metragens, curtas-metragens, documentários e animações). Subsidiando as conversas sobre os textos imagéticos, contaríamos com o apoio de textos escritos. O movimento das conversas proporcionaria elementos para produção de um roteiro e sua consequente filmagem, sob a forma de *curta-metragem*. Logo, a temática do curta-metragem seria livre, decidida conforme os desejos dos participantes.

Os **materiais visuais**, sobretudo os longas-metragens, foram escolhidos pelo pesquisador priorizando a relação de produções que tivessem como foco o **cinema**, fossem obras que o colocassem como elemento adjacente, transversal ou *metafilmico*. As animações, por sua vez, foram selecionadas contemplando uma experiência que ampliasse o *rol* do cinema para outra esfera sua, a do desenho gráfico. Seguindo o definido acima, os longas-metragens e as animações foram divididos em três listas<sup>30</sup>:

Longas-metragens		Animações
<b>Bloco I</b>	<b>Bloco II</b>	1. Meu Vizinho Totoro (1988)

<sup>28</sup> Durante a realização da I Jornada de Estudos do Discurso: Relações entre Língua e Sentido (13 e 14 de novembro de 2017, Curitiba), em espaço interno aberto ao debate dos projetos de pesquisa dos discentes vinculados ao campo do discurso, a profa. Verli, analista de discurso, fez sugestões que enriqueceram nossa pesquisa sem igual.

<sup>29</sup> No anexo I encontra-se a planificação integral da pesquisa.

<sup>30</sup> Não há nenhum motivo para a ordenação dos filmes na lista. **Em negrito, os títulos selecionados pelos adolescentes.**

1. <b>A Invenção de Hugo Cabret (2011)</b>	1. Birdman (2014)	2. O segredo de Kells (2009)
2. A sombra do vampiro (2000)	2. Rebobine, Por Favor (2008)	3. A canção do oceano (2014)
3. O Artista (2011)	3. <b>Mapas para as estrelas</b> (2014)	4. O conto da princesa Kaguya (2013)
4. La la land (2016)	4. Super 8 (2011)	5. A viagem de Chihiro (2001)
5. Abraços Partidos (2009)	5. Má Educação (2003)	6. Seu nome (2016)
		7. <b>A princesa Monoke</b> (1997)
		8. Viagem para Agarta (2011)

Em nosso planejamento, de cada lista, os participantes, em conjunto, auxiliados por uma cena selecionada dos filmes, seguida de uma pequena sinopse, escolheriam um filme para apreciação. Deste modo, assistiríamos a **dois** longas-metragens e a **uma** animação (**em negrito**). Além disso, comporia junto aos gêneros cinematográficos o curto documentário “A história do Cinema<sup>31</sup>” e curtas-metragens – a serem escolhidos durante os encontros - que enriquecessem e auxiliassem a compor o fluxo dos encontros. Dos textos escritos, fizemos apenas a seleção de duas notícias, que numa leitura inicial, demonstravam o posicionamento contrário de dois *figurões* do cenário hollywoodiano: Jodie Foster e James Gunn. Os demais textos escritos seriam definidos conforme o compasso dos encontros. Concomitantemente à exibição comentada dos filmes e às leituras dos textos escritos, haveria a produção de um **roteiro** para orientar a filmagem de um curta-metragem que posteriormente seria convertido em *resultado* dos encontros. O curta-metragem ficaria **apenas** à disposição da instituição e dos adolescentes, uma vez que o que nos interessava era o texto escrito (roteiro) e não o material fílmico (curta-metragem).

Deste modo, o **cinema** tornou-se o *fio condutor* que contornaria os encontros temáticos e as atividades realizadas em seu interior, fossem os movimentos de

---

<sup>31</sup> Acesse aqui: <[https://www.youtube.com/watch?v=tkk17\\_oDxXU&t=308s](https://www.youtube.com/watch?v=tkk17_oDxXU&t=308s)>.

interpretação a partir de dinâmicas específicas ou do trabalho de arquitetar o curta-metragem encetado pelos adolescentes. No que tangeu às decisões metodológicas e organizacionais dos encontros, encontramos procedência em dois trabalhos: Zoppi-Fontana (2003) e Mariani (2003). Os trabalhos serviram de orientação, no entanto, não *determinaram* nossos arranjos. Além disso, os encontros temáticos foram planejados para serem realizados semanalmente durante os meses de março e abril de 2018, divididos em oito encontros com duração aproximada de 3 a 4 horas. Para participarem da pesquisa, os adolescentes deveriam ser aqueles que permaneceriam internados o tempo suficiente para o início e o fechamento das atividades dos encontros. O registro oral dos encontros seria gravado pelo pesquisador e posteriormente transcrito<sup>32</sup> para a materialidade linguística. Ao lado das observações em forma de nota e do diário de bordo, esses instrumentos formariam nosso *corpus* empírico, ou seja, o *corpus* sem recorte discursivo.

### 1.3.2 Cachinhos Dourados e o conto dos *cinco ursos*: fronteiras entre o real e o imaginário

Toda investigação é costurada na intersecção de diferentes vozes; vozes que somam, assaltam, subtraem, condenam, indicam, clarificam. Com efeito, é verdadeiro também que todo objeto de investigação tende a (cor)romper-se – pelo menos em AD – no gesto analítico quando face aos  *fatos discursivos* o analista erige sua interpretação. Nesse compasso, passamos a desenhar a *efetividade* das atividades realizadas nos encontros, intersectadas pelo *inesperado* e pela revisão constante do fazer da pesquisa que conduz à composição final do objeto da pesquisa: a manifestação da subjetividade, no discurso, pela voz e pela parede.

Com já sinalizado, os participantes foram escolhidos conforme o tempo restante para o término de cumprimento da medida socioeducativa. Esse critério foi o único empregado pelo pesquisador, sendo que coube à unidade socioeducativa a liberdade de, dentro dessa exigência, escolher os participantes. Foram, deste modo, escolhidos cinco participantes. No primeiro encontro, um dos adolescentes decidiu não participar mais da pesquisa, sendo substituído por outro no segundo encontro.

---

<sup>32</sup> As transcrições foram feitas baseadas no Projeto Norma Linguística Urbana Culta (NURC-RJ). Na seção “Anexos”, mais precisamente no “Anexo III”, encontra-se a compilação dos símbolos e os significados usados para textualmente marcar a transposição da fala para escrita.

Assim, o *clube dos cinco* foi montado. Destes, três possuíam, à época da pesquisa, dezoito anos, um dezessete e outro dezesseis. Três cursavam o EJA – Fase II e dois o ensino médio. Todos permaneceriam, ao longo dos dois meses dos encontros, ainda internados.

Sob o título de *Cachinhos dourados e o conto dos cinco ursos* adentramos o universo *estrito* da pesquisa, que configura a coleta de fatos em sua singularidade. O primeiro movimento aportado, antes da descrição formal das atividades dos encontros, é a escolha do nome. Para preservação do nome, o pesquisador acordou que os adolescentes deveriam escolher o nome de um personagem literário ou fílmico para ser designado na pesquisa. As escolhas contornaram uma medialidade simbólica que retrabalhou a divisão do lugar pertencente aos adolescentes e ao pesquisador na instituição. Para serem designados, os participantes escolheram os seguintes nomes: *Adrenalina*, *Bone*, *Boyka*, *Paul Walker* e *Stifler*. Os personagens escolhidos marcavam uma relação com o crime, com a ilegalidade, seja de forma indireta ou explícita. Conjuga-se no mesmo universo o matador de aluguel, o lutador de rua, o lutador de cadeia, o policial infiltrado e corrupto, o perverso sexual. O pesquisador é, por outro lado, excluído desse universo quando os participantes lhe atribuem o nome de *Cachinhos Dourados*<sup>33</sup>, personagem do universo místico do conto de fadas; menina desorientada, inocente, com ar pueril. Um outro conto passa a representar os sujeitos da pesquisa, pela via da tensão entre o imaginário e o real: não se trata mais de três ursos, mas de *cinco*.

*Cachinhos dourados e o conto dos cinco ursos* mantém muitas similaridades com o conto “Cachinhos dourados e os três ursos”, a começar pelo papel da personagem título como o *estrangeiro* que invade um lugar que não lhe pertence (BETTELHEIN, 2007). A territorialização do espaço de privação de liberdade pela eleição dos nomes-personagens já indica uma gestualidade do alojamento de identidades que são emprestadas e conferidas pelo imaginário, sem, no entanto, deixarem de vincularem-se ao real. Todos os participantes escolheram nomes que representam ficcionalmente personagens *potentes*, homens com poder de se

---

<sup>33</sup> Ressaltamos que **nenhum** dos participantes, quando questionados sobre o conhecimento do conto da Cachinhos Dourados e os três ursos, soube dizer do que se trata a história. Na representação da Cachinhos Dourados ressoava uma imagem acústica sem memória, destituída do emaranhado simbólico próprio ao discurso de conto de fadas. Foi pela semelhança física entre o pesquisador e o nome da personagem que a designação foi alçada e, por consequência, inconscientemente, fez trabalhar diferenças presentes no conto.

*redimirem* diante da sua vinculação com práticas ilícitas, como também de recorrerem a elas para sobreviverem no real de suas existências. Busca de satisfazer o gozo do desejo. Há um alinhamento nos *cinco ursos* que funciona harmonicamente no grupo, mas que não se estende a Cachinhos Dourados. *Linda, encantadora e perdida*, Cachinhos Dourados é uma menina, o elo *frágil*, sem poder de qualquer ordem. Frente ao universo de ação que marca os personagens escolhidos, ela é completamente *impotente e inofensiva*. Não apresenta perigo algum. É incapaz de disputar o espaço dos ursos, pois é o estrangeiro que percorre um lugar que não lhe confere *identidade*, mas que mesmo assim, continua buscando-o. Analogamente ao conto original, a invasão de privacidade pelos encontros se faz sem muitas explicações. Cachinhos Dourados entra no CENSE tão enigmaticamente quanto sai: não pertence àquele lugar. Do tecido simbólico do conto à configuração do real, os *cinco ursos* também questionam Cachinhos sobre sua chegada na casa. No IV encontro, descrito posteriormente, Stifler questiona o pesquisador sobre o sentido dos encontros: por que ofertá-los aos *cinco ursos*? Para o participante, não fazia sentido o pesquisador realizar as atividades sem receber alguma coisa em troca, como uma contrapartida financeira. O sentido se faz quando o pesquisador explica que recebe uma contrapartida financeira pela CAPES, mas que esse retorno não tem relação direta com as atividades desenvolvidas. Ainda que ressaltando a situação, é o sentido *mercantil* que estabelece a justificativa do *estrangeiro* aparecer de repente na casa dos ursos. Um argumento é necessário.

Mesmo invadindo um lugar que não é seu, Cachinhos Dourados, como no conto original, espia pelas fechaduras ou melhor, pelas grades. O susto dos *cinco ursos* que desperta Cachinhos Dourados produz um *clímax* diferente: ao invés de fugir assustada pela janela, a personagem passa a engendrar o universo que não é seu e que, por não apresentar perigo, lhe autorizam a caminhar às margens sem ser interceptada. Os *cinco ursos* concedem à personagem uma abertura simbólica para olhar no que mantém privado, no que escondem e no que lhes é escondido no meio da floresta. Cachinhos só pode *vivenciar* o lugar em que os ursos habitam se continuar possuindo suas características. Deste modo, os ursos abrem as portas da sua casa e a deixam sentar nas suas cadeiras, comer da sua comida e dormir nas suas camas. Fortemente imaginário e inconsciente, a relação do pesquisador com os adolescentes é possível na fineza desses detalhes, num vínculo que lhes permite, pela falta de opressão de Cachinhos Dourados, *poder dizer*. Aliás, opressão que

também é imposta na personagem, fazendo que algo em comum seja vivido e experimentado. Uma partilha de sentidos. Portanto, “Se as antigas formas de representação estão esgotadas, é forçoso constatar que, em termo de eficácia social, elas ainda estão em condições de mobilizar o imaginário, já que o público está habituado a essas velhas formas de figuração” (ROBIN, 2016, p.286). As divisões e as mediações simbólicas, portanto, ainda operam na representação do real no imaginário, atribuindo ao social formas que produzem sentido nos resíduos do discurso de contos maravilhosos.

Imbuído no jogo simbólico, os encontros puderam constituir um dispositivo de escuta capaz de ir além do que era previsível e abarcar as *fissuras* da significação, restos que sobram no discurso e constituem os adolescentes em processos de identificação. Começamos, pois, o gesto de descrição das atividades<sup>34</sup>.

No **Encontro I**, o pesquisador foi conduzido, depois de uma revista pela equipe de segurança no material para ser usado na coleta de dados, à sala na qual as atividades seriam realizadas. O procedimento aconteceu na maioria dos encontros. Na última subseção do capítulo retomaremos o espaço da sala e como este contribuiu para a formulação do objeto de pesquisa. Por hora, basta dizer que a sala era usada para ministração de atividades pedagógicas. Depois que o grupo de adolescentes estava completo, o pesquisador realizou uma apresentação pessoal e da pesquisa, esclarecendo objetivos e expectativas. Seguindo o procedimento do termo de assentimento do menor, leu e explicou o texto aos adolescentes, deixando claro que a adesão ao mesmo era voluntária, e que os participantes poderiam desistir a qualquer momento da pesquisa, sem justificativa ou ônus. Somente depois de assinados os termos, o encontro começou a ser gravado. Primeiro, foram registrados a escolha dos nomes dos participantes, depois a escolha dos filmes a serem assistidos. A escolha do filme foi feita com base numa sinopse e uma imagem recortada do filme, no caso dos longas-metragens, e de uma imagem posteriormente comentada pelo pesquisador, no caso das animações. Após, o pesquisador deferiu com os participantes a dinâmica dos encontros. Seriam feitas atividades interpretativas ligadas à exibição e à discussão dos materiais visuais, bem como da leitura de textos ligados ao cinema (por exemplo, as notícias sinalizadas

---

<sup>34</sup> Remetemos o leitor ao Anexo I, no qual consta o planejamento da pesquisa. A leitura concomitante da descrição e do planejamento poderá contribuir melhor para a compreensão do desencadeamento das atividades de pesquisa.

anteriormente), para ao final de cada encontro discutirmos e aprofundarmos ideias para comporem o roteiro e a produção final do curta-metragem. No encontro também foram entregues pastas para os adolescentes, com folhas para anotação. No entanto, como a equipe de segurança, segundo os adolescentes, não avisava previamente da atividade, na maior parte dos encontros poucos traziam o material para notação. Como atividade semanal, ficou a cargo dos adolescentes a leitura das notícias presentes no planejamento. Para leitura, um dos adolescentes ficou encarregado do papel de mediador. O participante deveria elaborar perguntas para serem feitas aos outros adolescentes, com vistas a expor dúvidas e impressões surgidas durante a leitura.

Já no **Encontro II**, as atividades ganharam formas mais concretas. Os equipamentos utilizados durante as atividades (projektor, computador, câmera, tripé) ficaram a cargo do pesquisador, já que na instituição não foram localizados equipamentos audiovisuais. Destarte, no começo do encontro foi comunicada a desistência de um participante e a apresentação de um novo integrante, assim como relembradas as atividades realizadas e planejadas no encontro anterior. Na sequência, os adolescentes auxiliaram o novo participante a escolher seu nome e no que consistiam os encontros, explicando os nomes escolhidos e as atividades planejadas. Questionadas sobre o espaço de contato com os filmes dos personagens que os designavam, responderam que a Delegacia do Adolescente – DA foi o lugar em que tiveram contato com, por exemplo, *Velozes e Furiosos*, dentre outros títulos. Todos responderam já ter ido ao cinema em algum momento. Questionados pontualmente sobre a leitura das notícias, apontaram a temática e, por orientação do pesquisador, reservaram a atividade para um momento oportuno. Passou-se então à exibição e ao comentário do documentário citado acima. As perguntas formuladas pelo pesquisador e direcionadas aos adolescentes tiveram como base cenas e sentidos apontados pelos próprios adolescentes. Por exemplo, as imagens que remetiam às primeiras máquinas fotográficas e suas particularidades, assim como o “cinema pornográfico”. Por conseguinte, foi levada a cabo a primeira discussão do curta-metragem. A estrutura da história, inicialmente, orbitou entre dois polos: uma história de assalto e uma história de morte. Cenas dispersas de crimes foram reinventadas na fala dos adolescentes, como a referência à *biqueira* (ponto de revenda de produtos roubados e venda de drogas). Para estimular a criatividade, o pesquisador deu lugar à dinâmica das cinco questões.



Foram perguntas direcionadas, que tentavam alinhar aspectos relacionadas à história (ficcionalização) e ao movimento fílmico (captura das imagens no CENSE). Foram elas: “1. Se você tivesse que contar uma história aqui dentro, como imaginaria o personagem principal dessa história?”, “2. Que parte do espaço físico aqui dentro, você acha importante filmar?”, “3. Se você tivesse que produzir um filme aqui dentro, como você imaginaria os personagens?”, “4. Destaque um elemento da sala que seja importante de ser registrado em vídeo” e “5. Se você tivesse que filmar um vídeo aqui dentro, em que manteria o foco do enquadramento?”. As discussões das perguntas levaram os adolescentes a destacar a vivência com o espaço do CENSE, demarcando sentidos que compunham, por exemplo, escritas *pixadas*<sup>35</sup> nas paredes da sala dos encontros. Essas inscrições, observadas inicialmente pelo pesquisador, incidiram nas afirmações dos adolescentes, abrindo caminho para que a *opacidade* do espaço pudesse ser colocada em causa. No final das atividades, o pesquisador orientou os adolescentes quanto às atividades do seguinte encontro e da leitura da notícia.

No **Encontro III**, deu-se efetividade à leitura e à discussão das duas notícias (Anexo II). O participante responsável pela mediação optou por direcionar as perguntas do texto ao pesquisador e não aos outros participantes. Também, no começo do encontro, o pesquisador constatou que a maioria dos adolescentes não havia lido o texto. Então, foi realizado o movimento de leitura e de discussão da notícia. Durante a atividade os adolescentes permaneceram inquietos e pouco participativos, conversando sobre assuntos ligados a sua rotina. Pouco produtiva, a discussão não teve êxito, apesar das tentativas de costurá-la às atividades realizadas nos encontros anteriores. Em seguida, deu-se lugar à introdução e exibição do primeiro longa-metragem, *A invenção de Hugo Cabret*. Cabe ressaltar que, de todos os filmes listados, este foi o único que um dos participantes havia assistido. Os outros pairavam como completos desconhecidos. Na introdução, o pesquisador pediu ao adolescente que já havia assistido para comentar sobre sua experiência assistindo ao filme, destacando fatos que julgasse significativos sobre o filme. Não foi possível assistir ao filme por completo no encontro, ficando delegado

---

<sup>35</sup> Junto aos fatos analisados no último capítulo, justificamos o uso da palavra “pichar” com grafia de “x”.

ao próximo sua finalização. Também foi delegado aos adolescentes darem maior consistência à história do curta-metragem.

O **Encontro IV** contou com a finalização do filme, seguido da discussão de impressões e elementos que chamaram atenção dos adolescentes, como a relação entre o personagem Hugo e a personagem Isabelle. Após, foi executada uma dinâmica de interpretação. Cada adolescente recebeu uma palavra (chave, rua, casa, cadeado ou muro), com o fim de relacioná-la ao filme. Concomitante à atividade, foram aprofundados pontos relacionados ao enredo do filme. Em seguida, passou-se à discussão do roteiro. Como atividade semanal, os adolescentes deveriam afinar a história, chegando a pelo menos, uma arquitetura global (começo, meio e fim). Procurando um fio para o tecido da história, a ideia sugerida por Bone sintetizou o eixo central da enredo: “No começo ele [o personagem] tava sem nada, daí, tava sem dinheiro, tentou arrumar um trabalho e não conseguiu, aí teve que fazer o corre dele, daí não deu certo, caiu preso, daí saiu, puxo a cadeia dele e saiu e conheceu a menina, aí quando ele conheceu a menina começou a mudar a história dele”. A fatalidade da situação em que se encontra conduz o personagem ao mundo do crime e, por consequência, à prisão. A mulher, na história, longe de ser apenas um personagem, é o talismã que permite ao personagem *mudar*. Essa é apenas uma das versões imaginadas pelos adolescentes, mas cujo esqueleto narrativo obedece às mesmas estruturas das variantes: alguém que, por necessidade, pratica crime e acaba encarcerado. Ao passo do afinamento da história, o pesquisador direcionou os adolescentes a tornarem as ideias concretas, desde o ponto de vista fílmico, arquitetando figurinos, estabelecendo o número de personagens, suas funções e os cenários. Também levou os adolescentes a pensarem em alternativas para o que era possível em termos imaginativos, mas não em aspectos físicos de filmagens. Nesse momento, o pesquisador introduziu com maior ênfase os enquadramentos do cinema e seu papel na contação da história. Subsequente, distribuiu e comentou um material informativo que explicava o passo a passo do processo de produção de um curta, frisando sobretudo a importância de um *storyboard*, isto é, a organização das cenas (com enquadramento) em sua sequência de gravação. Neste momento, o pesquisador apresentou o *storyboard* usado em um vídeo produzido pelo mesmo, apontando modos de fazê-lo e organizá-lo em relação à história. Por fim, foi realizada a introdução ao próximo filme a ser assistido, Mapa para as estrelas, seguida de sua exibição. Assim como no filme

anterior, este não foi finalizado no encontro. Os adolescentes foram orientados a trazerem cenas e diálogos para serem trabalhados em relação ao curta-metragem no encontro seguinte. Cruzando todas as atividades, estiveram presentes gritos e ruídos de batidas e esmurrões produzidos por adolescentes que se encontravam em um alojamento próximo à sala dos encontros.

O **Encontro V** começou com o término de exibição do longa-metragem. Após sua exibição, foram realizados comentários gerais e tentativas de compreensão do enredo, já que houve várias “lacunas” interpretativas que não foram respondidas durante a apreciação. Esse movimento foi marcado pela incitação do pesquisador para os participantes se colocarem na resolução de conflitos vivenciados pelos personagens do filme. Em seguida, uma dinâmica de interpretação foi realizada. O pesquisador selecionou momentos do filme, recortados em registro fotográfico. Frente a cada registro, os adolescentes tiveram que descrever as imagens e dizer como aquele momento do filme significava no todo do enredo. Reservadas as imagens usadas para a escolha dos filmes no Encontro I e as recortadas no corrente encontro, foi iniciado um movimento de análise dos enquadramentos, guiado por material informativo e orientado pelo pesquisador. A atividade reforçou os adolescentes a pensarem as cenas do curta-metragem a partir de enquadramentos, contribuindo no planejamento e na organização do trabalho de filmagem. Adentrou-se, então, no universo dos curtas-metragens. Retomando o *storyboard* feito pelo pesquisador em momento anterior à pesquisa, os adolescentes puderam contrastar o processo a partir de produções caseiras como *Es tan poco*<sup>36</sup> e *Julieta en Soneto XCII*<sup>37</sup>. Elas puderam servir de base para como a produção do curta-metragem se assemelharia esteticamente. Em seguida, passou-se à exibição do curta-metragem *Vox Populi*<sup>38</sup>, escolhido para ser apresentado pela forma de encadeamento narrativo. Para o próximo encontro, o pesquisador ficou encarregado de compilar todos os dados relativos ao curta-metragem levantados pelos adolescentes e, trazer, para o próximo encontro, materiais que finalizassem o processo de roteirização. Deste modo, a animação ficou delegada a um momento posterior.

---

<sup>36</sup> Acesse aqui: <<https://www.youtube.com/watch?v=IOSkXYmmL9c&>>. Agradeço à Cristiane Wisniewski e à Raquel Ferreira pela autorização de uso.

<sup>37</sup> Arquivo pessoal. Agradeço à Ana Paula Ghizzo Alves pela autorização de uso.

<sup>38</sup> Acesse aqui: <<https://vimeo.com/23747590>>.

No **Encontro VI** seguinte, o pesquisador, por motivos que transcenderam enormemente os objetivos da pesquisa, teve de encerrar as atividades. Para improvisar um desfecho e fornecer um resultado concreto, o pesquisador deu continuidade à exibição do curta-metragem *Vox Populi*, expondo a impossibilidade de continuar com os encontros e sinalizou as atividades de fechamento. Após a exibição do curta, houve comentários gerais e o encaminhamento de uma atividade de produção escrita. Diante da seguinte orientação, os adolescentes deveriam produzir em argumento livre as exigências anunciadas: “Se você pudesse inserir um personagem na história do curta-metragem *Vox Populi*, como ele seria? Como ele participaria da história? O que ele faria? Quais características (físicas, psicológicas) ele teria? Com quais personagens ele se relacionaria?”. A produção foi marcada por sugestões do pesquisador aos adolescentes que, no movimento de escrita, foram descartadas ou postas como base para formulação do requerido. Quando as produções foram concluídas, cada um socializou seu texto. Após a produção, passou-se ao segundo momento da oficina. Com a participação de um membro da equipe técnica, organizou-se uma atividade de encerramento. Foram postos à disposição dos adolescentes cinco objetos (uma medalha de campeonato esportivo, uma bola, um boné, um livro e um cadeado). Cada adolescente escolheu um dos objetos e contou uma história da sua infância relacionado a ele. Depois de contar a história, os participantes escolheram um dos enquadramentos visuais visto durante os encontros e registraram em forma de foto, o objeto. As fotos tomadas foram posteriormente impressas e entregues aos adolescentes. No final do encontro, o pesquisador explicou aos adolescentes como considerou a questão da interpretação ao longo dos encontros, frisando-a como movimento *amplo* em que estão implicadas visões de mundo, convicções e outras interpretações. Além disso, o pesquisador destacou as manifestações do Encontro IV e as inscrições nas paredes como elementos que chamaram sua atenção, sublinhando que as inscrições nas paredes são uma forma de *manifestação dos sujeitos encarcerados*. Um fim, sem razão, foi posto ao final da história. Aparecendo perdida sem razão aparente na floresta, Cachinhos Dourados retorna a ela, do mesmo modo que chegou: procurando um caminho.

Num balanço, a pesquisa com aspirações a mostrar os gestos de interpretação, assinalando-os à condição de privação de liberdade, tomou contornos impensados. Dos oito encontros planejados o cronograma finalizou-se em seis. O

planejamento não se efetivou, e a produção do curta-metragem não foi executada. O tempo, dentro dos altos muros da instituição, se estreitou. No entanto, mesmo finalizando antes do previsto as atividades, o pesquisador pode observar a cada encontro algo *significar*, algo saltar aos olhos; sentidos que transcendiam os filmes, as perguntas feitas pelo pesquisador e o próprio *dispositivo normativo*. Textos não foram lidos, a animação não foi apreciada, o roteiro não foi redigido, a ação não pôde ser capturada (pelas lentes do cinegrafista). No entanto, mesmo num caos que tendeu a absorver qualquer possibilidade de estruturação do objeto da pesquisa, encontramos nas *fronteiras dos sentidos* um lugar para refazer nosso objeto diante do *corpus* que constituímos. Passamos, então, à concepção do norte da pesquisa, a voz e a parede.

### 1.3.3 Portas (en)cerradas, restos da significação: a voz e a parede

Da sombra dos muros, ao colorido das paredes, quando o ARE bate contingência, a ciência assente. Não há saída, nem entrada. As portas são fechadas. O impossível é condição e permanência para dizer, injunção ao *dispositivo normativo*. Ombros curvados, passos suaves. Andar é um exercício de submissão. As câmeras de vigilância, as cercas, as portas de aço; grandes espirais que interrompem o fluxo da rua. O fantasma de Stálin sempre vivo: domar a língua, afeitá-la, mutilá-la em seus espaços de suspiro; fazer apagar a ambiguidade, a metáfora e a poesia. A língua de ferro escorregando magistralmente pelos ares, fazendo a dominação sutil (GADET & PÊCHEUX, 2004) mas nunca *plena*. Por esse caminho enveredamos o objeto do trabalho, lapidado no contato com um *estranhamento* excluído inicialmente pela proposta da pesquisa que encontra aqui vazão e força no recorte discursivo operado pelo analista frente ao todo do *corpus*.

Ao entrar na sala dos encontros, a primeira impressão do pesquisador foi a dimensão. De tamanho familiar aos espaços destinados às reuniões e encontros pedagógicos nas escolas da rede pública de ensino, a sala tinha algumas poucas mesas e cadeiras, com uma mesa maior destinada ao *professor*, perto do quadro na parede bruta. Ainda no primeiro encontro, o pesquisador frente às paredes foi tomado pelo imprevisível, por algo que parecia não caber naquele espaço. Um enunciado, no primeiro olhar, se remanesceu no *ex-cêntrico*, no distanciamento daquilo que o pesquisador esperava encontrar nas paredes da instituição (ERNEST-

PEREIRA, 2009) e o que se inscrevia nelas. Uma expressão na parede da sala de encontros: “Troca Troca Pra Fumá Pedra<sup>39</sup>”, escrita com caneta azul, delatando a pressa, pelos traços pouco elaborados. Letras trêmulas, desalinhadas, *urgentes*. Seria possível permanecer indiferente àquela inscrição num espaço completamente *absorvido* pela força do *dispositivo normativo*? Num lugar em que imaginariamente a referência ao crime é completamente combatida, como remanescem traços da delinquência? O estranhamento se manteve quando outros enunciados também textualizados nas paredes foram lidos pelo pesquisador. Durante os encontros o pesquisador realizou questionamentos sobre os enunciados escritos nas paredes aos adolescentes, já que no caso de produção do curta-metragem elas (as inscrições) estariam presentes ou seriam apagadas pelos enquadramentos, por exemplo. Isso, no entanto, não deixava de lado o fato de elas significarem, estarem tomadas de sentidos.

Algo *significava*, pulsava naquele enunciado e em todos os outros que se inscreviam na parede. A parede, muito além do suporte de concreto, servia como mural para palavras serem fixadas. A *parede falava*. A barreira estabelecida pela sanção disciplinar no *dispositivo normativo* que rege comportamentos, dizeres e condutas, parecia estraçalhar-se na parede, compondo-a com uma fronteira possível ao dizível. A territorialização da cidade, por inscrições dos bairros de origem dos adolescentes nas paredes, precedidas de seu nome, nos levou ao papel simbólico-discursivo da cidade na (re)constituição do espaço da rua no interior do CENSE.

O estranhamento que nos perseguiu, como condenação e salvo-conduto, finalmente teve uma resolução quando, no Encontro IV, o medo invadiu o pesquisador. Do lado de fora, no alojamento ao lado, o prenúncio de uma revolta era iminente: gritos, batidas, esmurros contínuos. Do lado de dentro, assistia-se ao filme *Mapa para as estrelas*. Os gritos agudos rasgavam as cordas vocais de quem os eclodiam sem cessar. Algo *funcionava* no grito, último recurso da voz para se fazer escutar, momento em que a revolta se excede. Foi na pergunta absurda do pesquisador aos adolescentes, no encontro: “Alguém morreu?” concomitante ao estopim da revolta ao lado, que foi possível compreender que algo não ia bem, ou ia bem demais no modo de determinação do *dispositivo normativo*. Tanto as escritas nas paredes, quanto as manifestações do lado de fora da sala indicavam a falha do

---

<sup>39</sup> Nos ateremos, aqui, ao *efeito* de estranhamento produzido por ele.

*dispositivo normativo*, incapaz de controlar o que tremulava na escrita e o que ondulava nos gritos.

A proposição, então, do *impossível de dizer, impossível de não dizer de certo modo*, fez sentido no *algo* que fugia ao controle normativo da instituição. Tanto na parede como na voz, um impossível passava a esfacelar a vigilância e a sanção no que consideramos como *falha do processo de interpelação ideológica*, isto é, constituídos na *falha* do Estado no processo de interpelação ideológico, os adolescentes não poderiam, ainda que por práticas carcerárias, *apagar* o antes da privação de liberdade. Eis o jogo instaurado no enunciado da parede e aportado à voz (grito).

Recorte heterogêneo, que no estranhamento nos permitiu observar o conflito entre diferentes identificações (ERNEST-PEREIRA, 2009): Direito x Crime. Recortes que tratam de margens, fronteiras do discurso e que passamos a tratar em termos de *materialidades significantes*. As materialidades significantes são a especificidade da relação da língua (incompletude) e da história (contradição) na produção de sentidos. Processo de textualização atado à memória e às formas diferentes dos sentidos significarem. Como diz Orlandi (1995b, p. 38): “[...] todo processo de produção de sentidos se constitui em uma materialidade que lhe é própria.”, isto é, a materialidade e a história, num trabalho sobre o/pelo simbólico, colocam em jogo os sentidos. Sentidos que no movimento de diferença tomam corpo em materialidades significantes. Nessa direção:

Há uma necessidade do sentido, em sua materialidade, que só significa, por exemplo, na música, ou na pintura etc. Não se é pintor, músico ou literato, indiferentemente. São diferentes relações com os sentidos que se instalam. São diferentes posições do sujeito, são diferentes sentidos que se produzem (ORLANDI, 1995b, p. 39).

As materialidades significantes demandam diferentes modos e mecanismos de interpretação e de compreensão (AZEVEDO, 2013), pois os sentidos, ao tomarem forma material, passam a existir em traços de diferença e de alteridade. Assim, cercamos nosso estudo a partir de um recorte de materialidades significantes heterogêneas: a parede e a voz. A particularidade de cada um demandará gestos de interpretação que, apesar de distintos, estão ligados a uma tese que enlaça todo o *corpus*.

Na esteira de compreender, deste modo, o discurso, enquanto objeto simbólico, recorreremos ao texto como instância de observação do funcionamento

discursivo, espaço privilegiado em que a voz e a parede se fundem. Salientamos que, em nossa perspectiva, o texto não é unidade completa, fechada e encerrada.

As palavras não significam em si. Elas significam porque têm textualidade, ou seja, porque sua interpretação deriva de um discurso que as sustenta, que as provê de realidade significativa. E sua disposição em texto faz parte dessa realidade. É assim que na compreensão do que é texto podemos entender a relação com a exterioridade (o interdiscurso), a relação com os sentidos. O texto é um objeto linguístico-histórico (ORLANDI, 2001, p. 86).

A inscrição do discurso no texto, assim, faz este último ser compreendido também como objeto simbólico, no qual colidem os efeitos linguístico-históricos, impedindo que haja um fechamento que não seja o aparente, isto é, fazendo do ponto final apenas um efeito de fechamento (ORLANDI, 2012). O que interessa não é a organização frásica do texto, mas como a relação da língua com a história faz trabalhar o significante, como a exterioridade e a historicidade constituem a relação de significância do sujeito com o político. Desta forma, ainda são reservadas margens para pensar os efeitos de evidência, a organização dos universos lógico-semânticos que apagam o trabalho simbólico do significante, opacificando a língua e crispando o discurso.

O texto passa, então, a ser a instância na qual é possível observar os gestos de interpretação que nos permitem apreender o funcionamento discursivo num processo mais amplo. Portanto, nosso esforço analítico não é na direção de falar sobre texto, mas, antes, compreender a forma como a falha no rito de interpelação ideológica e o impossível de (não) dizer(-se) textualizam-se nos *suportes* dos sentidos, isto é, na voz e na parede diante do *corpus* que constituímos.

Encontramos legitimidade de trabalhar com a *desestabilização* dos universos *lógicos* em diferentes trabalhos de Pêcheux (Cf. 1990, 2004, 2014), lembrando que para o filósofo francês, a lógica é *efeito* das relações necessárias para que o sujeito pragmático satisfaça a necessidade de homogeneidade, inscrevendo-se em sistemas lógicos locais ou amplos (PÊCHEUX, 1990) que permitem a *simplificação* das decisões cotidianas mais inofensivas até aquelas de grande repercussão na vida social. É sob a face dessa emergência do sujeito pragmático que a socioeducação faz circular seus enunciados no interior do CENSE, assegurando a adesão às *decisões lógicas* da rotina dos sujeitos envolvidos nesse processo, tomando o *dispositivo normativo* como palavra única, inicial e final.



Em meio à aparente naturalização das palavras, seus significados e à literalidade que afetam as posições sujeito na qual os adolescentes se inscrevem, ousamos. Partimos da hipótese de que o irrealizável da socioeducação é a transformação, pois não há ritual que não se estilhace, não há impossível que silencie completamente o indesejável, nem o improvável que não possa tornar-se lugar de respiro da significação, permitindo que algo vaze no (não) dizer(-se)... Nessa conjuntura são produzidos os enunciados que compõem nosso *corpus*, em seu recorte heterogêneo que busca compreender os efeitos da interjeição discursiva em diferentes materialidades significantes.

Apesar de polêmico, o recorte pela voz e pela parede não é inédito no campo da Linguística. Do primeiro, destacam-se os trabalhos de Souza (2000, 2011) e Santos (2018) sobre o grito. Quanto à parede, como suporte para significação, também há precedentes em Rasia (2010) e Orlandi (2004). Nosso recorte, precisado a partir de um estranhamento, não poderia ser indiferente à pluralidade de compreensões sobre diferentes objetos na perspectiva do discurso. A voz e a parede são as fronteiras em que a desestabilização da lógica dos enunciados produzidos e veiculados pelo CENSE encontra deriva, deixa entrever o Outro; é também, o espaço em que o sujeito se encontra com sua identificação anterior, soterrada pela ação da violência do ARE; fronteira em que a literalidade se esfacela, borda em que a interpretação deixa vestígios do possível. Passemos, pois, à trajetória.

## 2 TRILHOS, PEDRAS E SOBRESSALTOS: O TOQUE DO DISCURSO

*Si no abres tus brazos no podrás sentirme,  
no me duele na' porque ya no tengo cuerpo,  
déjame pasar y te cuento el cuento  
y no gano na' ni pierdo tampoco,  
en otro nivel en el borde de la línea  
rompo el papel y el calor me araña  
porque el tiempo es dinero date cuenta,  
aunque aceleres no te va a salir las cuentas*

*Memorias del futuro – La Mala Rodríguez*

### 2. 1 RECUSANDO CONCEITOS, RASURANDO NOÇÕES

Teorizar o espaço inabitável das fronteiras, sempre marginalizadas na teoria ou nos *accidentes* geográficos de sua existência imaginária, exige rigor científico. Acercar-se da manifestação de subjetividades encerradas nos obriga a tomar um caminho inverso no movimento de refleti-las enquanto *inscrição*, identificações imperdoáveis na falha do processo de interpelação ideológica, que permitem o discurso se materializar no agudo da voz e na letra da parede. Com a especificidade do nosso objetivo de pesquisa, isto é, compreender o modo de subjetivação dos sujeitos em situação de *encarceramento juvenil*, encontramos divergências em relação ao discurso científico. O principal conflito reside no tratamento das concepções teóricas das ciências, enquanto *conceitos*. Um conceito, em síntese, delimita o campo de tratamento de um fenômeno considerado científico. Quando um conceito não consegue mais conter em seu interior um fenômeno, ainda que sobre a topografia das exceções e das condições, outro conceito é criado atendo a exigências impostas pela própria ordem científica. Assim, a ciência assegura a objetividade de seus resultados e de seus métodos. Por outro lado, um conceito tende a isolar qualquer movimentação do pesquisador quando, frente a um fenômeno, as fronteiras estabelecidas tendam a se ampliar ou quando a totalidade do conceito não seja reafirmada e acomodada, tornando o fenômeno investigado pertinente apenas ao ser segmentável no que é estabelecido.

Por isso, ao tratar do arcabouço teórico da Análise de Discurso, o fazemos sob a designação de *noção*. Uma noção possibilita que frente a fatos discursivos

possamos ampliar o que é posto em termos teóricos, não nos restringido apenas à reprodução do que é exigido canonicamente por conceitos. Tomando como objeto restos da significação, isto é, manifestações que são *tratadas* puramente como infrações pelo *dispositivo normativo*, encontramos na noção a possibilidade de abarcar o que não é comum aos recortes do campo da linguística. A cientificidade é atestada quando há liberdade de pensamento<sup>40</sup>, é por essa via que passamos a enunciar o trabalho.

No capítulo, realizamos um **exercício teórico**, no qual colocamos em diálogo noções nodais na prática do analista de discurso com os primeiros recortes do nosso *corpus*. **Essa relação teoria-análise tem por objetivo assentar as bases sob as quais a AD trabalha**, explicando seu campo epistemológico. No discurso científico, o capítulo atende à *revisão de literatura*, mas que pela contextura do objeto, para além apenas da resenha teórica: assenta as bases para que, nos próximos capítulos, seja possível compreender na perspectiva do discurso a voz e a parede como suportes da significação. Para tanto, começamos com uma incursão sobre os caminhos que conduziram à formação da teoria do discurso, imprescindível a nossa reflexão.

### 2.1.1 Linguística, Materialismo Histórico e Psicanálise: preâmbulos na teoria do discurso

Textualizar as já intrincadas relações entre Psicanálise, Materialismo Histórico e Linguística, nas veias abertas pela/na teoria do discurso, traz graves desconfortos: a mutilação, a extração, o enraizamento como índices da coincidência do desejo inconsciente da não-simetria teórica na prática científica do analista de discurso. O desbalanço conduz a sítios perigosamente instalados, tons crus, desafinados e apressados; contratransferências que pendem à redução disciplinar, a estranhos espectros *alusivamente* mergulhados na *cientificidade*. A Tríplice Aliança

---

<sup>40</sup> Seguimos Berchem (2004, p. 59 apud Haroche, 2008): “[...] certas coisas que podem parecer inúteis nas universidades, são de grande utilidade para a sociedade. Recuso-me a querer ou a dever tudo justificar em nome da pertinência social [...] a essência mesma das sociedades livres consiste em deixar ao indivíduo uma esfera de atividade autônoma da qual ele não tenha justamente de prestar contas à sociedade. Ao contribuir para a formação do indivíduo, as universidades são, enfim, lugares de liberdade, dessa liberdade institucional e individual que suscita um sentido agudo de responsabilidade”.

(PÊCHEUX, 2014), construção teórica que interligava linguística, marxismo e psicanálise nos anos 1960 na França e que permitiu o assentamento de uma teoria do discurso em sua intersecção, ainda faz reincidir ruídos audíveis, deixando atuais questões postas à época, como a relação inconsciente e ideologia na materialização do discurso.

Colocar em evidência a relação dos três campos do saber, reconstituindo feixes mínimos de (des)encaixe e (dis)junção, abre caminho para assentarmos determinadas posições em relação às exigências deste estudo que enlaça a voz e a parede às manifestações da subjetividade. Adendo necessário à defesa da prática teórica— que sempre é indissociável do político! —, comprometemo-nos no desenvolvimento de posições que, apesar de institucionalizadas, ainda ruminam certo desconforto no quadro da linguística. O racionalismo linguístico, forte teoria no quadro da linguística, sob a tendência formalista-logicista (Cf. Pêcheux, 2014) banha-se no empirismo e em aparelhos lógico-matemáticos, formando uma tradição de estudos que assenta pressupostos, procedimentos e modelos de análise linguística pautados em dados linguísticos considerados objetivos e racionais. Dados que se sustentam conflituosamente, pela ideologia dominante, no quadro da ciência, conforme as afirmações de Gadet e Pêcheux (2004, p. 20):

[...] a história da linguística revela também uma tendência, inelutável ao que parece, de fazer das filosofias espontâneas e das concepções de mundo linguísticas a própria teoria linguística, que, assim, corre sempre o risco de se tornar uma ciência humana e social (C.H.S.). É isso que se produz, por exemplo, quando o princípio de distintividade, que funda a pertinência fonológica, se torna um filosofema geral que caracteriza a linguística e que comporta ao mesmo tempo uma concepção comunicacional da linguagem.

O recorte das Ciências Humanas e Sociais (C.H.S) em relação à realidade é ricamente variado; no entanto, uma direção é validada: aquela que toma as representações complexas da realidade que se pautam no *eu* em consonância com práticas sociais. A linguística, por sua vez, desapropria-se da representação do eu, visando a equidade no estatuto científico em relação às ciências ditas objetivas. A linguística apaga nesse descompasso sua própria historicidade, seu lugar à maternidade: “A Linguística reinou durante muito tempo como mestra, como ciência-piloto de todas as ciências humanas. Impôs seus modelos, seus conceitos, suas teorias do signo [linguístico].” (ROBIN, 1977, p. 17).

Debruçando-nos sobre tal ponto, faz-se mister as reflexões de Milner (2012) sobre a ciência linguística. Adensando a tese do real da língua e de *lalangue*<sup>41</sup>, Milner demonstra as redes às quais o real da língua toma a Linguística e como a relação entre *lalangue* e *língua* é intrinsecamente revestida de tramas no trabalho do linguista. Para tanto, lança-se a enfrentar os fundamentos da ciência do signo examinando Saussure e as teses que a colocam em suspensão, assim como a pressuposição de ideal de ciência e de ciência ideal implicadas na teoria saussurreana – momento da sua reflexão que privilegiamos nessa breve incursão.

Milner (*idem*) deixa audível, em tom de advertência, que é um mal-entendido aproximar Saussure e Freud. Os tratados científicos de Freud e de Saussure não podem equivaler-se em termos de patente: enquanto Freud apreendeu o inconsciente e os seus efeitos, num golpe original, “Não acontece o mesmo em Saussure: a seu ver, a linguística existe – é a gramática comparada -, o problema é que ela ignora aquilo que a possibilita” (*ibidem*, p. 51). Desta forma, o distanciamento das C.H.S. da linguística - que produz continuamente efeitos - encontra justificativas no ideal de ciência kantiano, que almeja substancialmente não lugares de fundação, de iniciação, mas de *autorizar em direito*, isto é, a ciência encontrará na força do direito sua legitimidade no discurso científico, assim como as ciências *consolidadas*. O ideal kantiano se colocará no lugar de ideal de ciência da linguística sincrônica e, Saussure, como demonstra Milner, fará trabalhar esse amálgama excepcionalmente bem. Erige-se, ao mesmo passo, outra questão enlaçada à ciência do signo: a ciência ideal.

Há séries de princípios, de distintividades, de diferenças que devem marcar visivelmente a territorialização de uma nascente ciência. Deste modo, impera a exigência de parâmetros e de princípios para cumprir o rigor da cientificidade: é no modelo euclidiano<sup>42</sup> (*ibidem*, p. 52) que Saussure arremata sua posição, ou melhor, a posição que dá corpo à linguística. Reproduzindo Milner (*ibidem*, p. 53), uma *ciência aristotélica* perfaz os seguintes princípios:

---

<sup>41</sup> Todas as referências à *lalangue* serão mantidas em francês. Compreendemos que a historicidade do conceito mantém-se justamente no que ele possui de estrangeiro: um ato falho. Essa *falha* é enunciada por Lacan, ao referir-se ao filósofo André Lalande, apreendendo desse toque inconsciente algo que coabita a língua: *lalangue*.

<sup>42</sup> Sugerimos a leitura da nota de rodapé, número 2, testificada por Milner (2012, p.52-53). Tal questão encontra-se desenvolvida no texto do linguista francês, cabendo a nós, no propósito acertado, apenas coletar fatos que ao nosso trabalho sejam essenciais.

- o princípio do mínimo: todos os conceitos de ciência devem ser deduzidos de um número mínimo de axiomas, expressos num número mínimo de conceitos primitivos;  
 - o princípio da evidência: todos os axiomas e conceitos primitivos devem ser evidentes, o que dispensa demonstrá-los ou defini-los.

O que não se axioma, se explica pela lógica, enquanto do real abstrai-se o conceito mestre da ciência linguística: o signo e a formulação que dá providências, a *língua é um conjunto de signos*. É no signo que o ideal de ciência (kantiano) e a ciência ideal (euclidiana) consumarão uma comunhão mútua contestável. Milner (*ibidem*, p.54) afirmará inquieto: “Tudo o que aparece em Saussure como definição do signo [...] só concerne, de fato, à propriedade específica do signo linguístico – a saber, o que o distingue como *linguístico*”. Saussure ao tomar o signo como objeto de arremate à ciência linguística, acaba por privilegiar uma das propriedades do signo, o signo linguístico. Deste modo, Milner aponta para uma amplitude do próprio conceito de signo que não é, pelo recorte saussureano, englobada, pois transcende os objetivos e os propósitos da linguística.

Ficam nos resíduos do signo, conforme Milner, dimensões não exploradas que acabam determinando as escolhas de Saussure ao distinguir o signo linguístico. Os pares de oposição, as associações, os pontos de diferença estão postos para atestarmos a dimensão distintiva entre o que é do signo linguístico e o que não é. Cabe pontuar, nessa direção, que sobre o signo “[...] Saussure não foi o primeiro a recorrer nem ao termo, nem ao conceito – muito pelo contrário, referir os fatos de linguagem do signo é um lugar-comum da tradição filosófica, minimamente desde os estoicos” (*ibidem*, p. 56). Se de um lado a ciência do signo está revestida de tramas além dos emaranhados linguísticos, de outro, o signo não é *inovação* no *Curso de Linguística Geral*. Portanto, ao recorrer à gramática comparada, Saussure não se apropria de nada inédito para compor um novo campo do saber, o faz recorrendo à tradição que lhe ofereceu subsídios pertinentes aos seus propósitos. Assim, é possível insistir no seguinte desfecho: “O objeto da teoria saussureana é o linguístico e o conceito de signo é sua expressão – emprestada, efetivamente, de uma tradição” (*ibidem*, p. 58, grifos do autor).

É fato que o signo linguístico interessou muitas tradições depois de Saussure; também é atestado que o modelo estruturalista que institui o signo linguístico foi replicado como *merchandising* em diferentes campos das C.H.S. Porém, calha uma pergunta óbvia: o que é sabido sobre o signo linguístico? Milner nos recorda em sua

leitura sintomática: “O signo, único em seu gênero, tem em Saussure três propriedades que são dadas como evidentes e que não reclamam nenhuma prova factual, nem demonstração lógica: ele é arbitrário, negativo e bifacial.” (ibidem, p. 58) Na arbitrariedade, destaca-se a natureza dualística do signo, sua relação direta no desdobramento do signo linguístico no estudo da língua pela clivagem entre o significante e o significado. Nas palavras de Milner (*idem*, p. 60): “[...] o arbitrário do signo equivale a afirmar que ele não teria como ser pensado diferentemente daquilo que ele é, já que não há razão alguma para que seja assim”. Apaga-se a origem da língua, a natureza imprecisa do signo e deixa-se imperar o axioma: se há língua, há signos – num só tropeço, todas as exclusões são assentadas. A face negativa e opositiva, por sua vez, realiza-se em outro axioma clássico: a identidade dos signos é regida em uma relação de negatividade entrecruzada, isto é, um signo é o que o outro não é. Por fim, trançado junto aos demais aspectos, o bifacial estabelece-se em uma espécie de doutrina; num só gesto há a ligação do movimento sonoro, da vibração do ar e do sentido (*idem*). São essas as propriedades que o signo linguístico reserva na via de reafirmação constante da ciência linguística, fazendo da língua forma e não substância, agindo na descrição da língua e na interdição da fala, oferecendo fórmulas, desfazendo impasses, estabelecendo – ainda que sem controle - possibilidades de outras vias.

A língua do linguista, esparzida no corte fundador, é a língua lógica, descrita em suas relações aparentemente transparentes, codificadas a partir de instrumentos lógicos, estatísticos e matemáticos, atestando o lugar do repetível como via de realização plena da formalização. Reafirma-se, assim, num único gesto, os diferentes níveis de análise (fonético, morfológico, lexical, sintático e semântico) como fundamentos essenciais à contemplação dos requisitos do ideal de ciência kantiana<sup>43</sup>. Descrever a língua, mostrar as abstrações lógicas provenientes do desejo de objetividade, aferir o modo como a *natureza* linguística se (re)forma sem interferência da exterioridade, estabelecer a fronteira do possível e do impossível, do gramatical e do agramatical, da regra e da exceção tomam os afetos do linguista, sua prática pautada na *cientificidade* concedida *em direito*. No entanto, não há

---

<sup>43</sup>[...] quando comumente se insiste na positividade, na cientificidade da Linguística, acentuam-se as disciplinas que dão conta explicitamente da língua, do código, do sistema de signos: a fonologia, a sintaxe” (ROBIN, 1977, p. 25).

proposição, teoria ou prática teórica que não possa ser alvo de gestos de leituras clandestinos.

A língua povoada pelo valor, pelo signo e seus contribuintes, pelas dicotomias, não se faz sem a possibilidade do olhar outro. Longe de realizar uma averiguação exaustiva da ciência da língua, seus percursos, seus fundamentos e suas aporias, temos por ponto de chegada, o elemento que faz da linguística uma ciência do signo e não uma ciência humana e/ou social: a complementaridade.

A linguagem, sendo própria do homem por oposição ao animal, encontra-se numa posição notável no campo da complementaridade. A existência da linguagem é, de um lado, invocada como apoio a uma irreducibilidade do humano à animalidade, isto é, da realidade autônoma da dupla psicológico-social. Ao mesmo tempo, no campo da complementaridade, a linguagem aparece de maneira privilegiada como aquilo que assegura a articulação do psicológico e do social, principalmente em torno da noção de comunicação (HENRY, 2013, p. 107).

Aproximações, flertes, encontros tentaram esmorecer a perpetuidade dos estudos do signo linguístico em suas diferentes temporalidades, ocasionado o perigo de, no contato, o signo linguístico tornar-se outra coisa e todo o campo da linguística ter seu lugar na ciência posto à deriva. No corte epistemológico, Saussure assegura o pleno domínio da emergente disciplina da linguística, estabelecendo princípios para modelos de análise e de formalização da língua que contribuíram para o assentamento do campo disciplinar no quadro mais amplo das ciências. A complementaridade abalaria a dinâmica estabelecida, afetando o tênue balanço que a constituía, abrindo margens para que limites fossem postos em xeque. Desta forma, *muito bem* assentada, a linguística consiste na disciplina em regime de ciência que se incumba do estudo da língua, privilegiado em modelos lógico-formalistas, afastando hóspedes indesejáveis -pelo menos num ponto já suficientemente reconhecido, num gesto autorizado. Reafirmamos: não há leitura que não possa ser *(re)visitada*, não há texto que se petrifique e permaneça imune a interpretações diferentes das autorizadas *em direito*. Nessa direção trabalham Gadet e Pêcheux (2004), ao demonstrarem o que no corte da linguística algo permanece sempre ausente-presente, isto é, o real da língua.

Numa primeira aproximação, diremos que a complementaridade, em tese, na linguística, está submetida ao recorte fundador. Nessa direção, tentativas de *interdisciplinaridade* seriam encurraladas em inúmeros paradoxos que comprometeriam possíveis resultados. No entanto, a AD, tal como a praticamos



aqui, não se interessa pelas transposições de conceitos para composição de um instrumentário que encontraria na língua transparente os discursos também transparentes e uma ideologia enquanto história segmentável, com sujeitos que ao tomarem consciência da causa do que os determina, pudessem encontrar na elucubração das palavras, a *liberdade* do assujeitamento. Demarquemos o ponto de disjunção e desencaixe entre linguística e AD: enquanto o linguista trabalha com a língua lógica, o analista, ao olhar essa mesma língua, volta-se para suas falhas, sucumbidas sobre diferentes formas: o ausente, o agramatical, a exceção. Em outras palavras, o objeto que o analista toma do linguista é o real da língua, presença-ausência na prática deste último. Portanto, esclarecemos: “[...] o real da língua não é costurado nas suas margens como uma língua lógica: ele é cortado por falhas, atestadas pela existência do lapso, do *Witz* e das séries associativas que o desestratificam sem apagá-lo” (GADET & PÊCHEUX, 2004, p. 55, grifo dos autores).

O laço que a linguística divide com a análise de discurso é constituído no efeito do toque do real sobre a língua, que se estilhaça na falha e o no equívoco; movimentos no universo da significação que devem dar lugar à prática do analista de discurso. Desta forma, trabalhar os processos de significação, a partir da materialidade linguística, nos obriga a conciliar a linguística e sua caixa perpétua de ferramentas, suas soluções, seus vacilos num mesmo movimento, sem absorvê-los. Requer considerar, ainda, que a língua é o espaço de realização do discurso, portanto, não há separações, mas diferentes modos de enlace. Numa relação institucional, AD é Linguística, pois emerge no interior da mesma<sup>44</sup>. Porém, entre a emergência de fundação e a contingência de estar no mundo, universos se chocam e produzem diferentes abalos. Retomando a Tríplice Aliança, eliminamos a possibilidade e a sombra de uma teoria total em que Linguística, Materialismo Histórico e Psicanálise num tom Onésimo poderiam encontrar redenção sob a forma da teoria do discurso. Tema tacitamente combatido no texto de Pêcheux (2014), não deixa espaço para confortos, como vemos em Robin (1973, p. 57, grifos da autora):

---

<sup>44</sup> Ou como bem nos diz Courtine (2014, p. 37, grifos do autor): “Mesmo se nos referirmos a uma extensão mais ‘estrita’ do domínio da Linguística, aquela que delimita seu domínio a partir do corte saussureano, deve-se admitir que os objetos respectivos da Linguística e da AD (a língua e o discurso) assim como a posição respectiva dessas duas regiões de conhecimento, no recorte universitário do saber e das disciplinas, colocam-nas em uma situação de delimitação recíproca, ou seja, elas constituem a *fronteira* uma da outra”.

Se é necessário uma teoria da articulação da prática discursiva com o conjunto da formação social, vamos dizê-lo com franqueza, atualmente *tal teoria não existe*. E isso bastaria para justificar, embora com todas as suas insuficiências, todas as tentativas pioneiras de que falamos.

No plano do discurso, acreditar que há articulação amistosa possível entre três campos diferentes do saber é aceitar que o idealismo clássico sucumbe a qualquer fanatismo categórico, *permitindo em direito* que conceitos sejam facilmente *complementados* numa cadeia de pensamento sem razão, nem fim. Nessa direção, é preciso esclarecer:

Um conceito é interdependente de todo um campo conceitual, do qual recebe uma significação, sendo esse campo, por sua vez, solidário com as condições de sua produção. Ele não pode, pois, ser tomado de empréstimo, facilmente, como algo isolável (EVANGELISTA, 1985, p. 15).

Desta forma, a fissura aberta nos vãos da análise de discurso encontra no desconforto, no conflito, no limite quase imperdoável do possível um *lugar* para enunciar as falhas e as contradições sobre as quais a tríplice aliança se assenta(va). Portanto, não é o objeto da linguística que é tomado, mas os pontos em que esta *tropeça*. A fim de mostrarmos como a questão do real também recobre as outras partes do encontro *monumental da cidadela*, passemos ao seu exame.

Acontecimentos sem margens, nem previsões: assim podemos descrever o acontecimento do Materialismo Histórico e da Psicanálise na história das ciências. Rupturas que continuam, hoje, produzindo descontentamentos e movimentos para sua supressão. Em órbita, o mesmo racionalismo que orchestra a sinfonia das ciências naturais bancou/banca certa parcela das partituras das ciências humanas – inclua-se aí a Linguística. Contemporâneo ou moderno, o racionalismo viu sua *consonância* ameaçada pelo descompasso de dois ruídos externos: Marx e Freud, a luta de classes e o inconsciente. Modos de reflexão, ou melhor, **ciências** que não temem a verdade e abalam o *Logos*; acontecimentos monumentais que ouriçam – com razão! - os dispositivos estatuários da ideologia dominante. Nas palavras de Evangelista (1985, p.38), tomando como âncora a leitura althusseriana: “[...] Althusser restabelece a distância adequada: Marx e Freud, o mesmo combate contra a noção ideológica do sujeito, mas em dois campos radicalmente distintos, porque duas ciências distintas”. Campos diferentes que rechaçam a investida do racionalismo: a noção do sujeito centrado e transparente. Althusser (1985 [1964], p. 70-71) nos diz:

Desde Marx, sabemos que o sujeito humano, o ego econômico, político ou filosófico, não é o 'centro' da História - sabemos até mesmo, contra o que pensavam os filósofos iluministas e contra Hegel, que a História não tem 'centro', mas possui uma estrutura que tem um 'centro' necessário apenas no desconhecimento ideológico. Freud nos revela, por sua vez, que o sujeito real, o indivíduo em sua essência singular, não tem a figura de um ego, centrado no 'eu' ('moi'), na 'consciência' ou na 'existência' - quer esta seja a existência do para-si, do corpo-próprio, ou do 'comportamento', que o sujeito humano é descentrado, constituído por uma estrutura que também tem um 'centro' apenas no desconhecimento imaginário do 'eu', ou seja, nas formações ideológicas em que ele se 'reconhece'.

Descentrando história e sujeito dos cânones aos quais as diferentes épocas entoaram hinos *evidentemente* incontestáveis, Marx e Freud abalam incontáveis redes de filiações, fazendo ruir torres de marfim inteiras. Se a história não possui centro e se o sujeito não é centrado, o que resta? Seria ingenuidade supor que objetos, campos conceituais, saberes e práticas já assentadas pudessem ser, *facilmente*, influenciadas por forças que demolissem a ideologia dominante e a força da superestrutura. O fosso em meio ao abalo e à manifestação de outros saberes não está isento de conflitos; é preciso redizer: os jogos de força, de poder e de interesses sustentam a ciência.

Catapultas erguidas, exércitos móveis a postos: Marxismo e Psicanálise não coincidem com o modelo racionalista, seus objetos de conhecimento recusaram banharem-se às margens do racionalismo puro, suas filiações, paternidades e agremiações. No entanto, mesmo constantemente submetidas às tentativas de *liquidação*, suas existências e as circunscrições de seus objetos, hoje, fazem os efeitos de suas rupturas não cessarem de se inscreverem na ordem da ciência – mesmo que esta as negue e as faça sucumbir. O Materialismo Histórico – ciência da luta de classes em uma formação social dada (EVANGELISTA, 1985) – e a Psicanálise – ciência do inconsciente e do funcionamento inconsciente (*idem*) – permitem que algo vaze do racionalismo cego, não sem a pena de condenação de serem consideradas *superstições* do senso comum. Nessa direção, são válidas as considerações de Evangelista (*idem*, p. 37, grifos do autor):

[...] tanto o Marxismo quanto a Psicanálise são ciências. Ciências *sui generis*, como vimos, mas ciências. Enquanto tais, elas não se referem, *diretamente*, ao indivíduo humano real, existente. Elas são formas distintas de apropriação desse real. O Marxismo se apropriará dele, por exemplo, transformando a noção ideológica de indivíduo-humano-sujeito-consciente-de-si no conceito de sujeito-suporte-de-relações-sociais-de-produção. A Psicanálise o fará, por sua vez, transformando essa mesma noção pela nova teoria do sujeito que lhe é correlata.

Seria simplismo reduzir o Materialismo Histórico e a Psicanálise a simples considerações sobre o sujeito, como se a luta de classes fosse convertida num espiral fantástico. Do mesmo modo, considerar o inconsciente numa mística espiritual, sem causa nem consequência na ordem da subjetividade, conduziria a um começo sem volta, uma rarefação do saber, marcas da letra sem inscrição no simbólico. É preciso considerar uma rede de entrançamentos e distanciamentos que assenta posições no interior do Materialismo Histórico e da Psicanálise, para então compreendermos determinadas posições da análise de discurso. De salto, o que a teoria do discurso toma dos dois campos não são seus objetos – inconsciente e história – mas o real que constitui cada um dos domínios teóricos. Desta forma, o analista trabalha nos liames do real da história e no real do sujeito – partindo das contribuições materialistas; o real da história consistirá, grosso modo, no fato de que a história é afetada pelo modo como a luta de classes é travada, isto é, os sentidos se inscrevem na língua marcados por uma contradição constitutiva. O real do sujeito, por sua vez, se relacionará com o fato de o sujeito ser determinado pela ideologia e atravessado pelo inconsciente.

Nó de encontro e de separação: há apenas escombros da Tríplice Aliança. Na teoria do discurso, *ciência dos efeitos de sentidos entre interlocutores* (PÊCHEUX, 1969), a linguística não fornece *modelos de formalização*, a psicanálise *interpretação* e o materialismo histórico *um incômodo*. Há um real que costura cada um de seus objetos no trabalho do analista de discurso. O que move o analista é compreender o discurso articulado em diferentes *materialidades significantes*. Cabe deixar evidente: há questões que tocam a psicanálise e não a linguística, do mesmo modo que há certas proposições que preocupam o materialismo histórico e não a análise de discurso. Estabelecer o limite para as intersecções é o passo decisivo de *gestualizar* no entremeio: possibilidade de explorar os liames da fronteira sem envenenar-se pela pretensa complementaridade que determinadas abordagens das ciências humanas alardeiam, nem pela preocupação dos centros do *loteamento disciplinar*.

As posições, ainda que minimamente atadas, relacionam-se diretamente com nosso propósito: mostrar a inscrição da subjetividade em diferentes materialidades. Compreender que a língua é sujeita à falha, que a história é constituída na contradição e o sujeito não transparente, nos permite escutar justamente nos

lugares de tropeço, de equívoco, algo que significa. Passemos à próxima seção, a fim de adensar mais essas considerações.

### 2.1.2 “Nossa, olha o jeito que os cara tão vestido”: o Sujeito e a Identificação

Nulo ou oculto, explícito ou apagado, desdobrado em pronomes, substantivos abstratos, compondo conjuntos vazios, o sujeito da gramática pratica a completude como mestre da palavra (HAROCHE, 1992), decidindo pelo possível (regra) e deferindo pelo impossível (erro). Não há abertura para a ambiguidade, o laço com o sintático parece inquebrável entre as subordinadas e as coordenadas, encaixes simétricos. Na linguística, é o sujeito do formalismo-logicismo que continua a recobrir os pontos de incompletude, de falha, de falta e de impossível, seguindo a tradição gramatical ocidental. As limitações do sujeito para o lógico e o ilógico, em sua competência mental e capacidade de discernimento das estruturas linguísticas aceitáveis, marcam também os pontos de restrição da subjetividade, tombando Freud como arquétipo sobrenatural. A teoria linguística é também uma teoria do sujeito, mesmo que ela a negue, a refute, a afaste em busca da completude, de mundos semanticamente estáveis, invariáveis. O sujeito gramatical encontra lugar na linguística e é deste lugar que desertamos para trabalhar o sujeito interpelado pela ideologia e atravessado pelo inconsciente, situado em determinado lugar na luta de classes.

Dedicaremos esta seção para tratar do sujeito sob os cuidados da socioeducação, deixando a reflexão mais acurada sobre a ideologia para a seção seguinte. Demonstraremos como compreendemos o sujeito, partindo da AD, ao falarmos em subjetividade e formas de subjetivação no aparelho socioeducativo. No batimento entre descrição e interpretação, procuraremos compreender o sujeito que se encontra privado de liberdade, sublinhando os jogos imaginários (PÊCHEUX, 2009) que o constituem partindo da superfície linguística, isto é, das SDs recortadas de nosso *corpus*. Para tanto, começamos pelo exame da atividade imaginativa de “criação” de personagens e da história ficcional para a produção do curta-metragem,

ocorrida no segundo encontro<sup>45</sup>, que nos forneceu os enunciados que trabalhamos aqui.

É pelo fio do discurso que o efeito de “criação” que a história e as personagens ficcionais são costuradas imaginativamente na produção de um *efeito-leitor* (ORLANDI, 2003), ou no caso do curta-metragem, um *efeito-leitor/telespectador*. Acabamos não concluindo a produção do roteiro nem a gravação do curta-metragem, no entanto, restaram as conversas ao final de cada encontro sobre o tema. É destes rascunhos, rabiscos da significação que nos ocuparemos.

As SDs analisadas aqui foram recortadas de dois encontros, que denominamos II e IV<sup>46</sup>. No encontro II, houve as primeiras aproximações com a proposta de história e de personagens para figurarem no roteiro. No encontro IV, o espaço foi aberto para que houvesse um afinamento das ideias inicialmente propostas pelos adolescentes, deste modo, o diálogo foi direcionado para a aplicabilidade das cenas e a escrita dos diálogos do roteiro, pensados na interface dos planos de filmagem (amplo, close, pan-americano<sup>47</sup>, etc.). Os enunciados selecionados para análise possuem traços desse gesto de autoria, porém, daremos ênfase formas de identificação que constituem os sujeitos na relação com a socioeducação,

Objeto de inúmeras controvérsias, disputas e interrogatórios, a noção de sujeito emerge nas discussões do campo da linguagem cercada de misticismo, receios e efervescências. Há, no limite, um combate e uma disputa pela sua (não) presença no interior da linguística. O sujeito, na Análise de Discurso, por sua vez, possui uma fundamental divisão. O sujeito é fragmentado, não na medida que *vive uma crise identitária*, mas no modo como subjetiva-se para assentar seu dizer, projetando-se imaginariamente nesse movimento da situação/lugar no corpo social em que está submetido. Por isso, a projeção-material (ORLANDI, 2001) compreende que o sujeito do discurso inscreve-se em posições sujeito para poder significar,

---

<sup>45</sup> Remetemos o leitor à subseção “1.3.2 Cachinhos Dourados e o conto dos *cinco ursos*: fronteiras entre o real e o imaginário”, em que há uma descrição completa do encontro. A partir daqui, retomaremos elementos de contexto apenas pontualmente.

<sup>46</sup> A organização das SDs considerando cronologicamente os encontros é necessidade metodológica de organização.

<sup>47</sup> Posições utilizadas na captura de imagens em movimento no cinema. Os planos variam conforme os efeitos visados, sendo diversificados (mais próximos, mais distantes, etc.).

liquidando com o empirismo no gargalo do social. Assim, a ideologia é papel determinante nessa ligação tácita dos sentidos e dos sujeitos.

Compreenderemos melhor esse *controverso* sujeito à luz das SDs. A SD1, primeira SD em análise, é recortada no momento do segundo encontro quando há um desencontro entre as informações repassadas pelo pesquisador à direção e as informações de posse da equipe de segurança. À espera da averiguação da informação, o pesquisador aproveita o tempo para questionar os adolescentes sobre ideias que, por ventura, tenham surgido durante a semana para composição da história e dos personagens do curta-metragem. No diálogo, os adolescentes titubeiam e isolam algumas referências:

**SD1<sup>48</sup>**

**CACHINHOS DOURADOS:** Até que ele chega [agente de segurança], vocês tiveram alguma ideia para o curta-metragem?

**STIFLER:** Como assim?

**CACHINHOS DOURADOS:** Pensaram em alguma coisa, da história, dos personagens... (sobreposição de vozes)

**STIFLER:** A gente pode fazê o que nós quisé ou mais ou menos do que nós tava vendo aí?

**CACHINHOS DOURADOS:** O que vocês quiserem... ih aí a gente vai gravar com uma câmera que eu posso trazê no próximo encontro pra vocês verem como que é, já pra irem se familiarizando

**STIFLER:** Sim, o que nós vai fazê?

**PAUL WALKER:** ((Ménage)) (risos) (incompreensível) Tem que sê uma coisa que os cara gostam

**STIFLER:** de morte/

**PAUL WALKER:** Tem que sê um negócio que chama a atenção/

**BONE:** Ou também, conta que aconteceu um assalto/

**STIFLER:** Vai apresenta pro educandário inteiro né?/

(Encontro II)

A materialidade da linguagem, conforme Orlandi (1996), tem espessura linguística e histórica, sendo assim, não transparente. Desta forma, os sentidos produzidos a partir dos enunciados dos adolescentes não podem ser examinados buscando a *literalidade, a verdade, a intencionalidade*; o que vemos é o sujeito “[...] constituído por gestos de interpretação que concernem sua posição” (ORLANDI, 2011, p. 21). Posição discursiva, submetida, no caso dos adolescentes, a diferentes efeitos da sua inscrição na ideologia, pelo simbólico na história. Daremos destaque, na análise, à relação enunciativa-discursiva estabelecida entre itens linguísticos “ménage”, “os cara”, “de morte” e “um assalto”.

---

<sup>48</sup> Os enunciados recortados aqui, compuseram atividades anteriores às perguntas da dinâmica sinalizada na descrição do encontro II.

“Ménage”, seletor de um devir, encontra no tom humorístico imprimido por Paul Walker, um eco entre os demais participantes. Todos riem. O que passa para que “ménage” seja evocado? Seguindo o comentário de Stifler, que buscava pistas ou uma ordem do pesquisador sobre a temática do trabalho, Paul Walker complementa a proposição “O que nós vai fazê?”, em tom de piada, com “Ménage”. A palavra empregada, referência à expressão *ménage a trois*, não é mobilizada ao acaso. Se pensada na relação discurso/inconsciente, o efeito de humor aciona um mecanismo inconsciente de defesa, ou expõe senão uma sublimação do desejo sexual. Enquanto na defesa, por meio do humor, haveria um afastamento da realidade, isto é, desvio do foco no grupo e no peso da escolha *do que fazer*, a sublimação desencadearia, contornando “forças repressoras”, a exposição de um processo ligado à libido, “força sexual”. Consistindo num escape ao confronto da escolha ou à denotação do sabor libidinal, o efeito é parcialmente dispersado quando Paul Walker, logo em seguida, toma a palavra: “Tem que sê uma coisa que os cara gostam”. É na figura dos “cara” que o “ménage” recai. Algo que chame a atenção, como um “ménage”, é aludido como experiência criativa ao curta-metragem. O que poderia, no entanto, ser tão chamativo como um “ménage” e possível de apresentado aos “cara”? Quem corresponde aos “cara”?

“Os cara”, indeterminados discursivamente, pode fazer referência aos outros adolescentes internados e/ou também aos agentes de segurança. O masculino, assegurado no artigo pluralizado e na força locucionária da expressão “cara”, fecha o espaço para o feminino. Trata-se de uma categoria predominantemente masculinizada que comporta uma fala de *homem para homem*. Se forem outros adolescentes, a recepção (ainda não expressa na SD) do material visual acarretaria no *respeito* e na *admiração* dos supostos espectadores; se forem os agentes de segurança, a garantia de cumprimento do que, imaginariamente, *espera-se* dos adolescentes, como também a demonstração de habilidades dos participantes no terreno da criatividade fílmica.

Na formulação de Paul Walker, além dos elementos já apontados, notamos o complemento pelo que é dito na sequência por Stifler, “de morte”. Trata-se de “uma coisa” que mantém relação com a satisfação das expectativas e desejos de sujeitos pressupostos, “os caras”. Essa é a direção que podemos crivar do substantivo “coisa”, uma vez que a expressão suscita em si uma indeterminação estrutural, isto é, em seu funcionamento linguístico são vários os sentidos que podem colar-se à



palavra, por isso sua característica de indeterminação que não encontra especificidades além do “gostar”, à primeira vista. Nessa direção, buscamos no enunciado de Stifler, “de morte/”, elementos que possam tipificar a relação do gosto dos caras por um conteúdo ficcional e visual.

O enunciado, encetado por Stifler, parte da locução adjetiva “de morte”, apontando para alguns efeitos possíveis. O vazio deixado na falta do nome gramatical, que pode ter como ponto de partida “uma coisa”, não é preenchido semanticamente, apesar da retomada do referente. Isso acontece porque “[...] a generalização máxima leva a termos desprovidos de toda propriedade categorial distintiva, como 'coisa', 'troço’” (TAMBA, 2006, p. 106). Linguisticamente, há na palavra “coisa” uma generalidade que possibilita que diferentes sentidos, por deslizamento, componham seu sentido. Portanto, “uma coisa de morte” abre um espaço polissêmico para que outros itens linguísticos possam determinar o sentido. Em nossa leitura, podemos relacionar *coisa* à “História”, “Personagens” e “Curta-metragem”, posto que são desses elementos que os adolescentes partem para nortear a ficcionalização da produção visual. Assim, temos as seguintes proposições: “História” de morte, “Personagens” de morte e “Curta-metragem” de morte.

Colocado em relação à composição da história, a morte pode qualificar o argumento narrativo, indicando os passos que conduzem ao fim da vida de um personagem ou às ações fictícias do personagem que pratica o ato de matar e, portanto, atende ao que “os cara” apreciam numa história visual. Da “história” aos “personagens” de morte, temos organizações pares, entre o personagem paciente e o personagem agente. O personagem paciente sofre, suporta, sustenta a morte, encontra o fim da vida causada por vias biológicas, acidentais ou criminosas, já o personagem agente comete o ato de matar, sendo qualificado, neste ato, como criminoso, por cessar a vida de outrem. Vítima e assassino, em oposição na locução adjetiva de “mortal”. Por fim, “curta-metragem” de morte, podemos visualizar a ação de morrer performada em cenas, colocadas à tela para espectadores; seja de forma atenuada ou explícita, a cena impacta. “Cenas” de morte que são discursivizadas nas palavras, nas imagens, nos sons, na experiência de vida dos adolescentes.

“Cenas” de morte que são senão a presença do discurso da violência no cotidiano dos sujeitos socioeducandos<sup>49</sup>.

Cenas que para serem imaginadas, escritas, filmadas requerem pelo menos dois personagens (um agente/assassino e um paciente/assassinado) - tanto um quanto outro, pertencem ao domínio da morte. Não é possível escapar à ceifação da vida e, portanto, essa dimensão pode coincidir com os elementos ficcionais esperados para o gozo da “coisa” que “os cara” gostam de assistir. Morte que também é disputa, disputa pela detenção do poder de matar, de gerir os corpos vivos e decidir pela sua continuidade e/ou pelo seu fim.

Salientamos: não é o sujeito socioeducando que desenha a cena de morte, são pares imaginados, personagens ficcionais que não são marcados por um nome, uma culpa, uma pena<sup>50</sup>. São personagens-sujeitos os que podem saltar à cena e viver sem sanções a dimensão do gozo pela representação imaginária da história e dos personagens “de morte”. Assim, achamos relevante destacar que: “O sujeito diz, pensa que sabe o que diz, mas não tem acesso ou controle sobre o modo pelo qual os sentidos se constituem nele” (ORLANDI, 2012, p. 32). Desta forma, o sujeito socioeducando, ao engendrar na possibilidade da transferência imaginativa, não deixa de estar submetido à interpelação da socioeducação, de responder à posição de socioeducando. Porém, submetido à ilusão de saber o que está dizendo e controlando os efeitos possíveis, deixa haver outros sentidos que o constituem, que consomem sua identidade e que não podem ser apagados, negados, pois estão marcados na *carne*.

É *evidente* que outros sentidos são possíveis, quando tratamos de “história” de morte<sup>51</sup>; no entanto, nas condições de produção em que o enunciado passa a

---

<sup>49</sup> Em certo encontro, enquanto o pesquisador organizava os materiais e o gravador não estava ligado, um diálogo franco estabeleceu-se entre dois participantes, um deles afirmou que “No Capanema, os cara anda com fuzil à luz do dia. Eles não querem nem saber se é criança, idoso, metem bala mesmo”.

<sup>50</sup> Aqui parece haver uma pendência ao funcionamento inconsciente; afastando-se do seu lugar no social e transferindo os sentidos, as designações, as mágoas, os estigmas para um sujeito imaginado, o adolescente internado *experimentalmente* a encarnação do significante na subjetividade. Ficam abertos, em nosso estudo, os pontos de materialização e de funcionamento do inconsciente em relação à ideologia. Reconhecemos a relevância do primado do inconsciente na teoria do discurso, no entanto, deixamos essa reflexão para trabalhos posteriores. Enfocaremos na dimensão do ideológico, ponderando, quando possível, pontos de materialização do inconsciente na materialidade linguística.

<sup>51</sup> Não pretendemos esgotar o sentido do recorte – como se tal coisa fosse possível! Significar a morte é segmentar a vida, como vemos no conto *O grande passeio*, de Clarice Lispector. A morte, no conto, não precisa de *assassino*, mas nem por isso deixa de ser *mortal*. Uma “história de morte”

figurar na trama do discurso. De pronto, esse enunciado (e os que estão por vir) nos chamaram atenção no momento em que foram pronunciados. Na proposição da atividade projetávamos que os adolescentes não entrariam na dimensão da criminalidade, dadas as *sofisticadas* técnicas de submissão da socioeducação ao sujeito socioeducando pelo *dispositivo normativo*. Essa “aparição” não esperada nos enunciados e em outras instâncias de significação nos fez refletir sobre a questão: como esse sujeito *de morte* pode saltar à superfície? Como seus sentidos são apresentados a um estranho à instituição (pesquisador)? A aparição da fala dos adolescentes pode indicar que algo da ordem do *crime* nunca foi apagado, volta nas brechas, nos momentos em que é possível escapar à centralidade das formas de violência e de interpelação ideológica do CENSE. Não se fala, por exemplo, do *sujeito do crime*, pois este está sujeito à sanção, à violência, ao alargamento do período de privação de liberdade. No entanto, ele continua existindo ainda que na “coisa”, da proposição “de morte”, na indeterminação, no exercício ficcional.

No enunciado seguinte, “Tem que sê um negócio que chama a atenção/”, desferido por Paul Walker e retomando parafrasticamente o enunciado anterior, coisa é substituída por negócio. O efeito de indeterminação, de não especificação, não deixa de ser familiar. O sujeito-sentido do enunciado é atravessado pela *necessidade* de pertença a determinado domínio da linguagem para que suas palavras signifiquem na ilusão da transparência comunicativa da língua – é a um outro que a forma criativa e o gosto do curta-metragem devem atingir, que o *negócio* deve chamar a atenção. Nesse movimento, o sujeito do discurso fala e é falado a partir da inscrição em uma formação discursiva (FD), consumando-se o processo de subjetivação. No processo de subjetivação, Orlandi (2001) afirma que há a interpelação<sup>52</sup> do indivíduo em sujeito pela ideologia e também a individualização do sujeito pelo Estado. No primeiro, lembra-nos Pêcheux (2014, p. 160) que: “[...] os indivíduos são ‘interpelados’ em sujeitos de seu discurso, pelas formações discursivas que representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhes são correspondentes”. Sendo assim, na interpelação o sujeito do discurso passa a inscrever-se em determinadas posições sujeito, posições alinhadas à conjuntura social-histórica, na qual as FDs, engendradas na linguagem, coexistem em conflito

---

poderia ser contada por pontos de vista plurais, mas não o é porque as condições de produção enlaçam certos enunciados e não outros na formulação do discurso.

<sup>52</sup> Na próxima seção, mostraremos em mais detalhes essa face da ideologia.

ideológico, isto é, a significação massifica-se na relação entre ideologia dominante e ideologias dominadas (PÊCHEUX, 2014), fazendo do ato de dizer um gesto de tomada *político* pela palavra.

Ainda nessa direção, Orlandi (2001) afirma que o sujeito já interpelado e individualizado pelo Estado passa a existir em uma forma-sujeito histórica que, em nossa formação social, podemos considerar como forma-sujeito de direito (o sujeito *cola* com algo *dado*). A autora chama atenção para o fato de que, nesse processo, há determinação histórica no modo como os sujeitos se inscrevem no discurso, pelo simbólico. Por isso, o processo de subjetivação não é absoluto, nem inflexível, modulando-se de diferentes formas; isso tem a ver com o fato de que o sujeito submete-se à língua para dizer. Sem o assujeitamento à língua e, por consequência, à história, não há lugar no qual o sujeito possa ancorar-se, inscrever-se. É preciso ser sujeito para significar, é preciso inscrever-se na memória do dizer para que as palavras tenham sentido.

Assim, ao colocar em relação a atividade imaginativa do curta-metragem a algo que seja visivelmente criativo, erige-se a necessidade do interlocutor, do outro para *gerir* os sentidos. Esse outro, que determina o dizer, pode ser os adolescentes internados, os técnicos, a instituição e, sobretudo, o próprio pesquisador. A conexão ou a disjunção atesta possibilidades de significar diferente. Chamar a atenção de um é diferente de chamar a atenção de outro; não são *padrões estéticos* que diferem, mas o que é possível ser dito, mostrado à tela – uma invenção que satisfaça determinadas projeções imaginadas sobre o objeto em foco. Arquitetar a história, os personagens, as cenas a partir das condições em que se encontram submetidos, faz a disputa pelo *efeito-leitor* ser central. O que cabe sublinhar é o fato de os espectadores poderem *ler* o curta-metragem, pelo menos a partir de duas posições<sup>53</sup>: uma, apreciando a produção dos participantes com aprovação e, outra, com reprovação. Vejamos algumas possibilidades:

- Aprovação dos adolescentes e dos técnicos;
- Reprovação dos adolescentes e aprovação dos técnicos;
- Reprovação dos adolescentes e dos técnicos;

---

<sup>53</sup>Estamos pressupondo como leitor imaginário os adolescentes que não participaram das oficinas e os funcionários do CENSE em geral (técnicos, agentes de segurança, direção, etc.) além do próprio pesquisador.

- Reprovação dos técnicos e aprovação dos adolescentes;
- Aprovação dos adolescentes **ou** dos técnicos;
- Aprovação dos adolescentes **ou** reprovação dos técnicos;
- Reprovação dos adolescentes **ou** dos técnicos.

As posições ora em emparelhamento, ora em desalinhamento colam o sujeito socioeducando na condição de atender aos jogos de força que regem as *fórmulas criativas* que devem corporificar a história. Por isso, a inscrição em uma FD para dar direção ao jogo polissêmico na linguagem faz-se nodal. Dizer é implicar-se em efeitos e em consequências.

A FD é entendida como: “[...] aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito* [...]” (PÊCHEUX, 2014, p. 14, grifos do autor). As FDs são os traços, na linguagem, do ideológico; não temos acesso direto à ideologia, porque essa se materializa no discurso. Desta forma, é a ele que nos voltamos para apreender o funcionamento ideológico. O que rascunha no enunciado é a direção que a produção deve tomar, inscrita em determinada FD; a polissemia posta em contenção. Traço, na linguagem, do ideológico. Não compreendemos o que é dito por Paul Walker como pura imaginação; não sejamos ingênuos, o imaginativo não é externo à ideologia, por mais que este tenda a desestabilizá-la, “os sentidos e os sujeitos poderiam ser sujeitos ou sentidos quaisquer, mas não são.” (ORLANDI, 2001, p. 103).

O enunciado, formulado em determinado momento do processo da atividade imaginativa, serve como exemplo concreto da necessidade do sujeito frente ao objeto simbólico, interpretar, mergulhar seu dizer em certa direção, na política da significação. A *comunicação* não é transparente. Não sejamos também, por outro lado, omissos; o curta-metragem, como processo *de criação imaginativo*, possibilita a **subversão**. Chamar a atenção consiste também na possibilidade de transcender a ordem estabelecida, as sanções, afrontar a letra da norma através de determinados *efeitos estéticos*, circunscritos em formas sofisticadas, *trapaceando* a interdição. A figura de “os cara” remanesce nesses efeitos possíveis, condicionado pela interlocução imaginária e as consequências do *teor* do que virá a ser apresentado.

Buscamos tratar de produção de sentidos indistintamente da interpelação e da identificação. Para Pêcheux (2014) interpelação, identificação e produção de

sentidos entrelaçam-se mutuamente no mesmo processo, por isso, são indissociáveis. A posição à qual Paul Walker deve atender ainda se está por determinar, o interlocutor (leitor imaginado) é deixado aberto já que se trata de um processo e não de uma afirmação final. Podemos, ao passo da análise, apenas demonstrar efeitos de sentidos possíveis, não a *intenção* do participante. O que está em jogo no enunciado é a identificação do sujeito socioeducando com determinada FD, na articulação do *efeito-leitor* a supor.

Diferente dos enunciados acima, o que é dito por Bone, “Ou também, conta que aconteceu um assalto”, pode sinalizar a presença do sujeito *do crime* no processo de subjetivação dos sujeitos da sociedade. Independe do sujeito (imaginado ou real) que cometa o crime, o delito não pode ser apagado, pois é marca da subjetividade, inscrição do sujeito na língua e na história; o sujeito do crime é signo *ferrado* que habita o mesmo alojamento do sujeito de Direito. Na sequência recortada, há uma presença explícita do sujeito do crime, fragmentado na posição de assaltante. Se antes *de morte* apontava para possibilidade do sujeito do crime rescindir na formulação de Stifler, agora a relação é mais espessa.

Contar a história de assalto requer a presença de pelo menos um personagem: o assaltante. Nessa direção, a identificação não pode ser pensada sem referência à determinação de efeitos ideológicos, que possibilitam ao sujeito a referência do *que pode* e do *que deve ser dito*, no quadro da FD<sup>54</sup>. Talvez, o que esteja em jogo no processo imaginativo seja justamente a justaposição entre identificações diferentes.

A relação entre as falas de Stifler e de Boyka parece de ligação; uma história de morte não anula a história de assalto, não há contrapontos, há mudança de narrativa investida na mesma posição sujeito, isto é, posição sujeito do crime. Da morte ao assalto. Do assassino ao assaltante. É inegável que as histórias possuem dimensões diferentes e se atenuam conforme o crime. Porém, não deixam de designar um mesmo lugar de partida. Assim, sentidos ligados em cadeia parafrástica que permitem ao sujeito, na memória discursiva, significar suas palavras.

---

<sup>54</sup> Ainda segundo Orlandi (2001, p.103): “[...] a formação discursiva – lugar provisório da metáfora – representa o lugar de constituição do sentido e de identificação do sujeito. Nela o sujeito adquire identidade e o sentido adquire unidade, especificidade, limites que o configuram e o distinguem de outros, para fora, relacionando-o a outros, para dentro. Essa articulação entre um fora e um dentro são efeitos do próprio processo de interpelação”.

Significação marcada pela mediação do imaginativo, do ponto de literatura. Concordamos, nessa direção, com Pêcheux (2014, p. 150, grifos do autor):

[...] a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito): essa identificação, fundadora da unidade (imaginária) do sujeito, apoia-se no fato de que os elementos do interdiscurso (sob a dupla forma [...] enquanto 'pré-construído' e 'processo de sustentação') que constituem, no discurso do sujeito, *os traços daquilo que o determina*, são re-inscritos no discurso do próprio sujeito.

O sujeito é unidade imaginária, que se constitui no movimento de inscrição a determinadas formações discursivas. Para que o processo de subjetivação seja concretizado, o sujeito do discurso *fala* determinado pela memória (interdiscurso, pré-construído). Esses elementos da *exterioridade* deixam rastros na superfície linguística do lugar de determinação do dizer, isto é, deixam traços no discurso do sujeito sobre sua filiação à formação discursiva. O lugar de identificação é assim, sempre, inscrito na materialidade linguística. Por isso, a delação do sujeito do crime não é acaso, é fato em funcionamento.

Na especificação da história pelos participantes, o assalto não encobre, nem revela nada ulterior; deixa apenas explícito que o crime é indissociável da constituição do sujeito da socioeducação. Nessa direção, a história de assalto não funciona da mesma forma que história de assassinato. São *crimes* diferentes em *posições* diferentes, expressas em processos discursivos que tendem a distanciar-se. Subtrair um bem de alguém e tirar a vida de alguém não coincidem (exceto quando os dois se somam); enquanto o primeiro é atenuado, o segundo desperta horror. Considerando o inconsciente e a ideologia para compreender a subjetividade, em relação aos processos discursivos, afasta-se o espectro idealista que encapuzava o sujeito da socioeducação, por meio de uma higienização ideológica que apaga e silencia o passado, em detrimento de um futuro *limpo* do crime.

No último enunciado da SD1, visualizamos o funcionamento dos esquecimentos nº1 e nº2. “Vai apresenta pro educandário inteiro né!” parece ser o enunciado divisor de águas no modo como a discussão sobre o curta-metragem seguia. Trabalhando pela ilusão de ser a origem do seu dizer, Stifler pressupõe a transparência da língua para significar, é o que nos faz evocar o esquecimento nº1. Para Pêcheux (2014, p. 162, grifos do autor): “[...] o *esquecimento nº 1*, que dá conta do fato de que o sujeito-falante não pode, por definição, se encontrar no exterior da formação discursiva que o domina.” Portanto, este esquecimento relaciona-se com o

funcionamento inconsciente, afetado pela ideologia. Nele, o sujeito encontra-se determinado pela sua inscrição aos sentidos já-existentes, trabalhando a ilusão de ser a origem do seu dizer. No enunciado acima, a determinação é necessária para a ilusão funcionar. Cabe sinalizar que o esquecimento nº1 se entrelaça ao nº2 na sequência em análise, já que o que remanesce em termos de discurso não é só a pressuposição inconsciente do sujeito e de suas palavras como transparentes, mas também a seleção de elementos linguísticos.

O outro, interlocutor (educandário inteiro), deve estar presente para que o sujeito possa falar, uma vez que todo ato de interlocução se faz com a presença de outros sujeitos, reais ou imaginados. A inscrição à FD, portanto, é essencial, inevitável. Não há fora da linguagem, não há exterior à ideologia. Colocando-se na origem do dizer, Stifler pode *submeter* o curta à apreciação de duas posições, isto é, à aprovação dos adolescentes e dos técnicos, inscrevendo-se num lugar de identificação para poder dizer. Ao referir-se ao educandário inteiro, podemos compreender não apenas *todos* os adolescentes internados, mas também de *todos* os funcionários, haja vista as condições de produção e de circulação do curta-metragem. Portanto, é na ilusão de si e na transparência dos sentidos e dos sujeitos que a produção da história deve trabalhar, atendendo à identificação que possibilite a aprovação do seu *conteúdo* – trabalho dos dois esquecimentos. Além disso, há outra dimensão que trabalha no jogo imaginário de formulação da história e que explica a preocupação por “agradar” os cara e as posições discursivas que estão implicadas no processo. Trata-se da posição de destaque que os adolescentes tomam ao escrever, dirigir e filmar um curta-metragem. Submetidos ao *dispositivo normativo* pouco resta aos *sujeitos encarcerados*. Deste modo, a possibilidade de visibilidade pela história a ser contada, lhes permite estabelecerem outra relação com o espaço de privação de liberdade.

Nessa direção, funciona o esquecimento nº 2, da ordem enunciativa. Segundo Pêcheux (2014, p. 161, grifos do autor) esse é o

[...] ‘esquecimento’ pelo qual todo sujeito-falante ‘seleciona’ no interior da formação discursiva que o domina, isto é, no sistema de enunciados, formas e sequências que nela se encontram em relação de paráfrase – *um enunciado, forma ou sequência, e não um outro, que, no entanto, está no campo daquilo que poderia reformulá-lo na formação discursiva considerada.*



A ilusão de ser origem do dizer não é suficiente para determiná-lo; a produção de sentidos acontece através da determinação, isto é, há mecanismos que funcionam na administração dos sentidos (ORLANDI, 1996), por isso a direção que os sentidos tomam no fio do discurso, relaciona-se com a identificação do sujeito a certos conjuntos de enunciados, distribuídos em famílias parafrásticas que preambulam entre formações discursivas. Os jogos de força, a forma de interpelação da ideologia e, aqui, também a violência, compõem o movimento de *seleção* do dizer, que se faz de uma maneira e não de outra (PÊCHEUX, 2014), na tensão da paráfrase, do dizer poder tornar-se outro; a *seleção* do dizer é abertura potencial ao equívoco. A posição assumida por Stiler expõe esse movimento: *gravar* uma história de morte ou de assalto para os funcionários do CENSE é diferente do que fazê-lo voltado apenas aos adolescentes. A história muda, assim como o modo de escrevê-la, de justificá-la, de exibí-la. Temos as mesmas sequências “história de morte” e “história de assalto”, que só são significadas quando referidas a uma filiação. Desta forma, o item linguístico “né” funciona como índice potencial da determinação da ideologia na formulação do gesto de interpretação: o outro determina o dizer. É preciso saber a quem se fala, para que os esquecimentos possam trabalhar simbolicamente no sujeito que diz e nos sujeitos com quem se mantém a interlocução. Confirmar a direção para dizer é a própria condição para os enunciados significarem.

A próxima SD privilegia outra face da subjetivação: a relação imaginária no processo discursivo. Para Pêcheux (2009, p.81, grifos do autor): “[...] o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a *si* e ao *outro*, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro”. A noção de imaginário, vale ressaltar, encontra seu fundamento a partir do primado laciano (FERREIRA, 2001), o qual, pensado na teoria do discurso, passa a ser considerado aquilo que “[...] impede ao sujeito reconhecer sua determinação pelo inconsciente e pelo interdiscurso [...]” (SILVA, 2010, p. 37). Sendo assim, o dizer é sempre uma relação imaginária sobre *si*, sobre o *objeto* da interlocução e sobre o *outro*. As palavras dos outros nos povoam, nos fazem sujeito, (nos) significam, como podemos compreender na SD2. O diálogo recortado na próxima SD ocorreu depois do recorte da SD1, quando os problemas com o horário foram equalizados e o pesquisador pode dar sequência à dinâmica de estímulo à criatividade. Conforme descrito em subseção no capítulo

anterior, no Encontro II houve uma dinâmica com cinco perguntas. Elas tinham por função abrir horizontes para pensar elementos ligados à produção do curta-metragem. Assim, a SD2 é recorte de uma das cinco perguntas lidas pelos adolescentes e escritas pelo pesquisador.

### **SD2**

**ADRENALINA:** Se você tivesse que contar uma história aqui dentro, como imaginaria o personagem principal dessa história?

**CACHINHOS DOURADOS:** E aí?

**ADRENALINA:** Ixi...

**STIFLER:** **Um cara frio e calculista**

**ADRENALINA:** Se você tivesse que contar uma história... Como assim?

**CACHINHOS DOURADOS:** Deixa eu ver a pergunta... Se você tivesse que contar uma história aqui dentro, como imaginaria o personagem principal dessa história? Então, pensa num personagem, éh.. ih numa história pra ele, mas esse personagem tem que ser o principal, que ele seja o protagonista, que tipo de história você contaria com esse personagem principal aqui dentro? Como você imaginaria esse personagem principal?

**ADRENALINA:** Nem sei quem é o personagem...

**CACHINHOS DOURADOS:** Imagina, é um exercício imaginativo

**ADRENALINA:** Ah, nem sei cara...

**PAUL WALKER:** **Alguém loco?** (Encontro II)

Os enunciados em negrito, respostas à atividade imaginativa de um personagem para a história do curta-metragem, reiteram o jogo imaginário dos sujeitos socioeducandos com o sujeito do crime. A adjetivação “frio”, “calculista”, “loco” sinaliza efeitos diferentes, mas que se enlaçam sobre a mesma figura: aqui dentro. Ligando as caracterizações à SD anterior - a história de assalto e de morte-, existe uma incidência na formatação do personagem à história, que é feita pela relação imaginária do sujeito socioeducando refletido em seu par, isto é, A (sujeito socioeducando) refletido em B (sujeito imaginado). O personagem da história, seja de assalto ou de assassinato, é traçado a partir de atribuições negativas que constituem ao mesmo passo o sujeito do crime. O sujeito é frio para pensar e calculista para executar, características que dilatam o elemento *humano* em detrimento da realização do crime. Ao atentar contra a vida ou contra a propriedade de outrem, deixa-se de *ser humano* e passa-se a *ser criminoso*. A criminalidade e o cidadão da ordem, na transparência do imaginário social, não possuem relações, não podem viver juntos: ou se é humano ou se é bandido. Por isso, há fronteiras no social.

A adjetivação “loco” pode significar de dois modos distintos. No primeiro, parece confirmar o lugar da divisão: são os loucos que vivem nas bordas, eximidos de qualificação para viverem na ordem, na lógica da sociedade de Direito. A loucura

não divide o mesmo sítio de significância da criminalidade, seu encontro é no lugar imaginário do social: trancados, encerrados, invisíveis. Por outro lado, numa segunda possibilidade, louco possui relação com o arriscar-se, fazer algo que não seja convencional, esperado. Por isso, nessa possibilidade a relação de sanidade está relacionada a quebrar as regras, cruzar o estabelecido. Podemos concluir provisoriamente que o que vaza no processo imaginativo é um lugar simbólico e imaginário no qual o personagem (louco, frio e calculista) ao assumir certas características, demarca sua impossibilidade de habitar no interior do sujeito socioeducando (aqui dentro), que mesmo assim, serve de hospedeiro. O sujeito socioeducando converte-se no lugar, numa posição de mediação.

Dos personagens imaginativos ao sujeito socioeducando do Encontro II, passamos às divisões entre a anterioridade de uma identificação e a subjetivação em *vigor*, no Encontro IV. Essa relação é materializada na SD3. Em encontro distinto das demais SDs apresentadas até o momento, o momento do diálogo recortado aqui reestabelece o momento em que o pesquisador junto com os adolescentes buscava saídas e sugestões para organização pragmática do curta: quantidade de personagens, locais de filmagem, figurino. Na corrente SD, o participante rebate o pesquisador quanto à necessidade das roupas usadas serem de marcas de grifes.

### SD3

**STIFLER:**((Porque o cara no corre)) professor, se você vê nós aqui na rua, você vai fala: nossa, olha o jeito que os cara tão vestido, tudo os kitzão, camiseta de 300 real, calça de tanto, boné de 300, 200, os cara tá pá

O jogo identitário na produção imaginária do lugar do outro e de si aponta para uma intersecção: encruzilhada de passe do sujeito do crime com o sujeito do mercado. Buscaremos demonstrar essa relação trançada na SD3 com as reflexões de Payer (2005). A SD3 compõe-se pelo menos de três projeções imaginárias centrais: o primeiro, o *corre*; o segundo, o lugar do *professor* imaginando os sujeitos do crime; e, por fim, a caracterização do sujeito do crime, *do menor* diante dos (ou – frente aos) olhos do outro.

O *corre* é, segundo o que compreendemos, o momento da prática do ilícito, do crime. Algo da realidade é abstraído para que a história e os personagens do curta-metragem sejam consistentes, *sejam* ou pelo menos *aparentem* traços da realidade, do vivido. Por isso, quando falamos que o sentido só se faz sentido mergulhado na memória do dizer, estamos compreendendo que o imaginativo não é

criação inovadora, diferente, singular, única, etc., mas que se faz em relação ao já-dito e, no caso da SD, também atrelado à ordem do experienciado. O crime, desta forma, significa relacionado à posição sujeito que lhe é própria: o sujeito do crime. Em certos casos, enuncia-se por formas que não *delatam* explicitamente a relação com a criminalidade, como é o caso de *corre*. *Corre*, que não é a forma flexionada do verbo correr e desempenha como nome a função de adjunto adverbial. A relação é mais complexa que apenas formalização no discurso. *Corre*, em nosso gesto de interpretação, funciona como sinônimo de *pega* – preservadas as distintas diferenças e proporções. *Pega* - também substantivo - no sentido empregado em determinadas regiões pela classe trabalhadora, significa voltar ao posto de trabalho, *trabalhar*. A partir de uma relação parafrástica, no fio do discurso, podemos dizer que *pega* é o exercício do sujeito trabalhador, enquanto o *corre* é a denominação do exercício do sujeito do crime, também *trabalho*. Portanto, *corre* assume a forma de substantivo, marcando na língua um processo que consideraremos, em nossa leitura, de *negação da estereotipação* do menor infrator. Em última medida, *corre* também é uma relação de trabalho, forma de sobrevivência simbólica; a diferença está no meio, nos artifícios utilizados para obter a renda para sobreviver, seja assaltando, traficando, furtando, assassinando. A afirmação é polêmica justamente porque ela esboça traços do sujeito do mercado (PAYER, 2005), no entanto, não deixa de produzir efeito de verdade. Parece-nos que são essas as relações discursivas postas em trânsito na fala de Stifler, na desvinculação de estereótipos e de estigmas sobre o adolescente em conflito com a lei<sup>55</sup>, sujeito também do crime.

A distinção do sujeito do crime, no *corre*, parece alinhar-se à leitura que fazemos da SD. Assim, como mostraremos adiante, o olhar do pesquisador enquanto representação do outro, faz-se necessário para o jogo imaginário estabelecido. O pesquisador é *quem*, na fala de Stifler, reincide o imaginário social sobre o sujeito do crime, adolescente privado de liberdade. Para Moreira (2011, p. 14):

Nesse espaço, no qual se trabalham as construções imaginárias, constroem-se as relações entre os sujeitos, e é aqui que se desenrola o rol de designações de um - grupo de -sujeito(s): menor, delinquente,

---

<sup>55</sup> Moreira (2011) analisa consistentemente o modo de designação dos adolescentes privados de liberdade no escopo do ordenamento jurídico e na instância midiática, ressaltando os efeitos da estigmatização e da estereotipação no processo de identificação imaginária de adolescentes privados de liberdade consigo e com o outro.

trombadinha, pivete, adolescente, sujeito de direitos e etc... Todas essas designações mobilizam saberes e domínios diferenciados, e não se tratam de simples escolhas lexicais, variações de estilo e muito menos de meros nuances semânticos, são atributos que, em seus apagamentos ou explicitações, atestam posições ideológicas.

Acreditamos que a fala de Stifler sustenta pela via do não-dito as posições e as designações possíveis que circulam na sociedade sobre a posição do sujeito criminoso adolescente. Palavras, como atesta Moreira, que estão comprometidas ideologicamente, *significam* e *constituem* em determinações imaginárias, o sujeito do *corre*. A aparência do adolescente pode se diferenciar daquela que reverbera no imaginário popular, ou seja, da imagem de menino malvestido, usando roupas esfarrapadas, sem higiene, sujo, pobre, etc. Em nosso gesto de análise, são essas as caracterizações que são imputadas no olhar imaginário do pesquisador sobre os adolescentes, fazendo trabalhar na ordem do interdiscurso as determinações históricas sobre esses sujeitos. Porém, mesmo que a imagem física mude, o lugar social continua o mesmo: a rua<sup>56</sup>. Essa *atenuação* não funciona de maneira plena na opacidade do enunciado, deixando rastros de outras memórias, outra identidade: o sujeito do mercado.

Em Payer (2005) se desenrola a discussão sobre a forma-sujeito contemporânea, marcada pela lei do mercado. Recortamos da discussão realizada pela autora, os traços enunciativos que compõem o sujeito do mercado. O “sucesso”, afirma, é o enunciado que sustenta séries de práticas econômicas, políticas e midiáticas que fazem do mercado um grande Outro, ditando identidades, leis econômicas e lógicas de consumo.

O enunciado do sucesso se imprime através de inúmeros textos, e circula de muitos modos, mas sobretudo através da Mídia. Pode-se notar que há um certo ‘discurso do sucesso’ funcionando atualmente em grande escala. São incontáveis os títulos que pretendem ensinar ao sujeito-leitor como ‘ter sucesso’: sucesso nas empresas (lucro), sucesso profissional (aqui joga também o chamado *marketing pessoal*), sucesso na imagem pública, como imagem de mídia. Esta seria, pois, a promessa a ser obtida ao preço da obediência a novas leis, que têm seu nome também já reconhecido: são as ‘leis de mercado’ (PAYER, 2005, p.18, grifos da autora).

O sujeito do crime e o sujeito do mercado constituem-se por processos diferentes, mas nem sempre por posições ideológicas *antagônicas*. O ponto de

---

<sup>56</sup> Aqui reverbera o distanciamento entre pesquisador e pesquisados se opera. A rua passa ser também o único espaço em que pesquisador e pesquisados podem, eventualmente, se encontrarem.

encontro entre esses dois processos de identificação está alinhado ao sucesso. É assim que o enunciado de Stifler trabalha. Estar bem-vestido é a prova de que o sujeito atingiu a meta de ser *bem-sucedido* (PAYER, 2005), atestando a ilusória possibilidade de consumo, *lutando* pelo apagamento da marca de estigmatização da pobreza (Cf. CORACINI *et alii*, 2016), ostentando *poder*. O sujeito do mercado e o sujeito do crime exercem reconhecidamente sua força por meio da centralidade ideológica, no caso do primeiro e, pela violência física, no caso do segundo. Enquanto o primeiro não encontra *resistência* em circular nos diferentes espaços sociais, o segundo é severamente cerceado na sociedade, vivendo às margens.

A caracterização do sujeito do crime, na voz de Stifler, “nossa, olha o jeito que os cara tão vestido, tudo os kitzão, camiseta de 300 real, calça de tanto, boné de 300, 200, os cara tá pá” marca pela quantificação, pela simbolização do preço, o lugar de sucesso e de existência. É o *sucesso* do sujeito do crime que conflita e espanta: não é apenas o *jeito* de se vestir, é o *olhar* como estão vestidos que importa. Nesse passo outra formulação imaginária é incitada no enunciado, presença do sujeito do sucesso e talvez outra forma de subjetivação: a visibilidade. Haroche (2008, p. 173, grifos da autora) nos diz:

Nas formas de alienação contemporânea, gostaria de sublinhar uma dimensão específica e inédita referida à visibilidade de si: um tipo de visibilidade que, ao ignorar as fronteiras do íntimo, do privado e do público, tende a instrumentalizar e a reificar o indivíduo pela exibição contínua e exaustiva de si mesmo, encorajando e reforçando o voyerismo, o exibicionismo, a perda do privado, do íntimo e da interioridade, bem como desenvolvendo respostas automáticas e mecânicas. Tal alienação, reforçada pelas tecnologias contemporâneas, força o indivíduo não a representar um pedaço de si, mas a desnudar-se num contínuo desvelamento de si mesmo, a *mostrar-se* para ser valorizado e, fundamentalmente, para existir.

Acrescentaríamos às palavras de Haroche que, a partir da SD3, o sujeito do crime chega ao extremo da *alienação*, prezando pela aparência para também ser visível, diluindo as fronteiras da lei e do crime, para existir enquanto sujeito. Ainda em relação ao sujeito do mercado e à visibilidade, podemos ver que esses processos são sintetizados em “pá”, interjeição que liga, na materialidade linguística, o sujeito do crime e o sujeito do mercado, isto é, *o sujeito do crime também é bem-sucedido, bem-vestido igual ao sujeito do mercado*. A forma como está vestido atesta isso: na camisa, na calça, no boné da Okley, da Nike, da Adidas que custam caro (R\$ 300, R\$ 200, etc.). Marcas de grifes necessárias para poder dizer: sou

visto, logo existo (HAROCHE, 2008). O *kitzão* marca a alienação da existência contemporânea. Crime e mercado caminhando de mãos dadas; arriscamos afirmar que para que exista sujeito do crime é preciso que haja sujeito do mercado. O mercado é, deste modo, o que sustenta a criminalidade e, numa afirmação extrema, a própria lei.

Retomando o papel do outro, demarcamos que o olhar do pesquisador é direcionado não ao lugar de sujeito do crime, mas ao sujeito do mercado, *bem-vestido*, cotado por roupas caras e de marca, em última medida, um sujeito de sucesso plenamente submetido à lei do consumo. É assim que Stifler identifica-se enquanto sujeito do desejo, projetando imaginariamente uma representação de si que permite ser aceito, ainda que imaginariamente, na sociedade como indivíduo de consumo e não *sujeito encarcerado*.

Demonstramos nessa seção como o sujeito se subjetiva, isto é, como inscreve-se em certa posição sujeito, ao mesmo passo que produz evidências dos sentidos e efeitos de certeza. A discussão também possibilitou que a noção de sujeito da AD pudesse ser posta em relevo, possibilitando-nos ver o sujeito da socioeducação ligado ao sujeito do crime, marcando algumas nuances sobre este último. Deste modo, passamos à próxima seção a fim de dar ênfase às noções de ideologia e imaginário, intimamente ligadas no modo de produção do discurso.

### 2.1.3 “As técnica vai vê isso daí?” ou “Ih, já vai vênóis ali.../”: a Ideologia e o Imaginário

É chegado o momento de costurarmos alguns furos do tecido teórico. A ideologia é a maior dessas fendas; com dimensões ultramarinas, perfaz as bordas, as fronteiras e os centros da presente reflexão. Sua compreensão parece estar afastada de um crivo sério e comprometido com seus antecedentes e contextos epistemológicos. Fala-se de ideologia sem, de fato, mostrar o trajeto (ainda que através de marcas discretas) da noção; há, hoje, na academia e, especialmente, entre os analistas de discurso, um uso banalizado do termo que se estende ao quadro político atual. Quando não banalizada, concorre entre diferentes forças políticas para *mostrar* problemas sociais e, então, proporcionar a certos grupos a ascensão ao poder, sob a justificativa de transformação social ou da manutenção do *status quo*... pelo menos na prática política contemporânea, as *lutas ideológicas de*

*movimento* (PÊCHEUX, 2011) encontram-se distanciadas dos seus objetivos florescidos nos anos 1960.

Não inscrevemos nosso trabalho no ativismo político, como a diminuição ou a manutenção da maioria penal, fazendo da pesquisa, assim, um grito de militância que se dissipa com a força do vento. Nossa questão é outra. A ideologia não é questão de tudo ou nada; é questão de inscrição no discurso. Isso é que nos importa. Assim, recuperaremos sucintamente, por força de filiação, pistas da ideologia em Althusser, mostrando como em *Análise de Discurso*, Pêcheux estabelece as bases para que possamos remetê-las ao discurso.

Antes de começarmos, acreditamos que o caráter da reflexão desenhada aqui exige certas ponderações. Numa época em que teorias se *vendem* em editoras pouco *comprometidas* com a ciência, anunciando fórmulas e antídotos que deem conta da urgência e do imediatismo contemporâneo, o efeito *placebo* – respostas paliativas a problemas epistemológicos amplos – parece melhor caracterizar esse movimento de *redução* do fazer científico. Voltar a textos fundadores nunca, como antes, foi tão necessário. É no retorno que pudemos produzir leituras comprometidas sem nos rendermos à redução disciplinar. Por isso, damos os primeiros passos: voltamos, ainda que de soslaio, a Althusser.

A noção "ideologia" – que parece esquecida no tempo – surge pelas mãos do conde de Tracy. Inscrita na tradição da Filosofia das Luzes (ALTHUSSER, 1999), os *começos* orbitam como peças centrais em seu nascimento, definindo a raiz do termo: *a teoria (-logia) da gênese das ideias (ideo-)(ibidem)*. Sempre alvo de controvérsias, não passou ileso ao ímpeto bestial de Napoleão Bonaparte, que a combateu com canhões, espadas e fogo. Marx será quem, mais tarde, utilizará a noção com princípios muito distintos dos originais. Começa a travessia...

A *inversão*, suficientemente conhecida no marxismo, da noção hegeliana de ideologia consome uma ruptura sem retorno. Hegel, em sua prática filosófica, destacava o primado das origens das *coisas*. Os *começos* são necessariamente meios de chegar às totalidades das essências; primazia pela simplicidade, pela alienação, pela identidade, pela negação (ALTHUSSER, 1979). A filosofia hegeliana traduz na gênese das ideias os *contrários*, que sustentam certo modelo *dialético*. A ideologia, em Hegel, portanto não se encontra na *concretude*, mas na essência das ideias, produzindo meios de chegar à origem. A mudança de *fórmula* da ideologia, no marxismo, corresponde a uma *mudança* de terreno, restando pouco de Hegel e



de sua filosofia das origens e dos contrários. Não se trata de uma *simples* inversão, mas da transformação de todo nódulo da ideologia, como nos lembra Althusser (*idem*, p. 174):

Em lugar do mito ideológico de uma filosofia da origem e dos seus conceitos orgânicos, o marxismo estabelece o princípio do reconhecimento do dado da estrutura tanto o desenvolvimento do objeto quanto o desenvolvimento da prática teórica que produz o seu conhecimento. Não temos essência originária, mas um sempre-já-dado, por mais além que o conhecimento remonte seu passado.

Assim, a ideologia não é produzida no plano das ideias, numa espécie de *experiência transcendental do saber*, mas nas práticas que sustentam a formação social e, obviamente, a reprodução dos meios de produção. A contradição em Hegel, enquanto *oposição simples de dois contrários*, também passa ser considerada de outro modo. Adiantamos que a contradição, noção de que nos valeremos mais adiante, não é simples relação de contrários; a contradição, da forma como a compreendemos, se firma numa complexa rede de processos discursivos que sustentam elementos postos em oposição, produzidos em certos casos, por apagamento ideológico (evidência) em relações imaginárias (*ibidem*).

De Hegel a Althusser, outras perguntas são feitas, em especial, à natureza do funcionamento social aliado à ideologia. Em *Sobre a reprodução* (1999), Althusser trabalhará algumas teses da ideologia. Procuraremos retomá-las na medida em que estas mantêm diálogos com a reflexão que Pêcheux faz do conceito. A partir delas mostraremos certas intersecções com a linguagem, noção do campo linguístico que faz parte de nossa elaboração teórica. Retomando Althusser, destacamos as seguintes teses: *I. A ideologia não tem história; II. A ideologia representa a relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência; III A ideologia tem uma existência material; e, IV. A ideologia interpela os indivíduos como sujeitos.*

Atribuída às mazelas sociais, a ideologia não é segmentável como *período histórico* ou como efeito *da história* que domina a política dos problemas sociais. A ideologia nos escapa no momento em que somos capturados por ela, por isso, não é possível falar em *história da ideologia*. São produtivas, no entanto, as ponderações de Althusser (*ibid*, p. 197, grifos do autor):

Com efeito, por um lado, creio poder defender que as ideologias *têm uma história própria* (embora ela seja determinada, em última instância, pela luta de classes nos aparelhos da reprodução das relações de produção); e, por outro, creio poder defender, ao mesmo tempo, que a *ideologia* em geral *não*

*tem história*, não em um sentido negativo (o de que sua história lhe é exterior), mas em um sentido absolutamente positivo.

Os traços que caracterizam a ideologia são, em sua dimensão histórica, passíveis de algumas ressalvas teóricas. As ideologias – *domínios específicos e de classe (ibidem)* – corroboram a história da formação social, relacionando-se com os modos de produção e com as lutas de classe travadas nesse entorno. Por isso, é possível falar em ideologia religiosa, ideologia feudal, ideologia jurídica, ideologia linguística, ideologia de Estado etc., que segundo Althusser, encontram sua realização nas *práticas materiais* dos Aparelhos Ideológicos de Estado que visam à reprodução das relações de produção, como já destacamos anteriormente. Portanto, falar em uma teoria geral *das* ideologias soa incongruente para Althusser que, destacando a luta de classes como determinante das ideologias, assegura que a história das ideologias não é passível de recuperação totalizante pelo historiador, mas *apreensível* em certos efeitos no corpo social e, acrescentamos nós: também no corpo verbal.

Isto posto, seguimos o outro argumento de Althusser: o da ideologia em geral (não a ideologia geral!) não possuir história. Nosso interesse reside especialmente nessa tese que é, posteriormente, explorada nos trabalhos de Pêcheux, especialmente em *Semântica e Discurso* (2014). Não são fantasmas, nem espectros que tornam a ideologia uma entidade não-histórica, nem são eles que tomam de assalto sua voz; ela não tem história, pois “[...] o caráter próprio da ideologia é ser dotada de uma estrutura e de um funcionamento tais que estes a transformam em uma realidade não-história [...]” (ALTHUSSER, 1999, p. 197). Dito de outro modo, a ideologia *rasga* o real sob *uma mesma forma, imutável (ibidem)* abrindo caminho no todo da história, *história inteira*, para que se apresente como instrumento *omni-histórico*.

Nesse sentido, em analogia à máxima freudiana “O inconsciente é eterno”, que Althusser dirá: “A ideologia é eterna”. A afirmação desdobra-se com certa polêmica, no entanto, o filósofo marxista certifica essa *face* da ideologia como positiva, já que “[...] a eternidade do *inconsciente* está baseada, em última instância, na eternidade da *ideologia em geral*.” (*ibidem*, p. 198, grifo do autor). Isto é, *eterno* significa nesses termos como *onipresente*, atravessado na história independente de qualquer temporalidade. A ideologia está sempre já-dada, há perpetuamente ideologia. O funcionamento e a estrutura da ideologia são, assim, atestados no todo

histórico, mesmo sem ter história. Este funciona produzindo efeitos e escapando aos artefatos que o tentam conter. Não há nada interior, nem nada exterior, a ideologia é o próprio contorno da história e do social. Resumimos a primeira tese recorrendo a Althusser (*idem*, p. 198, grifos do autor):

[...] será utilizado o termo *ideologia* para designar a ideologia em geral, em relação à qual acabei de dizer que não tem história ou, ou que é o mesmo, é eterna, isto é, onipresente, sob sua forma imutável, em toda a história (= a história das formações sociais que compreendem classes sociais).

Assim, interessa-nos pensar a ideologia como *materializada* no discurso, considerando a linguagem como o tomo dessa relação incontornável. Distanciamos-nos da virtualidade que remete ao estudo das ideologias, para que possamos compreender a ideologia como estrutura-funcionamento que toma os sujeitos na relação imaginária com as suas condições reais de existência.

Na segunda tese anunciada, *A ideologia representa a relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência*, encontra-se uma associação comum à ideologia: ocultação da realidade. Aqui, cabem algumas reservas. Esse tipo de clivagem da ideologia traz, não obstante, inúmeras controvérsias. A ideologia como ocultação da realidade inviabiliza qualquer teorização positiva, isso porque esta seria responsável por manter os homens aprisionados a certa realidade *fabricada*. Tomando consciência da sua condição de existência, os sujeitos poderiam *romper* suas correntes e transformar a realidade. Atentemos: a ideologia possuiria um exterior, um outro lado do espelho, através do qual os sujeitos já não refletidos chegariam à verdade. Justamente aí encontramos o problema: não há tal espelho, nem tal exterior, porque não há realidade que sirva de *equivalente*. Realidade, pensamento e mundo não possuem uma ignição direta, sendo a relação entre sujeitos governada por condições imaginárias, isto é, “[...] a ideologia representa a relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência” (*ibidem*, p. 203).

O que conduz os sujeitos na *percepção* do vivido, em nada condiz com um real calculável, segmentável e descritivo, por mais que assim se apresente. A relação dos homens com suas condições de existências é, para Althusser, sempre imaginária. Não se representa o mundo *real*, mas sim as relações que os sujeitos manejam em seu cotidiano, dos gestos mais simples às decisões de grande repercussão social. Assim “[...] na ideologia, não está representado o sistema das

relações reais que governam a existência dos indivíduos, mas sim a relação imaginária desses indivíduos com as relações reais sob as quais vivem” (*ibidem*, p. 205).

Graças às formas imaginárias é que a ideologia assegura as representações das relações de produção e de seus produtos. A obliquidade desse movimento suporta o funcionamento imaginário em qualquer ideologia (*ibid*), isto é, vive-se a *evidência do mundo* como se fosse *realmente* real. No entanto, pelo apagamento ideológico, o sujeito faz das representações imaginárias das condições em que vive, *uma verdade, a realidade uma, indivisível*. Por isso, a ideologia é constitui no mecanismo imaginário das relações de existência dos sujeitos com o modo de produção da economia; na história, na língua, *evidência* imaginária, nunca avesso real. O sujeito não encontrará nada além do imaginário, que o próprio imaginário; o sujeito é parte do imaginário, não é externo a ele, pois não há exterior. O que há além do imaginário é obscuro, negro, vazio.

Outra das teses desenvolvidas por Althusser, *a ideologia como existência material*, não apresenta vestígios de Hegel. Não é no plano das ideias, em realidades ideais, em espelhos inventados, no espírito dos homens, em instâncias suscitadas em planos abstratos que a ideologia existe. Ela tem, com efeito, existência material. Costurando-se às outras teses, podemos observar que a ideologia não poderia funcionar senão desse modo. A relação imaginária que os sujeitos estabelecem com suas condições reais de existência não pode ser engendrada em um plano abstrato, mas na concretude, em *práticas* materiais. Se há práticas, há mecanismos ideológicos que a subsidiam. Por material, Althusser (*idem*, p. 206) reconhece que “[...] ‘a matéria se exprime de vários modos’, ou antes, existe sob diferentes modalidades, sendo que todas têm suas raízes, em última instância, na matéria ‘física’”. Para que exista materialmente, a ideologia *escorre* nas práticas dos sujeitos, que são as práticas dos Aparelhos Ideológicos que os *constituem*.

A título de exemplo, as diferentes práticas de repressão no funcionamento de um centro de socioeducação podem ser consideradas práticas materiais da ideologia. As rondas dos agentes de segurança nos alojamentos constituem uma atividade cotidiana, necessária para assegurar a *submissão* dos adolescentes ao *dispositivo normativo*. Acontece que o *simples* gesto de vigilância, prática comum à instituição e àqueles que a executam, materializam em sua concretude *modos* de assegurar a dinâmica do funcionamento da sociedade de Direito, isto é, se há

infrator (se alguém conflita com a lei), seu lugar é o da punição, do encarceramento. A vigilância, desta forma, é *mecanismo* que permite ao aparelho repressivo a submissão dos encarcerados ao (à ideologia de) Estado e às práticas disciplinares e de vigilância. Prática material, concreta, realizável ou como diz Althusser (*idem*, p. 206): “[...] uma ideologia existe sempre em um aparelho e em sua prática ou práticas. Essa existência é material”.

Essas práticas realizadas pelos sujeitos delatam não sua inconsistência no funcionamento do aparelho repressivo, mas seu agenciamento como fruto de tomada de decisões objetivas e idealistas que redundam em dizeres como: “Se não vigiar, eles (os encarcerados) transgredirão as regras”, “Eles devem entender a posição em que se encontram”, “Eles devem obedecer à ordem” “Estamos no comando, eles nos obedecem”, “A vigilância é necessária para assegurar a ordem”, dentre outros. Desta forma, o sujeito vigilante desde sempre-já capturado pela ideologia, acredita que está subordinando às práticas de repressão pela evidência de *assim ser*. Mesmo que se pense de outro modo, a prática não atesta outra coisa senão a *impossibilidade* de ser diferente. *As coisas são assim* e funcionam materialmente. Tanto é que se algum funcionário da vigilância, ele próprio transgredir as leis que executa, estará sujeito à sanção da lei. As práticas *falam* por si mesmas. A ideologia está aí funcionando sem ser apreendida pelos sujeitos, estrutura omni-histórica, ou como nos explica Althusser (*idem*, p.208):

[...] nós diremos, limitando-nos a considerar um sujeito (tal indivíduo), que a existência das ideias da sua crença é material, no sentido de que suas ideias são seus atos materiais inseridos em práticas materiais, reguladas por rituais materiais que, por sua vez, são definidos pelo aparelho ideológico material do qual depende (como por acaso!) as ideias desse sujeito.

A última tese a ser examinada aqui, não menos importante, *a ideologia interpela os indivíduos como sujeitos*, é determinante para compreender os mecanismos que são postos em jogo na existência vetusta das *fórmulas* e *dispositivos* que (auto) sustentam a realização da ideologia. Essa tese, em especial, é desenvolvida por Pêcheux (2014). Resguardaremos as *consequências* quando adentrarmos na dimensão do discurso; antes, faz-se necessário *ler com* Althusser. Na presente tese, podemos vê-la desdobrando-se em duas formulações centrais: “1 - toda prática existe por meio e sob uma ideologia” e “2 – a ideologia existe pelo sujeito e para os sujeitos” (*ibidem*, p. 209).

Como já tivemos oportunidade de mostrar, as práticas são povoadas pela ideologia e o sujeito *vive* esse fato, percebendo a realidade como *natural, objetiva e pragmática*. As ideias e as crenças são praticadas ao passo que se delimitam reciprocamente nos Aparelhos de Estado, isto é, as práticas são reguladas e dependentes das próprias práticas. Há uma espécie de arquétipo que sustenta a ideologia. Se o arquétipo deixa de produzir efeitos, deixam de existir sujeitos. Portanto, as práticas são, no mesmo movimento, *atravessadas* pela ideologia. Assim funcionam os ritos ideológicos.

O segundo ponto é mais que essencial. O sujeito, considerará Althusser, será o lugar em que a ideologia encontrará sua concretude. São os sujeitos que realizam ações, motivados pelas ideias e crenças que lhes parecem verdadeiras e evidentes. Portanto, os sujeitos são o *receptáculo* e o *condutor* da ideologia, pois esta “[...] só existe para sujeitos concretos (como você e eu) e esse destino da ideologia não é possível a não ser pelo sujeito: entendamo-nos, pela categoria de sujeito e seu funcionamento” (*ibidem*, p. 210). Assim, a categoria de sujeito emergirá na reflexão de Pêcheux como ponto essencial para conceber o discurso, pois o sujeito *fala* e a ideologia *fala* nele, consistindo aí o posto de observação da relação língua e ideologia. É necessária a presença da concretude para haver sujeito e ideologia, só assim há discurso.

A máxima da interpelação dos indivíduos em sujeitos, no entanto, reserva ainda outros desenhos. Certamente, a *interpelação dos indivíduos em sujeitos* encontra em Althusser a forte presença dos componentes dos Aparelhos Ideológicos. O indivíduo (sujeito biológico, psíquico) torna-se sujeito (sujeito numa forma-histórica, social) pela força da ideologia que rege esse circuito. Assim, o diálogo realizado por Althusser (*idem*, p. 210) com o leitor *virtual* é autoexplicativo “[...] o autor como o leitor destas linhas vivem 'espontaneamente' ou 'naturalmente' na ideologia, no sentido de que dissemos que 'o homem é, por natureza, um animal ideológico’”.

Por fim, cabe resgatar uma ponta aberta na relação da ideologia com os sujeitos, a *negação* dos efeitos ideológicos. A esse respeito, Althusser (*idem*, p. 2013, grifos do autor) sustenta que:

[...] a *negação* [...] prática do caráter ideológico da ideologia pela ideologia é um dos efeitos da ideologia: esta nunca diz 'sou ideológica', é necessário estar fora da ideologia, isto é, no conhecimento científico, para poder dizer:

estou na ideologia (caso excepcional) ou (caso geral): eu estava na ideologia.

Apesar de caracterizar o conhecimento científico como *exterior* ideológico, Althusser (*idem*, p. 213) não se contradiz, pois “[...] todo discurso científico é, por definição, um discurso sem sujeito, não há ‘Sujeito da ciência’ a não ser em uma ideologia da ciência.” Assim, há na ciência, *ideologia*. Não é possível encontrar-se fora da ideologia, nem é suficiente negá-la ou tomar *consciência* que ela existe; ainda assim o sujeito continuará (atado à necessidade pelo) ideológico. A negação é, diríamos, *efeito ideológico elementar*. Mesmo negada, combatida, exasperada, sonogada, assaltada, destruída por qualquer concepção que se autodenomine *libertadora* ou *crítica*, a ideologia continua o processo de *assujeitamento*, isto é, convertendo indivíduos em sujeitos *por meio* e *em* de práticas materiais.

Acreditamos, com isso, ter *reconhecido* as principais teses althusserianas da ideologia no quadro do Materialismo Histórico. Fica pendente um exame mais acurado sobre elas, que comporá trabalhos posteriores. O que fica certo é que há no campo ideológico certos retoques que devem ser considerados numa reflexão que busca estabelecer mecanismos que falham no processo de assujeitamento, isto é, a falha no ritual de interpelação ideológica. Não foi objetivo de Althusser considerar a linguagem em sua reflexão; quando o fez, foi como mero exercício de constatação dos efeitos da ideologia na linguística. Passamos desse modo, àquele que mais deu consequências à ideologia na linguagem, partindo do primado materialista: Pêcheux.

Este, em sua célebre obra, *Semântica e Discurso* (2014), lança-se a refletir filosoficamente sobre a relação entre linguagem, discurso e ideologia, produzindo *deslocamentos* e *rupturas* no interior do campo da linguística. Assim, o autor criva noções basilares ao campo disciplinar da Análise do Discurso, como os esquecimentos I e II, os modos de subjetivação/identificação do sujeito do discurso, além de estabelecer as posições epistemológicas que tomam o desenho do estudo do discurso, afastando-se do idealismo, do sociologismo para constituir uma disciplina materialista, que considera a produção de sentidos atrelada à contradição e à luta de classes. A prática política do proletariado e a produção do conhecimento científico perfazem o percurso do filósofo, propiciando a tônica da sua reflexão, sempre inquieta na constituição de uma *teoria materialista dos processos discursivos*. É com vistas à elaboração dessa teoria que a ideologia é recrutada.

À época de Pêcheux, uma teoria materialista do discurso ocupava no campo da ciência linguística um espaço ainda a ser desbravado. Nesse lugar, por se fazer, Pêcheux estabelece suas reservas e suas afinidades com Althusser. Em busca dessa teoria ainda *perdida* no domínio materialista, as teses althusserianas não são reprisadas, *ad litteram*, nos esboços pecheuxtianos; são, antes, reintroduzidas, com suas devidas especificidades, ao domínio do discurso. O sujeito ideológico como *fato* sempre já-dado (PÊCHEUX, 2014), por exemplo, não é *simplesmente* reproduzido da teoria althusseriana, isto porque para pensar na materialidade dos processos discursivos é necessário, segundo Pêcheux, uma *teoria não-subjetivista da subjetividade* não esboçada completamente por Althusser. Essa preocupação aparece como crítica ao idealismo, que subordinando o discurso da ciência, mascara a existência do científico atestando a *dissimulação* entre a indistinção de ciência e de não-ciência (*idem*). Assim, a subjetividade, no idealismo, é atestada na *autoconsciência* dos homens, que se reconhecem nas essências das ideias, fazendo da teoria um terreno profundo de subjetivismo, já que não há, desta forma, *objetividade*. É em relação às amarras desse fenômeno que Pêcheux busca afastar-se, constituindo em seu trabalho três domínios que cruzam a teoria materialista dos processos discursivos, a saber, a subjetividade, a discursividade e a descontinuidade das ciências/ideologias (*idem*). Portanto, isso faz com que:

[...] o esboço (incerto e incompleto) de uma teoria não-subjetivista da subjetividade, que designa os processos de 'imposição/dissimulação' que constituem o sujeito, 'situando-o' (significando para ele *o que ele é*) e, ao mesmo tempo, dissimulando para ele essa 'situação' (esse *assujeitamento*) pela ilusão de autonomia constitutiva do sujeito, de modo que o sujeito 'funcione por si mesmo', segundo a expressão de L. Althusser que, em *Aparelhos Ideológicos de Estado, apresentou os fundamentos reais* de uma teoria não-subjetivista do sujeito, como teoria das condições ideológicas da reprodução/transformação das relações de produção [...] (*ibidem*, p. 123-124, grifos do autor).

Como podemos perceber, a figura de Althusser paira além da imagem de mestre, e seus pressupostos são mobilizados por uma *necessidade teórica* como também por *afinidade partidária*. Os fundamentos, aos quais Pêcheux faz referência, são as teses que já apresentamos e que compõem o que de *fato* pode ser uma reflexão materialista e não-subjetivista do sujeito. Deixaremos em suspenso, por mais algumas linhas, a relação reprodução/transformação que configura nossa tese, para destacar algumas primeiras intersecções da relação ideologia e discurso. Nos dirá Pêcheux (*idem*, p. 146, grifos do autor), avançando nas teses de Althusser:



É a ideologia que fornece as evidências pelas quais ‘todo mundo sabe’ o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve etc., evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado ‘queiram dizer o que realmente dizem’ e que mascaram, assim, sob a ‘transparência da linguagem’, aquilo que chamamos o *caráter material do sentido* das palavras e dos enunciados.

Se por discurso entendemos o trabalho simbólico dos sentidos e dos sujeitos, num mesmo nó, a ideologia aparecerá nesse processo sob o *efeito de saturação* (ORLANDI, 1996) que produz as evidências dos sentidos-sujeitos. Assim, por ser evidente, as palavras e os enunciados se apresentarão ao sujeito como transparentes, isto é, aparentemente *objetivos* e *literais*. As práticas discursivas atestam essa dimensão do real: nos gestos e ritos sociais, há o trabalho do sentido sobre o sentido, do sentido sobre o sujeito que produzem lugares sedimentados, evidentes, regiões de significação estabilizadas, já-feitas. Isso não se faz, vale aclarar, sem a inclusão da história e da língua. Encontramos aí a validade da relação que Pêcheux sustenta existir entre a base (linguística) e o processo (discursivo-ideológico). Enquanto no primeiro a língua possui certa *autonomia*, isto é, os sujeitos fazem usos distintos dela, no segundo a ideologia, pelo discurso, cruza esses usos determinando os sentidos que tomam as palavras. Portanto, o *caráter material do sentido*, salta como fato transparente pelo/para o sujeito, podendo ser reconstituído, desta forma, num trabalho que considere “[...] o todo complexo das formações ideológicas” (*ibidem*, p. 146). Começa a travessia do discurso.

A ideologia não está diretamente ligada à língua, pois não há línguas de classe, como tentava demonstrar o *pseudo-marxista* Nicolas Marr. O elemento de mediação da ideologia na língua é o discurso, por isso, em busca de compreender a relação discurso e ideologia, no terreno da AD, tomaremos como aporte a formulação, *a ideologia se materializa no discurso*, com suas respectivas consequências.

Diferente de Althusser, cuja preocupação residia na demonstração de práticas ideológicas em consonância aos Aparelhos Ideológicos de Estado, numa teorização marxista, Pêcheux, ao considerar a ideologia como relação *necessária* e *fundamental* para a existência material dos sujeitos e dos sentidos, desloca a compreensão da ideologia para o campo da linguística. O signo não é ideológico, é revestido pela ideologia. Igualmente a língua não é a ideologia, pois a ideologia se realiza na língua. Por isso, o estabelecimento de lugares de observação dos processos ideológicos na esteira do discurso demanda a sustentação de abstrações

teóricas, isto é, as formações ideológicas e as formações discursivas. Lembra-nos, Pêcheux (*idem*, p. 149, grifos do autor):

[...] o funcionamento da Ideologia em geral como interpelação dos indivíduos em sujeitos [...] se realiza através do complexo das formações ideológicas [...] e fornece 'a cada sujeito' sua 'realidade', enquanto sistema de evidências e de significações percebidas – aceitas – experimentadas.

Há, nesse ponto, o *deslocamento* de terreno em relação a Althusser. Estamos na arena do discurso. Nela, para que a ideologia não consista em ideias segmentáveis, mas em uma *materialidade concreta*, é necessária sua realização sob a forma de formações ideológicas. Estas, por sua vez, comportam posições de classe e se *regionalizam* nas formas da luta de classe, em relações de contradição-desigualdade-subordinação (*idem*). Portanto, são consideradas:

[...] um elemento suscetível de intervir – como uma força confrontada a outras forças – na conjuntura ideológica característica de uma formação social em um momento dado. Cada formação ideológica constitui desse modo um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem 'individuais' e nem 'universais', mas que se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classes em conflito umas em relação às outras (HAROCHE, HENRY & PÊCHEUX, 2007, p. 26).

As formações ideológicas estabelecem relações complexas que existem e se suportam apenas pela via do conflito; não é possível haver uma homogeneidade no funcionamento ideológico (há luta de classes!), por isso o sentido não deriva de propriedades inerentes às palavras, expressões, proposições, etc., mas da relação entre formações ideológicas. A palavra é, assim, dado primário na disputa pela literalidade; literalidade que é, antes de tudo, instrumento de instituição dos efeitos produzidos pela ideologia no corpo verbal. Portanto, as evidências respiram em imaginários, como podemos observar na SD4. O diálogo recortado do Encontro II aconteceu no momento em que os adolescentes respondiam às cinco perguntas elaboradas pelo pesquisador, na dinâmica de estímulo à criação da história. À medida que a imaginação da história, dos personagens, das ações é formulada, os participantes são capturados na força do *dispositivo normativo*, que rescinde a ordem dos agentes da instituição sobre os *sujeitos encarcerados*.

#### SD4

ADRENALINA: As técnica vai vê isso daí?

STIFLER: Vai

ADRENALINA: Ih, já vai vê nós ali/

STIFLER: Então, aí nós faz como se fosse pá, como se fosse uma... a história (sobreposição de vozes) o ladrão, às veiz, ele chega em casa tem umas crian/uma criança pequena pá que é tipo um modo de/

PAUL WALKER: Sustenta né

STIFLER: Ahm ahm, faz uma cena dele indo e pedindo emprego, daí os cara falam não, porque ele não tinha estudo (sobreposição de vozes) uma história triste né (sobreposição de vozes)

ADRENALINA: Aí o que resta é robá né

STIFLER: O que restô foi robá né, não tem/às vez tem um filinho em casa/ (II Encontro)

Procuraremos dar conta, partindo da sequência recortada, das consequências da noção de ideologia na teoria do discurso, ao passo que a colocamos em relação ao jogo das formações imaginárias, lugar privilegiado de observação da instauração da ideologia na linguagem. A evocação dos sujeitos “as técnicas”, funcionárias da Instituição responsáveis pelo trabalho assistencial aos adolescentes, assenta a *determinação* do dizer subordinado aos sistemas de evidências fornecidas pela ideologia e suplantados pelo outro. As falas da SD4 delatam modos de percepção do real, que é experimentado e sentido como efeito de verdade. Fala a memória, significa o *sempre* imaginário.

Os jogos imaginários ou formações imaginárias (FIs) comportam a *movência* da significação, trânsito dos sujeitos e dos sentidos. Nelas as atribuições de lugar de *si* e do *outro* fazem funcionar a memória discursiva, reconstituindo traços do lugar em que o sujeito se inscreve na formação social ao inserir-se em determinada situação enunciativa. Há coincidência da situação e da posição, marcada por uma heterogeneidade transversal. Assim, todo processo discursivo é *essencialmente* imaginário, pois somos *efeito de linguagem*, unidades divididas que buscam a completude em significantes que faltam, escapam. Os lugares ocupados pelos sujeitos, ou melhor, os lugares projetados imaginariamente são produto da história, por isso há a constitutividade da memória em cada ato da interlocução: há memória porque há história e há língua porque há historicidade. Indissociáveis.

Retomando os enunciados de Adrenalina, *As técnica vai vê isso daí?* e *Ih, já vai vê nós ali/* poderemos demonstrar melhor a relação imaginária na constitutividade da posição que se inscreve: posição-sujeito privado de liberdade. Com base no exposto, podemos elaborar algumas questões: “*Quem sou eu (adolescente) para falar de crime?*”, “*Quem são as técnicas para que eu fale de crime?*”, “*Se eu fazer uma história sobre crime, como as técnicas irão recebê-la?*”. Destacamos que o que está em disputa, no jogo imaginário, é o referente, isto é, o ponto de vista do *crime*.

O primeiro enunciado delata no jogo imaginário a determinação ao outro e essa explicitação tem relação com as condições de produção. Em uma situação histórica e enunciativa de privação de liberdade, a combinação entre palavras está, irremediavelmente, ligada ao controle da significação. Corpos são observados, sentidos são contidos. Nos ritos do ARE, como o CENSE, falar é *assentir* ao outro. Por isso, o que Althusser denomina como *rito de reconhecimento ideológico* constitui o discurso: na situação comunicativa, variam as posições sujeitos. Assim, o *lugar de fala* no CENSE, deve ser preenchido com cautela, pois há sempre o perigo das formas de disciplinarização tomarem o corpo dos sujeitos. Em condições como essas, não é apenas o assujeitamento que impera, mas o *trabalho do dispositivo normativo*. No entrelaçamento ao que a instituição *imaginariamente* pressupõe dos sujeitos que fabrica, o adolescente precisa constantemente acomodar-se na posição que ideologia e violência lhe destinam. É preciso atender ao chamado e aos gritos. A pergunta desdobrada dos enunciados, “*Quem sou eu (adolescente) para falar de crime?*”, faz trabalhar as evidências imaginárias sobre o adolescente socioeducando e o crime, isto é, como já sinalizamos, por *formações discursivas diferentes* conectadas a certas formações ideológicas. Essa relação é esclarecida por Haroche, Henry & Pêcheux (2007, p. 26), ressaltando que as formações ideológicas: “[...] comportam necessariamente, como um de seus componentes, uma ou várias formações discursivas interligadas, que determinam o que pode e deve ser dito [...] a partir de uma posição dada numa conjuntura dada [...]”.

Ilustrando a elaboração teórica, o eu (adolescente) coloca-se na situação de quem cometeu infrações graves e transgrediu a lei, por isso cumpre medida socioeducativa de privação total de liberdade. Na posição de socioeducando, ele está *desligado* do crime, isto é, identificado com a formação discursiva, que poderia ser a da Lei, e não mais a do Crime. Em tese, porque como já apontamos essa relação não é assimétrica, nem bem-sucedida. *Há falha no assujeitamento do Estado*. Voltaremos à incitação. As “supostas” formações discursivas do Crime e da Lei, na teorização do discurso, se encontrariam submetidas aos feixes das formações ideológicas (inomináveis, porque não são descritíveis nem sociologicamente, nem empiricamente) que podem, nesse caso, marcar discursivamente relações de *contradição*.

O que um sujeito socioeducando pode falar *do* crime? Com certeza, celebrá-lo, ainda que no jogo ficcional, na história imaginada, pode trazer consequências ou

expor a contradição que se desenha discursivamente na produção material da posição em que se inscreve. Há, assim, sentidos que devem ser contidos, palavras que não devem ser formuladas. Para demonstrar a *funcionalidade* da socioeducação é preciso submeter-se à formação discursiva que o outro fala e na qual fala a repressão. Nessa direção, o enunciado, *As técnicas vai vê isso daí?*, faz trabalhar o imaginário de adolescente preso: sujeito que deve *mostrar* ao juiz, à família, às técnicas, aos agentes sua transformação, sua mudança; falar em crime é mostrar sua não identificação com ele, é justificá-lo como fato passado, não mais necessário. Novo futuro, novo sujeito...

O sintagma do enunciado de Adrenalina “isso daí”, funciona como dêitico, atuando como forma de o sujeito *tentar dar visibilidade à indefinição*, já que os sentidos que começam a colar-se à história trazem à situação discursiva o sujeito do crime, impondo *o que pode* e *o que deve* ser dito naquelas circunstâncias. O crime, fato *espaço-temporal*, deve ser significado segundo a determinação da Lei e sustentado discursivamente no lugar imaginário em que o adolescente está submetido pela força do *dispositivo normativo*. As evidências imaginárias de si (preso, criminoso, bandido, delinquente, apenado, enclausurado, detido, errado, etc.) e do Outro (ordem, punição, vigilância, disciplina, certo, justo, etc.) passam a trabalhar na materialidade linguística. O ideológico assegura essas evidências, Adrenalina é desde-já capturado pela ideologia. O que vaza nas suas palavras é a reafirmação das evidências imaginárias que sustentam o lugar de sujeito do crime e do sujeito socioeducando nesse processo. Por meio das formulações de Pêcheux, da ideologia no discurso, conseguimos chegar à espessura semântica desse processo linguístico-histórico. Como sujeito descentrado, afetado pelo inconsciente, Adrenalina, ao relativizar a história, acaba por reafirmá-la de outro modo: os sentidos escapam ao controle, e o *ego*— unidade imaginária — que fala, passa a significar nessa deriva, a imagem do lugar do adolescente no lugar de adolescente. Imagem incompleta, dividida.

Ainda, na composição do enunciado, chamamos atenção para a concordância de gênero: *as técnicas*. Assim, o enunciado “*Quem são as técnicas para que eu fale de crime?*”, traz, pela ordem da memória, imaginários sobre esses sujeitos. A determinação do outro, desta forma, dá-se para além da repressão, pela ideologia na instância discursiva. O feminino não caracteriza apenas a marca gramatical no

artigo e no substantivo, mas modos de significar o feminino. Começa a trabalhar o lugar dos funcionários visto pelo lugar de adolescentes.

Na ordem de funcionamento da instituição, as técnicas correspondem aos sujeitos que ocupam a função de assistentes sociais, pedagogas, psicólogas, terapeutas ocupacionais. Eles são responsáveis por *avaliar* o avanço dos adolescentes, que devem demonstrá-lo por meio de mudanças de *comportamento* e de *mentalidade*. No entanto, o que muda quando quem observa é sempre uma mulher? Em nosso gesto de interpretação, a condição do feminino ressoa na fala de Adrenalina, como ligada a uma condição quase maternal, de quem cuida com afeto, assiste com carinho e *corrige* com amor, porque é uma posição enunciada, dita, um estereótipo. Os outros elementos da SD4 corroboram essa hipótese: suprir as necessidades de uma criança pequena, está acima da Lei e de qualquer julgamento (moral, jurídico, etc.). O feminino, assim, é a *compreensão*, o *entendimento* de quem se justifica pelo ilícito. É com esses olhos que as técnicas observam. Algo que traga desordem pode comprometer a delicadeza desse vínculo que é, em última medida, a própria manutenção do *sucesso* da socioeducação.

Assim, o conteúdo visualizado nas atividades pelas técnicas deve satisfazer à necessidade de afirmação do lugar de desidentificação com o crime e o compromisso com o novo sujeito, o sujeito *socioeducado*. Esses traços discursivos passam a compor a imagem das técnicas, pelas lentes dos adolescentes; o adolescente deve estar *desligado* do crime e ao enunciá-lo, deve fazê-lo de modo que, ao olhar das técnicas, seja algo justificado. Fica pendente um outro modo de significar as técnicas, isto é, como mulheres. A relação das técnicas como mulheres se opõe à dos adolescentes como *meninos*. São garotos que (não) mostram às mulheres determinados sentidos. E o fazem na tentativa de ocultar o que julgam ser inapropriado e às mulheres, justamente pelo imaginário que fazem funcionar sobre elas: intelectualmente manipuláveis. Manipuláveis para aceitar sem titubeio a história e flexíveis para aceitar, amar e perdoar. São traços que, apesar de não ditos, sustentam a formulação do enredo. Os adolescentes, *fora da lei*, rodeados de recursos e artimanhas para dizer, encontram nas mulheres *palavra da ordem*, um espelho que acreditam não formar imagem. Nas celas, garotos rodeados de segredos. No espelho, mulheres transparentes que não correspondem à violência, mas à maternidade, à compreensão, à complacência. O trabalho das técnicas, portanto, não coincide com o da repressão, justamente pelas marcas imaginativas

que os sujeitos deixam entrever na linguagem sobre a posição discursiva destas funcionárias. Isso não quer dizer, no entanto, que a forma imaginativa das técnicas como mulheres e como sujeitos femininos, não possua contradições.

A última questão “*Se eu fazer uma história sobre crime, como as técnicas irão recebê-la?*” podemos compreender com mais profundidade o jogo imaginário instaurado pelo adolescente, recorrendo ao segundo enunciado, *Ih, já vai vê nós ali/*. As consequências do ver o *ali* podem acarretar no comprometimento do relatório escrito pelas técnicas sobre o avanço dos adolescentes. Permanecer mais tempo sendo *socioeducado* implica um maior tempo *preso*. Socioeducação e prisão passam a funcionar como sinônimos, apesar de constituírem-se em campos semânticos, no ordenamento jurídico, aparentemente diferentes. No último capítulo, a partir das *inscrições* na parede demonstraremos melhor a diluição dessa fronteira. O fato de o quadro técnico ser composto majoritariamente por mulheres e o de segurança por homens, por mais que haja justificativas que *mantenham* as coisas como estão, por contingência ou conveniência, não deixa de significar e constituir as relações dos adolescentes. As mulheres, sem poder repressivo, amas das suas crianças, são responsáveis pelo seu avanço, suas palavras, seus tropeços, sua mudança; aos homens é dado o poder da violência, da castração, da *segurança*, da repressão. É em relação a essas evidências que as formações imaginárias trabalham simbolicamente nas vozes dos adolescentes, deixando rastros na língua.

A história desenhada para *justificar* o sujeito do crime trabalha nos limites do possível para sustentar a *visibilidade* deste sujeito ao olhar do outro, que também é o olhar que *assujeita*. Assim, o sujeito do crime submetido à falta de condições sociais é levado a roubar para satisfazer as necessidades básicas da criança pequena, seu filho; sujeito que por falta de oportunidades laborais não encontra outra saída, *só podia ser assim*. Em nosso gesto, a seleção pelo sujeito-assaltante para protagonizar a história não acontece ao acaso. O crime de roubo é, na memória discursiva, aquele que se *aceita* quando praticado em razão de subsistência, pois nele significa também a injustiça na distribuição de renda, a riqueza detida por poucos num país calejado pela pobreza. Se substituído pelo sujeito-trafficante ou pelo sujeito-estuprador, com certeza, teriam outra recepção, a começar pelos próprios adolescentes, pois são posições do crime que *provocam* oposição quase absoluta. O último enunciado da SD4 parece colaborar com nossa interpretação: *O que restô foi robá né, não tem/às veiz tem um filinho em casa/*.

Nesse enunciado, o efeito imaginário da ficção desdobra-se, explicitamente, como experiência do real. A negação somada ao verbo de posse, *ter*, produz o efeito de evidência, falando a memória, voz sem nome: ter um filho em casa implica sustentá-lo, mesmo que seja roubando – ato aqui, heroico. *As coisas são assim*. Pré-construído que atravessa a história do curta-metragem e que, na fala de Stifler, desdobra-se como realização *autônoma*, isto é, o sujeito não “[...] pode reconhecer sua subordinação, seu assujeitamento ao *Outro*, ou ao *Sujeito*, já que essa subordinação-assujeitamento se realiza precisamente no sujeito *sob a forma da autonomia* [...]” (PÊCHEUX, 2014, p. 149, grifos do autor). Deste modo, ao equivaler o Sujeito Universal, althusseriano, e o Outro, lacaniano, Pêcheux nomeia a determinação, no processo histórico-social, do sujeito como efeito da memória e da exterioridade. O que desponta como evidência na fala de Stifler “não tem” é indício dessa relação da determinação do real e do interdiscurso. Não há exterior, nem mesmo no exercício ficcional. A ideologia é interior sem exterior, ou melhor, o exterior da ideologia é a própria ideologia. As formações imaginárias, além de atestarem o jogo ideológico no discurso, na forma como o sentido faz sujeito, também marcam a impossibilidade do sujeito constituir-se no lugar do outro: não há exterior a si mesmo. Por isso, o adolescente projeta o lugar, na situação discursiva, da técnica, do agente de segurança, do pesquisador, etc., e isso determina o que este sujeito diz. Fala-se para alguém, mas se fala atado às condições de produção, determinado pelas formações discursivas. Não é possível mensurar o *quanto* somos determinados pela ideologia ou o quanto estamos *dentro* da formação discursiva, pois estas tomam voz antes de estarmos às voltas com as palavras. À vista disso, a fuga à ideologia parece inconsistente e *impossível*.

Pêcheux (*idem*) elenca duas “soluções” paradoxais que levariam o sujeito ao *escape* da ideologia. A primeira consistiria na *tomada* de consciência no exterior da ideologia, resultada por um esforço do(s) sujeito(s); quebrando espelhos, paredes e portas, o sujeito encontraria do outro lado, afastado da ideologia, a verdade sobre si, *quem realmente é*. Rompendo com a subjetividade do discurso, ultrapassando os próprios limites da ciência e do real, o sujeito atingiria as coisas (*idem*) ou a própria coisa. Na segunda, a ciência seria considerada como *ideologia mais cômoda*, isto é, a ideologia se converteria na *própria* ciência e no *próprio* real. As posições seriam reconstituídas, em representações, *pontos de vistas*, sob certas condições de produção históricas e sociais. Assim, os traços da ideologia seriam alçados,



pragmaticamente e subjetivamente, a um ponto de vista, tornando a ciência e o real como produtos *descontinuados* da ideologia.

Em ambas as “soluções” são destrinchadas as inconsistências; na primeira, Pêcheux aponta para inutilidade de seu desenvolvimento. Não há heroísmo, altruísmo ou dessubjetivação que possa produzir ou amparar uma posição que sustente a descontinuidade ciência/ideologia; essa posição, se existe, alimenta fantasmas e espectros cultivados *platonicamente*. Já na segunda, Pêcheux aponta para contradição de considerar que a ideologia é que concebe a ciência, determinada pelo assentamento de posições, *pontos de vista* suspensos por relações de forças. Portanto, *não há exterior, nem ponto de vista ideológico*; resta, porém a pergunta deixada de lado até aqui: o que justificaria a falha no ritual ideológico se não a descoberta de algo exterior à ideologia? Nos dedicaremos a responder essa questão no próximo capítulo, demonstrando como o impossível somado à falha garante a *movência* dos sentidos em contenção no CENSE.

Antes de terminar, um arremate: partindo das SDs (1,2,3 e 4), o lugar de encontro entre o sujeito, a identificação, a ideologia e o imaginário, numa arriscada síntese, reside no *funcionamento* do ARE. Para Pêcheux (*idem*, p.140), o Aparelho Repressivo de Estado compreende “[...] o aparelho jurídico-político que distribui-verifica-controla ‘as identidades’ [...]”. Ou seja, o ARE instaura, por meio de práticas disciplinares, de vigilância, de repressão e de contenção, a manutenção do processo de *sujeição* das identidades à *lei*. O processo discursivo de contenção do sujeito do crime, parece-nos claramente atado à execução do controle, da verificação e da distribuição da identidade; o controle é exercido na (antecipação da) aparição de marcas desse sujeito na materialidade linguística (características, relatos, cenas de crime) que resulta na contenção do dizer e na repressão do corpo; a verificação consiste na captura do sujeito do crime, aqueles que conflitam com a lei e continuam a conflitá-la no simples ato de enunciá-la, trazendo desequilíbrio à política ~~e~~ *violação* de direitos humanos da socioeducação; e, por fim, a distribuição, isto é, sua manutenção no espaço que cabe àqueles que cometem crimes: a ~~prisão~~ o CENSE.

Portanto, o percurso traçado até aqui atesta, na instância discursiva, como o complexo jogo do controle e da ideologia determina o caminho dos sentidos e dos sujeitos na produção do discurso. Por outro lado, o trabalho com o ficcional demonstrou, potencialmente, a possibilidade da (des)estabilização do jogo das

identidades. O exercício imaginativo traça-se no ideológico, a partir do imaginário que estabelece laços com o real. No próximo capítulo daremos outros contornos à reflexão teórica esboçada aqui. Tomaremos como aporte o recorte pela primeira materialidade significativa em causa, a voz na sua relação com o que crivamos como *falha* e com o *impossível*.

### 3 BATIDAS, ESMURROS E GRITOS: O IRREALIZÁVEL DA SOCIOEDUCAÇÃO É A TRANSFORMAÇÃO

*Esa mujer salvaje que va dentro de una caja de madera  
Te aseguro que no entiendo de maneras  
Solo sabe golpear  
Solo sabe golpear  
Pide tu deseo, tira la moneda  
Camino sola sin estar pendiente de mis suela  
Tú no ve a marear  
Tú no ve a marear*

*Caja de Madera – La Mala Rodríguez*

#### 3.1 “TOMANDO PARTIDO PELO FOGO DE UM TRABALHO CRÍTICO”

É possível pensar o discurso alheio à reprodução das relações de produção? Definitivamente, não. Como já defendemos, o discurso só é discurso em relação às condições de produção e, por extensão, à formação social. Não se produz discurso sem estar inserido na reprodução das condições da produção do capital, isto é, *o(s) discurso(s) existe(m) articulado(s) ao sistema econômico*. Assim os sistemas significantes e a ideologia pode fazer sentido, revestindo as práticas linguageiras da ponta da infraestrutura até o topo da superestrutura.

Recorrendo à trajetória realizada no capítulo anterior, buscaremos dar tônica às relações de transformação-reprodução que refletem diretamente nas formas discursivas às quais os adolescentes se identificam. Salientamos que a transformação pode ser compreendida de dois modos: no quadro da reflexão materialista, como atada à formação social; e, no terreno da semântica dos processos discursivos, como expressão das formações discursivas (LAGAZZI, 1988). A formação social, terreno da luta de classes e das condições econômicas, determina a constituição das formações discursivas, uma vez que no seu interior se articula o funcionamento da ideologia e da produção dos sentidos (PÊCHEUX, 2014). Deste modo, há condicionamentos sociais e históricos na formação discursiva, que são senão reflexos da formação social nos interstícios dos lugares de fala e das formas de dizer. Porém, como nossa inscrição científica está vinculada à linguística, daremos maior atenção ao delineamento das formações discursivas no

processo, sem desconsiderar, no entanto, a posição mais ampla do materialismo histórico.

Diferente do registro do ficcional no capítulo interior, aqui o sujeito do encarceramento emerge a partir de duas materialidades significantes diferentes, a voz e a parede. Buscaremos demonstrar, daqui em diante, que os dois processos dão vazão à subjetividade: a falha e o impossível. Demonstraremos que a voz e a parede, estão articulados no discurso e são manifestados como sintomas do *sem* sentido da socioeducação, isto é, o *irrealizável* da mudança de relações de sentidos e de identidades dentro de uma formação discursiva. Os caminhos conduzem fortemente à afirmação de que a socioeducação promove um processo forçado de identificação pela via da violência e da ideologia às formações discursivas dominantes do CENSE. É a partir destes aspectos que passamos a compor o ponto divisor de nosso texto, privilegiando no capítulo as relações entre o grito (expressão fônica da voz, prosódia discursiva) e o desenho metodológico que possibilitou chegarmos até aqui. Esclarecemos que daremos ênfase a aspectos teóricos enviesados na parede e na voz, porém, por razões de divisão emanada pelo próprio *corpus*, trataremos especificamente desse capítulo da voz para, então, no último nos debruçarmos sobre a parede.

### 3.2 “TUDO EX AQUI, NÃO TEM NADA DE... ATUAL” – A REPRODUÇÃO E A TRANSFORMAÇÃO

São muitas as perspectivas que tratam da transformação, seja no campo da ciência política, da psicologia e inclusive da linguagem. *O homem transforma o seu meio e as suas práticas por meio da linguagem*, tese genérica, mas de grande poder que tem determinado caminhos e vieses para tratar dos fenômenos linguísticos. Por meio da hipótese, documentos oficiais de ensino e pesquisadores filiados a tal perspectiva, fazem valer a sua força; não raro, encontramos em trabalhos o reconhecimento de *novos* sentidos, como se estivessem ineditamente explicitados pela primeira vez. Seriam eles realmente novos? Ou apenas não evidentes, por exemplo, ao sujeito leitor? A reflexão que levaremos a cabo aqui segue outros caminhos e, um deles, é o de tematizar a relação de transformação-reprodução dentro do quadro do materialismo histórico althusseriano e da teoria do discurso. Esse movimento, mais do que necessário, fornece-nos subsídios para tematizarmos

o objetivo da socioeducação: a transformação. Transformação que não tomaremos a partir de pedagogias emancipadoras, liberadoras ou idealistas; por mais que estas tenham seu valor, é no modo como as relações de produção se estabelecem que os sujeitos se *transformam*.

Optando pela teorização da reprodução que se encontra demonizada e envolta em polêmicas pouco produtivas em Althusser, tentaremos demonstrar como as relações de produção são caras à teorização dos mecanismos discursivos que se somam em nossa pesquisa. A partir de Pêcheux, por sua vez, demonstraremos o *equivoco* na leitura produzida de Althusser no círculo marxista, para então chegarmos ao ponto caro da seção: o sujeito, na formação social e no discurso, é pura reprodução das relações de produção? Há uma via para transformação do sujeito encarcerado?

A reprodução, em Althusser, espelhada no modo de produção predominante em uma formação social – em nosso caso, o capitalismo-, incorpora elementos da produção como determinantes na forma como as relações de trabalho e a *mudança* são soldadas na sociedade. Nas palavras do marxista, “[...] se considerarmos que toda formação social depende de um *modo de produção* dominante podemos dizer que o processo de produção utiliza as *forças produtivas* existentes sob *relações de produção* definidas” (ALTHUSSER, 1999, p. 72, grifos do autor). O modo de produção que dá sustentação ao processo de produção predominante na formação social articula sob seu signo mais do que elementos empiricamente descritíveis como econômicos. No processo de produção inscreve-se a ideologia que, articulada em práticas discursivas, sustenta as divisões, os limites e as fronteiras do social, estabelecendo os lugares que são ocupados pelo sujeito (ex., dono do meio de produção x indivíduo que vende sua força de trabalho). O caráter econômico não deve, portanto, ser confundido com *dados* de renda e de patrimônio, pois a questão da propriedade privada e da venda da força de trabalho está ligada a um plano mais amplo, *as relações de produção* - forma como os sujeitos estabelecem relações não só de trabalho, mas também jurídicas e políticas entre si. As relações de produção são, por sua vez, definidas (ex., empregador x empregado) e reproduzidas no corpo social. Esta dinâmica assim se propaga porque “A condição última da produção é, portanto, a *reprodução das condições de produção*. Esta pode ser ‘simples’ (limitando-se a reproduzir exatamente as condições da produção anterior) ou ‘ampliada’ (estendendo-as)” (*ibidem*, p. 71, grifos do autor).

A reprodução, deste modo, não se limita ao caráter eterno que a palavra pode evocar, mas sim à necessidade de manutenção e de ampliação do modo de produção predominante na formação social. Sem a reprodução, não há sistema econômico e, por extensão, sistema significante que se sustente. Assim, Althusser aponta que a reprodução das relações de produção, numa definição menos descritiva, “[...] é garantida pelo exercício do poder de Estado através dos Aparelhos de Estado: por um lado, o Aparelho repressor de Estado e, por outro, os Aparelhos ideológicos” (*ibidem*, p. 163, grifos do autor). No capítulo que abre nosso trabalho tivemos oportunidade de explorar a relação AIE e ARE. O que acrescentamos à discussão, porém, demonstra na tônica althusseriana a relevância da distinção dos Aparelhos de Estado. A reprodução das condições de produção é primordial na (re)afirmação dos discursos e das práticas que subsidiam tanto os AIE, quanto o ARE. Os AIE como a escola, a família, a mídia, por exemplo, galgam em seu interior o submetimento à ordem econômica, que estabelece o modo como estes vêm a se organizar e a tipificar sua relação com o social. Na escola, a formação voltada para o mercado de trabalho; na família, o posto de provisão da venda da força de trabalho; na mídia, a propagação da ideologia de Estado (ex. nacionalismo, neoliberalismo, etc.) – ideologia dominante, munida na classe dominante. Os afetos, os sentimentos e as percepções são igualmente constituídos ideologicamente e delatam sua polivalência na reprodução das relações de produção, através do sujeito de mercado.

Partindo do exposto, Althusser considera que a reprodução é condição fundamental para que um modo de produção seja sustentado e aprimorado, deste modo, podemos falar em estado do capitalismo avançado, exemplificando. Um modo de produção que deixa de se reproduzir é, então, suprimido por outro. Nestes termos é o que acontece com o feudalismo, que deixando de reproduzir os mecanismos que o constituíam (sujeição à palavra da Religião, governo monárquico, divisão natural de classes entre os senhores feudais e os vassalos, etc.) passa a compor um asilo histórico e não mais a ordem econômica vigente. A reprodução, portanto, realiza-se cotidianamente no todo estruturado da sociedade, sob discursos e práticas que ditam a relação de produção, pelas forças materiais de produção.

Por infelicidade, a teoria althusseriana da reprodução das relações de produção acabou demonizada pela leitura propagada no círculo marxista, na qual a reprodução é posta como campo encapado pela não mudança e pela não

transformação: eternidade absoluta do presente. Esta leitura, como veremos em Pêcheux, possui pontas soltas que passamos a traçá-las a fim de mostrar como o par reprodução/transformação pode ser compreendido nas relações discursivas.

Pêcheux (2011) tece algumas considerações sobre o texto clássico de Althusser, *Aparelhos Ideológicos de Estado* (1983), desmistificando certa leitura que rondava a obra. Nas palavras de Pêcheux (2011, p. 96, grifos do autor):

[...] o artigo [de Althusser] foi quase que unanimemente interpretado como um trabalho de *sociologia funcionalista*. Para que se pudesse compreender algo sobre a questão da ideologia, Althusser afirmava explicitamente que seria necessário considerá-la do ponto-de-vista da 'reprodução das relações de produção capitalistas'. Por várias razões, 'reprodução' foi imediatamente interpretada como repetição eterna de um estado idêntico de coisas e algumas pessoas até mesmo o reprovaram por ele, a partir desse entendimento, ter associado a análise marxista a uma teoria pura de reprodução social.

A ideologia como noção chave na teoria althusseriana do Estado é suportada e é suporte nas relações de produção capitalistas. A evocação à reprodução, no modo como Pêcheux a marca, indica que o processo de produção capitalista em Althusser não se mantém pela *ilusão da realidade*, pelo *voluntarismo inconsciente*, pelo *assentimento cego*, por *(des)conhecimento ideológico*, mas por condições próprias que possibilitam à dinâmica do processo produtivo sua solidez, isto é, a reprodução. Desta forma, como sublinha Pêcheux, a interpretação produzida por certos leitores tendeu a absorver a reprodução de maneira extremamente negativa. Talvez o ponto nodal que cole tal interpretação à representatividade *sombria* da reprodução seja a *esperança* de que a mudança das relações de produção possa ocorrer por vias *pouco pedregosas*, e a reprodução não passe de mero espectro fantasmagórico.

Afastando-se do sonho que mantém os marxistas desde muito tempo num *loop* temporal, Pêcheux parece ajustar o artigo de Althusser, sobre os AIE, a uma leitura justa e razoável:

[...] não há como não notar o fato de que considerar a ideologia do ponto de vista das 'relações de reprodução' necessariamente implica, para um marxista, em também considerá-la do ponto-de-vista da *resistência* à reprodução, ou seja, da perspectiva de uma multiplicidade de resistências e revoltas heterogêneas que se entocam na ideologia dominante, ameaçando-a constantemente. Portanto, isso implica em considerar ideologias dominadas não como micro-organismos ideológicos pré-construídos com a tendência para se desenvolver de tal forma que venham a substituir simetricamente a dominação da ideologia dominante. Em vez disso, implica em considerá-las como uma série de efeitos ideológicos que

emergem da dominação e que trabalham contra ela por meio das lacunas e das falhas no seio dessa própria dominação (*ibidem*, p. 96-97).

Diferente de Althusser, Pêcheux explicita textualmente que as relações de produção estão envoltas num mesmo nó: reprodução-transformação. Frisando que é na própria reprodução que a resistência e a transformação podem ocorrer, o filósofo começa o árduo trabalho de demonstrar que o campo da mudança é *heterogêneo*. Isto porque a transformação, no ponto de vista adotado, não se refere à tomada de poder das ideologias dominadas numa inversão de papéis em que estas venham a ocupar o lugar da ideologia dominante, substituindo-a. As ideologias dominadas constituem o ponto de *choque* com a ideologia dominante, esparzindo lugares de resistência possíveis nas falhas do movimento de dominação. Contudo, cabe aclarar que ideologia dominante e ideologias dominadas não constituem mundos antagônicos, realidades distintas; ambas existem em correlação, em (co)dependência.

O trabalho de transformação, assim, emergido na própria (resistência à) dominação não consiste na tomada do poder dos Aparelhos de Estado, mas em outra coisa. No famoso *Anexo III: Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação*, Pêcheux (2014) vai ao encontro da afirmação anterior: não há transformação na inversão da dominação. A transformação nem é alcançada pela *tomada de consciência*, pelas *lições de experiência*, pelo *didatismo pedagógico*. A transformação, partindo de nossa leitura de Pêcheux, consistiria numa *emergência* indetectável que se (re) faz sem ponto de partida, nem lugar chegada. Nas palavras de Pêcheux (2014, p. 278):

O lapso e o ato falho (falhas do ritual, bloqueio da ordem ideológica) bem que poderiam ter alguma coisa de muito preciso a ver com esse ponto sempre-já aí, essa origem não detectável da resistência e da revolta: formas de aparição fugidias de alguma coisa 'de outra ordem', vitórias ínfimas que, no tempo de um relâmpago, colocam em xeque a ideologia dominante tirando partido de seu desequilíbrio.

À luz da formulação pecheuxtiana, deve-se reconhecer que o ritual de interpelação ideológico (identificação do sujeito), é um ritual com falhas. Nessa direção, o lapso e o ato falho são exemplos de *manifestações* que atestam a resistência e a revolta como pontos de transformação, oriundos de uma *presença sem aparência*, cuja origem é irretratável. *Gigante sem rosto*. A resistência e a revolta, portanto, configuram triunfos *descontínuos*, produtos do desequilíbrio da dominação que surge e que desaparece em capturas fotográficas, rápidas,



imprevistas. Sua existência etérea se desvanece ou se mantém não por uma inversão de dominação, mas por algo que ainda está por se discutir. Assim, a Pêcheux (*idem*, p. 274) soou “[...] mais justo caracterizar a luta ideológica de classes como um processo de 'reprodução-transformação' das relações de produção existentes, de maneira a inscrever nessa noção a própria marca de contradição de classes que a constitui [...]”. Em outras palavras, a contradição assegura a possibilidade de transformação e a não *reprodução eterna* dos processos econômicos e de identificação dos sujeitos. Por essa via, não há totalidades, mas a possibilidade de enunciar teoricamente a desordem que habita a relação de exploração-dominação-segregação, sem tender aos receituários platônicos e racionalistas.

Por outra entrada, em Althusser, a transformação parece cautelosamente alinhada à revolução, fator que leva o filósofo marxista a operar uma distinção entre as revoluções no *sentido fraco* e as revoluções no *sentido forte*. Nas de *sentido forte* a classe dominante é desapossada dos Aparelhos de Estado (AIE e ARE) sob seu controle, incumbindo às forças sociais matrizes de uma nova *realidade* a instituição de novas relações de produção em paralelo à aniquilação dos Aparelhos de Estados até então vigentes e o estabelecimento (nada amistoso) de novas relações de produção capazes de garantir a reprodução às condições de produção inéditas. Os exemplos evocados por Althusser são as revoluções burguesas ocorridas na França em 1789 e as revoluções socialistas ocorridas na Rússia (1917) e na China (1949).

As revoluções de *sentido fraco*, por outro lado, não rompem com a reprodução das relações de produção nem com o poder de Estado, são capazes apenas de afetar o AIE político. As revoluções extraídas como exemplo, por Althusser, são as mudanças de 1830 (“Revolução” de Julho) e 1848 (“Revolução de Fevereiro”). Portanto, aqui há um ponto intransponível do domínio da ciência política para a ciência discursiva. Aos primeiros, importa compreender a sociedade pela (des)apropriação do poder de Estado por setores políticos; no entanto, para compreender a *mudança*, a *transformação* na arena do discurso, temos de remeter a questão à relação com a linguagem e à exterioridade. Por isso, em termos de discurso a *transformação* se dá pela via do acontecimento discursivo (Cf. Pêcheux, 1990), que desemboca numa *nova* formação discursiva que mexe nas teias de filiações enunciativas e históricas. Portanto, não é a intervenção social nas

consciências que possibilita a mudança, mas, sim, algum elemento no próprio domínio da memória que se (re)faz.

A transformação, por outro lado, atina cautela. Nem tudo é reprodução, assim como nem tudo é transformação. O sujeito é efeito da fatalidade do mesmo e da possibilidade do diferente, que se conjugam indissociavelmente. O sujeito, no discurso, não é assim *puro instrumento de reprodução*. Isso não nos autoriza, no entanto, a creditar *qualquer* fenômeno como transformação. *É preciso discernimento e olhar crítico*. O discurso da socioeducação, aliado à prática jurídica de sequestro dos corpos, instrui a *transformação* dos sujeitos, pela via de certas práticas pedagógicas, punitivas e, inclusive, religiosas. Transformar é, nos termos do sujeito socioeducando, apropriar-se *subjetivamente* da palavra e da lógica da Lei. Diante disso, passaremos a examinar a próxima sequência discursiva apropriando-nos da reflexão sobre a reprodução-transformação que, por extensão, abriga o sujeito do discurso em seus (des)alinhamentos.

A SD que segue foi recortada do segundo encontro. O momento selecionado retoma a atividade imaginativa da construção de personagens para compor a história fictícia do curta-metragem. O pesquisador havia, como já textualizado anteriormente, produzido diferentes perguntas para estimular os participantes no exercício de ficção, já que se tratava das primeiras aproximações dos adolescentes com a proposta. Uma das perguntas era: “Se você tivesse que produzir um filme aqui dentro, como você imaginaria os personagens?”. A SD5 versa sobre o questionamento do pesquisador em relação aos personagens escolhidos para serem apresentados no curta-metragem, personagens ligados ao mundo do crime.

#### SD5

**CACHINHOS DOURADOS:** Por que vocês imaginaram esse personagem?

**STIFLER:** É que nós tá preso né, é que nós... é o dia a dia nosso né, a maioria aqui é **Sátiro**, só aquele ali que é (apontando para um participante)...

**Quíron**

**ADRENALINA:** Eu também

**STIFLER:** Ah, você também...

**ADRENALINA:** Era, não sô mais... tudo **ex** aqui, não tem nada de...

**BONE:** Atual (risos)

Inicialmente, chamamos a atenção para dois elementos, um da ordem linguística (**ex**) e outro da ordem prosódica<sup>57</sup> (reticências, pausas longas).

<sup>57</sup> Nas próximas seções, do corrente capítulo, explicitaremos o modo como compreendemos o uso da prosódia em Análise de Discurso. Na SD5 tecemos questões especificamente atreladas a marcas

Salientamos que as partes em destaque (**Sátiro** e **Quíron**) são uma tentativa de resgatar, na ordem simbólica, o tecido significativo que constituiu o diálogo. Optamos por não manter a referência das designações originais, pois estas não coadunam aos objetivos da pesquisa por explicitarem as infrações cometidas pelos adolescentes. Em seu lugar, mantemos o que importa à análise: mostrar uma diferença de posição que determina lugares no interior das próprias relações entre adolescentes e destes com a instituição. A substituição das designações por figuras mitológicas, **Sátiro** e **Quíron**, se faz num empréstimo ao discurso mitológico grego. **Sátiros**, seres mortais com o corpo metade homem e metade bode e **Quíron**, centauro célebre por suas habilidades sociais e medicinais, permitem uma *metamorfose*. São cascas que permitem um hospedeiro, preservando-lhe a identidade e mais além: emprestam a história. Os adolescentes não são o crime que praticaram. A metamorfose discursiva atesta isso. Em busca de significantes, o deslize metafórico reorganiza um jogo próprio na velha insígnia da cultura: a mitologia. Que assim seja lida a diferença.

Da SD5 podemos descrever o movimento ambivalente da identificação que soma e que subtrai na fala dos sujeitos. Tanto a afirmação de ser “x” (criminoso) e de ser “y” (não-mais-criminoso) são embargadas em pausas que, textualizadas nas reticências, conotam um lugar de hesitações e disputas em que o referente “criminoso” encontra-se em esfacelamento. A fronteira entre o real e o ficcional, já retratada anteriormente, é o pêndulo que confere ao coletivo “nóis” certa homogeneidade e, que não consegue ser absoluta. No enunciado de Stifler: “É que nóis tá preso né, é que nóis... é o dia a dia nosso né, a maioria aqui é **Sátiro**, só aquele ali que é... **Quíron**”, há sentidos recobrando e delimitando o pronome pessoal “nós”.

Os nomes mitológicos (substituição à referência dos crimes cometidos), passam então a (des)habilitar os que compõem o grupo predominante (**Sátiros**) e os que estão além desse *centro*, excluídos da maioria (**Quírons**). Desta forma, há o “nóis”, *todos* os adolescentes que se são **Sátiros** e que, portanto, no enunciado faz funcionar o efeito da identificação predominante do grupo, a partir da posição na qual Stifler inscreve-se (**Sátiro**). Porém, a homogeneidade não é consenso, há *diferença* nos crimes cometidos, diferença que aciona memórias e formações

---

da oralidade, já que estas, em nossa análise, mostraram materializar efeitos ideológicos elementares na ordem do discurso.

imaginárias. O “nóis”, assim, desdobra-se em outra parte, os adolescentes *que não* são **Sátiros**, funcionando pela ausência e não somente pela inserção no grupo. Dito de outro modo, a inclusão no grupo também se dá pela ausência de identificação predominante, já que os adolescentes *que são* **Quírons** encontram-se numa outra posição, em menor número e longe dos **Sátiros**. O que há em comum e que une os diferentes grupos é a situação de privação de liberdade (nóis tá preso) e o cotidiano na instituição – talvez, fora dela também – (é o dia a dia nosso né).

Nessa esteira, o advérbio *só* modaliza a exclusão dos sujeitos que não estão incluídos no “nóis” evocado por Stifler (todos os **Sátiros**), enquanto posição de crime. Essa exclusão marca a distinção do lugar, *nem todos ocupam a mesma posição*, ainda que estejam sob as mesmas condições (privados de liberdade, dividindo o mesmo cotidiano, marcados pelos julgamentos morais e jurídicos). A formulação que se soma ao sintagma *aquele ali* demarca a indeterminação do sujeito. Por mais que haja um elemento paralinguístico, o gesto de apontar para o sujeito, não é o *eu* que está em causa, enquanto unidade imaginária (ego), mas o sujeito do crime (**Quíron**). O fato de não nomear o participante x, mas designá-lo como **Quíron**, leva ao extremo da fronteira do dizível a (contestação da) identidade. A hesitação final nos autoriza essa interpretação, uma vez que retrata a transição de domínios, do eu (nós – **Sátiros**) para o ele (outro – **Quíron**), que não se marca de forma amistosa. Há reservas. Há relações de poder dissimétricas que alocam os sujeitos em diferentes vozes e lugares. O processo de interpelação ideológico se desestabiliza e o que *pode* e *deve* ser dito passa a oscilar no silêncio.

A afirmação de Adrenalina, “Eu também” se choca com a não totalização do grupo projetado imaginariamente por Stifler (“a maioria aqui”). Ao mesmo tempo, ao incluir-se na designação **Quíron**, Adrenalina rompe com os sentidos que poderiam ser evocados na homogeneização da posição de **Sátiro**. Em outras palavras, justificativas ao ser **Sátiro**, por exemplo, não produzem o mesmo *efeito* de *convencimento* e de *arrependimento* já que não são consenso. Isso pode indicar que as justificativas mobilizadas para ser **Sátiro** e **Quíron** não podem equivaler-se, pois os sentidos que elas evocam parecem ecoar antagonicamente. O eu (nós – **Sátiros**) parece conflitar com o eu (nós – **Quírons**), pois cada conjunto denota configurações específicas dentro das relações com a criminalidade. A repetição do *também*, na fala de Stifler: “Ah, você também...” seguida pela marca do silêncio (reticências) parece reafirmar a distinção que existe entre estar na posição de **Sátiro** e na posição

**Quíron.** São relações de poder díspares que podem, inclusive, denotar alguma hierarquia, quem é “x” possui maior poder do que quem é “y”, dadas as naturezas de cada posição.

A reafirmação de Stifler produz efeitos que levam Adrenalina a enunciar: “Era, não sô mais... tudo **ex** aqui, não tem nada de...”. O movimento no corpo da significação parece apontar para o descolamento da posição de **Quíron**, voltando a ser produzido o efeito de homogeneidade, agora assegurado por outros sentidos, em outra posição sujeito. O silêncio ecoa análogo à memória, sobretudo, na pausa final.

No enunciado, a temporalidade do presente (“sô”) parece estancar as frestas do passado (era), regendo uma ponte de transição entre o sujeito do crime (**Sátiro**, **Quíron**) ao posto de chegada que impera a situação atual, isto é, o sujeito da socioeducação. Sujeito da separação e do afastamento, marcados no prefixo “ex”, englobando os “nóis” dos indistintos crimes (Centauros, Hidras, Medusas). Assim, o movimento de homogeneização parece conduzir ao efeito de evidência e sustentação, já que não é *a maioria aqui mas tudo*. *Tudo* que engloba não apenas sujeitos, mas corpos, identidades, subjetividades, saberes, práticas, ensinamentos. São mundos *discursivos* diferentes, marcados pela separação *tudo ex*. Aparentemente. No entanto, algo não fecha. A pausa final dissipa os sentidos da formulação e dá margens para que o sujeito da socioeducação (sujeito ex-criminoso) seja estilhaçado e algo passe a funcionar no silêncio final do enunciado.

A respeito dos silêncios (pausas, hesitações) na oralidade evocamos Piovezan (2013) e Souza (2000) para que possamos compreender o que é posto em jogo nessas marcas, já que possuem um *funcionamento discursivo subjacente, particular e que lhes é inerente*. Piovezan (2013, p.15), ao analisar o discurso político indica que “[...] o uso das pausas e do tempo de fala pode representar uma tentativa de restrição interpretativa e/ou uma atitude de reforço da autoridade e do que é dito pelo falante [...]”. O discurso político, portanto, parece não nos oferecer pistas para interpretar as pausas finais, uma vez que há uma *fuga* da interpretação e não sua restrição, na qual o sujeito, ao exercer sua autoridade, falando, deixa algo aberto, um resto que *faz* a significação permanecer na deriva. Não há, assim, autoridade que remanesça na posição ou nas palavras ditas, ainda que esse seja um dos efeitos possíveis. A autoridade está *esfacelada nos conflitos de identificação*.

Souza (2000), por sua vez, ao analisar fragmentos de entrevistas sociolinguísticas, parece fornecer elementos para um tratamento discursivo da prosódia (*prosódia discursiva*). Nas palavras do autor: “[...] a hesitação, a pausa, a repetição constituem traços palpáveis do processo de subjetivação do falante, indícios da atuação de outras memórias acontecidas alhures, mobilizadas mediante o modo de indicar e ocupar o tempo real da enunciação” (SOUZA, 2000, p. 182). Os traços da subjetividade e, por consequência, do processo de subjetivação orbitam em torno das pausas e das hesitações. A memória é acionada no processo como elemento constitutivo da língua, que *ondula* no modo como o sujeito formula, no eixo do intradiscurso, na linearização de elementos linguísticos no ato (temporal) da enunciação. O autor ainda esclarece que: “[...] os traços de descontinuidades enunciativas [pausas, hesitações] constituem uma interface de negociação política de posições de sujeito que vão figurar um jogo de turnos de fala” (*ibidem*, p. 184). Relacionando a teorização de Souza ao *fato* de linguagem em análise, a pausa final em “não tem nada de...”, podemos afirmar que este elemento pode resultar da *impossibilidade de dizer*.

A impossibilidade de dizer, enquanto censura (silêncio local) da formulação de determinados elementos linguísticos no eixo do intradiscurso - interditando a memória-, faz o sujeito *faltar* com a formação discursiva com a qual se identifica. Ainda que seja impossível de dizer, o sujeito materializa na linguagem as marcas da sua subjetividade e da singularidade temporal na qual está inserido, isto é, a pausa (falta de complemento linguístico) como o *impossível de não dizer de certo modo*. Falta que, no turno de fala enquanto suspensão, também está acoplado à definição de Souza de *negociação política de posições de sujeito que vão figurar um jogo de turnos de fala*. Isso explica a colaboração de outro sujeito, Bone, ao tomar o lugar de Adrenalina, completando a formulação “Atual”. O complemento, partindo de outro lugar, não é estranho, uma vez que o sujeito da socioeducação é *eu e nós*, é *tudo e todos*, *fala* e é *falado* por vozes sem plural nem singular. A formação discursiva em que *tudo e todos os ex* estão inseridos fala em Bone, quando falta em Adrenalina.

Num último olhar ao enunciado, sublinhamos as diferenças entre os diferentes presentes que são reafirmados nas falas dos adolescentes. Enquanto Stifler demonstra a caracterização dos personagens como atrelada aos traços do crime *presentes* nos participantes (*a maioria aqui é*), Adrenalina marca na sua fala a tentativa de separação entre a posição de **Sátiros** e **Quírons** com a posição em que

todos devem se inscrever: sujeitos da socioeducação. É esta última posição que deve *constituir* os adolescentes, sendo corroborada por “Atual”, estado presente, de Bone. Porém, essa *separação* não consegue efetivar-se, pois a pausa materializa o que não desliza, o que não metaforiza; não desliza de **Sátiro**, de **Quíron** para sujeito socioeducando, pois *há algo que falha*.

Retomando a discussão sobre a transformação, poderemos produzir um efeito de fechamento que, se não demonstra a completa ineficiência do sistema socioeducativo, exhibe pelo menos suas aporias. Examinada sob a ótica da literalidade e da opacidade da língua, o sujeito do enunciado de Adrenalina: “Era, não sô mais... tudo **ex** aqui, não tem nada de...” poderia facilmente ser associado ao sujeito da *tomada de consciência*. Sujeito que muda, se transforma, ao conhecer a *verdade* que lhe aprisiona. A pausa final, deste modo, representaria o processo em construção, na qual o sujeito, despido da sua subjetividade, esquecendo o passado, lança-se à liberdade como *ex-criminoso*. Uma identidade está sendo edificada. São reafirmadas as condições de reprodução da socioeducação, colocando a punição num silêncio que não só *deve* suportar a contradição, mas *conter* todas as formas materiais que se ligam a ela. Assim, são abertas as portas para o sujeito *transformado, mudado*.

Os pressupostos mobilizados nos impedem de assentir diante do idealismo cego e do romantismo exacerbado que insistem em atar a mudança a padrões perfeitamente alcançáveis e possíveis, no qual o sujeito é *ciente da mudança* e *agente coletivo e individual* do novo. Novo que *encobre* o velho e assim por diante. Tomando posição pela *transformação* enquanto *força* que emerge no seio do desequilíbrio da ideologia dominante em relação às ideologias dominadas, o sujeito do enunciado de Adrenalina não se *transforma*. Longe disso, reafirma o arquétipo imaginário daquilo que o juiz, os funcionários do CENSE e, por extensão, o pesquisador *esperam* ouvir. *O processo é de reprodução*. O sujeito do enunciado, assim, *vaza* traços do processo de subjetivação que o constitui, materializando-os na linguagem. Porém, como nos lembra Henry (2013), mesmo na repetição nada se mantém *idêntico*, por isso, as expressões da voz e as inscritas na parede são *sintomas* de algo que se repete, mas não de forma absoluta. Passaremos a examinar tais aspectos.

### 3.2.1 “Alguém morreu?” – Do absurdo à falha e ao impossível no discurso

É chegado o momento de atarmos no mesmo nó as questões que procuramos evidenciar ao longo do percurso; são elas que, de malgrado ou boa vontade, fluem para as labaredas da falha e do impossível. Depois de havermos mostrado campos significantes que fazem o caminho da identidade e das palavras dos participantes da pesquisa, na sua necessária relação com o ficcional, esbarramos com prevalências de outros lugares. Optando, na seção que abre o capítulo, por tomar posição pela *reprodução-transformação* das relações de produção (e, por extensão, discursivas) preparamos terreno para o que está por vir. Havendo traçado (minimamente) o campo científico ao qual nos filiamos, em suas amálgamas e coalizões, contornamos os objetos que permanecem abertos em nossa reflexão: a voz (grito, prosódia) e a parede (suporte da significação). Para começarmos a tratá-los, devemos retomar o momento em que a teoria incidindo na metodologia possibilitou tal recorte, momento em que o absurdo deixou de emudecer a pesquisa e o pesquisador.

No Encontro IV o absurdo surge à paisana. Em *A língua inatingível*, Gadet e Pêcheux (2004) revisitam a história da linguística em busca de situar o discurso na constituição disciplinar desta. Para tanto, lançam mão da noção de real da língua empregada por Milner (2012) para demonstrar o fazer do linguista sobre a língua. O absurdo surge em alguns pontos da discussão associado ao humor e recoberto pelo evidente, isto é, para que se produza o *efeito* de absurdo é preciso de uma evidência que (efeito ideológico) aceda em contraponto a outra, que soe como *irracional* em relação à primeira. Durante o encontro citado pudemos, inseridos num dispositivo, presenciar *efeitos* como os referidos por Gadet e Pêcheux.

Enquanto assistíamos ao filme *Maps to the Stars* uma movimentação estranha começou do lado de fora. Primeiro, foram batidas. Batidas nas paredes. Em seguida, a porta de aço também começou a produzir barulhos. Eram chutes e pancadas. Por fim, as batidas na estrutura se unia ao grito “Nego!” que eclodiu no interior da instituição. Ao pesquisador, uma revolta era eminente. Tomado pelo pavor, perguntou aos adolescentes: “Alguém morreu?”. A resposta foi, numa voz embargada, negativa. Mais tarde, o pesquisador compreendeu a *falta* de estranhamento dos adolescentes em relação aos fatos; tratava-se de uma manifestação corrente, provocada pelo afastamento de algum interno que compunha



o grupo. A manifestação era disparada quando algum adolescente deixava o CENSE – cumprida a medida socioeducativa -, ou era realocado na dinâmica interna dos *alojamentos* – interpretação ratificada no encontro IV pelos adolescentes e por uma funcionária. O pesquisador, estranho ao local, não partilhando do mesmo jogo de evidências que sustentam expressões e sentidos circundantes à instituição, tocou materialmente no absurdo. Isto porque era *evidente* que as manifestações fora do local das atividades só poderiam significar como descrito acima, tanto é que quando questionados (no momento dos fatos) os adolescentes pareceram confusos com a pergunta: “*Alguém morreu?*”. O absurdo produz-se a partir de alguns efeitos que a pergunta suscita.

*Alguém morreu?* aciona sentidos que partem de lugares distintos, isto é, do aparato jurídico, da posição dos adolescentes e do pesquisador. Lugares que, como nos lembra Grigoletto (2005), são *discursivos* porque pontilham em suas dobras os efeitos da ideologia, da história e do social. Portanto, a pergunta ressoa como destituída de *evidência* (sentido) para dois lugares discursivos diferentes, constituídos em processos ideológicos que não se assemelham. As formações discursivas estão incluídas na problemática diretamente ligada ao estatuto material da *reprodução-transformação*.

O primeiro, o aparato jurídico, responde como instituição pertencente ao ARE (tomando como ponto de partida o CENSE). Porém, para fazer valer a força da sua *palavra*, permite aos agentes, pelo *dispositivo normativo*, a empregarem práticas de submissão à ordem que tais palavras incitam, palavras da *Lei*. Logo, poderíamos considerar que há uma formação ideológica predominante no CENSE, na qual se conjugam posições que retêm saberes do Direito e de práticas disciplinares de *adestramento* - nos termos de Foucault. Deste modo, a formação ideológica predominante no CENSE congrega em seu interior diversas formações discursivas (Cf. Haroche, Henry & Pêcheux, 2007), nas quais os funcionários da instituição são interpelados a se identificar, assim como os adolescentes. Aqui notamos intersecções, por exemplo, em relação à tese defendida por Lagazzi (1988) sobre o *juridismo*.

Para a autora, a *prática da palavra da Lei* encontra-se na base das relações interpessoais no interior do social, sendo permeada pelo poder. A reflexão empregada pela pesquisadora considera que o *juridismo* imputa às relações intersubjetivas um conflito necessário que constitui a organização social e

caracteriza a sociedade de Estado na qual nos sitiamos. Assim, o sujeito é posto diante de formas históricas que são responsáveis por subjetivá-lo e atá-lo sob a insígnia do *sujeito-de-direito*; sujeito que é “[...] centrado em responsabilidades, direitos e deveres, inserido na coerção que se faz constitutiva” (LAGAZZI, 1988, p. 95). Portanto, os processos de linguagem estão interligados aos modos como o sujeito em nossa formação social estabelece laço com o social, isto é, com os *modos de determinação da Lei e do Capital*. Poderíamos, partindo de Lagazzi, afirmar que os adolescentes são internados na instituição socioeducativa para se *re-inscrever* na forma *sujeito-de-direito*, já que passaram a se inscrever no lugar de falha da determinação jurídica, mas não do capital, o *crime*. Portanto, os adolescentes devem se subjetivar à formação ideológica dominante no CENSE, identificando-se com formações discursivas nas quais o par *Lei/transformação* dite as formas materiais linguísticas. O *juridismo*, no entanto, não é ausência no cotidiano dos adolescentes, uma vez que a categoria se apresenta de forma específica nas relações não legais. O que acontece na internação é uma confluência para forma de *sujeito-de-direito*, relação fundamental na qual todos ou *tudo* devem ser inseridos. Isso, no entanto, não garante que não haja furos, rachaduras ou espasmos, pelo contrário, a socioeducação é um processo costurado na contradição.

Voltando ao absurdo, no aparato jurídico, diremos que as formações discursivas fornecem as evidências sobre o que significa a *morte*, às 15h, numa sexta-feira, no CENSE. A pergunta *Alguém morreu?* pode ser desdobrada em outras perguntas, partindo das condições de formulação: *Alguns adolescentes morreram? Alguns adolescentes assassinaram um agente? Alguns adolescentes assassinaram outro adolescente? Alguns agentes assassinaram um adolescente? Alguns adolescentes cometeram suicídio?* O ordenamento jurídico asseguraria a responsabilidade dos agentes do Estado pela morte de algum adolescente (independente do autor), à luz do dia e aos olhos do *pesquisador*. Nessa esteira, os agentes do Estado também teriam o *dever* de *proteger* os adolescentes de serem vítimas de si ou do outro em um caso hipotético de suicídio ou de assassinato. O Estado não cumpriria sua função de *proteger* os adolescentes conforme a disposição legal.

À vista disso, é em relação ao campo semântico enunciado que a pergunta feita pelo pesquisador *também* produz sentidos. Contudo, apesar de situações possíveis (morte e suicídio) no espaço do CENSE, as manifestações engatilhadas

pelos adolescentes, diante dos olhos dos funcionários (*figuras do Estado*), não se enquadram no escopo dos efeitos suscitados pela pergunta: *Alguém morreu?*, pois, especificamente, as manifestações às 15h, numa sexta-feira, diante da presença do pesquisador, não *podem*, nem *devem*, nem *são* eventos de *alguém* que acaba de morrer. O pesquisador não mantém uma relação direta com as formações discursivas dos agentes do Estado, portanto, não partilha nem comunga do mesmo jogo de evidências, por desconhecimento *ideológico* dos acontecimentos sucedidos. Assim, é o desconhecimento do pesquisador que produz o efeito de absurdo, isto é, a evidência de interpretação do pesquisador não coaduna com a evidência de sentidos partilhada pelos agentes do Estado, nem pelo aparato jurídico. As manifestações não são *de morte*, mas de outra coisa. Um efeito de humor, traçado pelo absurdo, pode ser inclusive esboçado, já que o humor e o absurdo se textualizam em relação à posição sujeito dos agentes de Estado e não como fenômeno global (incluindo a posição do pesquisador).

Da posição dos adolescentes, o efeito de *absurdo* também é possível. Compreendemos que as relações instauradas pelo aparato jurídico determinam o modo de constituição dos adolescentes no momento de privação de liberdade, no entanto, não são suficientes para *capturá-los*. Assim, os adolescentes possuem certas especificidades no modo como são subjetivados, divididos entre uma identificação anterior (crime) e a contingência da interpelação do presente (Lei). Isso permite, por outro lado, que os adolescentes possam estabelecer relações próprias entre si, que não aquelas mantidas pela via da repressão e da Lei. São modos de, pela linguagem, *fazer* laço social no encarceramento. Portanto, retomando a pergunta *Alguém morreu?* poderíamos remontar ao efeito de absurdo a partir de uma implicatura lógica. Ao engendrar os sentidos da pergunta, um dos adolescentes deu como resposta: *os caras fazem isso direto*, sem, no entanto, explicitar os sentidos que estavam envolvidos na manifestação. Logo, se os caras fazem isso direto, então alguém morreria com muita frequência (absurdo). Não é esta evidência que estava em causa, já que se tratava de uma manifestação recorrente e o *efeito de interpretação* mobilizado pelo adolescente não condiz com o campo significativo que pode ser margeado a partir da pergunta. O absurdo atina quando a prática de manifestação da subjetividade ata-se à morte, consumindo dela seus sentidos. *É absurdo alguém morrer toda vez que os meninos das casas se manifestam do modo descrito*. A morte (assassinato ou suicídio) não coincide com a manifestação dos

adolescentes, pelo menos nos efeitos remissíveis pela via do discurso e dos eventos alçados.

A resposta à pergunta lançada aos adolescentes, portanto, *evidentemente é não*, uma vez que a manifestação marca uma espécie de *rito* simbólico no qual, como mostraremos a seguir, é o ponto de irrupção do sujeito encarcerado que abandona os estereótipos (ORLANDI, 2009) e veste sua identidade, num ponto quase impossível, remasterizado no grito e engasgado nas cordas vocais. Portanto, cabe esclarecermos como o absurdo desponta em teses tão ambíguas e aparentemente sem nexos. Passemos, pois, ao trabalho bruto da teoria.

O absurdo, como procuramos mostrar, produz-se quando uma evidência, isto é, um sentido naturalizado dentro de uma formação discursiva não possibilita que outra interpretação sobre tal sentido seja manifestada e que quando se o faça seja experimentada como sem sentido, *ou com sentidos que ferem a razão, a lógica*. Ao pesquisador (inscrito em uma posição), o efeito pode ser de espanto; porém, aos adolescentes (inscritos em outra posição) o efeito pode ser de absurdo. A pergunta, aparentemente simples, pode mobilizar, dentre seus efeitos, *estereótipos* dos adolescentes e, por outro lado, também figurar como mecanismo de acionamento de *imagens* dos adolescentes internados no imaginário social. No campo do discurso, a questão do sentido é uma questão sempre aberta, como nos lembra Henry (2013), conseqüentemente há margens para os efeitos se estabelecerem, margens que são condicionadas pelas formações discursivas que determinam quem venha a tomar a palavra e a *sempre-já* interpretá-la. Deste modo, o que *inquietou* o pesquisador foram as evidências. *Há sempre algo quando elas são postas em jogo*. O absurdo importa na medida em que deixa antever certo trabalho da ideologia no sentido, sedimentando sítios de significância, trabalho de *recobrimento* que passamos a dessegmentar.

Como produziam efeitos os gestos simbólicos - batidas, socos e pontapés na porta e das paredes? Como o grito significava enquanto textualização do sujeito nas condições de produção já enunciadas? O que está em causa na manifestação? As evidências dos eventos logo foram acionadas e pareciam fazer trabalhar certos processos discursivos. No entanto, restavam perguntas: Quais? Como? De que modo? O grito "Nego", eclodindo, inundava o espaço, seguido das vibrações e sons das batidas. Se alguém não morria, o que acontecia? Combinando as inscrições nas paredes com os gritos, algo parecia estar *evidente* demais, tão *evidente* que

produzia efeito de absurdo. O que estava encoberto pelas evidências e que vazava na manifestação da subjetividade era a falha e o impossível da socioeducação, unidos materialmente na voz e na parede. Processos complexos, mas tenazes quando co-ocorrem na *camuflagem* da socioeducação, como prática irrealizável (sem sentido) da transformação.

Passemos, pois, a enunciá-los. Para Orlandi (2001) há dois “momentos” que se somam no processo de subjetivação. O primeiro, já tivemos a oportunidade de demonstrar e consiste na interpelação do indivíduo em sujeito. Orlandi, acrescenta que nesse movimento o simbólico também se faz presente, enquanto parte exponencial do processo. O simbólico, desta forma, pode ser considerado como “aquilo que, na linguagem, é constitutivo do sujeito como efeito” (HENRY, 2013). Ele atua na divisão do sujeito, na sua des-centralização. Assim, ele não pode ser resumido a formas linguísticas, mas visto como mecanismo de *captura* do sujeito na trama do significante. Significante que é, na ordem do discurso, *sempre* ideológico. No momento concomitante ao assujeitamento ideológico, que produz a forma-sujeito histórica, há o processo de individua(liza)ção do Estado. Neste “grau” o Estado, com suas instituições, seus discursos e suas relações que materializam a atual formação social (ORLANDI, 2001), individualiza a forma-sujeito histórica, “produzindo diferentes efeitos nos processos de identificação [...] individualização do sujeito na produção de sentidos” (*ibidem*, p. 106). Assim, o Estado assenta a forma social capitalista, na qual o sujeito é, *aparentemente*, livre de coerções e responsável, responde como *sujeito-de-direito* quando instado. Desta forma, o Estado funciona como articulador político-simbólico no processo de produção de sentidos e de sujeitos, haja vista que o processo de individuação “[...] é uma questão política, dada a relação do indivíduo com a sociedade” (COSTA, 2013, p. 27). Dito de outro modo, a articulação resulta, no processo de identificação, na inscrição do sujeito “[...] com esta ou aquela formação discursiva, constituindo-se em uma posição-sujeito específica na formação social” (ORLANDI, 2011, p. 11). O Estado *atua* na divisão dos sentidos, nas formas de identificação, no modo próprio como os sujeitos relacionam-se no social, individuando-os. Portanto, com o político decide-se, através da língua, na divisão, que sentido(s) deve(m) imperar. O simbólico, assim, só pode atuar como mediador do imaginário e do real na divisão, sustentando o *efeito* na língua, da individuação dos sentidos e dos sujeitos.

Como diz Pêcheux (2014), a ideologia é um ritual com falhas. Assim, o Estado pode falhar no processo de individuação do sujeito, marcando-se na materialidade linguística, por exemplo, pelo equívoco. Nem por isso o sujeito deixará de estar submetido à ideologia. Para Orlandi (2016, p. 229), o Estado, numa sociedade de capitalismo avançado, pode falhar em sua função de articulador simbólico-político. Segundo a autora “a *falha do Estado* [...] é, ao meu ver, *estruturante do sistema capitalista contemporâneo* [...] Essa falha é uma falha necessária para o funcionamento do sistema”. Partindo desses pressupostos, a falha é necessária para o funcionamento do Estado, em nossa formação social. A falha na articulação simbólico-política instaura *deslocamentos* e *desestabilizações* no modo como os sentidos tomam direção e como o simbólico perfaz caminhos. A falha, assim:

é o lugar do possível. Daí a contradição: o que segrega é o que torna possível a ruptura do processo de individuação, de identificação, na confluência da falha do Estado nos processos de individuação e **da falha da ideologia no processo de identificação do sujeito à formação discursiva** (ibidem, p. 230, grifos nossos).

Desse modo, a falha relaciona-se com a não identificação a certa formação discursiva e à individuação da identificação pelo Estado, produzidas por processos de segregação. Isso leva, por exemplo, Orlandi (*idem*) a afirmar que o pichador, o Falcão<sup>58</sup>, no entreposto da delinquência, se individua na falta, na falha do Estado, num processo de segregação. É ao mesmo tempo o posto de marginal e de segregado que permite a *ruptura* do processo de interpelação ideológica na via do Estado.

A autora ainda faz uma distinção entre falta do Estado e falha do Estado. As duas mantêm uma relação muito estreita, no entanto, significam de maneiras diferentes. A *falha* do Estado, conforme Orlandi, consiste no componente estruturante do Estado, enquanto a *falta* do Estado, se caracteriza como sua ausência em condições de produção em que deveria estar presente, mas não o é. Portanto, podemos compreender que a falha do Estado é constitutiva das relações sociais, enquanto a falta do Estado erige-se pela presença/ausência.

Destarte, a falha, no processo de subjetivação, se dá na não identificação dos sujeitos encarcerados à formação discursiva do Estado (“jurídico”, “socioeducação”,

---

<sup>58</sup> Os Facões, aqui, são os sujeitos menores de idade estavam ligados tráfico de drogas e foram retratados no dumentário Falcão – Meninos do Tráfico (2006).

dentre outros). Apesar do discurso da mudança/transformação ser enunciado, ele não é mais que um *estereótipo*. Encontramos correlação à nossa afirmação em Orlandi (2009, p. 228, grifo da autora):

Quando Marcola diz que não vai dizer o nome do corrupto porque **não tem sentido**, pois o Estado, o sistema penitenciário não reabilita ninguém. A inscrição em uma instituição (sistema penitenciário ou família) que faça o sujeito individualizar-se em seu sentido não está funcionando nas atuais condições. Eles usam o discurso institucional apenas como estereótipo, para responder ao modo como o 'outro' pensa sua situação. Para eles mesmo este é um discurso sem-sentido. É só uma referência imaginária. Não faz mais nenhum sentido. Só existe "fora" do discurso deles, enquanto parte do discurso "sobre" eles e que eles repetem mecanicamente.

Partindo de Orlandi, podemos afirmar que a experiência da socioeducação é uma experiência sem sentido, pois é algo que não significa, por isso, é irrealizável. Os sentidos da socioeducação são máscaras, perfeitamente cambiáveis. Não é possível, nem pela via do *dispositivo normativo*, inscrever-se na formação discursiva que está ligada à socioeducação; aí há a falha no processo de interpelação ideológica. A voz e a parede, assim, marcam essa falha. Retomando o absurdo, as evidências que encobrem o grito também coloreem a parede, pois enquanto processos significantes, não são apenas *manifestação* casual pela perda de um vínculo (grito) ou da afronta à socioeducação (paredes); o que está em causa é a falha da identificação às formações discursivas do CENSE, falha que não pode ser dita, mas acaba vazando e textualizada de algum modo. Portanto, para emudecer os sujeitos que não se individualizam nas condições de encarceramento, a repressão lança mão de uma das suas políticas sobre a língua, antiga alinhada de regimes totalitaristas, a interdição enquanto *silêncio local* (censura).

Existe, portanto, um impossível de dizer que atravessa as formulações dos adolescentes. O discurso institucional, portanto, *rege* o que *deve* e o que *pode* ser dito, à instituição ou a qualquer um que, por ventura, represente a ordem estabelecida (como o pesquisador) num plano de pura imagem, sem junção ao simbólico e ao real. Trata-se de um discurso "sobre" a socioeducação, "sobre" os adolescentes encarcerados que é mobilizado a fim de demonstrar que os adolescentes estão *reabilitados, transformados, mudados* e prontos para fazer laço social. Assim, se estabelece a ordem do possível e do impossível que implica modos de produção de sentido diferentes pelos adolescentes no espaço da instituição.

Há dois modos de entrada na questão do impossível, para Orlandi (1995a) e para Milner (2012). Já nos referimos na subseção 1.2 à *política do silêncio*,

formulada por Orlandi (1995a), na qual a autora defende a tese de que o silêncio pode ser compreendido em duas perspectivas, o silêncio fundante e o silêncio local. Trata-se aqui do silêncio visto não como ausência de sentido ou de sons, mas como parte indispensável da constituição dos sujeitos e dos sentidos. No silêncio fundante, todo dizer é tomado por uma relação com o silêncio, assim, há um silêncio constitutivo nos processos de significação, silêncio necessário para que haja linguagem. Portanto, na perspectiva adotada por Orlandi, o homem procura na linguagem um meio para estancar o silêncio, de suprimi-lo, de esvai-lo, de domesticá-lo; o que é movência no silêncio passa a ser estabilização na linguagem. Atado ao simbólico, os sujeitos *produzem* sentido para conter o silêncio. Em referência ao impossível, poderíamos considerar, na perspectiva sublinhada, que este seria o movimento, no silêncio fundante, que se liga à constituição do sujeito na medida em que o homem, diante do silêncio, tenta discipliná-lo num gesto de significação, mas que não consegue porque as palavras *escapam*, povoadas de silêncio. Há uma incompletude constitutiva do sujeito na linguagem que veta sua *totalidade* no significar, sendo algo que perfaz qualquer caminho do sujeito no corpo social, mergulhado no simbólico e na história. Há, portanto, um *dizer impossível no silêncio*.

O silêncio local, ou política do silêncio (silenciamento), possui outras especificidades que se ligam às condições do dizer. Aqui, ao dizer, o sujeito deixa de materializar “outros” sentidos porque há uma proibição, há censura. Como já definimos anteriormente, a interdição (silenciamento) versa sobre a impossibilidade de dizer certos sentidos, isto é, é preciso dizer “x” para não (deixar) dizer “y” (ORLANDI, 1995a). Nesta modalidade de silêncio, são evitadas formulações linguísticas que remetam a certos domínios de memória. Em outros termos, a impossibilidade de dizer atravessa a formação discursiva na qual os sujeitos (censurados) estão identificados, assim coibidos por uma força repressiva que parte de outro lugar. As ditaduras militares nos têm ensinado muito sobre a política do silenciamento e tal evocação não acontece ao vazio: o silêncio local constitui, num imaginário de discurso “sobre” os adolescentes, o que estes devem reportar ao pesquisador e à instituição. Se, por exemplo, o adolescente critica a ordem dos agentes de segurança, lhe é aplicada uma sanção disciplinar; se discorda do processo socioeducativo, é penalizado no relatório técnico. Nessa esteira a socioeducação constitui suas práticas num imaginário vazio e em posições que não



podem existir, porque são discursos “sobre”. Diferente do silêncio fundante, no silêncio local há um impossível de, no ato de interlocução, formular certos sentidos. Um impossível de dizer imposto pela censura que se soma ao impossível da completude das palavras, dos sentidos, dos sujeitos. No entanto, há *efeito de furo na linguagem* que possibilita que haja ruptura da constituição do sentido, e o que é censurado pode emergir de outra forma, como no caso das formulações explícitas ao crime nas paredes (sem nome do autor) e na manifestação do grito e dos gestos simbólicos que o acompanham.

As perspectivas do silêncio formuladas por Orlandi instauraram, no estudo do discurso, fundamentos filosófico-epistemológicos para desenvolvermos estudos que considerem o silêncio em sua especificidade material (in)apreensível. Podemos, assim, tratar o impossível de forma constitutiva, ligado à ordem da linguagem e/ou da interdição, da censura, em suas devidas especificidades. Permanece, nessa reflexão, outra perspectiva que pode, de certo modo, remeter ao silêncio fundante, mas possui sua devida especificidade, é o caso da reflexão de Milner (2012) acerca de *lalangue*, que também é uma questão do *impossível* no discurso.

O linguista francês, retomando a tese de *lalangue*, tecida num dos últimos seminários de Lacan, *Seminário 19... ou pior* (2012), procura demonstrar como na prática do linguista esse *avesso* da língua constitui a prática e o fazer do linguista, no movimento de formalização e de descrição da língua, numa objetividade de tão lúcida que beira à loucura. Prática que é cortada pela expressão do desejo do próprio linguista. Há muitas teses, em nuances diretas e discretas ao longo da obra, dentre elas a de que *lalangue* é uma língua sem lógica, que só existe *na* língua materna e porque *há* língua.

Carvalho (2007, p. 3-4) sustenta que: “[...] ‘a língua suporta o real da lalingua’, resquícios da experiência do aprendizado da língua materna, como peças soltas que parasitam a linguagem sem entrar no sistema da língua”. Em outras palavras, *lalangue* relaciona-se com o processo de *recalque* da linguagem, no qual o que permite a língua é justamente o que a condena, isto é, há elementos que constituem a língua mas que não são *sistematizáveis, formalizáveis, descritíveis*, elementos que não se *convertem em lógica*, mas que *rondam, ruminam, sussurram* ao seu redor. O real de *lalangue* pode irromper, assim, na língua pelo equívoco (Cf. Gadet & Pêcheux, 2004), pois nos deparamos com o real (PÊCHEUX, 1992), nunca o apreendemos diretamente ou de soslaio.

A partir do exposto, lançamos luz à afirmação de Milner (2012, p. 27, grifo do autor): “Seja, uma vez mais, *lalíngua*: o fato de língua consiste em haver impossível em *lalíngua* – impossível de dizer, impossível de não dizer de uma determinada maneira.” Em nosso gesto de leitura, acreditamos que o impossível se lança como condição essencial ao falante; há uma *proibição* na língua que o impede de *dizer* o Todo<sup>59</sup>, de *falar* o Todo, de *simbolizar* o Todo. O impossível de dizer o Todo está ligado à *lalangue*, como também à falta enquanto elemento constitutivo do sujeito; sujeito incompleto, destituído pelo inconsciente do centro, sujeito ao desejo, ao gozo, à linguagem. Estruturalmente esparzido na trama do significante, o sujeito não diz a *lalangue*, mas a deixa vazar na materialidade linguística, porque é igualmente *impossível de não dizer de uma determinada maneira*, ou seja, as marcas da subjetividade do sujeito incorporam a língua de mil formas diferentes (*chiste, Witz, ato falho, equívoco, etc.*), fazendo do impossível ponto de encontro com *lalangue* e, também, com o real que a incorpora. O impossível na perspectiva psicanalítica de Milner parece estar associado ao modo como a subjetividade do falante é estruturada, ou seja, como o inconsciente fala na língua e por *lalíngua*. Em nossa reflexão, importamos de Milner o primado de que a *subjetividade* vaza diante de uma *proibição constitutiva*, mas também, por extensão, diante de uma *proibição do outro*. As perspectivas de Orlandi e de Milner, em suas diferenças, se somam, portanto, em nosso trabalho.

O absurdo rompe com as evidências e deixa antever que a constituição do sujeito encarcerado e do dizer que faz e suporta sua existência é recoberto pela falha e pelo impossível. Processos ambíguos que fluem na *dissimulação* ideológica do que é posto em jogo no processo de socioeducação, pela formação ideológica que agrega as formações discursivas do CENSE. Instado a se inscrever num plano imaginário, do discurso “sobre” si e a atendê-lo pela via ideológica ou pela repressão, o sujeito encarcerado vaza sua subjetividade por bordas, bordas que fazem a significação, como o grito e as inscrições nas paredes. O recorte pelo *fato* do absurdo nos conduziu aos lugares e às análises que passamos a enunciar com o olhar voltado para o *furo* na linguagem e na subjetividade.

---

<sup>59</sup> Referência à expressão psicanalítica que remete à impossibilidade de existir um Todo, completo, fazendo do infinito condição para haver significação.

### 3.3 “NEEEEEEEEGO, NEEEEEEEGO” - A VOZ QUE SANGRA

A voz, no campo do discurso, não constitui um *objeto* novo. Desde Souza (2000) aprendemos a reconhecer que na voz - materialidade de linguagem - há *indícios* do processo de subjetivação. A subjetividade marca-se no ritmo, no timbre, nas pausas, nas hesitações, no grau de intensidade fônico, sem se confundir com a fala, objeto empírico. Souza (2013) define a voz como *dispositivo material* que suporta o trabalho simbólico da enunciação, no qual estão implicados sons que se diferenciam por suas propriedades e modos de produção. Na perspectiva adotada pelo autor, a voz “[...] define-se como modalidade de enunciação que se articula segundo as respectivas rubricas estruturantes da fala e do canto, ou seja, segundo indicações de tom, ritmo, dinâmica, segmentação, encadeamento sintático” (SOUZA, 2013, p. 09). Desta forma, *o sujeito é constituído através da voz por diferentes formas*; voz que é metáfora, materialidade fônica, som que oscila no silêncio. Entre modulações fônicas e escutas atentas, caberá ao analista de discurso “[...] a detecção de um ponto e posição de sujeito de onde a voz pode se propagar ressoando lugares de enunciação completamente diferentes, relativamente à posição enunciativa postulada como origem no espaço” (*ibidem*, p. 09). Na reflexão de Souza o ato de enunciar e a enunciação, como modulações que instauram tempo e pessoas, condicionam a *vazão* da subjetividade e indiciam o sujeito em seu modo de subjetivação. Voz e corpo podem *estar* disjuntos, assim como a relação enunciação e discurso que leva o pesquisador a considerar o espaço de um e de outro no corpo de análise.

Diante disso, Souza (*ibid*, p. 10-11) defenderá que:

O caso é de observar sujeitos enunciando interpelados por certo regime discursivo. O que está posto em questão é como variadas modulações vocais - apreensíveis por marcações prosódicas - pausa, altura, alongamentos - conformam modalidades enunciativas que realizam, naquele que enuncia, múltiplas e heterogêneas possibilidades de subjetivação.

As formas vocais, assim, compõem a identificação do sujeito, modulando os ecos de sua inscrição no político. Divisões e direções que atravessam a materialidade fônica em sua possibilidade prosódica. Seja na intensidade, no intervalo ou na prolongação, há um trabalho da ideologia na enunciação que atravessa tanto o sujeito quanto a voz que dele (não) ressoa. O grito, nessa direção,

é irrupção de certos efeitos no escopo da ordem do som, que suporta o ato de enunciação e, também, o trabalho da ideologia nas propriedades fônicas.

Santos (2018), em sua proposta de tese, busca apreender a materialidade da denúncia em condições de produção diferentes das institucionalizadas pelo aparato jurídico. É a denúncia abrindo espaço nas bordas do social que importa ao pesquisador que, ao refletir sobre a materialidade da denúncia, o leva a afirmar que:

Se o grito é uma materialidade para a denúncia, essa relação não se centra apenas na maneira como um grito pode *veicular* uma mensagem de denúncia, mas, especialmente, como, no processo discursivo, o funcionamento do grito irrompe confundindo corpo e resistência (SANTOS, 2018, p. 216).

O grito funciona, em certo regime discursivo, entrelaçado à materialidade do sujeito. Nestes termos, pelo grito, o corpo é levado ao limite, enquanto a resistência passa a ser rasgo vocal capaz de *junção* ao corpo; destituídos de limites só podem ser um só, no mesmo nó. Santos (*idem*, p. 216) ainda considera que o grito é uma “[...] explosão vocal que produz o inaceitável, o absurdo, o conflito”. Grito que provoca dissenso, expõe a contradição e o equívoco; grito que produz efeitos de absurdo não apenas em sua audição, mas também no gesto de interpretação que dele é possível – como a interpretação do pesquisador, exposta na seção anterior. Tocar a superfície do grito, na voz, é abrir-se para os efeitos opacificantes que dele emanam. Uma explosão que lança estilhaços para todos os lados e, enquanto materialidade da denúncia, também escancara um estado de violência (*ibidem*). Nestes termos, a enunciação do grito, em Santos (*idem*, p. 228), é possível: “O volume [...] se ajusta plenamente ao ambiente físico e, como efeito discursivo, projeta uma imagem de quem é capaz de confrontar quem quer que seja”. O grito atina, no jogo imaginário, relações de força entre quem o disfare e a quem se endereça; relações que podem ser tanto de dominação, quanto de revolta.

Do grito como *materialidade* da denúncia, partimos ao grito como *materialidade* do sujeito. Recuperar, na materialidade linguística, a textualização do grito se deu com reservas. As condições de produção do grito já foram explicitadas anteriormente, porém, sua forma de transcrição originou um impasse. A gravação comportou ruídos vindos de fora da sala que, acabaram, também, por inviabilizar a recuperação dos momentos de diálogo no interior do ambiente. Restaram as anotações e a memória do pesquisador para dar conta de *fato* de linguagem em evidência. Assim sendo, reproduzimos o esquema de produção do grito em relação

à passagem do filme na SD6. Em certos momentos, na exibição do filme, os adolescentes permaneciam em silêncio. Habitados às manifestações que ocorriam ao lado de fora, a tomavam como *fato transparente*.

**SD6**<sup>60</sup>

Agatha: Oi, Benjie.

[ ((NEGO:::))

Benjie: Merda! Saia já daqui!

Agatha: Calma, vim fazer as pazes]

Benjie: Como entrou aqui?

[((NEGO:::))

Agatha: Trabalho para alguém que está em um filme... Havana Segrand.

Benjie: Vai me machucar, Agatha?]

Agatha: Não! Não vou machucar você. Você é meu irmãozinho. (Encontro IV)

Privilegiaremos na seção, o grito. Os elementos paralinguísticos (batidas, socos, pontapés, esmurros) reservaremos à seção de desfecho do capítulo. Na SD6 há o atravessamento do grito na própria espessura do filme. Não há como escutar o diálogo dos personagens sem deixar de ouvir os sons que eclodem para o interior da sala (sons produzidos por um coletivo de adolescentes). Assim, a *cena* discursiva acarreta consequências à interpretação, uma vez que a sobreposição dos sons (diálogo fílmico e grito) se soma aos sentidos de “Nego”, ruído *incômodo* que embaralha a legibilidade da interpretação.

Num primeiro movimento de análise, privilegiaremos os sentidos da designação “Nego”. Nome ou adjetivo, “Nego” se configura em condições nas quais os sentidos parecem estar em *fuga*, expulsos com violência na tensão vocal que acompanha sua entoação. Deslizando pela voz, “Nego” não respinga nas designações que os adolescentes atribuem a si, no plano de projeção imaginário; antes, aciona a memória, pela via do interdiscurso, da sua evocação nas relações entre os sujeitos no corpo social. “Nego” que, dependendo das condições de emprego, da entonação e do jogo fônico, se confronta como ofensa racista, vocativo carinhoso, apelido, codinome, nome genérico, entre outros. Disputado por diferentes regiões de sentido, “Nego” parece marcar em todas elas uma distinção: ausência do nome. Se apaga, na designação, o nome do referente por um significante substitutivo que passa a funcionar como resposta pelo/ao sujeito designado. Da cor da pele à demonstração de afeto, até a indeterminação, “Nego” é revestido, no plano

---

<sup>60</sup> Diálogo recordado do filme *Maps to the Stars* (2014).

lexical, pela polissemia. Para *assentar* o sítio de significância ao qual está submetido, por uma relação de força, é preciso compreender como o clamor do grito produz sentidos em condições de encarceramento.

O diálogo quase *vazio* do filme, marca própria da construção fílmica que lança uma crítica topografada de valores a *Hollywood*, se vê amarrado aos efeitos incontornáveis do grito. O *efeito-leitor/espectador* já não pode negligenciar os barulhos de fora; ainda que contornem os ruídos, são rumores que na ordem do discurso *significam*. O grito “Nego”, portanto, apesar de compor as condições de exibição local do filme, reveste os *gestos* dos adolescentes, isto porque a tela no filme não é apenas o *suporte* de sua veiculação, mas parte da interpretação. Logo, o que venha a atravessar a tela, seja em termos sonoros ou gráficos, está mergulhado na ordem simbólica, irreversível. *O filme só pode ser apreciado junto à materialidade fônica do grito*. Ainda que os participantes da pesquisa não estejam no mesmo lugar dos que gritam, há uma coincidência de posição sujeito: o sujeito encarcerado. Seja diante da tela, seja em outra sala, os sujeitos aos cuidados do aparelho repressivo são os mesmos. Desta forma, podemos lançar o questionamento: o que está em causa no significante do grito?

Retomando as condições de produção, explicitadas na descrição da seção anterior, o grito é entoado quando um dos adolescentes é removido de um alojamento para outro. Os adolescentes não marcaram, no entanto, em suas falas, as razões de remoção; porém, pressupomos, partindo de Foucault (2012), que essa é uma *sanção disciplinar* aplicada àqueles que descumprem as normas ou como meio de demonstração de *poder* da instituição socioeducativa, haja visto que o poder é um exercício constante de submissão do sujeito encarcerado. É possível que a remoção esteja ligada à organização do trabalho institucional. Porém, ainda que o seja, qual é a função desse trabalho senão a manutenção da subordinação dos adolescentes à ordem? Que não seja a facilitação do *controle*? No liame da transgressão da regra e da imposição da força, o sujeito encarcerado, enrascado em relações assimétricas, está sempre na eminência de ser punido, sancionado. Como pode um sujeito suportar tal situação? O grito, numa perspectiva psicanalítica, poderia se relacionar com a *vazão* daquilo que está suprimido e *fala* pelo inconsciente. No nível do discurso, porém, o *fato* recebe outro tratamento. Retomando Santos (2018), o grito pode explicitar o conflito. Em nosso caso, “Nego” pode ser compreendido como a irrupção, no nível discursivo, do efeito de

antagonismo entre diferentes formações discursivas, isto é, esboça o conflito entre Lei e Crime. Portanto, o significante “Nego” é *chamado* ao outro que, identificado na mesma FD, parte. É elemento que designa o outro numa relação simétrica (da mesma posição), mas também coro de uma voz coletiva dos que já partiram e dos que partirão. Processo sem começo, nem fim que confronta o sujeito encarcerado com o aparelho repressivo.

A partir de outro lugar, Souza (2011, p. 96) aponta que “[...] o grito, mediante o amoldamento acústico da voz, assinala a atitude de escancarar para fora não importa o que se diz e quem diz”. Acrescentaríamos que o grito também escancara o que está preso no sujeito, os rasgos daquilo que o aprisiona. Portanto, “Nego” é a sinfonia do sujeito encarcerado que deixa para trás a coação eminente da punição para *chamar* de volta o outro, como parte de si. Ao fazê-lo, deixa antever a anterioridade da sua identidade (crime), posta à deriva, à mostra. É preciso abandonar o puro imaginário que veste o sujeito socioeducando para, assim, recusando provisoriamente a submissão, torne-se prosódia da revolta. Só assim, na revolta contra quem os detrata, que os sujeitos encarcerados podem abrir as portas da negociação, podem trazer de volta aquele que parte. Elucidando a afirmação, evocamos Souza (*idem*, p. 97): “O que pode o carrasco perante o grito de sua vítima denunciando o limite do que não pode mais calar?”.

Mesmo privando a liberdade, a força repressiva não pode impedir o sujeito de *gritar*. Ao isolar os adolescentes do laço social, o aparelho repressivo acerta em impedir que alguém os escute, mas não consegue extorquir completamente sua voz, por isso há *grito*. Grito que, mesmo local, se estende por todo o plano da instituição capaz de atravessar os grossos muros que sitiam o CENSE do resto do urbano. Voltando ao plano do significante, “Nego” estoura vocalmente no limite daquilo que a própria significação da palavra é capaz de suportar. No limite entre o sentido e o sem sentido, o nome próprio toca no posto em que a socioeducação apenas consegue *ostentar* enquanto efeito puramente imaginário: o laço social. Enquanto existência *fictícia*, a socioeducação produz-se como um discurso “sobre” o sujeito encarcerado, sem jamais conseguir “submetê-lo” à posição de socioeducando, a não ser no plano imaginário. É justamente a ausência do laço social que marca o naufrágio da socioeducação, que ao *coagir* os sujeitos a inscreverem-se na posição de “socioeducandos”, fracassa em sua função de *ressocialização*. Este lugar é essencialmente imaginário, não se historiciza nem é mantido fora da instituição. São

imagens, respostas esperadas num ritual ideológico de conformidade, no qual o sujeito é jogado e joga entre o que o aparelho repressivo *espera* como resposta e o que o sujeito *deve* e *pode* dizer em tais circunstâncias.

“Nego” para além de nome próprio é também, no asseverar dos nervos vocais, marca da resistência do sujeito face à necessidade do outro; resistência que reside na manutenção daquilo que possibilita a sobrevivência frente ao gélido das celas, um laço estabelecido entre *semelhantes*. Única possibilidade de laço social na privação do Outro. Assim, “Nego”, significante que se esfacela e se corta nos agudos e nos silêncios do grito, aporta no limite do corpo, ou, como já apontou Santos (2018), corpo e resistência chegam a se confundir, num movimento arriscado, já que “o que se ostenta com o grito é o confronto de forças ligadas entre si por dominação e submetimento. O grito é o ato pelo qual dominador e dominado, em suas respectivas posições de discurso, colocam-se mutuamente em risco” (SOUZA, 2011, p. 96). O sujeito que grita, para reaver o elo perdido com o outro, também se confronta com o perigo eminente da repressão; no entanto, se não pelo risco, por qual outra via o sujeito poderia resistir? Se não é o seu silêncio, qual outra *posse* o sujeito pode oferecer ao aparelho repressivo numa negociação para *deter* a revolta?

No grito, para abrir as *portas* da negociação, é preciso revelar a identidade reservada e ocultada (sujeito do crime); é preciso correr o risco de os gestos retomarem o ponto de origem para que o sujeito possa então voltar a suportar a segregação. É na demanda pelo outro que o sujeito se depara com o real da sua condição. Quando não há mais laço as palavras passam a pesar, e a garganta desata em nós, entrecortada pelo silêncio, sempre intensa, atingindo oscilações que ecoam para além da materialidade das palavras. *Há algo que já não é possível conter*. Assim, “O grito possui uma dimensão que toca em algo para além e para aquém da palavra. O para além se situa naquilo que a palavra não dá conta, o para aquém mostra que este estaria nos primórdios de qualquer vocalização [...]” (MALISKA, 2017, p. 55). O significante encontra, portanto, no momento em que as cordas vocais tentam domar toda acústica possível, seu ponto de supressão em detrimento do grito. O grito eclode numa batalha em que as palavras já não são capazes de duelar. Nesse lugar começamos a situar o segundo movimento de análise, nos debruçando sobre a condição do grito.



A sobreposição do grito na materialidade do filme, explicitada na SD6, demonstra a continuidade de ambos como *disputa*. O espaço da voz dos personagens, Agatha e Benjie, acaba ameaçado por outro elemento que também se propaga na acústica da sala. Disputa díspar, já que no filme a *continuidade* é essencialmente metálica, e no grito é intrinsecamente *humana* demais. No grito, o aparelho fonador extravasa o limite fisiológico para poder sustentar o *continuum*, para fazer ecoar o nome sem voz por todo o campo (in)visível. A entonação se acelera e se dissipa, numa constante. O grito é o que o signo que já não *estrutura*. Quando o cansaço da voz, que deturpa as cordas vocais, não deixa mais nenhum limite possível para o grito, o sujeito parte para além, mais aquém das palavras e do som vocal; o sujeito encontra nas batidas, nos socos e nos esmurrões das portas e das paredes a continuidade daquilo que a censura já não pode mais calar. *Impossível não dizer de certo modo*.

No grito o sujeito encarcerado já não se detém, para fazer sua voz ser ouvida é preciso oscilar nas ondas vocais, numa tentativa de furar a própria exterioridade do discurso. O sujeito da socioeducação (centrado ideologicamente) é incapaz de vacilar, de agir sem o assentimento da ordem superior; já o sujeito que grita (*mal sujeito*) faz oscilar o Todo na tentativa de fazer a atualidade do acontecimento ser absorvido pela memória, num clamor por algo que ele não sabe o quê, nem como, capaz de interferir na sua situação. Há, de tal modo, a intensificação de certas regiões da memória, na indefinição entre lembrança e esquecimento, na qual o sujeito que está contido (preso) passa a se sobrepor vocalmente ao sujeito socioeducando. Neste entreposto, é que a exposição do grito aos *ouvintes* (outros adolescentes, pesquisador e funcionários do CENSE) faz incidir, pelo discurso invocado por aqueles que gritam, sua existência; existência que afeta as condições de enunciação e os sentidos em *des-colamento* no grito.

O esvaziamento do grito, em sua potência fônica, corresponde ao retorno do silenciamento do sujeito. No entanto, mesmo que o sujeito retorne ao silêncio, entre cortes e acenos, há certo funcionamento no grito que não deixa de não se inscrever na ordem do discurso. É no reduto da intensidade fônica que o sujeito, direta e explicitamente, toca a materialidade da falha e do impossível, *acolchoamentos* do seu processo de subjetivação. O grito, partindo da SD6, é o *meio* no qual o sujeito deixa, inconscientemente, de cobrir a modalidade de significação pelo impossível de dizer (censura) para deixar falar a própria falha (identificação com o crime e não com

o Estado). A socioeducação, nesse sentido, nada mais é que a *manutenção* do Estado vindo novamente a falhar em sua função de articulador político-simbólico.

Em consequência, no topo das cordas vocais, quando alçado na resistência, o sujeito se (re)encontra com a identificação encoberta (crime). *Onde a palavra perde sentido, o grito irrompe como último recurso para poder dizer, rasgando a sutura que suspende a garganta, deixando a voz sangrar.* Na sangria da voz, na qual o sujeito encontra seu último recurso para *poder dizer*, podemos explicitar o impossível encarnado nas palavras e a falha conjugada na carne. Torção que demonstra que o sujeito encarcerado não *pode* se identificar à formação ideológica predominante no CENSE (há falha no ritual de interpelação ideológico) e nem deixar de *simbolizar* o impossível de algum modo, pois o *efeito de furo na linguagem* é a possibilidade para haver interdição, mas também mecanismo para deixar que algo vaze por ela e além dela. O grito é essa peça de discurso que, endereçada ao outro, põe-se em *contato imediato* com a falha e com o impossível, processos que descortinam a experiência *sem sentido* da socioeducação: o irrealizável da transformação. No ponto em que a fala perde o controle e a voz extravasa os pontilhados da garganta, os adolescentes oferecem aos ouvintes a não conformidade com a posição de socioeducandos, deixando que o grito esgarce a experiência *sem sentido* na socioeducação, expressa na revolta que já não tampona nada. Assim, produzindo um efeito de enlace, retomamos a reflexão que abre o capítulo: por ser *sem sentido*, não há *transformação* dos sujeitos, apenas a reprodução e manutenção das condições que os aprisionam. Não há acontecimento, nova formação discursiva. No batimento da falha e do impossível, o real que corta a socioeducação é descortinado: não há novos sujeitos, e os sujeitos encarcerados encontram-se em confronto constante com o que os encela. As paredes, as portas são a contenção que fala (n)os sujeito(s). Sem outros elementos frasais, na SD6, não há como determinar nada no plano da sintaxe. Porém, ainda assim, a materialidade fônica do grito não deixou *neutro* nenhum sentido, e no suposto lugar da sintaxe, na qual há o encaixe de “Nego”, imperam elementos paralinguísticos: batidas, socos e esmurros.

### 3.3.1 Batidas, Socos e Esmurros – as fronteiras dos sentidos

Na cena da enunciação as batidas, os socos e os esmurros são somas, trabalham para que algo da subjetividade *continue* a ser escutado quando o grito

não é mais suportado no ato de enunciação. O sujeito encarcerado passa a jogar com o corpo, com a cela, com as paredes, com as portas. Ruídos, vibrações e estalidos irremediavelmente atados à ordem do simbólico; gestos que delatam o trabalho da ideologia e do inconsciente na materialidade da linguagem ou, como nos diz Orlandi (2001, p.10): “Nos gestos está o sentimento da linguagem, o recorte da formulação, o meio que ela percorre”.

Formulações que, como vemos na SD7 e na SD8, transcendem o linguístico, mas não operam sem sua materialidade. Assim como a SD6, remontamos as SDs 7 e 8 no recorte temporal em que, no Encontro IV, os adolescentes ao lado da sala de encontros, usavam as paredes e as portas para produzir sons de protesto, por meio de batidas e esmurros. No movimento de protesto, os adolescentes também entrelaçavam o grito às batidas e, por consequência, aos diálogos do filme.

#### **SD7**

##### **[BATIDAS::**

**Clarice (alucinação):** Gostei da sua nova vadia. Frase horrível, não é? Vocês têm muito em comum. Aquele homem horrível para começar. Mãe, sou poderosa. A sopa está servida. Sou uma criança mágica, então entre. Minha casa é a sua casa.

Havana: O que você quer?]

#### **SD8**

##### **[NEGO::**

**Agatha:** Havana foi almoçar. Pensei em procurá-lo. Isso é para ser uma queimadura?

**Jerome:** Não é bem isso... É uma marca de nascença ou algo do tipo.]

##### **[SOCOS, ESMURROS::**

**Produtor:** Temos meia hora. Vá para a maquiagem pôr uma cor nisso aí.]

Enlaçando o grito numa continuidade insistente ou apenas centrando nas batidas o rompimento do silêncio, os adolescentes costumam algo no som que ao mesmo tempo lhes escapa, mas também lhes detém. Nas batidas, nos socos e nos esmurros há o esboço de sentidos que as palavras já não conseguem carregar e, justamente por isso, *transcendem* para além do linguístico. Os *rastros* da formulação ou o que *resta* dela tornam-se resíduos na sonoridade, cuja fonte de emissão é alternada entre a garganta, as portas e as paredes. Os sentidos, assim sendo, ganham *corpo* em ruídos orquestrados no uso de elementos *mortos* (inanimados). Ainda que estáticas e frias, as paredes e as portas exercem uma força simbólica extremamente poderosa nos adolescentes; seu lugar no social, não nos equivoquemos, está profundamente vinculado a práticas de segregação e de

separação que amparam os aparelhos de Estado desde muito antes da conformação da sociedade de direito, na Revolução Francesa (1789).

A memória fala *através* das paredes e das portas, por isso é possível aos sujeitos se revoltarem por meio delas (instrumentalizando-as) e contra elas (devolvendo algo do simbólico, no registro do real). A repressão e a contenção da subjetividade, por consequência, acarretam sérias implicações no modo do sujeito encarcerado *suportar* a sua própria condição de enunciação. Na revolta, entre gritos e batidas, há o rompimento, ainda que contingente, da relação de dissimetria entre forças; as paredes que *falam* nos sujeitos são postas para *falar*. As paredes que encarceram e as portas que detêm passam a correr o risco de se desfazerem pela força coletiva. O que, no entanto, pode se esfacelar?

Na SD7 temos a primazia das batidas que também atravessam os diálogos do filme, postos à apreciação dos adolescentes. A aparição da projeção alucinada da mãe da personagem Havana, Clarice, mantém parte imprescindível nas condições de enunciação. Alucinações na tela e pandemias das celas: os traços da revolta intervindo na produção de sentidos. As batidas, antecedidas ou continuadas pelo grito, indicam um lugar em comum: o significante sem corpo. Porém, isso não é suficiente para os sujeitos não serem capturados no simbólico; na iminência de se confundirem com o real, o traço significante é sustentáculo que permite o confronto. Confronto com o que está além das paredes, mas não consegue ser alcançado. Há uma barreira que divide os adolescentes do *tudo*. Nas batidas, movimentos constantes, alocadas e definidos, o sujeito lança-se numa tentativa incessante, imediata e corrente de recuperar o significante ou *algo* da significação que se encontra apartado ou esfacelado. Enquanto gesto, as batidas são o movimento último para produzir sentido, num som em proximidade de *fazer dizer* a falta em sua dimensão mais insuportável: não há quem escute.

Na SD8, o grito é sucedido pelos socos e esmurrões. Na dimensão discursiva, socos e esmurrões são o *excesso* pelo qual se acirra a *busca* de unidade do sujeito, quando só há divisão. Coibido a *vestir* a identidade de *socioeducando*, diferentes e necessárias divisões são operadas em sua identificação. Num regime de significação, em que a repressão não seja o elemento determinante na identificação, a ideologia assume a função de articular, no discurso, os lugares de filiação dos sujeitos. A sutura da subjetividade é, assim, tecida no social pelo agenciamento do político; as formações imaginárias, em causa no processo, assumem efeitos que

inconscientemente constituem os sujeitos. No caso dos adolescentes, a repressão faz do que seria constitutivo (imaginário), pura imagem, restando ao sujeito deslizar em posições que produzam o efeito de *conformidade* com a ordem imposta. A ideologia torna-se elemento secundário, incapaz de *impor-se* plenamente diante da violência, apesar de ser mecanismo *oclusivo* desta. Os socos e os esmurrões são tentativas de *formulação*, no corpo do significante, daquilo que em sua experiência impede o *fechamento* imaginário de si perante as fronteiras que dilatam e impedem *o dizer*. No reduto dos socos, das batidas e dos esmurrões que às vezes se confundem, às vezes se centralizam, o sujeito tenta projetar-se como *sujeito* e não como *estereótipo*. Ao fazê-lo, reencontra o eu anterior, nas pegadas do passado, marcando um presente que deve ser apagado. *O meio que o gesto percorre* nos conduz ao lugar por excelência das fronteiras: sem nome, nem autoria ao sujeito é possível *rasurar* o sentido quando o significante nada mais diz. Recusando o Outro que povoa a socioeducação, o sujeito faz da revolta a *articulação* que a sintaxe não consegue estabelecer. É na falta dela e do significante que o sujeito pode (re)formular, remanescendo as esperanças para o *novo sujeito*; não aquele da socioeducação, nem aquele do crime, mas um sujeito cuja *voz tem nome*.

#### 4 PAREDES QUE FALAM: EMERGÊNCIAS DO SIGNIFICAR (-SE)

*Lentas se pasan las horas si no hay na' que hacer,  
vienen con la misma rabia que me tiene en pie.  
Ahora ríe, luego llora.  
No saben leer ...  
Parece que hemos nació' contra la pared,  
no me busque que me encuentras*

*No saben leer* – Ivan Nieto y La Mala Rodríguez

##### 4.1 A PAREDE COMO SUPORTE DA SIGNIFICAÇÃO: BREVES INCURSÕES

Do *sujeito sem voz* perpetrado no grito e nas batidas, chegamos ao último posto da incursão teórica: a parede. Da voz à parede as diferenças são aparentes e as semelhanças veladas, no entanto, se na voz são postas em jogo diferentes modos de subjetivação, o que sustenta a parede, além do concreto e das vigas?

Das pinturas rupestres aos grafites no Muro de Berlim, nas pichações presentes no trajeto citadino, a parede sempre esteve disposta a diferentes manifestações, seja em estrato rudimentar ou naquele edificado por influência humana. Ainda que em condições de produção diferentes, as manifestações diante de uma superfície sólida e imponente constituem o espaço no qual o sujeito, ante determinados processos histórico-ideológicos, deixa vazar traços da subjetividade em sombras, contornos e signos tomados no *grafo*<sup>61</sup>. Cindida por traços inconscientes que tomam a linguagem como posto de manifestação, a parede, com sua escrita, se assemelha ao muro na divisão do social. Orlandi (2005, p.9-10) nos diz:

Fazer um muro que separa um conjunto de casas das outras é um gesto que significa socialmente, instituindo uma divisão (re-significando o que é público e o que é privado), estabelecendo assim uma interpretação em relação ao que se considera como pertencente (ou não) a este espaço social delimitado, entre o que está dentro e o que está fora dela.

Muro e parede postos numa relação metonímica, isto é, o muro *reproduz* sua representação de potência totalitária no urbano na espessura simbólica da parede,

---

<sup>61</sup> Filiado ao discurso psicanalítico, o grafo representa a instância de estruturação da subjetividade que articula sob sua insígnia desejo, linguagem e inconsciente (Cf. Iglesias, 1996). Em nossa perspectiva, partindo do *corpus* de análise, a escrita é a materialidade privilegiada de manifestação do *grafo*.

fazendo com que remanesça o idêntico. O exemplo elucidado por Orlandi, deste jeito, parece fornecer algumas pistas para nosso trajeto: divisão, separação e segregação. Isto posto, cabe salientar que a autora se lança a refletir o muro como expressão da divisão do público e do privado. A segregação encontra uma via no trabalho de Orlandi que tendemos a nos afastar, por isso, ao colocar a segregação em releve analítico, o fazemos com vistas a destacar o assentamento de lugares ocupados pelos sujeitos na cidade. Apartando os sujeitos, os espaços na cidade são também divididos na construção de muros e de paredes, movimento que estabelece os que estão de um lado e de outro, sem margens para entremeios – a não ser na transgressão. No entanto, nem sempre o concreto é o que separa; o imaginário das posições em que os sujeitos estão inscritos também serve de cortina, parede simbolicamente erguida que determina o fora e o dentro, o que pertence ou não a certos espaços urbanos. Assim, indagamos: construir um espaço para separar adolescentes da sociedade, como o CENSE, institui o quê? O que os muros e as paredes contêm em seu interior? O que não pode *estar* nem *haver* fora da instituição?

Rasia (2010), ao refletir sobre as condições de produção e a opacidade de dois enunciados (“Carne é Crime!”, “Fome é foda”) pichados em paredes de Curitiba, questiona os limites da escrita que sustenta os enunciados e o funcionamento da parede como suporte de textualização. É saliente a afirmação de que: “A parede, produto das relações de propriedade, não foi pensada para esse fim [pichação]” (RASIA, 2010, p. 49). Para além da *re-significação* entre público e privado, apontada por Orlandi (2005), a parede é também o limite imposto para demarcar o espaço da propriedade privada. Propriedade privada que é base das relações jurídicas na sociedade de direito e opõe o proprietário e o transeunte. Ao referir-se ao fato da pichação não coadunar com os objetivos de edificação de uma parede, Rasia deixa entrever outros elementos: Lei e transgressão que, em relações de força dissimétricas, imprimem conflitos sociais nos interstícios do urbano.

Na Lei, *letra encarnada no corpo social* (Cf. Haroche, 1992), há a proteção da propriedade privada como fator determinante no modo de gerenciamento do aparelho repressivo e da vasta tecnologia de segurança. Em nome da propriedade privada, *tudo vale*. Os prédios fortemente abastecidos de segurança, os edifícios contornados por cercas elétricas, os muros altos com arame farpado em sua superfície tornam-se fortalezas que administram o que está fora e diante (exterior)

das paredes; no menor vulto de desordem, serviços privados de segurança ou agentes do Estado são autorizados a agir. De tal modo, a lei outorga quem possui legitimidade para operar qualquer ação diante das *cortinas de ferro*.

Espectadoras oniscientes, as paredes permanecem ativas ou passivas à espera do que seja feito delas. Nesse sentido, qualquer traço desautorizado agride a lei: a parede tem dono. Ao *senhor* pertence o *direito* de profaná-las ou de mantê-las *limpas*, de aumentar sua estatura, de dispor em seus pés elementos que coíbam a passagem ou permanência de pedestres, de operar mecanismos que assegurem a máxima segurança possível. O que a parcela dos que estão fora (exterior) pode contra a onipotência do que os interpela do outro lado (interior)? Quando a lei lança o manto da *invisibilidade*, o que os sujeitos *invisíveis* podem contra a ordem que os aparta, os separa, os segrega? Para Orlandi (2004), partindo de Pêcheux (2014a, 2014b), a possibilidade de pôr a nu as práticas de transgressão da Lei é via resistência.

No pixo<sup>62</sup>, por exemplo, a transgressão da norma, do estabelecido, da Lei é paradoxalmente o que permite ao sujeito *romper* com o processo ideológico que o interpela (o exclui), desencadeando um *lugar de resistência* (ORLANDI, 2004). Grafos condenados à letra da Lei, “As inscrições pichadas em paredes do espaço urbano constituem-se em uma possibilidade de tornar visíveis aqueles que são socialmente invisíveis, e que assim passam a ser ditos pelo olhar-outro” (RASIA, 2010, p.62). Da possibilidade de visibilidade, pela transgressão, o sujeito pichador faz a parede deixar de amparar a divisão que canaliza um interior/exterior para textualizá-la, fazendo-a falar através de desenhos, de letras, de sinais, de sombras, de borrões. As paredes no espaço urbano passam, deste modo, a serem discursivizadas, consagrando uma historicidade que os muros almejam apagar. Portanto, “Nesse espaço, o da parede, ‘pode-se’ dizer, o *que* e *como* se quiser, sob

---

<sup>62</sup> Para Pereira (2010, p.146), o *pixo* “[...] é uma manifestação estética de parte da população jovem das periferias. Trata-se da grafia estilizada de palavras nos espaços públicos da cidade que se referem, quase sempre, à denominação de um grupo de jovens ou ao apelido de um pichador individual. Essa pichação possui um formato bastante peculiar: com traços retos e angulosos, ela diferencia-se do que seria o estilo norte-americano de pichação, designado *tag*, cujo formato arredondado lembra mais uma rubrica”. Valemo-nos no registro escrito da expressão “pixo” para englobar as manifestações daqueles que *rabiscam* traços específicos nas paredes. Tais traços ligam-se à forma que o sujeito se projeta nos sintagmas gráficos, produzindo efeito de autoria que dita sua identificação enquanto pichador, seja ligado a um grupo de pixadores ou pixando sozinho. No desenho em pixo, a assinatura do autor se confunde com o que é pichado, como se fossem uma coisa só.



a égide do anonimato” (*ibidem*, p. 49, grifos da autora). O anonimato assegura que a identidade civil do pixador não seja revelada, no entanto, ao dizer o *que* e *como* quer, o pixador deixa rastros de uma identidade gráfica, pela qual pode ser identificado e/ou admirado por seus pares. Desta forma, os sujeitos pichadores aproveitam-se do anonimato para estampar sua voz pela cidade, sem conseguir, contudo, deixar rastros evidentes da sua identidade.

Na pichação, as paredes suportam uma voz sem nome que permite ao sujeito transgredir a Lei para *poder dizer* sem, com isso, delatar seu nome; o contrário implicaria na sua *detenção* pelo aparelho repressivo. Ou, por outro lado, não importa, em última medida o nome, mas o que se textualiza na parede. Este processo, o de textualização, já tratamos oportunamente no primeiro capítulo, destacando como a voz e a parede são tomadas numa relação de especificidade constitutiva dos sentidos que as (re)formulam em sua singularidade. A textualização, nessa direção, é tomada como relação que borda a relação dos sujeitos no texto com o interdiscurso, expondo-os à incompletude, à língua sujeita a falhas inscrita na história, ao equívoco, à contradição. Os gestos de interpretação que povoam as paredes, no espaço urbano, derivam do modo como o sujeito se textualiza em *superfícies* que lhe permitem dizer. Assim, a parede “[...] significa nas formas de textualização, nas diversas maneiras de formular [...]” (ORLANDI, 2001, p. 205), isto é, a relação com/de sentidos acede à materialidade própria da parede, que ao mesmo passo, configura as rotas de circulação daquilo que nela é tingido. A parede constitui, assim, o *suporte* de diferentes modos de dizer (RASIA, 2010) e de sedimentar as relações sociais que culminam em conflito no território do urbano. Portanto, a materialidade da parede, para além do cimento, da argamassa, dos tijolos, da tinta, da cal, delata a manifestação da ordem do urbano cingindo a cidade e seus espaços. À vista disso, passamos a examinar a relação da cidade e do urbano na constituição dos sentidos, haja vista que a discursivização da parede está imbricada na ordem do *discurso urbano*.

Na enredada relação cidade e urbano, Orlandi (2001) buscará explicitar como um e outro se enlaçam à ordem da língua e da história na produção de sentidos e de sujeitos, sob a égide do discurso. Ressaltando a opacidade que recobre o espaço citadino, a autora dirá que “[...] a cidade é um espaço simbólico particular tendo sua materialidade que produz sua própria forma de significar” (ORLANDI, 2001, p. 186). A cidade engendra, através de discursos da/sobre a polis, formas imaginárias e reais

de interpretar e organizar seu espaço; modos de significar que, em sua especificidade, consagram sentidos e opacificam dizeres. À vista disso, “[...] a cidade se caracteriza enquanto espaço em que se materializam gestos de interpretação específicos, aqueles que constituem o urbano. No espaço da cidade, o simbólico e o político se articulam de forma particular” (*ibidem*, p. 186). Na *ordem do discurso urbano* podemos questionar interpretações cristalizadas que recobrem espaço citadino e fazem do urbano a esfera, por excelência, da determinação da cidade em sua materialidade simbólico-política.

O espaço urbano desenha ruas, vias, viadutos, casas, edifícios, trajetos, obstáculos, bairros, limites ao mesmo passo que recobre estes com gestos de interpretação particulares; enquanto espaço material concreto (*ibidem*), o espaço urbano realça seu funcionamento análogo ao de um sítio de significância. As paredes, sustentadas também no jogo do simbólico com o histórico instaurado no espaço urbano, ressoam o social e a metáfora que advêm deste: a quantidade. Na quantidade, os números e as estatísticas *sobreterminam* a cidade, impedindo a metaforização aquém da quantidade; não há soma que não seja calculável no espaço urbano. Orlandi (*ibid*, p. 190) aponta que “Não há espaço na cidade que já não seja espaço urbano, não há espaço vazio (espaços disponíveis): há o muito cheio (o excesso) do discurso sobre o urbano, uma saturação dos sentidos públicos que desemboca na desorganização, já que não há espaço para a incompletude”.

A parede é discursivizada, entre a escrita do texto e o cimento do muro que se chocam com a *desorganização*. Nessa direção, Orlandi (*ibid*) defende como desorganização, o efeito metafórico que não desliza, não encontra a incompletude, mas irrompe na organização do urbano tomando o lugar da falha. A *falta* da falha, da metaforização é explicada pela autora do seguinte modo:

Por um processo de migração generalizada de categorias do urbanismo para o discurso do senso comum, há um apagamento da experiência da cidade em seu real, em sua materialidade específica: categorias próprias ao discurso do urbanista se substituem ao modo como as pessoas pensam e falam da cidade em sua vida cotidiana. Nesse modo indistinto de significar, o real da cidade é substituído pelas categorias do saber urbano, seja em sua forma erudita (discurso do urbanista) seja no modo do senso-comum, do administrativo, no discurso do Estado tomando a forma jurídica ou política indiferentemente, tornando-se um discurso 'sobre' o urbano, esvaziado de suas condições reais (*ibidem*, p. 187-188).

O saber urbano invade a materialidade da cidade e apaga o real da sua constitutividade, tornando-a reduto de discursos que dissipam sua dimensão político-

simbólica. Assim o tamanho, a dimensão, a largura, o comprimento encarregam-se de *simularem* o real da cidade, terraplanando o que caberia à metáfora, à falha. O saber urbano, como refere Orlandi, composto do discurso do urbanista, do Estado, do senso-comum, realiza o mesmo que a socioeducação aos sujeitos encarcerados: extinguindo as condições reais de existência (no primeiro caso, da cidade e, no segundo, dos sujeitos encarcerados), faz restar apenas o imaginário puro. Resta à cidade um discurso “sobre” o urbano. *Destituída*, como a cidade *fala*? Silenciada pelo urbano, o que jaz ao seu real?

Enfática, Orlandi (*ibid*, p. 191) assevera: “A urbanização reduzida a seu aspecto de planejamento integra, sem significar politicamente (sem metaforizar) a diferença. [A urbanização] Reduz a quantidade a uma questão administrativa e não constitutiva da cidade, e o cidadão a um número, a uma estatística”. Os números parecem, reduzindo o sentido do social, inflacionar a cidade não dando margens para a diferença e, inclusive, à *possibilidade* de *transformação* e de *resistência*. Assim, “[...] a cidade, espaço urbanizado, torna-se um espaço em que as diferenças verticalizadas separam sujeitos que vivem em contiguidade, a partir de níveis de dominação que impedem a convivialidade, o trânsito horizontal entre vizinhos” (*ibidem*, p. 189). A desigualdade *faz* os trajetos da cidade, dividindo, segregando, separando em relações de poder eficazes e, irrefutavelmente, incontornáveis. O urbano *fala* por si. Basta um muro ou uma parede para fazer funcionar, na ordem do discurso urbano, a dissimetria de posições. No entanto, justamente *aquilo que divide* é o que permite à cidade *falar*, ou melhor, a parede *fala* a cidade, no que o urbano a silencia. As pichações são prova disso. O conflito social é materializado na letra que dá *corpo* à cidade, clivada e apagada. O outro indiferente, *hostil*, passa a ocupar um lugar de *enunciação* na tinta do pixo e no concreto da parede. Haveria outra possibilidade de *respiro* à cidade?

As paredes que *separam* o CENSE da cidade certamente possuem especificidades em relação ao modo de formulação e de circulação no saber urbano. Realçando sentidos, dirigindo vozes ou contendo sujeitos, as paredes do CENSE também são capazes de *falar*, como já apontamos no capítulo antecedente. À diferença da análise conduzida anteriormente, aqui seguiremos no âmago de apreender a espessura simbólico-política da parede e do que nela se textualiza (se inscreve), indicando marcas do processo de identificação dos sujeitos na ordem do discurso. Deste modo, buscaremos demonstrar que a parede conjuga o impossível e

a falha quando *fala* através dos sujeitos ou é *posta para falar* por estes. A cidade e o urbano se representam mutuamente aí, produzindo formas de identificação dos sujeitos no tecido do social que se encontra singularmente esparzido no espaço da socioeducação; espaço em que a parede é *(re)formulada* e posta à prova.

4.1.1 “Os cara dão uma **desmaiada**, o pessoal vai e faz”: a emergência por significar(-se)

Certamente a parede, no âmago da cidade, não é a mesma que as edificadas no/para o CENSE, ainda que a instituição socioeducativa pertença ao domínio do saber urbano. Os pontos de convergência, entre uma e outra, não são suficientes para demandar uma simetria. As práticas que nela se consomem são alinháveis *no sentimento*, mas trazem em si realizações diferentes, já que as condições de produção são outras. O pichador, por exemplo, no ato da pichação, não possui um aparato repressivo tão agressivo em seu entorno, como os adolescentes privados de liberdade. Ao escrever na parede, o sujeito encarcerado utiliza o instrumento que tem à mão: caneta, lápis, canetão, tinta. Num movimento rápido, flagrante, textualiza a parede com seus traços, apesar da vigilância circundada por todos os lados, como percebemos na SD9.

Como já sinalizado, a SD9 remonta a uma atividade de promoção à criatividade, na qual os adolescentes, ao receberem algumas perguntas, procuram vincular a encenação da história pressuposta ao roteiro em construção. A análise desenvolvida, a partir da SD, atina para o modo como os adolescentes enunciam os *cômodos* (ambientes físicos) da instituição, sobretudo, a sala dos encontros e os elementos que a compõe.

#### SD9

**BONE:** Destaque um elemento na sala que seja importante de ser/registrado em vídeo (lendo)

**ADRENALINA:** Como assim? Um personagem? Uma cena pá

**CACHINHOS DOURADOS:** Não sei, alguma coisa na parede/banheiro, por exemplo

**ADRENALINA:** Mas **não tem nada aí**

**CACHINHOS DOURADOS:** Uma pessoa, sei lá, alguma coisa que se vocês tivessem que éh, tipo, registra da sala, registrariam isso...

**ADRENALINA:** **A câmera filmando [de vigilância] nós ali óh** (apontando)

**CACHINHOS DOURADOS:** A câmera filmando

**ADRENALINA:** (inaudível) a única coisa que destaca é a câmera e os nome aí óh, **mostra que é cadeia mesmo**

**CACHINHOS DOURADOS:** Como?

**ADRENALINA:** Mostra os nome escrito ali óh, pra mostra que é cadeia  
**STIFLER:** Tudo pichado (Encontro II, grifos nossos)

Em voga, o olhar do futuro registro passa a determinar a tela da história. Tela que, inevitavelmente, se encontraria atada ao cenário ao redor dos adolescentes; imaginada, ficcionalizada, a história em seu registro fílmico não poder ignorar os *quadros* nos quais os adolescentes estão *contidos*. As diferentes repartições do CENSE são os *sets* de filmagem em que acontece a rodagem de cenas nem sempre registráveis em vídeo. Num primeiro movimento, Adrenalina não reconhece que haja alguma coisa nas paredes ou no banheiro, exemplos usados pelo pesquisador, *não há nada* nestes lugares. Seriam estes desprovidos de sentidos? Estariam isentos de práticas, às vezes, pouco *visíveis*?

Certamente a resposta de Adrenalina está mais ligada à opacidade da pergunta que aos gestos de interpretação que as respostas podem suscitar. A parede funciona, deste modo, como elemento *naturalizado*, substrato de concreto e de tinta. No entanto, apesar de incrustado por regiões de sentidos sedimentados, o espaço não é *totalmente* cristalizado. No lugar de desencontro da pergunta feita por Bone e da resposta dada por Adrenalina (*Como assim? Um personagem? Uma cena pá*) é instaurado o *equivoco no momento em que o real da história irrompe diante do sujeito: “mostra que é cadeia mesmo”*.

Na perspectiva da análise do discurso, o equivoco é um fato de linguagem que pode redundar da falha da língua na história (ORLANDI, 2012) e da contradição da história na língua, como acrescenta Lagazzi (2014) – nosso caso aqui. No *equivoco* não está em xeque o que, em certas perspectivas, seria considerado como erro, mas o efeito da resistência que eclode no sistema de regularidade da língua (FERREIRA, 2005). Assim, é no intrincamento do real da língua (falha) e do real da história (contradição) que as fissuras do social e do político não se deixam reduzir ou apaziguar; lugares por excelência do conflito e do movimento dos sentidos. Vale destacar, também, que enquanto a falha destaca a ordem da língua, irrompendo no linguístico, o equivoco emerge na ordem do discurso, sendo seu funcionamento não integralmente linguístico. Nessa esteira, na tentativa de Adrenalina compreender o que a pergunta exigia (elemento físico da sala para ser capturado nas lentes da câmera) assunta o *equivoco*, como contradição da história: personagens da sala e cenas da sala. O que eles comportam em sua dimensão significativa?

Os personagens da sala, retomando a materialidade da pergunta, expõem, pelo equívoco que destroça a ordem histórica, o que é interdito pelo aparelho repressivo: a identidade. Em nosso gesto de interpretação, também é possível afirmar que há marcas do inconsciente nos questionamentos realizados por Adrenalina na tentativa de garantir a linearidade do discurso. Nos ateremos à identidade. Na língua, as palavras balançam e se movimentam, oclusivas, perpendiculares, dispersas, atadas. É na pergunta (*Como assim?*) que formula dúvida que a contradição se sujeita à história: (*Um personagem?*). Não se trata de uma formulação ingênua, isenta de voluntarismo. Nela, a ordem da ideologia transborda na materialidade histórica e algumas *inclusões* podem ser lançadas: Que personagem está em relevo? Os personagens do curta-metragem ou os personagens da sala? Quem atua e quem não veste a fantasia? O desdobramento contrasta a heterogeneidade constitutiva do sistema da língua, impregnado de outros que podem tomar eminentemente o lugar e assumir o fluxo da significação. O mesmo se estende à cena: Que cena da história ou da sala está em captura? O que está no palco da formulação? Certamente há mais de uma direção perpetuando os efeitos das perguntas lançadas por Adrenalina. Nelas consiste o trabalho do equívoco: algo da contradição se marca na língua, na atribuição da resposta. O que pode ser oferecido e o que deve permanecer esvaziado?

O *nada* sai dos bastidores à cena num remendo ao equívoco. O espaço da sala é *nada*, conjunto vazio, pois *tudo* já foi capturado pelas lentes de vidro. Há a coincidência do dizer com o próprio impossível: não há nada, porque o *tudo* é interdito. Deste modo, numa segunda tomada de posição Adrenalina faz funcionar na sequência, “Mas **não tem nada aí**”, algo que a ausência suplicada no nada é incapaz de vozear. O advérbio que encerra o lugar, *aí*, é senão indício do *tudo* que falta e do *nada* que sobra, pelo menos na opacidade constitutiva das palavras.

Reafirmando a direção da pergunta, o pesquisador fecha o espaço ao equívoco, fazendo com que Adrenalina, numa próxima tomada de posição, descortine algo que seja *físico* e não apenas imaginativo da sala: “**A câmera [de vigilância] filmando nós ali óh**”. A câmera de vigilância passa a destacar-se na formulação, ao lado de “nós”. A câmera que filma, nos termos de Adrenalina, é parte constitutiva do espaço, pertence à sala. A opacidade do espaço começa a ser desvelada. O fato de a câmera de vigilância ser evocada como elemento a ser *filmado* (*registrariam isso*), produz um efeito controverso no atravessamento de

diferentes formações discursivas, uma *metadiege*<sup>63</sup> que se embaralha no gesto de filmar. De um lado a instituição *filma* os adolescentes e, numa oportunidade de também *filmar*, os adolescentes registram justamente aquilo que os captura, tocando na onipresença da estrutura panóptica presente em todos os lugares. O “nóis”, pronome já questionado no terreno deste texto, volta à cena; no entanto, quem é esse “nóis” filmado na situação enunciativa do diálogo?

Em sua aparência semântica, o *nós* congrega o eu, o tu e o ele (princípio da primeira pessoa do plural no discurso da gramática). Entretanto, é ainda no plano semântico que há um desdobramento interessante: é possível haver nós na exclusão do tu ou do ele. Contestamos precisamente este ponto a evocação do nós, no enunciado de Adrenalina: denotaria apenas os adolescentes, excluindo o pesquisador? Abarcaria adolescentes e pesquisador? Incluiria adolescentes, pesquisador e qualquer *personagem* na sala?

Na última tomada de posição, Adrenalina articula sob a insígnia do conectivo dois recortes diferentes: a câmera de vigilância e os nomes nas paredes: “a única coisa que destaca é a câmera e os nome aí óh, **mostra que é cadeia mesmo**”. A câmera que *filma* *nóis* é elemento anterior reiterado no enunciado, o que é evocado para além disso – fato consumado, mas não engessado – são as marcas que textualizam os nomes próprios (João\*, Flávio\*, Júlio\*, Marcos\*, Francisco\* - nomes inventados pelo pesquisador) nas paredes. Nomes próprios que aparecem de muitas formas: em conjunto, um abaixo do outro, indicando o grupo de pertença dentro do CENSE; registrados em letras góticas, em caixa alta, afastados, colados. São inúmeras as formas de textualização assumidas na escrita estampada na parede. Às vezes não é o nome próprio que faz o personagem, mas um apelido que dispara o valor do sujeito: sérvio\*, russinho\*, alto\*, magrão\*. Estereótipos acerca de determinados elementos físicos que conferem a identidade ao sujeito. Configurando num modo específico de tessitura do discurso, os nomes escritos na parede são evocados no enunciado de Adrenalina para fazer trabalhar o regime de significação que flui deles: sujeitos presos, nomes detidos.

Diferente da pixação na cidade em que a identidade é materializada no traço da escrita, não há anonimato nenhum nas inscrições do interior da sala. Os nomes

---

<sup>63</sup> Fazemos alusão à camada *narrativa*, em que há uma narração no interior de outra. Salientamos que é numa *metadiege* que os adolescentes tentam se *situar*, buscando o real como lugar para poder *existir* no simbólico.

escritos nas paredes não poupam referências, são diretos e definidos. São os nomes civis e/ou seus codinomes que inundam a parede, não sobrando espaço para omissões. Os nomes quantificam-se na identificação, na qual é escrita uma história que não é contada. Ainda que sejam acusados de pixar, só um exame acurado permite ao censor determinar em que parte da parede está o nome do adolescente. Ainda que encontre, como é possível provar que se trata do acusado? Quantos que por ali passaram não possuíam o mesmo nome? É o adolescente que *pixa* quem sabe em que lugar da parede seu nome está. Por mais explícito o nome, o mecanismo de *anonimato* encontra outra forma para lançar o manto da invisibilidade.

O “mesmo” reafirma o caráter do espaço e dos sujeitos que são *filmados* pela câmera: não é a socioeducação, mas um regime de encarceramento paralelo aos dos presídios que *educa* os sujeitos encarcerados. Pelo seu caráter modal, o uso do item linguístico passa enfatizar a condição de existência dos adolescentes nas práticas da socioeducação, ao passo também da irrupção do real da história. O “mesmo” não se refere, assim, ao significante socioeducação, pois o domínio de memória *possível* implicado no enunciado é a *prisão*. Portanto, o real da história irrompe no discurso pelo equívoco na medida em que os adolescentes, numa *metadiege*se, lançam-se a compreender *onde* estão, pelo tênue limite entre o que é do espaço real e o que prevalece no sujeito na encenação, na ficcionalização do enredo. O que é registrável em cena é o olhar que a instituição lança sobre os adolescentes, a *vigilância*, situando também a falha da socioeducação, impossibilidade constitutiva de abstrair o *social*. O “mesmo” toma a socioeducação como ausência, silêncio que predomina o dizer quando se é necessário para manter certo olhar sobre os sujeitos e determinados imaginários para sociedade. Portanto, não é par ao real que a socioeducação incide na constituição subjetiva dos sujeitos encarcerados; esta é o lugar da encenação para sociedade, modo como projeções imaginárias se assentam no imaginário social para produzir sentidos assertivos, propositivos ou negativos.

Nos enunciados finais da SD9, “Mostra os nome escrito ali óh, pra mostra que é cadeia” e “**Tudo pixado**”, há um efeito produzido no nó dos dois enunciados que conduz à posição de quem escreve seu nome: o pixador. Essa aversão acontece na evocação de Stifler, em “Tudo pixado” que retoma, pelo radical, o pichador enquanto posição daquele que *corrompe* a parede, que a *vandaliza*. Talvez a afirmação de



Stifler surja numa conformação ao imaginário que este faz do pesquisador e do lugar do pixo na sociedade, monumento marginalizado. No entanto, ainda que haja o atestado de uma ordem imaginária no enunciado, o lugar do pixo se cruza com os nomes escritos na demonstração do significado da privação de liberdade: a cadeia em seu sentido mais nefasto. O *tudo* da SD5 entra em rota de colisão com o *tudo* da SD9: não são só os nomes que estão pichados, mas todas as paredes, todos os sujeitos, toda a instituição. Há, desta forma, um duplo funcionamento do pixo, marcando de um lado a criminalização do sujeito que *escreve* na parede e, de outro, qualquer instância do *CENSE*, irreduzível em seu papel repressivo. Emergência do sujeito do inconsciente ou não, é uma interpretação posta.

A parede passa a ser tingida de pixo e de nomes, oferecendo ao olhar um espaço que, imaginariamente, não é o da socioeducação, mas o da cadeia. A relação estabelecida pelos sujeitos na SD9 também nos permite questionar o imaginário da cadeia constituindo-se para além de um discurso “sobre”, afastando-se do só estereotipado, mantendo um laço com o real. Seria esse laço, do sujeito encarcerado, possível com o real da sua condição? Dissipando um discurso “sobre”, o puramente imaginário e as posições apenas de conformação na esfera do dizer, o sujeito, ao explicitar o espaço da sala como espaço da cadeia, estaria assumindo a posição de sujeito detento ou inscrevendo-se numa prática de resistência? O que resta à socioeducação? A parede encontra-se em meio a essa contradição.

Ancilar às sombras, aos traços, às pulsões, a parede, no espaço da socioeducação, não é isenta de ter sua espessura semântico-discursiva determinada também pelo saber urbano. Evocando o pixo, como cobrindo a pintura e/ou o concreto bruto, Stifler aciona o discurso do urbano para asseverar a posição do espaço que, apesar de isolado da cidade, não deixa de conter marcas dela. A parede torna-se o lugar no qual, quando textualizado, ainda que no nome, continua sendo lugar do ilícito, do sujo, do moralmente reprovável.

Na medida em que a contradição da história afeta os domínios da memória, os adolescentes produzem um discurso “sobre” o espaço da sala, enquanto expressão da socioeducação; espaço que é capaz de capturar heterogeneamente a subjetividade, contendo ou *deixando-a* vazar.

Na direção de compreender o gesto de escrita que *faz* sentido, parte relevante a ser capturada na filmagem do curta-metragem leva o pesquisador na sequência das atividades a investir nesse modo de dizer que parece confrontar

diferentes formações discursivas e saberes de ordens distintas. Na SD10 retomamos o momento seguinte à SD9, direcionando questões específicas sobre a escrita na parede.

#### SD10

**CACHINHOS DOURADOS:** Ih aí os professores deixam, em que momento que isso acontece.../ das inscrições nas paredes?

**STIFLER:** Ah, não... **dá uma desmaiada nos cara**

**BOYKA:** Os cara dão uma desmaiada, **o pessoal vai e faz/**

**STIFLER:** Escreve a ((pixo)), ah, mas apareceu ali, mas ninguém sabe quem que é, **só quem sabe é os menor**

**CACHINHOS DOURADOS:** Como é essa história do desmaiado?

(risos)

**BOYKA:** Ah, tipo uma bobriada aí, tá distraído

**STIFLER:** **Abaixa a cabeça**, ixi... () se eles pedirem?

**PAUL WALKER:** Mas **não é com você** (Encontro II, grifos nossos)

O entrelaçamento contínuo e coletivo dos dizeres dos sujeitos nos enunciados na SD10 demonstra certa conformidade com o referente em exposição: o ato de escrever a pixo nas paredes. Da desmaiada à dissimulação do ato, o aparato repressivo é confrontado nos detalhes, nas pequenas minúcias que não consegue conter: a porta se abre para a eclosão, mesmo que ínfima, do impossível. Passemos ao exame.

No primeiro enunciado de Stifler, “Ah, não... **dá uma desmaiada nos cara**” chamamos atenção para a impossibilidade de marcação na sintaxe do elemento que fornece a evidência da ação: o sujeito agente (elíptico). A singularização do evento pelo artigo indefinido implica no decalque do verbo, partindo da expressão acionada “desmaiada”, para indicar uma situação circunstancial, momentânea, súbita. No limite do causativo indireto é possível desnudar a ausência de agentividade como marca gramatical que é suprimida na elipse. O efeito de passivização da sentença, apesar de sintaticamente considerada ativa, é ocasionado pela elipse do sujeito e a natureza do verbo dar. A expressão “dá uma desmaiada”, deste modo, está articulada à informação contida na fala do pesquisador, “deixar”, enquanto permissão, autorização à transgressão numa determinada situação temporal. A desmaiada, então, passa ser a *tomada do espaço* e a *condição* temporal para que a parede seja marcada, uma espécie de *ritual* que envolve riscos e perigos, etapas e regras. O que permanece dúbio é o papel dos “caras” no processo. De um lado, os “caras” *ordenam* a si mesmos pelo imperativo na mudança de estado, um *desligamento* do circuito de vigilância que remanesce no posto de quem está a cargo dos adolescentes e, de outro, numa tendência do efeito discursivo de

passivação à sintaxe, em que algum elemento fica à deriva, não marcado, propiciando a “desmaiada”. Porém, quem ou o que produz a mudança de estado que resulta na “desmaiada”?

Na fala de Boyka, “Os cara dão uma desmaiada, **o pessoal vai e faz!**” temos outra forma assumida no enunciado, “Os caras dão uma desmaiada”, isto é, o sujeito que desempenha a ação (os caras) é determinado, no nível sintático, pelo complemento “desmaiada”, restando ao verbo a ponte de transferência. Desta forma, o verbo “dar” resiste, no limite do discurso, a funcionar apenas como *passagem de um objeto para algum lugar, intermediado por um evento* (CANÇADO, AMARAL & MEIRELLES, 2017). A força da expressão “dar uma desmaiada”, que poderia ser suprimida por “os caras desmaiados”, eliminando o verbo, no entanto, acabaria com o sentido obliterado, pois o que está em jogo não é a adjunção do nome, mas o valor de transferência que o verbo “dar” toma no gesto de *trapaça* ao impossível que constitui os processos de significação no interior da instituição socioeducativa. Há uma troca estabelecida no ato de “dar uma desmaiada” que só pode ser sustentada no cruzamento da voz ativa (na sintaxe) com a voz passiva (no discurso), no limite da indefinição entre uma e outra. Deste modo, a agentividade é cindida na sintaxe naquilo que não é expresso e permite aos adolescentes *fazerem falar* as paredes, uma vez que há ênfase no objeto da ação “uma desmaiada” e não na ação em si “dá”. Emanando do próprio funcionamento do aparelho repressivo, há o movimento de apagamento de agentividade: “pleno de sentidos”, quem vê o ato de escrever nas paredes torna-se permissivo e conveniente com a desordem, com a infração às normas, às regras e, portanto, também passível de punição, de sanção.

Na “desmaiada” daqueles que desempenham o papel de *policimento*, os adolescentes atravessam subitamente a rede invisível do impossível para poder dizer de um outro lugar que não o do sujeito socioeducando, num suporte improvisado e permanente. A parede é palco do movimento súbito, arriscado e rápido, no qual o *flagrante* é perigo iminente na tessitura da escrita, por isso alguns nomes são escritos com letras pouco estabilizadas, trêmulas, corrediças: não há tempo. Na desmaiada, “**o pessoal vai e faz!**”, há um gesto que delata a emergência por significar(-se). O nome próprio, como letra que se *quantifica* no discurso do urbano, como mais um número, encontra no limite da falha e do impossível uma via para o sujeito *ser*. Na próxima seção exploraremos tal relação. Detendo-nos ao

enunciado, o momentâneo e o casual se convertem em algo perpetuado, permanente enquanto as paredes não sejam apagadas pelo aparelho repressivo.

A emergência por dizer encontra sua irrupção nas restrições e na força limitadora do impossível. Condicionados a uma posição de *conformidade*, os adolescentes (re)produzem seu dizer numa condição puramente imaginária e, por isso, *ocultam* o modo como são afetados pela injunção à interpretação. É “na bobiada”, “na distração” como propõe Boyka, que a escrita na parede surge como acontecimento que *rompe* a barreira imposta pela interdição, demonstrando que o aparelho repressivo não consegue conter plenamente o que aprisiona. No ritual da “desmaiada” o sujeito encontra um suspiro, uma condição para *poder dizer* e um lugar que *suporta* seu dizer; as palavras suprimidas acabam derramadas na tinta que enquadra a parede. Tinta que é pixo, como pontua Stifler na continuidade da SD.

O enunciado do participante encaminha outras notações sobre a condição de escrita nas paredes: “Escreve a ((pixo)), ah, mas apareceu ali, mas ninguém sabe quem que é, **só quem sabe é os menor**”. Merece destaque o modo de formulação do enunciado que presume alguém virtual, um locutor que não está presente, mas é instituído imaginariamente pela força de locução. Um *tu* que costura a fala de Stifler e retoma a voz de acusação “apareceu ali, alguém fez”. A busca pelo culpado, marca da prática jurídica e provedora das sanções disciplinares na instituição socioeducativa, depois da “desmaiada”, culmina na *volta da atenção dos caras*, fazendo valer o impossível como estratagema discursivo de controle dos corpos e das subjetividades. *Impossível não dizer de certo modo, impossível não deixar de cessar a interdição*. Para salvaguardar a si e aos outros, o adolescente que *vai e faz* confina-se num rito que, pela dissimulação, tenta limitar a força da repressão. O conhecimento da autoria é limitado aos “menor”, designação que aciona pela via da memória processos discursivos em que a palavra é tomada como pejorativa e depreciativa, atribuindo aos adolescentes um lugar marginalizado no corpo social. A evocação ao de “menor” talvez ainda congregue traços do locutor imaginário os *caras* (professores, técnicos, agentes), que, ao investirem-se da postura de punidores, fazem trabalhar a diferença de posições, isto é, servidores da socioeducação x os menor.

A partir do enunciado de Stifler, outros dois referentes são introduzidos; um, pelo próprio Stifler “**Abaixa a cabeça**, ixi... () se eles pedirem?” e outro por Paul

Walker: “Mas **não é com você**”. Após a escrita, o retorno à submissão é feito com cautela. O ritual é regido por algumas regras: ocultação da autoria, assentimento à ordem e negação da escrita. Na primeira, “só quem sabe é os menor”, os adolescentes (*menor*) não delatam ninguém, há um silêncio posto em retribuição ao impossível que lacra o nome do autor da pixação. No segundo, “abaixa a cabeça” há o assentimento à ordem, prevalecendo a força repressiva da instituição e a obediência ao poder exercido pelo que exige a delação do culpado pela escrita. Como último recurso, há a evasão do sujeito na situação “não é com você”, em que a dissimulação prevalece para tentar estancar a punição e a repressão que podem afligir os adolescentes. Para *pode dizer* o insuportável e as palavras soterradas na garganta, os adolescentes arriscam-se e, no limite, negam a autoria para não receber a sanção disciplinar. Colocam-se em risco para poder dizer algo enquanto textualizam a parede. O que está, diante do exposto, marcando-se no nome próprio?

#### 4.1.2 Da rua à cela: a (re)territorialização da cidade nas margens da falha e do impossível

Curvado nas dobras do reboco e da tinta desbotada, o nome é pegado à parede, grafado em desordem, sem simetria e em disposições variadas; do chão ao topo do teto, nome e enunciados tomam o pixo de empréstimo para quitar a dívida impagável da injunção à interpretação. O nome na parede e a parede no nome. O que resta do social na caligrafia desgarrada dos adolescentes que “pixam”? Como a cidade atravessa a textualização da parede? O que coaduna ao impossível e à falha na escrita do nome? Em que momento do processo discursivo o *irrealizável* da socioeducação acede?

Na SD11, o pesquisador, dando sequência ao diálogo instado na SD9 e na SD10, questiona a autoria dos enunciados na parede, não se restringindo apenas aos nomes entalhados. Há um além do nome. A autoria da escrita, portanto, é posta à roda, a fim de, a partir da perspectiva dos adolescentes, as motivações serem explicitadas ao pesquisador. Nesse movimento, o imaginário sobre o pesquisador e o material de pesquisa é posto novamente à cena.

#### **SD11**

**CACHINHOS DOURADOS:** Vocês mesmos que escrevem?

**ADRENALINA:** Ah, eu tô de boa aqui (risos)

**PAUL WALKER:** Tá gravando **essa coisa aí** (sobreposição de vozes)

**STIFLER:** De quem tá aqui, **não tô vendo nenhum né**  
**ADRENALINA:** Ixi, ((tem o meu, mas tá em outro canto)), **ali em cima**, lá óh  
 (Encontro II, grifos nossos)

O gravador, objeto de *recolhimento* da voz, atrai a atenção dos adolescentes. A pergunta do pesquisador, “Vocês mesmos que escrevem?”, faz intervir o papel da autoria, de assumir que se é transgressor das normas. O gravador, entoado como “essa coisa aí”, demonstra um potencial perigo ao que pode ser ou não dito, fazendo as palavras atinarem cuidado. O imaginário feito da posição ocupada pelo pesquisador e o potencial uso que este faça dos diálogos registrados, dirige a formulação de Paul Walker. Se não há um retorno estreito da vigilância que define a seleção das palavras, num padrão significativo, há pelo menos reservas, uma desconfiança em assumir uma posição que não coincida com a conformidade do jogo de imaginário do aparelho repressivo. O limite entre o que pode ser dito e a utilização do dito encontra desembarque numa *coisa* que não pode *produzir* efeito de conformação, pois o dizer corre risco de ser posto a nu, possibilidade iminente de *flagrante*. O imaginário, assim, faz caminho entre os componentes (adolescente e gravador), demonstrando sua ação permanente na materialidade dos processos discursivos.

O enunciado de Stifler, “De quem tá aqui, **não tô vendo nenhum né**”, aponta para duas direções: a de conformação com Paul Walker - “Tá gravando **essa coisa aí**” - e a de ancoragem do seu dizer em outra posição. O assentimento disparado pela interjeição **né**, desdobra o enunciado nas direções interpretativas anunciadas: retomando a voz do pesquisador para corroborar na direção argumentativa ou afirmando a isenção de culpabilidade condicionada pela falta do nome dos participantes na parede e retomando o frame imaginário demarcado por Paul Walker. Portanto, a percepção do espaço passa a dissipar respostas (sentidos) possíveis à pergunta lançada pelo pesquisador, na qual Stifler é envolvido no jogo imaginário e se depara com a necessidade de evadi-lo. Se posto numa relação de evasão ao imaginário diretivo do aparelho repressivo, podemos interpretar o enunciado como a tentativa de vincular explicitamente os participantes à prática e à autoria de pixo. No entanto, ao fazê-lo Stifler tende a mostrar-se momentaneamente indiferente à vigilância e ao poder imaginário da *coisa* (gravador) que *pode* definir punições se *confiscado* das mãos do pesquisador pelo aparelho repressivo. É preciso *ousar* para dizer de um lugar que possibilite ao sujeito o *tesouro do*

*significante* e não a *subtração do gozo verbal*. Posto à luz dessa interpretação, o enunciado de Stifler estabelece na oralidade, a partir da interjeição “né”, a ligação com a posição discursiva na qual os adolescentes estão, de fato, inscritos. O assentimento do outro, nessa condição, torna-se fundamental; o risco de ser censurado ou punido é a constante que não pode ser domesticada, nem desarmada. A resposta ambígua, no fato de discurso, delata o risco de extravasar o que *pode* ser dito e passa a inconscientemente materializar-se na linguagem: não há domínio que a repressão não domine. Em outra direção, se posta no jogo de conformação imaginário, o enunciado de Stifler busca explicitar justamente o contrário; ainda que haja adolescentes que transgridam as regras e pichem, os participantes do encontro não ocupam esse lugar, pelo menos não no espaço da sala. Na materialidade da afirmação, não deixa de funcionar também a *ética da cadeia* já que “[...] do lugar de criminoso ao delatar um outro criminoso, o primeiro quebra uma regra. É considerado traidor [...]” (COSTA, 2011, p. 110). Em outras palavras, ao afirmar que algum dos adolescentes presentes pichou, Stifler corre o risco de, no jogo perigoso da vigilância no imaginário, entregar um igual, cometendo uma infração *ética*. Cabe ao autor, como o faz adiante Adrenalina, ponderar a contestação da escrita, ao dizer *eu picho*. A interjeição, assim, passa a funcionar duplamente. Primeiro, como a abertura no discurso oral para a manifestação da conformação imaginária com as normas da instituição socioeducativa, com a negação da autoria na escrita da parede, já que no nível da percepção de Stifler, não há traços do pixo de “nenhum” dos participantes. Numa segunda possibilidade, a interjeição pode apresentar evasão à conformação imaginária e à admissibilidade da culpa, da autoria.

Se a ambiguidade contorna a interpretação no enunciado de Stifler, os enunciados de Adrenalina assoam a lateralidade do imaginário e a assuntam à autoria na escrita. Num primeiro momento do diálogo, Adrenalina, interpelado pelo pesquisador, não admite a autoria “Ah, eu tô de boa aqui”, resgatando um traço do ritual de evasão da autoria, isto é, fazendo que *não é com você*. No entanto, depois de assolar a lateralidade do funcionamento imaginário, Adrenalina parece estabelecer uma posição que estilhaça o que o protege: seu nome pichado na parede. É no enunciado que fecha a SD que Adrenalina passa a não se corresponder com a ordem da instituição, deixando que outra posição empossa seu dizer. Na conexão à interjeição anterior, o “Ixi” marca a refutação do assentimento e a inclinação da culpa: “Ixi, ((tem o meu, mas tá em otro canto)), **ali em cima**, lá óh”.

Localizável, o nome de Adrenalina escrito no alto da parede descortina outra dimensão da escrita do nome: o sujeito que escreve possui o conhecimento do lugar em que o nome se situa. Admitir a culpa é localizar o nome na parede. Servindo de espelho que reflete no/o sujeito, a parede fala com o escrevente ao passo que também o interdita, esconde seu nome em algum “canto”, pouco localizável, identificável a não ser por um observador atento ou por quem o escreveu. Destarte, o “Ixi”, interjeição que marca a delação da transgressão, não deixa de materializar a interposição entre o sujeito e o desejo, o gozo por dizer pela via da infração e a assinatura do sujeito, como *alguém* que *pode*. As paredes, portanto, dão forma à voz, seja na busca de dar corpo ao significante (nome, enunciados, desenhos, por exemplo) ou quando este já não suporta o peso do verbo (batidas, chutes, esmurro). As inscrições e as manifestações que se perpetuam ou se esvaecem nas paredes, circulam o vazio para que as últimas fossem construídas (LACAN, 2011): os habitantes das paredes, exilados do social, são forçados pelas paredes à exclusão do crime e do que este quer dizer. No entanto, como veremos mais à frente, o crime *também* fala nas paredes, nos enunciados postos à análise na próxima seção. Por fim, as palavras de Adrenalina se cruzam com a falha da interpelação ideológica, estampando uma *inconformação* imaginária que é oferecida ao pesquisador e aos adolescentes do grupo; já não há volta, *tudo* se inscreve no CENSE e transborda na parede.

Na próxima SD, a SD12, as relações entre a escrita do nome e *vontade* do dizer entrelaçam-se no mesmo golpe. Na esteira de compreender as expressões gráficas, o pesquisador insiste nas motivações dos adolescentes ao *picharem* as paredes, explorando um território que só os adolescentes conhecem e que não pode ser apresentado sem guia, orientação.

#### SD12

**CACHINHOS DOURADOS:** Í por qui qui os meninos escrevem isso [nome] na parede?

**BOYKA:** Pra dexá/

**STIFLER:** Pra quem passa vê, né/

**BOYKA:** Pra dexá marca, porque tipo depois de uns tempo assim, vê que passo aí/

**PAUL WALKER:** Marca território/

**BONE:** Marca território (risos)

(sobreposição de vozes)

**BONE:** Dizê que eu conheço esse ali/

**STIFLER:** Sei lá, né, o que eu mais vejo é o Carlo\*... Carlo, Carlo, Carlo/

**BOYKA:** Não é a toa que volto né (risos)



Nos primeiros enunciados da SD há o apontamento para duas regiões de sentidos diferentes: “**Pra déjà**” (permanência) e “Pra **quem passa vê, né!**” (visibilidade) que se entrelaçam na gestualidade da escrita, *(im)pulsão*. As afirmações de abertura de Stifler e Boyka vão, à medida da composição coletiva dos enunciados, descortinando elementos subjacentes à permanência e a visibilidade do nome estampado na parede. No batimento entre um e outro (permanência e visibilidade), os adolescentes situam o nome, grafado para diversos efeitos: mostrar que passou, em algum momento, pela instituição; delimitar um espaço pertencente a si; possibilitar o reconhecimento de si pelo outro.

No enunciado de Boyka, “Pra **dejá marca**, porque tipo depois de uns tempo assim, vê que passo aí!”, a escrita do nome é feita para assentar certo regime discursivo. Deixar “marca” implica em estabilizar, fazer as palavras permanecerem grafadas, pregadas, visíveis; significa, em nosso gesto de interpretação, abstrair algo de si para ser visto pelo outro. Nessa direção, o nome designa alguma coisa para alguém fazendo trabalhar aquilo que representa o sujeito, o identifica para além do regime civil, para outro alguém, ou melhor, para outro *significante*. No nome próprio, às vezes seguido do bairro (Boyka – CIC\*, exemplo inventado), o sujeito num ato de urgência tenta assegurar a divisão do sentido, sua partilha com o outro num momento futuro como é marcado na locução temporal “depois de uns tempo”. Desta forma, o presente é regido pela marcação, pelo pixo, mas não pelo reconhecimento da grafia, já que há a coincidência do regime punitivo no ato da escrita; no futuro, quando a pena se extingue, o outro pode vê-lo, sem que o autor possa ser alvo de medidas disciplinares, pois já não se encontra na instituição ou propenso à punição. No entanto, quem é o outro a quem se destina a partilha do nome? Que efeitos o nome inscrito na parede produz no outro imaginário da escrita?

A expressão que finaliza o enunciado de Boyka “vê que passo aí!” prima o gesto de olhar na tessitura do nome, em sua *scripta*. A visibilidade é acionada para fazer funcionar a partilha de si, completada imaginariamente pela presença do outro, que responde à própria parede o que o sujeito do nome não pode mais escutar. Por outro lado, a possibilidade da escuta é emudecida, pois a ordem do indizível remanesce no interior do CENSE, fazendo a escrita do nome relacionar-se diretamente com a incompletude, com o sujeito enquanto unidade imaginária. *Sujeitos falando com paredes*. O *outro* que transita – que “vê” - é também o *eu* que fala: é sempre o sujeito encarcerado que comunica, que (não) diz. O nome, visível,

passa então a converter a escrita em voz, o pixo em espaço, em uma troca que demanda o reconhecimento pela visão. O sujeito oculto na sentença, *quem vê*, é a parte que possibilita, na pressuposição imaginária, a *efetividade* do dizer instaurado no nome; esse sujeito, pelas marcas presentes na SD, é o sujeito encarcerado que ingressa, tomando o lugar do outro que sai – agora, sujeito *em liberdade*. Há um constante movimento dos sujeitos na entrada/saída da instituição, que não deixa de se inscrever a partir da ordem do urbano: “Sendo a cidade um projeto em movimento, a estabilização pode ser uma ruptura desse movimento” (ORLANDI, 2004, p. 64). A passagem constante dos adolescentes é fruto da base econômica e jurídica, que ao se inscrevem na cidade produzem efeitos na organização urbana, nas relações sociais e determinam lugares sociais, as potencialidades econômicas e as possibilidades de movência dos sujeitos entre posições discursivas. O urbano, asseveramos, trabalha constantemente no movimento de *substituição* dos sujeitos do crime que são encarcerados; há sempre alguém para tomar seu lugar, seja na prática do ilícito ou na privação de liberdade. A afirmação de Orlandi (*ibid*, p.65), possibilita a indagação formulada acima: “[...] a violência urbana é 'necessária' pois constitui a base de existência da própria cidade: não haveria assim cidade sem violência”. A violência aloca o crime nas relações sociais que redundam na *guerra urbana*, fazendo vítimas e prisioneiros, sobreviventes e mortos, possibilidades e incontingências. O tecido simbólico da cidade, assim, toma a escrita como materialidade que possibilita aos adolescentes *permanecerem*, pelo nome e às vezes pelo bairro, em um estado de *imobilidade* para se *vincularem* com seu semelhante na grafia, na pressuposição de um leitor imaginário também transitório.

Por outro lado, o segundo modo de caracterizar a escrita incide na presença *dissimulada* do sujeito do crime na delimitação do espaço. “**Marca território!**” evocado por Paul Walker e a repetição do enunciado por Bone, seguido de um efeito humorístico, estão atravessados por relações de poder que podem retomar as configurações do universo ao qual estavam imersos antes da privação de liberdade e, pela escrita, o textualizam. As inscrições que se marcam seguidas pelos bairros Magrinho – Santa Cândida\* (exemplo inventado) podem justamente evocar a força que o adolescente exercia na prática do crime que o condena ou no(s) crime(s) que marca(m) a região e o adolescente. *Sujeitos falando com paredes*. No entanto, há outras possibilidades de interpretação para a grafia do nome próprio na parede. A marcação do território, *fusão do poder ao significante*, também pode coadunar ao

espaço dentro da instituição socioeducativa, isto é, pode organizar os *menor* entre seus pares por lugar, crime e/ou posição de poder para impor certo regime de subordinação. A parede da instituição, desta forma, fala ao sujeito substituído que “depois de uns tempo” passa por ali, a história daquele que pichou seu nome. Seu legado. Assim, o nome não deixa de acionar pela memória discursiva, a prática histórica de contação de narrativas. A parede transforma a oralidade em escrita, em registro; é folha em branco na qual é possível *dizer*, contar a história que não deve ser *grafada* pela condena vigorosa *ad eternum*. Para além das interpretações postas, o efeito humorístico ocasionado na ênfase, pela repetição do enunciado de Paul Walker por Bone, também pode funcionar como *enunciado puramente imaginário*, isto é, estratégia discursiva usada pelos adolescentes para refletirem no jogo imaginário ao pesquisador, o estereótipo de infratores, de criminosos em posição de poder. Entre efeitos que escapam ao gesto analítico e à própria subjetividade dos adolescentes, o caminho conduz a um lugar comum: *sujeitos falando com paredes*.

Na terceira modo de caracterização da escrita na parede, Bone retoma fortemente o papel do outro, explicitando seu nome: “**Dizê que eu conheço esse ali**”. Nesse enunciado podemos referir, materialmente, o efeito da falha do Estado na escrita, tomando como aporte a relação de *reconhecimento* e de *substituição* dos adolescentes na instituição. O retrato temporal, empossado no verbo, produz o efeito de uma anterioridade refletida no acontecimento da escrita no momento em que o leitor imaginário, ao se deparar com o nome de alguém “conhecido”, reconhece seu *legado*. “Dizê que eu conheço”, requer, no efeito suscitado pela formulação, que o sujeito num *presente*, identifique o sujeito do *passado*, para assim possibilitar a identificação. Esse reconhecimento do significante é desdobrado, mais tarde, a partir da desmaiada, na escrita da parede para deixar *marca* para o sujeito do *futuro*, aquele que retorna ou chega pela primeira vez no CENSE, mas que reconhece no nome pixado, o semelhante da rua. O reconhecimento do nome se produz no efeito de singularização do sujeito grafado em seu nome próprio, tornando-o alguém especial, identificável não pelas estatísticas do crime ou pela sentenças numéricas do jurídico, mas pelo seu papel enquanto sujeito que desempenha e produz uma história no universo da cidade. Abstraindo sentidos do *tudo*, que é *pichado* e interditado, é possível a partilha de si. Mesmo com o *impossível de dizer*, há algo a oferecer ao outro – *impossível não dizer de certo modo*. O conhecimento do sujeito

do nome grafado atina na partilha como elemento que pode oferecer proteção e/ou inserção em determinado grupo dentro do CENSE (retomando o lugar do sujeito no universo do crime) ou também para usar o nome próprio, em todo seu poder simbólico, como *meio* de conectar-se com o social, com a rua, com o que está do outro lado das paredes. Desta forma, conectado ao nome, o sujeito dá corpo a um vínculo estabelecido pela presença do outro, grafado no significante. São indagações que colocamos como horizontes, como possibilidades para apreender os efeitos possíveis da representação do nome na parede. *Modos de resistência*.

Além do que sinalizamos, é a falha que fala na escrita do nome, ou melhor, no movimento que conduz à substituição dos sujeitos na instituição e, também, no corpo social. O nome marca em seu traço, desta forma, a história do sujeito do crime, *objeto* às estatísticas, à guerra urbana, à morte precoce, à falta e à falha do Estado. Na instituição, o aparelho repressivo faz trabalhar um excesso do Estado pela onipresença do circuito de vigilância e do controle dos sujeitos encarcerados. Nesse movimento, a falha do processo de interpelação volta a sustentar-se mais uma vez, já que o discurso “sobre” os adolescentes privados de liberdade prevalece desde as pedagogias ditas “libertadoras” até as práticas de violência corporal, empregadas pelos agentes de segurança para manter a ordem imposta pelo *dispositivo disciplinar*. A falha é *silenciada* no impossível, obliterada pelo poder do Estado em toda sua tecnologia de segurança. Porém, na simples escrita do nome, no reconhecimento do outro por um eu, agora encarcerado, a falha encontra voz na textualização do sujeito, que oferece traços do processo de identificação com a(s) formação(ões) discursiva(s) que o constituem, que possibilitam falar a memória no cruzamento entre a materialidade histórica e a materialidade linguística. O nome é o *significante* que demanda o outro, num processo sem fim, mas que apesar de contínuo, toma a parede como materialidade significativa da cidade, converte-se em tentativa de *poder* dizer o que é censurado, evadido: resta o nome. A parede é o entreposto que separa e une; escuta do sujeito, do *sujeito que fala com as paredes*.

A escrita do nome, assim como a escrita dos outros enunciados, traços e desenhos na parede, possui um caráter dinâmico, que não pode ser categorizado nem estabilizado. O jogo instaurado no excesso, por exemplo, conduz a particularidades dessa escrita, como demonstra o diálogo de Stifler e de Boyka, quando o primeiro diz “Sei lá, né, o que eu mais vejo é o Carlo... Carlo, Carlo, Carlo\*!” (nome inventado) e o segundo replica “**Não é à toa que volto** né ((risos))”.

Retomando Ernest (2009, p.4), o excesso pode funcionar como “[...] a reiteração incessante de determinados saberes interdiscursivos que tomam formas diferentes no intradiscurso, mas mantêm os mesmos pressupostos ideológicos [...]”. A escrita reiterada do nome Carlo trafega no espaço da sala fazendo-se extremamente presente e visível a ponto de ser tomado como exemplo no enunciado de Stifler. Partindo de Ernest, poderíamos compreender que o efeito causado na repetição do nome acentua a ligação do sujeito com a(s) formação(ões) discursiva(s) do crime, a(s) expõe na repetição, já que “**Não é a toa que volto né**”, isto é, foi novamente *capturado* na realização do ilícito, tornando-se reincidente. *Infrator demais*. A escrita de si, na parede, misura a falha e a incontornável presença do crime na subjetividade dos adolescentes que transborda, por exemplo, no excesso do nome; excesso como evidência reiterada constantemente, impossível de *soterramento*.

Na continuidade do diálogo, na SD13, o pesquisador busca compreender como a recepção dos escritos se dá para os que não são semelhantes, aos que não estão inseridos no universo íntimo dos adolescentes: os técnicos (nome genérico que o pesquisador usou para se referir a todos os funcionários do CENSE). Na SD13 é a partir do emprego da palavra “afronta”, pelo pesquisador, que o conflito que marca a *desmaiada dos cara* parece ser acrescido de elementos significantes. Surgem outros elementos para compreender a prática da escrita. Desta forma, a SD13 é a expressão da presença da cidade no espaço do CENSE, possibilidade de *sociabilidade*.

### SD13

**CACHINHOS DOURADOS:** Também pode sê pra afronta?

**BOYKA:** AH? COMO ASSIM?

**STIFLER:** Afronta?

**CACHINHOS DOURADOS:** Afronta um técnico/

(risadas) (algumas indecisões)

**BOYKA:** Isso daí é perigoso... É pra passa a fita, mostra que passô por aí

**BONE:** () o otro chega aqui ()

**STIFLER:** O otro é da quebrada dele, igual, tem um que é do Xaxim, o otro do Capanema, então os cara vê... **Nossa, o cara passo aqui!**

**PAUL WALKER:** Em todo lugar tem que deixá uma marca/

**ADRENALINA:** Óh o cara, passô aqui também

**CACHINHOS DOURADOS:** Ih vocês acham que essas marcas elas devem aparecer?

**BOYKA:** Como assim?

**CACHINHOS DOURADOS:** Ah... que elas devem....

**STIFLER:** Aparece na nossa peça?

**CACHINHOS DOURADOS:** É

**BOYKA:** Claro, tipo pra mostra que aqui é cadeia memô, uns inscrito na parede, que **aqui é cadeia pra falá a verdade** (sobreposição de vozes)

**STIFLER:** () fazê o documentário, nossa, **as parede tudo zuada/** (Encontro II, grifos nossos)

Do *píxo* visto pelos que não estão privados de liberdade, mas pertencem ao CENSE, ao traço que deve ser visto na tela do projetor, os enunciados da SD articulam em si diferentes sentidos que costuram no grifo da escrita a presença da cidade no espaço da privação de liberdade, *nome(-bairro)* – possibilidade dupla da textualização. Tal relação começa a ser explorada quando o pesquisador evoca a palavra “afronta” para qualificar o olhar dos funcionários do CENSE sobre a parede. Nesse movimento, Boyka pondera o risco da escrita ser motivada para confrontar o poder exercido pelos sujeitos a cargo dos adolescentes: **“Isso daí é perigoso... É pra passa a fita, mostra que passô por aí”**. No enunciado não há a negação da afronta como parte da gestualidade da escrita, mas em seu lugar há a sinalização do perigo de confrontar a ordem. Distanciando-se de sentidos que podem expor o confronto entre o aparelho repressivo e os adolescentes, Boyka usa a expressão “passa a fita”, seguida da afirmação de “mostra que passo por aí”. A expressão “passa a fita” aponta para várias regiões do interdiscurso. Em pesquisa a dicionários de expressões informais, não localizamos a expressão *literal* de Boyka, mas encontramos correlatas: *meter a fita*, *mó fita*. A primeira relaciona-se com o ato de enganar alguém, enquanto a segunda faz representar um evento relevante ao falante. A partir da pesquisa, também notamos que fita se relacionava a diversos significados, assim pudemos supor que a expressão “passar a fita” podia, como expressão no universo criminal, ser utilizada como enunciado para situação de roubo, quando *algo é entregue por contravenção*. Buscando constituir a interpretação, partimos das condições de produção em que a expressão é formulada, assim, “passar a fita” pode estar relacionada com *contar algo*, no ato de *desmaiada dos cara*, fazendo com que a escrita ecoe na parede. A expressão, com certeza, possui outros significados, mas, em nosso gesto de interpretação, é à ação de contar algo que ela está ligada. Ainda na esteira de afastar-se da afronta, como sentido a ser apartado, o enunciado de Boyka ilustra novamente o papel da visibilidade de si na parede, ou seja, é para “mostra que passo por aí” que a escrita se destina. No entanto, ainda que se colocando como origem do sentido, os efeitos de interpretação do nome escapam inconscientemente ao autor. Não é possível controlar o que é visto, nem como o nome é lido.

Num dos enunciados que segue “**O outro é da quebrada dele**, igual, tem um que é do Xaxim, o outro do Capanema, então os cara vê... **Nossa, o cara passo aqui!**” é elucidativo como a cidade marca o nome. Nessa direção, Orlandi (2004, p. 11) nos diz:

No território urbano, o corpo dos sujeitos e o corpo da cidade formam um, estando o corpo do sujeito atado ao corpo da cidade de tal modo que o destino de um não se separa do destino do outro. Em suas inúmeras e variadas dimensões: material, cultural, econômica, histórica etc. O corpo social e o corpo urbano formam um só.

É no *um*, no corpo unificado do social e do urbano, que o nome desdobra a cidade. A *quebrada*, expressão que delata a relação do sujeito com determinado domínio de memória, faz Stifler limitar a cidade em suas divisões administrativas, situando-a por uma vizinhança que aparta na localização, mas não no *ver*: “tem um que é do **Xaxim**, o outro do **Capanema**, então **os cara vê...**”. O exemplo, articulado na mostra de dois lugares (bairros de Curitiba) diferentes, empurra a formulação a confrontar lugares da cidade que, ao tornarem-se presença pelo nome(-bairro), também marcam território no interior do CENSE e fazem *os cara ver*. *Caras* que não são os mesmos agentes-pacientes da *desmaiada*, mas os próprios adolescentes deparando-se com o conhecido: “**Nossa, o cara passo aqui!**”. Resta, no entanto, compreender como a territorialização produz sentidos na parede, *parede que fala de sujeitos atados à cidade*.

Em uma sociedade como a nossa, o sujeito urbano é o corpo em que o 'capital' está investido. Num espaço (habitado) de memória, de subjetividades, a história se formula na noção de 'eu' urbano. Esse sujeito, por sua vez, como está produzindo sentido na cidade - textualizando sua relação com objetos simbólicos nesse mundo particular do urbano - vai produzir uma realidade que é estruturada de tal maneira que nos vai dar, enquanto analistas, uma imagem de texto, do acontecimento urbano, que é histórica e que se apresenta em seus vestígios. Este é nosso material de observação. Nosso contato com os sentidos da cidade. Na relação com esses espaços moventes, inter-identitários onde jogam incompletude e indistinção (*ibidem*, p. 28).

É desdobrando-se na posição de sujeito encarcerado que os adolescentes conseguem dar voz à cidade, ou melhor, a cidade *encontra* voz no sujeito preso. O sujeito urbano, vinculando sua identidade ao nome(-bairro), faz do espaço do qual partiu mais do que referência, mera indicação de localização na cidade; o sujeito escrito na parede, se diz na medida em que textualiza o bairro e que faz o bairro falar nele, desfazendo as diferenças entre sujeito e bairro, tornando-os uma coisa

só. Partindo de Orlandi, esse processo poderia ter relação com a homogeneidade do urbano e o apagamento do real da cidade, o que de fato coaduna ao sujeito urbano. Porém, há algo que *fala* mais além na escrita do nome(-bairro) do que a totalidade do urbano na cidade. Na prática o de escrita o sujeito *se faz* com o bairro, isto é, o sujeito *dá corpo* ao bairro e o bairro o *constitui*, daí advêm dizeres *sobre* o bairro e *sobre* os habitantes do bairro que passam a habitar as paredes e o olhar do conhecido, olhar que *recebe* e *transfere* sentidos da cidade-sujeito. Portanto, o que encerra o sujeito é o que permite *outro* destino ao *dizer* de si e da cidade: no nome há uma porta de sociabilidade. Em tal questão, citamos Orlandi (2001, p. 189), quando pauta a sociabilidade no regime do urbano:

A sociabilidade fica regida pela organização urbana e não é pensada em termo da sociedade como parte da história. Desliza-se do 'polido' para o 'policidado', para o controle e a manutenção da organização pelo urbanístico, pelo administrativo, pelo sentido diretivo. As relações sociais que correspondem, para nós, a relações de sentidos ficam, nessas condições, sobredeterminadas pelo urbano, encerradas em seu imaginário.

A sociabilidade, possibilidade de o sujeito *ecoar* no social pela história, fica confinada ao que é imaginário. Similar à *identificação* dos sujeitos encarcerados às formações discursivas do CENSE, o possível da sociabilidade é fechado pelo efeito do urbano na constituição do espaço citadino, delimitando lugares de perigo, de circulação e de contorno entre pares iguais. Assim, os sujeitos encarcerados, divididos pelo urbano, fazem sentidos *circularem*, a partir da língua inscrita na história, num espaço improvável: a parede do CENSE. No vestígio da letra que sombreia o nome(-bairro), o social produz sentido mancomunando uma *possibilidade de sociabilidade que não é sobredeterminada pelo urbano, nem esvaziada pelo imaginário*. A parede é palco do acontecido que encontra sujeitos que resistem à privação de liberdade, contornando a voracidade do urbano. Enquanto guarda e comunica a voz, a parede funciona como suporte de todo contato possível com o exterior que se territorializa no espaço de restrição de liberdade, ofertando (a manutenção do) *laço* social aos adolescentes.

Cabe ainda salientar que bairro é tomado como já-dito, em seu sentido evidente, efeito da ideologia no discurso. O nome, ao ligar-se ao bairro, dá tom a uma discursividade, que não o complementa, mas o *constitui*. Logo, o nome passa a fazer sentido apenas em referência ao bairro, assim como o bairro faz referência elucidativa ao sujeito. Nome dividido, o sujeito pode *encontrar* o efeito do social, no



semelhante que *constituía a quebrada* e que, agora, longe do crime, no regime prisional para adultos, numa vala rasa ou numa lápide improvisada habitam os sentidos de nome(-bairro), por isso há admiração quando se vê o grafo do outro: “Óh o cara, passô aqui também”. Há um laço constituído no seio do crime que permite ao sujeito estabelecer um vínculo, uma *sociabilidade*.

Ainda sobre o social, é interessante o que aponta Orlandi (2004, p. 36):

Onde o social é silenciado, nessa organização social urbana que não compreende (apreende) a realidade cidadina em constante movimento, emerge a violência: se o conflito é social, a violência individualiza. E o que não é significado perde-se na marginalidade do interdito, do sem-sentido.

No lugar que caberia à violência e *aos produtores da violência*, remanesce a insistência em (re)existir de sujeitos que encontram uma via de contato com o social quando todas as portas deste são fechadas pelo aparelho repressivo. Indo além da violência que individualiza, os sujeitos encontram na marginalidade das arrestas um lugar e uma forma linguístico-histórica para fazerem sentido ou, como diz Paul Walker: “**Em todo lugar tem que deixá uma marca**”. *Falando com paredes, os sujeitos resistem e (re)existem*. Retomaremos essa questão na próxima seção.

Num outro movimento na SD, há a primazia do olhar fílmico lançado sobre a parede. Questionados acerca da aparição das paredes no material visual do curta-metragem, Boyka assente sua presença: “Claro, tipo pra mostra que **aqui é cadeia memo**, uns inscrito na parede, que **aqui é cadeia pra falá a verdade**”. A força do olhar do expectador imputa imaginariamente um efeito que não é o de *reconhecimento do outro*, como fazem os adolescentes ao depararem-se com o nome(-bairro), mas o de *exposição* da contradição histórica – tal como procuramos demonstrar pela via do equívoco, anteriormente. Retomando a voz de Adrenalina, “aqui é cadeia memô”, Boyka segue na tentativa de apreender o real inapreensível que escapa à lógica e à verdade “aqui é cadeia pra falá a verdade”. O regime de privação de liberdade, em sua máscara mais fiel, é trazido à cena para coadunar o efeito de leitor/expectador que *deve* restituir a história dos adolescentes. Deste modo, não é possível explorar a dimensão do encontro com a parede, porque o efeito que se produz no choque do cimento é distinto ao que *pode* e *deve* ser mostrado ao olhar do público. Há algo que pertence à ordem do nome e que não *produz* sentido ao outro, por interdição ou falta de abertura, na mostra das paredes. Prevalece o *pixo* como significação de cadeia que, nem por isso, deixa de

possibilitar ao sujeito *tentar dizer* a situação de privação de liberdade e a contradição da socioeducação.

Em outra direção, Stifler faz trabalhar o saber urbano na mostra da parede: “() fazê o documentário, nossa, **as parede tudo zuada**”. As paredes zuadas, profanadas, relacionam a normalização e o *apagamento* da escrita do pixo, para que o saber de outra formação discursiva possa empossar o espaço. A formulação faz intervir, no intradiscurso, a memória que conflita o espaço da sala como ambiente de *ressocialização*, isto é, não é o terreno da socioeducação que *fala*, porque não há limpeza (apagamento) das paredes sujas, inundadas *por outros indesejáveis* que reafirmam o lugar de marginalidade do sujeito encarcerado no regime da socioeducação. No entanto, se apagada, a letra do nome seria capaz de se fazer presente por meio também da sua ausência?

4.1.3 “Já vô anotá no caderno de ocorrência quem é que fez isso”: a contenção dos sentidos – uma possibilidade de resistência(?)

O sujeito encarcerado é constituído no discurso por ausências e presenças, escritas e apagamentos, conformidades e contradições, em divisões e em busca de unidade. O nome pixado torna-se, portanto, expressão de uma memória que não se atualiza no interdiscurso, mas nem por isso deixa de fazer fronteira entre o grafo e o grito, num escape que o aparelho repressivo não consegue conter plenamente. Cadeado na porta, maçaneta na parede: a abertura é metafórica, *possibilidade do dizer*. Sem embargo, faz-se necessário saber: em que medida resistência e revolta se (sobre)determinam na falha e no impossível?

Na próxima SD se recorta o momento em que o pesquisador questiona a dimensão punitiva do ato da escrita. Buscava-se entender como o aparelho repressivo respondia ao que não cessava de se inscrever na parede, aplicando algum tipo de punição ao sujeito que, mesmo tentando escapar pelo ritual da *desmaiada*, é *pego* pelo olhar de algum agente de segurança. Seria possível algemar a reincidência da resistência?

#### SD14

**CACHINHOS DOURADOS:** Alguém já sofreu alguma punição por tê escrito na parede?

**STIFLER:** Ah, sim

**CACHINHOS DOURADOS:** Então isso é recorrente, a pessoa escreveu na parede, ela ganha punição  
**BOYKA:** Ah, depende dos cara também né, tem uns cara que são de boa, tem outros que já ()/  
**BONE:** O seu Isidoro\*?  
**STIFLER:** Aquele que tem ()  
**BONE:** O seu Valdenor\*?  
**STIFLER:** Aquele que enxergou lá, aquele que não veio ontem  
**BONE:** Seu Isidoro, cara () Ah, fui busca um cara lá ni ()  
**STIFLER:** () os cara não pode vê um risquinho na parede: “Já vô anota no caderno de ocorrência quem é que fez isso” (tom debochado). É bem assim, cara (Encontro II)

O diálogo confuso, marca do trabalho oral com um coletivo, tece o fio do discurso, teia bamba que conduz a diversos lugares com informações que *somam*, *dizem* o referente em causa, ainda que de modo disperso. Fragmentário e confuso, o sujeito punidor nem sempre *atua* na repressão, às vezes é “de boa”, *falha* com a ordem do aparelho repressivo. Entre Isidoros e Valdenores, os *caras* praticam a socioeducação, aplicando duras penas e abrandando atos compelidos pelas normas. Há os *obsessivos*, os *loucos pela Lei* que, ao menor sinal de grafo, usam seu poder de punição, como pontua o enunciado final da SD15, dito por Stifler: “() os cara não pode vê um **risquinho na parede: ‘Já vô anota no caderno de ocorrência** quem é que fez isso’ (tom debochado). É bem assim, cara”. O que acontece no movimento de notação no caderno não é referido no restante do diálogo, no entanto, pelos elementos temporais na sintaxe, o ato da escrita só é flagrado depois de *marcado* na parede, quando o *flagrante* já não é possível. O caderno de ocorrência passa a ser o instrumento de disciplina – referenciado por Foucault (2012) – que contém o poder de coibir a escrita pela ameaça de consumação da punição. Porém, para que seja atestada a culpa é preciso do nome do autor, pela confissão deste ou da delação do outro. Sem um, nem outro, o trabalho da vigilância e da punição é embaralhado e a interpelação pela violência não funciona plenamente, mesmo pela intimidação: o ritual da *desmaiada* prevalece. A retomada da frase típica ao agente, marcada pelas aspas na SD, coloca novamente um sujeito imaginário em cena. O efeito de humor ocasionado pela forma da pronúncia corresponde ao contorno do impossível, isto é, o que não deve ser dito (afrontar a vigilância) passa a ser produzido pela suspensão temporária do impossível ocasionado pelo efeito humorístico: o outro que reprime é *falado* pelo inconsciente no riso, no exagero prosódico. O humor passa a ser via de contestação da ordem em vigor e, também, do falar o que não se *pode* de uma *forma* que não se

deve. O exagero alude à *repressão*, que não tolera sequer um “**risquinho na parede**”. O que há nesse risquinho que tanto incomoda com tão pouca dimensão?

O risquinho que aciona o dispositivo normativo do CENSE cede à necessidade da *higienização* do espaço e dos sujeitos, uma vez que escrever nas paredes é um ato “infrator”, porque depreda o patrimônio público. A injunção ao jurídico assegura qualquer medida acionada para conter o risquinho: advertência, repressão física, isolamento. Tal risquinho é o resto do qual os adolescentes mergulham a tinta da caneta, do canetão, do giz para formar o nome(-bairro) e outros enunciados. É no risquinho, resto a ser dissipado pelo aparelho repressivo, que faz a resistência emergir de forma pouco heroica, como fala Orlandi (2016, p. 234): “[...] há um resto, nas relações dissimétricas, que produz a resistência, não na forma heroica a que estamos habituados a pensar, mas na divergência desarrazoada, de sujeitos que teimam em (r)existir”. O grito do nome e o nome na parede são o resto que o aparelho repressivo não consegue domar nem suprimir. Escapam para fazerem sentido. *Tudo* da subjetividade do sujeito é tomado nesse grafo do nome e no vocal da garganta, modos de os sujeitos existirem, darem corpo ao que os muros clamam por apagar e o urbano urge por silenciar.

A resistência não se anuncia, se *ouve*. E, em nosso *corpus*, a ouvimos nos *gritos, nas batidas, nos esmurros, no pixo, no nome*. Não é preciso assentir sobre seu valor - vislumbrados em lugares em que *não* está – mas saber mostrá-la, dar-lhe contornos, uma aparência justa em teoria. Pêcheux (2014) dava pistas sobre caminhos para ouvir a resistência, como já apontamos no capítulo três: tirando partido do desequilíbrio da ideologia dominante, certas práticas colocam – ainda que em instantes fugidios – a dominação em xeque. Portanto, identificamos na escuta e no reconhecimento do nome, a resistência fazendo caminho entre a dominação e a insistência no (re)existir dos sujeitos encarcerados. A resistência é instaurada e desvanecida em momentos efêmeros, sem duração permanente para, por exemplo, ocasionar a transformação de relações de sentidos e de identidades dentro da formação ideológica do CENSE – e, quem dirá, da formação social. A resistência só produz efeito enquanto o sujeito, diante do grito e da escrita, (se) reconhece (n)a voz do outro. No entanto, à medida que o sujeito refaz o nome, no grito ou no grifo, a resistência é capaz de guardar seu potencial político-simbólico para um momento futuro, quando o outro que venha a tomar o lugar de sujeito encarcerado também possa se fazer escutado. Na pista do porquê o efeito do nome, na costura da

subjetividade, produz resistência, encontramos em Orlandi (2016, p. 224, grifos nossos) alguns elementos quando esta busca demonstra a humilhação na constituição das relações sociais, utilizando como exemplo os *Falcões, Meninos do Tráfico*:

Podemos aqui considerar o Falcão, menino do tráfico. Mas, ao mesmo tempo, considero que, no caso destes meninos, já se foi para além da humilhação: o sentimento é o que eu chamaria de 'execração pública'. Sua vida, olhada pela perspectiva do social, não tem sentido para si nem para os outros. **Ele pode desaparecer sem deixar traço.** Não vale (noção de valor capitalista) mais nada.

Há muita similaridade entre os adolescentes encarcerados e os Falcões: eles dividem a mesma posição, a de sujeitos do crime. Para ambos o crime é um risco que implica na dívida da vida e na iminência da morte. À diferença do Falcão – na forma como Orlandi expõe sua análise – ao adolescente privado de liberdade é *oferecida* a possibilidade de *transformação* pela via da socioeducação. *Transformação* que, não nos esqueçamos, é ditada pela ideologia do Aparelho de Estado (ideologia da classe dominante) e autuada num imaginário estéril. Os adolescentes privados de liberdade também não escapam à *execração pública* veiculada na mídia e no imaginário social que tem como terreno fecundo a organização urbana. Os adolescentes infratores, assim como os *falcões*, tendem a desaparecer sem deixar traços, seu valor não é quantificável na ordem do capital. Porém, é no *risquinho*, em que o agente de segurança impõe todo seu poder de repressão, que o sujeito *busca* sentido para si, utilizando a voz e a parede para tal, especialmente na *discursivização* do nome(-bairro) que faz a cidade falar para o outro (par igual) uma história que diante de outra posição, só é sujeira. Aliás, para o outro que não se *constitui* à margem, na falha e na falta do Estado, a escrita da parede é vandalismo, e o grito é só ruído. É também em função disso que há resistência: quando as portas se fecham, ainda há as paredes para abrir janelas. Sempre há lacunas na dominação, ainda que de modos inesperados – assim é a *emergência indetectável da resistência*.

Na última SD em análise, recortamos o momento em que o pesquisador, questionando os adolescentes sobre a receptividade dos agentes e dos técnicos a escrita na parede, coloca-os como interlocutores imaginários na leitura da escrita. Os adolescentes são indagados sobre o que os funcionários dizem sobre o ato da

escrita, deixando surgir o que parece espelhar-se numa domesticação do nome pela oferta de um espaço institucional para sua grafia.

#### SD15

**CACHINHOS DOURADOS:** Ih aí, o que que os técnicos falam, os agente de segurança falam/

**BOYKA:** Ah, eles ficam de cara né, mas não adianta, os cara tão nem aí. Foi até feito tipo uma palestra pra cuida das fita, assim/ (sobreposição de vozes) vão pinta as sala, não vai fica mais assim

**PAUL WALKER:** Aí eles falaram que cada casa vai tê um espaço na parede pra escreve o nome/

No diálogo, o enunciado de Boyka faz incidir a dimensão normativa e punitiva na escrita, num gesto de assentimento à posição dos técnicos e agentes: “Ah, eles ficam de cara né, **mas** não adianta, os cara tão nem aí”. Ainda que haja a reprovação, o conectivo adversativo indica o não assentimento dos adolescentes à normatização do espaço. “Os cara” expressão reiterada em outros momentos, serve aqui como elemento linguístico de não explicitação do sujeito no discurso, em outras palavras, os adolescentes no enunciado são expostos de forma vaga, como se quem falasse não estivesse incluído no coletivo que escreve. A insistência da escrita parece provocar ações partidas não só da repressão pela disciplina, mas pela via clássica da *conscientização*: “Foi até feito tipo uma palestra pra cuida das **fita**, assim”. A expressão *fita* aparece outra vez, nesse caso se relacionando com a parede, como o que deve ser cuidado: a não escrita. Mesmo havendo, no enunciado anterior, marcado distância entre o locutor e os sujeitos *que picham*, a fita surge no presente enunciado como reiteração subjetiva da relação do adolescente com a escrita. Deixando vago o coletivo, algo da especificidade da formação discursiva com que se identifica falha. A palestra, para além da aparência educativa, parece ter servido a outro propósito, avisar das mudanças no espaço: “vão pinta as sala, não vai fica mais assim”. Os nomes(-bairro), assim como os demais escritos, serão apagados. Este apagamento condiz com a identificação do aparelho repressivo de pontos em que este deixa *vago* seu domínio, quando não há *completo* assentimento a sua ordem. Em troca, aos adolescentes é oferecido um outro espaço, um espaço institucional: “Aí eles falaram que cada casa vai tê um espaço na parede pra escreve o nome”.

A casa (alojamento) passa ser o lugar em que a instituição concede a autorização da escrita, determinando sua localização e os instrumentos para *dizer*, bem como o *que* deve e o que *pode* ser dito na esteira do impossível. Porém, na

grafia de cada enunciado, desenho e nome(-bairro) *pixado* na parede há uma pulsão que não consegue ser domada, que é da ordem inconsciente e se relaciona com a experiência subjetiva. Seria a casa capaz de *suportar* o grafo que se destaca na escrita? Há um dizer que não pode ser suprimido, porque há impossível, *impossível de não dizer de certo modo*. Independente da normatização do espaço, este nunca conseguirá domesticar o dizer inscrito nas paredes que, em outras condições, irromperão sob outras superfícies, com outras formas.

O sujeito encarcerado, resistindo ao sem sentido, não deixa de buscar a simbolização através da gestualidade da escrita que constitui o ato de pichação com suas especificidades e historicidade inerente. Citamos a reflexão de Orlandi (2004, p. 13) sobre o gesto de pichação para lançar questões que se (re)formulam a partir dos nossos *atos* de discurso:

O gesto da pichação representa esse sujeito mais fundamente na sua vontade social: o do que sai do silêncio (que lhe nega a página em branco do caderno na escola, ou um lugar social onde se “coloque” profissionalmente, ou um espaço cultural que o acolha em suas manifestações próprias). O sinal gráfico que o põe em contato, antes de tudo, consigo mesmo (a forma da grafia, a assinatura etc) e com os seus (as alianças) às vezes aceita outras não, pela gente do bairro, é o primeiro gesto que o coloca em cena. No modo como foi individualizado para ser da massa informe do povo, ele irrompe, individualizando-se pelo sinal – interpretado como hostilidade social – que ele inscreve no espaço público. São manifestações políticas que denunciam a segregação social. As pessoas estão ali estampando o que sentem em relação ao convívio urbano e elas mesmas, postas na periferia, em meio ao lixo e ao esgoto. “Eu existo”, “Eu estou aqui”. Significam isso nos muros, nos monumentos históricos, onde suas histórias entram como rabiscos indecifráveis mas presentes. Denúncia. Nesses rabiscos, inteligíveis só para iniciados, nos monumentos, eles inscrevem/contam sua história, em cidades que estão tornando o espaço rarefeito e fechando espaços sociais.

Apesar de longa e desproporcional ao encadeamento textual, a citação ilustra as reflexões de Orlandi que condizem com traços constitutivos das condições de existência daqueles que picham: segregados, ausentes, marginalizados, em situação precária de saneamento urbano, afastados da *cidade*. Através do picho, os segregados se fazem presença no corpo da cidade, traçando letras e rabiscando desenhos muitas vezes ilegíveis. À diferença dos pichadores na cidade, os adolescentes picham para fazerem a cidade *falar* e não *falar na cidade*. Exilados da sociedade, privados de vínculos sociais, tentam restituir palavras, sentidos e sentimentos pela memória. Apunhalados pela história e intercortados pela

severidade da dissimetria de relações econômicas e de poder, a busca por ser sujeito acirra uma *vontade* que grita pela inscrição na parede, entre sons e letras. Sujeitos duplamente segregados, os encarcerados só podem ser presença para o outro também *detido*. Enquanto no imaginário urbano os pichadores fazem seu gesto irromper no social, na privação de liberdade o *pixo* é *resgate* ao que é cerceado, a história *interdita* em meio a tantos outros domínios de memória. Portanto, a prática de resistência instaurada na voz e na parede possui sua materialidade e uma historicidade que só é possível de ser constituída nas condições de produção de privação de liberdade. Encargo do Estado, gasto ao governo, número estatístico ao urbano, os adolescentes radicam a condição de vínculo num espaço proibido, pelo que resta, sobra. Ao mesmo tempo que o silêncio imposto pelo impossível faz presença nas palavras, ele é perpassado por uma totalidade que não domina o *Todo*. O nome no grito e o grito no nome(-bairro) ressignificam aquilo que supomos sobre a forma e o funcionamento da resistência, abrindo frestas para que os sujeitos possam existir para além da *carne*. Controverso, “Pertencer a uma sociedade implica um momento paradoxal em que nos é ordenado que aceitemos viver livremente e tomemos nossa escolha aquilo que, de qualquer maneira, nos é imposto” (ZIZEK, 2014, p.128). Numa imposição que faz funcionar toda estrutura social, o adolescente privado de liberdade, in-compreensível ao consenso imaginário das políticas públicas (ORLANDI, 2016), faz do nome um acontecimento significativo que não *transforma*, mas permite outra forma de relação, ainda que momentânea, com o político. Falando as grades, sonorizam os sujeitos.



## OS PONTOS FINAIS: “É PRECISO OUSAR PENSAR POR SI MESMO”

*descalzos y con ganas  
y lazos que desarmen  
lo podemos contar  
el viento sopla  
las palabras vuelan,  
cabezas historias hechas dichos  
lo mejor es lo que queda  
entre nosotros y el mar  
los que se fueron  
los que no están*

*Lluvia – La Mala Rodríguez*

Seria possível aceitar um ponto final numa reflexão que se queixa do cientificismo redutor e não cede ao absolutismo do discurso acadêmico? Recusando o fechamento, optamos por *passar a limpo* a escrita do texto, num balanço capaz de incinerar toda palavra arguida ou demonstrar a precisão aguda de gestos de interpretação irremediavelmente incômodos. Contra os *feitos*, não há afago e autoconsideração. Na *aventura bruta* em discurso deixamos lacunas que clamam por respostas, frestas que desnudam compreensões *ousadas* e nem sempre acertadas. Esta movimentação irregular faz cintilar na tomada da escrita a necessidade inadiável de incontáveis retificações futuras. *O futuro dura muito tempo*, assim como o irrecusável compromisso com o modo de adentrar os *feitos* de linguagem tomados nos *pilotis* teóricos. Aferindo o texto entre tropeços, desconfortos e estranhezas grafamos a possibilidade do *outro* em, tom(b)ando nossa voz, *dizer*. Esse *outro* que é recusa, estereótipo, medo e assombro. Destituído do humano no imaginário social, o adolescente em conflito com a lei é a condenação que *deve* padecer na miséria, no sofrimento, na dor; a prisão não é suficiente para ele, já que o espetáculo da *excreção pública*, migrando dos suplícios para a mídia, não deixa espaço para outros sentidos.

Condenado ao crime, o adolescente (sobre)vive e morre sem poder mobilizar-se além do *mercado(-ilegal)*. Seu destino é traçado ao nascer e consumado no *urbano*. Em *crimes indefensáveis pela sua barbárie*, o mundo é sentido *naturalmente* como desigual. Não há quem ceda o olhar. A *catarse* do discurso religioso que habita as celas consegue ser ainda mais perversa: convertendo pela *desgraça*, *pregando* pela salvação, torna a *massa* de detentos *fiéis* dizimistas. Porém, por

outro lado, o discurso humanista da religião é que incide na *justificativa* e no *apelo* de perdão, ofertando a *suavidade* da condena: são as condições que conduzem ao crime. Colocando em evidência a *redenção* pelo fanatismo monoteísta, a *reprodução* do capital é ignorada. Majoritariamente pertencentes a uma ordem excluída, os adolescentes infratores são penetrados pelo discurso do mercado que possibilita a sociabilidade, o padrão de ser sujeito, determinando o que precisa ser feito para ostentar o sucesso. Comprometido com o capital, o mercado instrumentaliza o direito e o Estado. Estado que individualiza o sujeito ou falha tentando. Ao capital, nem tudo são perdas.

No rigor de uma reflexão que *desaloja* evidências, buscamos dar tom ao que o racionalismo libertário evoca como *trunfo inalienável*, mas que se desfaz ao chocar-se com uma pele sem habitante, marcada pela fatalidade e pela conformidade. Pedra de toque, o discurso é compreendido através de diferentes noções que enlaçam os sujeitos e os sentidos enquanto movimentos simbólico-linguísticos na história. *Gestualidades da ideologia e do inconsciente*. Sob contingência, procuramos forçar nós que refletissem a materialidade *pulsante* do que nos *capturou* na pesquisa, delegando ao leitor a apreciação de costuras *apressadas*, mas comprometidas com a ordem do saber. Na tentativa de demonstrar como as condições do impossível de (não) dizer se esgarçam no processo de produção de sentidos em situação de privação de liberdade, vagamos termos que requisitavam tratamentos mais apurados, como a falha. Falha que de um lado *enfada* ao crime e, de outro, possibilita que no seio da dominação haja a *emergência* pelo (se) significar. Apesar de *confuso* e *desorganizado* em muitos pontos, o efeito que remanesce no texto é sintoma de uma união que se consuma na fronteira, entre alianças e confrontos. *Não há centro que suporte, sem tremer, as invasões oriundas das periferias*. Na reflexão científica não é diferente. *Vacilamos*.

A tese que procuramos sustentar ao redor da pergunta de pesquisa *ousa* suspender o *(des)viável*. Caduca à medida que a escrita avança, deixando sem responder seu próprio propósito: por que há um *irrealizável* da socioeducação? De onde parte (materialmente) uma suposição extremamente *inócua* e, aparentemente, sem *finalidade*? Não poderia ser diferente, afinal, a questão posta já nasce descolada de terreno; encontra-se na sociologia e não na análise de discurso. Tentar dizer o *irrealizável* é supor que haja *correspondência* precisa e irrefutável entre o trabalho analítico e os  *fatos* de linguagem. Trancando a porta sem maçaneta,

a socioeducação dialoga diretamente com o *sem* sentido, incapaz de *transformar* (o imaginário d)as relações de produção, rende-se ao discurso do mercado e suas tecnologias alienantes para produzir uma futura *sociabilidade* pautada na venda da força de trabalho. *Falha* e *impossível* passam a compor o batimento dos grafos, das palavras e dos silêncios que instituem o lugar discursivo do adolescente na ordem do dizer. Sujeitos *ao* crime, *ao* encarceramento, *ao* mercado e a tantas outras posições... Os adolescentes dizem(-se) mais pelo ausente do que pelo presente, *cruzando*, na socioeducação, um terreno de transição que nunca se efetiva, não *alça outra borda*; a falha que constitui os adolescentes, inclusive em todo seu *potencial* subjetivo, não deixa de *estar* no regime de privação de liberdade. É preciso da *falha* para haver *socioeducação*, do mesmo modo que é preciso do *impossível*, silêncio local, para o aparelho repressivo tomar *sentido*.

Os adolescentes dançam em palavras que não se movimentam; a abertura ofertada para colocar a subjetividade em (dis)curso certamente não é suficiente para responder à pergunta de pesquisa que atrevemos pôr à prova. Em contrapartida, se aos sujeitos *há a ilusão de serem o centro do sentido*, não conseguimos também controlar o fluxo dos diálogos nos encontros, nem seu *reflexo* nas ranhuras das sequências discursivas mobilizadas. *Versar* o trabalho, do começo ao fim, com *enunciados encaixes* não só exclui o *resto* de que nos ocupamos, como também *despreza* o sujeito *falante*. Indicar marcas que se assentam na materialidade linguística, mas que não perfazem diretamente o objeto de pesquisa, implica na *deferência* pela voz do *outro*, antes da voz do analista.

Por meio da sedimentação de imaginários *vazios*, os processos discursivos são controlados e esvaziados, acarretando consequências nas condições de produção e de circulação do dizer no CENSE. Porém, apesar do diagnóstico sem retorno, encontramos – ao acaso – nos mecanismos da pesquisa vias que, amparando-se no ficcional, desestabilizam o modo como o dizer é tomado pela norma, pela ordem do aparelho repressivo. A vigilância não se dissipa no retrato imaginativo orquestrado em atividades de “criação” de personagens e de histórias, no entanto, mesmo com seu retorno constante o adolescente transfere algo reprimido para tela do cinema. Acorrentados em câmeras, seguranças, celas, portas de aço, os *sujeitos encarcerados* (*as*)*sentem* o duplo traço da segregação. Quase *incontornável*, o impossível divide-se na *obrigação do não dizer* e na *não contenção* do *Todo* que *cede* lugar às manifestações *marginais* que inundam o espaço com

nomes, histórias, pixe e ruídos indesejados. No resquício do simbólico, na dobra do *irrealizável*, há a falha que permite à subjetividade encontrar forma na contenção. Não há como *não* pagar o que, com custo, os sujeitos alquilam na *trama do significante*.

A estrutura do texto confinou o desejo de unir, *indissociavelmente*, fatos e teoria; organizados, os quatro capítulos situam vários elementos: privação de liberdade, adolescentes em conflito com a lei, coleta de *fatos* de linguagem, gestos teóricos e analíticos. Articulando-se mutuamente, os capítulos não se acomodam na sintonia, solícita e exemplar, de que se vale o cientista carimbado para redigir seus escritos. Nem de longe o trajeto do texto cumpre com êxito a missão de manter-se fiel à “ciência clássica”. Demandado por gestos de interpretação diferentes e adversos entre si, qual rumo o ermitão tomaria? Longe da *Torre de Marfim*, de onde só é possível mirar o solo de cima, tivemos de (em)prestar posições ao que foi requisitado. Nem sempre com o primor que, por exemplo, exhibe o vocabulário específico do arcabouço do discurso e sua *essencial* reincidência, constituímos o gesto de interpretação; antes, melhor, *cedemos* à fúria de quem *fala* pelo outro na ordem da produção do saber. Com dinâmica própria, o *corpus* nos conduziu a duas frentes, cujas complexas relações impedem um *assentamento permanente* da leitura.

Materialidades significantes, voz e parede ligaram-se materialmente pelo *nome*. *Nome* que clama por interpretação, por história, por sentido. Memória que faz a cidade falar além da sua opacidade, constituir uma relação que, apesar de retomar as condições do crime, também possibilita paradoxalmente a (re)existência dos sujeitos e a resistência dos seus traços. A corporeidade dos gestos que se inscrevem no grito e na parede constitui o movimento acurado e *ousado* da tomada de palavra no discurso científico. *Ousando pensar por nós mesmos*, fizemos do *resto* o terreno no qual alocamos provisoriamente nossa reflexão. Manejando com cuidado as agulhas, tentamos produzir com uma linha fina e delicada uma colcha de retalhos; fragmentos que *fazem* sentido aos *sujeitos encarcerados*, mas que escapam aos seus cuidadores. Ponto de (des)encontro em que, pela fronteira dos sentidos, conseguimos *apreender* o discurso tomando forma na falha e no impossível. Ponto de abertura... porta fechada.

## REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, L. A Favor de Marx. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.
- \_\_\_\_\_. A filosofia como arma da revolução. In: **Posições II**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.
- \_\_\_\_\_. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.
- \_\_\_\_\_. Freud e Lacan [1964]. In: **Freud e Lacan. Marx e Freud: introdução crítica-histórica**. 2.ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.
- \_\_\_\_\_. **Sobre a Reprodução**. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.
- ANSART, Pierre. As humilhações políticas. In: MARSON, I.; NAXARA, M. **Sobre a humilhação: sentimentos, gestos, palavras**. Uberlândia, EDUFU, 2005.
- AZEVEDO, A. F. **Cartografias do corpo: metáforas contemporâneas da sutura e da cicatriz**. 2013. 189p. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem (UNICAMP), Campinas. 2013.
- BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- BETTELHEIM, B. **A Psicanálise dos Contos de Fadas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.
- BRASIL, República Federativa do Brasil. **Fundação Nacional do Bem Estar do Menor - FUNABEM**. Lei Nº4.513/1964 de 01 de dezembro de 1964.
- \_\_\_\_\_. **Código de Menores**. Lei nº 6.697/1979 de 10 de outubro de 1979.
- \_\_\_\_\_. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº8.069/1990 de 13 de julho de 1990.
- \_\_\_\_\_. **Mapa do encarceramento: os jovens do Brasil**. Secretaria-Geral da Presidência da República e Secretaria Nacional de Juventude. Brasília: Presidência da República, 2015. Disponível: <<https://bit.ly/1dfAa5U>>. Acesso em: 29 jan. 2019.
- CANÇADO, M; AMARAL, L.; MEIRELLES, L. 2017. **VerboWeb: classificação sintático-semântica dos verbos do português brasileiro**. Banco de dados lexicais. UFMG. Disponível em: <<http://www.lettras.ufmg.br/verboweb>>.
- CARVALHO, F. F. de. Real do inconsciente e real da língua. In: **Anais do III SEAD: Seminário de estudos em análise do discurso**. Porto Alegre: UFRGS, 2007.
- COLOMBO, I. **Adolescência infratora paranaense: história, perfil e prática discursiva**. 2006. 315f. Tese (Doutorado em História) - Universidade de Brasília, Brasília. 2006.

CORACINI, M. J. R. F. (org.). **Identidades silenciadas e (in)visíveis**: entre a inclusão e a exclusão (identidade, mídia, pobreza, situação de rua, mudança social, formação de professores). Campinas, SP: Pontes, 2016.

COSTA, G. C. da. **Linguagens em funcionamento**: sujeito e criminalidade. 2008. 147f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem (UNICAMP), Campinas. 2008.

\_\_\_\_\_. A milícia e o processo de individuação: entre a falta e a falha do Estado.

**Gragoatá**, Niterói, n. 34, p. 235-251, 1. sem. 2013. Disponível em:

<<https://bit.ly/2Tk1IC9>>. Acesso: 29 jan. 2019

COURTINE, J.-J. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos, SP: EDUFSCAR, 2014.

ERNST-PEREIRA, A. A falta, o excesso e o estranhamento na constituição/interpretação do corpus discursivo. In: **Anais do IV SEAD**: Seminário de estudos em análise do discurso. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

EVANGELISTA, W. J. Althusser e a Psicanálise. In: ALTHUSSER, L. **Freud e Lacan. Marx e Freud**: introdução crítica-histórica. 2.ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

FERREIRA, M.C.L. (Org.). **Glossário de Termos do Discurso**. Porto Alegre, RS: UFRGS, 2001.

\_\_\_\_\_. **Da ambigüidade ao equívoco**: da resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

GRIGOLETTO, E. Do lugar social ao lugar discursivo: o imbricamento de diferentes posições-sujeito. In: **Anais do II SEAD**: Seminário de Estudos em Análise do Discurso. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

GUIMARÃES, E. **Semântica do Acontecimento**: um estudo enunciativo da designação. Campinas, SP: Pontes, 2004.

FIORIN, J. L.; DISCINI, N. O uso linguístico: a pragmática e o discurso. In: FIORIN J. L. (Org.). **Linguística? Que é isso?**. São Paulo: Contexto, 2012.

GADET, F.; PÊCHEUX, M. **A língua inatingível**: o discurso na história da lingüística. Campinas: Pontes, 2004.

HAROCHE, C. **Fazer dizer, querer dizer**. São Paulo: Hucitec, 1992.

\_\_\_\_\_. **A Condição sensível**: formas e maneiras de sentir no ocidente. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2008.

HAROCHE, C.; HENRY, P.; PÊCHEUX, M. A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso. In: BARONAS, R. L. **Análise do Discurso**:

apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva. São Carlos, SP: Pedro & João Editores, 2007.

HENRY, P. **A ferramenta imperfeita**: língua, sujeito e discurso. 2.ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2013.

IGLESIAS, E. L. Aspectos topológicos do grafo do desejo. **Cogito**, Salvador, v. 1, p. 29-33, 1996. Disponível em <<https://bit.ly/2Ust43W>>. Acesso em: 29 jan. 2019.

INDURSKY, F. **A fala dos quartéis e as outras vozes**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2013.

LACAN, J. **Estou falando com as paredes**: conversas na Capela de Saintre-Anne. Rio de Janeiro, Zahar, 2011.

LAGAZZI, S. **O desafio de dizer não**. São Paulo: Pontes, 1988.

\_\_\_\_\_. Quando os espaços se fecham para o equívoco. In: **Revista Rua** (edição especial – 20 anos/2014), Campinas, 2014. p. 155-167.

MALISKA, M. E. O grito e alguns de seus desdobramentos na arte lírica e no sujeito do inconsciente. In: MALISKA, M. E.; SOUZA, P. (Org.). **Abordagens da voz a partir da Análise de Discurso e da Psicanálise**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017.

MARIANI, B. **O PCB e a imprensa**: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989). Campinas, SP: Editora da Unicamp/Editora Revan, 1998.

\_\_\_\_\_. As leituras da/na Rocinha. In: ORLANDI, E. P. **A leitura e os leitores**. 2.ed. Campinas: Pontes, 2003.

MILNER, J.-C. **O amor da língua**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

MOREIRA, R. R. **"Meninos do CENSE"** - As relações de estigmatização, violência e disciplinarização de adolescentes em conflito com a lei internados. 2011. 323 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2011.

ORLANDI, E.P. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1995a.

\_\_\_\_\_. Efeitos do Verbal sobre o Não-verbal. In: **Revista Rua**. Campinas: Unicamp, nº 1, p. 35-48, mar. 1995b.

\_\_\_\_\_. **Interpretação** - autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

\_\_\_\_\_. **Discurso e texto**: formulação e circulação dos sentidos. Campinas, SP: Pontes Editores, 2001.

\_\_\_\_\_. (Org.). **A leitura e os leitores**. 2.ed. Campinas: Pontes Editores, 2003.

\_\_\_\_\_. **Cidade dos sentidos**. Campinas, SP: Pontes, 2004.

\_\_\_\_\_. O Sujeito Discursivo Contemporâneo: um exemplo. In: **Anais do II SEAD: Seminário de Estudos em Análise do Discurso**. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

\_\_\_\_\_. Espaço da violência: o sentido da delinquência. **Caderno de Estudos Linguísticos**, Campinas, Nº 51, V.2, p.219-234, Jul/Dez, 2009. Disponível em: < <https://bit.ly/2CQ20V2>>. Acesso em: 29 jan. 2019.

\_\_\_\_\_. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 10.ed. Campinas: Pontes Editores, 2012.

\_\_\_\_\_. **Discurso em análise: sujeito, sentido, ideologia**. 3.ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2016.

PARANÁ. Estado do. **Decreto Estadual nº 7.663/2006**.

PAYER, M. O. Linguagem e sociedade contemporânea. Sujeito, mídia, mercado. **Revista Rua**, N. 11. Labeurb/Nudecri/UNICAMP, 2005.

PÊCHEUX, M. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Campinas, SP: Pontes, 1990.

\_\_\_\_\_. Análise automática do discurso – AAD-69. In: GADET, F.; HAK, T. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 4.ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

\_\_\_\_\_. A língua inatingível. In: **Análise de discurso: Michel Pêcheux. Textos escolhidos por Eni Puccinelli Orlandi**. Campinas, SP: Pontes, 2011.

\_\_\_\_\_. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 5. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

PEREIRA, A. B. As marcas da cidade: a dinâmica da pixação em São Paulo. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, Nº 79, p.143-169, 2010. Disponível em: <<https://bit.ly/2HNNVgm>>. Acesso em: 29 jan. 2019.

PIOVENZANI, C. A voz no feminino: uma análise discursiva de elementos prosódicos num pronunciamento eleitoral de Dilma Rousseff. **Fragmentum**, Santa Maria - RS, n. 36, p. 9-14, Jan./Mar. 2013. Disponível: < <https://bit.ly/2BaelD>>. Acesso em: 29 jan. 2019.

RANCIÈRE, J. **O desentendimento**. São Paulo: Editora 34, 1996.

RASIA, G. Da parede ao corpo social: a carne que não satisfaz. **Revista Rua** [online], Campinas – SP, n. 16, v.1, p.41-65. 2010. Disponível em: <<https://bit.ly/2CSILv9>>. Acesso em: 29 jan. 2019.

ROBIN, R. **História e linguística**. São Paulo: Cultrix, 1977.



\_\_\_\_\_. **A memória saturada**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016.

SANTOS, R. L. M. dos. "**Você matou meu filho**" e outros gritos: um estudo das formas da denúncia. 2018. 244p. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem (UNICAMP), Campinas. 2018.

SILVA, R.S. D. **O tempo discursivo na constituição do imaginário do trabalhador no discurso da CUT**. 2010. 211 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Universidade Católica de Pelotas, Pelotas. 2010.

SOUZA, P. Os suprasegmentos como índices da subjetivação na enunciação oral. In: **Revista da Anpoll**. São Paulo: Humanitas, 2000, p. 155-185.

\_\_\_\_\_. Gritos e sussurros: rasgos vocais em discurso. In: Rodrigues, E et ali. (orgs.). **Análise de Discurso no Brasil**: pensando o impensado sempre. Uma homenagem a Eni. Campinas: RG Editores, 2011.

\_\_\_\_\_. Apresentação - Fragmentum. **Fragmentum**, Santa Maria - RS, n. 36, p. 9-14, Jan./Mar. 2013. Disponível: <<https://bit.ly/2SbP8IY>>. Acesso em: 29 jan. 2019.

TAMBA, M. I. **A semântica**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

ŽIŽEK, S. **Violência**: seis reflexões laterais. São Paulo: Editora Boitempo, 2014.

ZOPPI-FONTANA, M. G. Limiares de silêncio: a leitura intervalar. In: ORLANDI, E. P. (Org.). **A leitura e os leitores**. 2.ed. Campinas: Pontes, 2003.

## ANEXOS

### Anexo I – Programação das atividades de pesquisa

**Encontros:** Cinema e (m) leitura

**Duração:** Março/Abril (8 encontros – cada encontro semanal) - 2 a 4 horas.

**Descrição geral das atividades:** Ao longo dos encontros os adolescentes participarão de atividades de leitura de textos escritos e da exibição de diferentes gêneros do cinema, como longa-metragem, documentário, animação e curta-metragem. As obras selecionadas (tanto filmes como textos) possuem um ponto comum, isto é, elementos que dialogam com a composição e produção de filmes. A conversa originada desse contato proporcionará aos adolescentes percepções mais aguçadas para produção de um curta-metragem, fim último das oficinas.

#### **Obras pré-selecionadas\*:**

##### Longa-metragem:

##### *BLOCO 1*

1. A Invenção de Hugo Cabret - 2h 8 min
2. A sombra do vampiro - 1h 33 min
3. O Artista - 1h 54 min
4. La la land - 2 h 8 min
5. Abraços Partidos - 2h 10min

##### *BLOCO 2*

1. Birdman - 1h 59 min
2. Rebobine, Por Favor - 1h 30 min
3. Mapas para as estrelas - 1h 52 min

4. Super 8 - 1h 52 min
5. Má Educação - 1h 49 min

Documentário:

1. A história do cinema - 30 min

Animação:

1. Meu Vizinho Totoro - 1h 40 min
2. O segredo de Kells - 1h 18 min
3. A canção do oceano - 1h 34 min
4. O conto da princesa Kaguya - 2h 17 min
5. A viagem de Chihiro - 2h 15 min
6. Seu nome - 1h 52 min
7. A princesa Monoke - 2h 15 min
8. Viagem para Agarta - 1h 56 min

Curta-metragem\*\*:

\* Em cada categoria ou bloco, os adolescentes deverão escolher uma das obras.

\*\*Os curtas-metragens utilizados serão definidos ao longo dos encontros, conforme a necessidade que o pesquisador presenciar.

## **Planejamento das Atividades**

### **Encontro I - Duração: 45 min - 1h30min**

- Apresentação da pesquisa e assinatura do termo de compromisso e consentimento. Explicação da dinâmica dos encontros e das atividades de pesquisa. (20 min)
- Explicação da dinâmica de roteirização e produção do documentário. (10 min)

- Dinâmica de escolha dos nomes: cada adolescente deverá escolher o nome de um personagem de alguma história que leu ou de algum personagem de filme que assistiu para ser chamado ao longo das oficinas - e, conseqüentemente, nas transcrições. Os adolescentes também escolherão o *nome* do pesquisador. (10 min)
- Escolha dos longas, do documentário e da animação. Folhas com foto da obra e uma pequena sinopse. (30 min)
- Orientação do próximo encontro e da leitura guiada duas notícias:
- <<https://omelete.com.br/filmes/noticia/jodie-foster-critica-producao-de-blockbusters-e-filmes-de-super-herois/>>; e,
- <<http://revistamonet.globo.com/Filmes/noticia/2018/01/diretor-de-guardioes-responde-criticas-de-jodie-foster-filmes-de-super-herois-visao-ultrapassada.html>>.
- Um dos participantes será escolhido para mediar a discussão dos textos. Ele deverá dirigir questões sobre os textos aos outros participantes, assim como expressar uma opinião sobre os dois. O participante mediador será orientado sobre as questões que podem ser feitas, como perguntas que levem à síntese das duas notícias, a relação entre elas, a representação dos sujeitos de cada notícia, a validade dos argumentos empregados, a relação dos argumentos com a visão que cada participante faz do cinema e da experiência de assistir um filme, dentre outros. A discussão será levada à cabo no próximo encontro e servirá de entrada à temática da oficina. Será entregue uma cópia a cada participante. Os adolescentes também deverão ir sistematizando ideias para história do curta.
- Se possível: distribuir uma pasta para cada participante, com bloco de anotação. Os adolescentes deverão utilizar esse material ao longo das oficinas e deverão registrar as anotações das atividades de discussão, do planejamento do curta-metragem, assim como aquilo que queiram e julgarem relevante. Ao final, entregarão as anotações ao pesquisador.

**Encontro II - Duração: 2h00 min - 3h30min**

### Documentário

- Retomada das atividades do último encontro e realização da leitura e da discussão das notícias com a mediação de um dos participantes, auxiliado pelo pesquisador. (30 min)
- Introdução ao documentário. Sinalizar os elementos que os participantes devem observar durante a execução do documentário, como modo de organização das cenas, composição do relato, relação entre falas e imagens, temática, a construção dos personagens. (40 min)

- Enfocar na discussão, após a exibição, os elementos que constituem o cinema - histórias, modos de filmar, composição dos personagens, das histórias - além de tentar relacionar alguma parte do documentário com as notícias lidas. (40 min)
- Orientações iniciais para produção do roteiro, com enlace às considerações do documentário. Escolha de um adolescente para realizar a tarefa de coletar ideias durante a semana para o enredo.

**Encontro III** - Duração: 2h30 - 4h 00 min

#### Longa-metragem I

- Retomada do último encontro. Orientação das atividades do dia. Introdução ao longa-metragem. Sinalização dos pontos que devem ser observados pelos adolescentes. Escolha de um responsável para estimular o debate após o filme. (20 min)
- Mostra do longa-metragem (2 horas);
- Estabelecimento de uma dinâmica de interlocução entre os participantes, com atenção especial aos elementos que estes consideraram mais significativos na história. (30 min)
- Discussão de ideias para produção do curta-metragem. Distribuição de um trecho do roteiro do próximo filme, indicando os elementos passíveis de observação, como distribuição das falas, posições dos objetos da cena, orientações gerais. Indicação de um dos adolescentes para realizar a mediação, auxiliado pelo pesquisador. (45 min)

**Encontro IV** - Duração: 2h30 - 4h 00 min

- Retomada do último encontro. Orientação das atividades do dia. Introdução ao longa-metragem. Leitura e discussão do roteiro. Debate encetado pelo participante escolhido como mediador. (40 min)
- Exibição do longa-metragem. (2 horas)
- Discussão do contraste entre o roteiro e o filme. Impressões gerais. Contribuições para a realização do curta. (30 min)
- Conversa sobre os avances das ideias do curta. Escolha do organizador da redação do roteiro. Decisão do eixo central do curta. Durante a semana os participantes deverão afinar o curta e seus elementos subseqüentes. Distribuição de um texto sobre curta-metragem (ainda não selecionado). (30 min)

**Encontro V** - Duração: 2h30 - 4h 00 min

- Retomada das atividades dos últimos encontros. Dinâmica de apresentação dos pontos mais significativos da leitura realizada pelos adolescentes. (30 min)
- Introdução aos curtas-metragens. Exibição guiada. Destaque dos elementos que compõe os curtas. (1 hora)
- Técnicas de enquadramento e de filmagem. Enlace em relação à discussão dos textos. (45 min)
- Discussão e organização do curta. Verificação dos avanços. Orientações complementares para atividade de escrita do roteiro. Entrega da versão final para o próximo encontro. (1 hora)

**Encontro VI** - Duração: 2h30 - 4h 00 min

- Retomada das atividades do último encontro. Orientação para dinâmica de exibição da animação. (15 min)
- Exibição da animação (leitura do roteiro). (2 horas)
- Discussão da estrutura da animação e de seus elementos constituintes. Diferenciação em relação aos outros gêneros do cinema. (45 min)
- Orientações finais em relação ao roteiro e à organização do próximo encontro. Forma de edição. (45 min)

**Encontro VII** - Duração: 2h30 - 4h 00 min

Técnicas de filmagem. Testagem. Enquadramentos. Interpretação visual.

- Retomada das atividades. Orientação quanto à filmagem e manuseio dos equipamentos. Testagem das cenas e das falas (se houver). Conferências dos enquadramentos. (1 hora)
- Filmagem (2 horas)
- Coleta do material e sugestões para edição. (30 min)

**Encontro VIII** - Duração: 45 min - 1h 30 min

- Retomada do percurso realizado (30 min)
- Exibição do curta (5-10 min)
- Autoavaliação das atividades e do curta. Encerramento das oficinas (30 min)

## ANEXO II – NOTÍCIAS

### Notícia I

#### **PARA JODIE FOSTER, FILMES DE SUPER-HERÓIS ESTÃO “ARRUINANDO” OS HÁBITOS DAS PESSOAS DE IREM AO CINEMA**

por Pedro Vieira - 31/12/2017 – Observatório do Cinema

A atriz vencedora do Oscar, Jodie Foster, não tem uma opinião muito otimista em relação aos filmes de super-heróis que tem tomado conta das telas dos cinemas nos últimos anos.

Em entrevista ao Radio Times, Foster criticou o atual mercado de filmes blockbuster, em especial os filmes de super-heróis.

“Ir ao cinema virou algo como ir a um parque de diversões. Os estúdios fazem um conteúdo ruim para atrair as massas e os acionistas, do mesmo modo como se faz exploração de óleo – você tem um ótimo retorno agora, mas você está arruinando a terra” disse a atriz.

Para atriz, os filmes da Marvel e da DC Comics estão “arruinando os hábitos de ir ao cinema dos americanos e então do resto do mundo. Eu não quero fazer um filme de US\$ 200 milhões sobre super-heróis”.

A atriz, entretanto, disse que estaria aberta a fazer um filme de super-herói caso ele tivesse uma “psicologia realmente complexa”.

Disponível em: <<https://observatoriodocinema.bol.uol.com.br/filmes/2017/12/para-jodie-foster-filmes-de-super-herois-estao-arruinando-os-habitos-das-pessoas-de-irem-ao-cinema>>.

### Notícia II

#### **DIRETOR DE 'GUARDIÕES' RESPONDE CRÍTICAS DE JODIE FOSTER A FILMES DE SUPER-HERÓIS: "VISÃO ULTRAPASSADA"**

Publicada em: 03/01/2018 – Revista Monet

O cineasta James Gunn, responsável pelos dois filmes da franquia ‘Guardiões da Galáxia’, não gostou das críticas feitas pela atriz e diretora Jodie Foster aos filmes de super-heróis. Em uma entrevista recente, a estrela de ‘O Silêncio dos Inocentes’ (1991) afirmou que não quer “fazer filmes de super-heróis que custam US\$ 200 milhões”. “Ir ao cinema virou uma espécie de parque de diversões”, disse

Foster. “Os estúdios estão produzindo conteúdo ruim para apelar às massas, você tem o melhor retorno agora, mas está arruinando o futuro. Está arruinando os hábitos da população americana e do resto do mundo”, criticou a atriz.

A resposta de James Gunn foi pelo Twitter, em vários posts: “Eu acho que a Foster vê cinema de forma ultrapassada, como se filmes espetaculares não pudessem ser interessantes. Essa é uma verdade constante, mas nem sempre. A crença dela tem fundamento, algumas franquias não tem alma e isso é realmente um perigo para o futuro dos filmes. Mas há algumas exceções. Criar filmes espetaculares que sejam inovadores, humanos e inteligentes é o que me empolga nesse trabalho”.

Depois, o diretor de dois dos filmes do Universo Marvel foi mais enfático: “Para ser honesto, pelas falas dela, ela parece estar fazendo filmes como algo que voltado para seu crescimento pessoal. Para mim, isso pode ser parte do que faço, mas para gastar milhões em um filme precisa ser mais do que isso. Mas eu respeito a Foster, seu talento e o que ela fez pelos filmes e aprecio a forma diferente como ela interpreta o cenário em Hollywood”. James Gunn já teve sua presença confirmado na direção do terceiro ‘Guardiões da Galáxia’, ainda sem data de lançamento.

Disponível em: <<https://revistamonet.globo.com/Filmes/noticia/2018/01/diretor-de-guardioes-responde-criticas-de-jodie-foster-filmes-de-super-herois-visao-ultrapassada.html>>.



**ANEXO III – OPÇÕES DE TRANSCRIÇÃO<sup>64</sup>**

[ ] - Inserção de elementos linguísticos

[

    ] - Diálogo sobreposto

( ) – Sequência não transcrita

( ) - Elemento complementar

(( )) - Hipótese do que foi ouvido

/ - Interrupção/reformulação

... - Silêncio prolongado

::: - Prolongamento fônico intenso

---

<sup>64</sup> Nos pautamos em Ramilo e Freitas (2001). Disponível em: <<http://www.iltec.pt/pdf/wpapers/2001-redip-transcricao.pdf>>. Acesso em: 05 jan. 2019.